

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)

DISSERTAÇÃO

LOUVEMOS E APLAUDAMOS A MEDIDA PRESIDENCIAL: A CENSURA MORAL DE JÂNIO QUADROS E A IMPRENSA CATÓLICA DA GUANABARA (1960-1961)

Marcelo de Azevedo Botelho

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPHR)**

***LOUVEMOS E APLAUDAMOS A MEDIDA PRESIDENCIAL: A CENSURA
MORAL DE JÂNIO QUADROS E A IMPRENSA CATÓLICA DA
GUANABARA (1960-1961)***

**MARCELO DE AZEVEDO
BOTELHO**

Sob a Orientação da Professora
Surama Conde Sá Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: Relações de Poder e Cultura, Linha de Pesquisa em Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual.

Julho de 2016
Seropédica,
RJ

981.062

C117d BOTELHO, Marcelo de Azevedo, 1983-

T *Louvemos e aplaudamos a medida presidencial: a censura moral de Jânio Quadros e a imprensa católica (1960-1961) / Marcelo de Azevedo Botelho – 2016.*

96 f.

Orientador: Surama Conde Sá Pinto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História (PPHR).

Bibliografia: f. 87-96.

1. Brasil – História – 1950-1964 – Teses. 2. Brasil – História – Jânio Quadros, 1964 – Teses. 3. Jânio Quadros – Igreja Católica – Séc. XX – Teses. 4. História Imprensa Católica – Brasil – Periódicos – Teses. I. PINTO, Surama Conde Sá, 1961-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História (PPHR). III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

“Louvemos e aplaudamos a medida presidencial: a censura moral de Jânio Quadros e a imprensa católica da Guanabara (1960-1961)”

MARCELO DE AZEVEDO BOTELHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01/09/2016

Banca Examinadora:



**Professora Doutora SURAMA CONDE SÁ PINTO (UFRRJ)
Presidente e orientadora**



**Professor Doutor FELIPE SANTOS MAGALHÃES (UFRRJ)
Membro Interno**



**Professora Doutora MARIETA DE MORAES FERREIRA (UFRJ)
Membro Externo**

Dedico este trabalho à minha esposa, ao meu filho, à minha irmã e à minha mãe Maria das Neves: meus amores eternos.

AGRADECIMENTOS

Estamos chegando ao fim de uma jornada árdua, caracterizada pela conciliação entre o Mestrado e o Magistério, exigindo um esforço redobrado para concluirmos esta pesquisa com êxito.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha esposa pela sua paciência e por ter compreendido os diversos momentos de ausência, além de ter tornado os duros dias de escrita e trabalho mais leves. À minha mãe Maria das Neves e a irmã Jacqueline por sempre terem acreditado em mim e respeitado minhas escolhas.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Dr^a Surama Conde Sá Pinto por toda dedicação, respeito, educação, empatia, bom humor, humildade e muita paciência. E, acima de tudo, por ter me recebido de braços abertos quando os caminhos da minha vida acadêmica se mostraram tortuosos. Ao longo destes dois anos, só fez aumentar o respeito pela sua intelectualidade e senso de humanidade. Muito obrigado pelo auxílio nos últimos seis anos; todas as nossas conversas foram de extrema importância para minha formação.

Destaco os apontamentos feitos pelo Prof^o Dr. Felipe Santos Magalhães e pela Prof^a Dr^a Marieta de Moraes Ferreira no exame de qualificação que aportaram o rumo certo para a redação final desta dissertação.

Agradeço aos meus amigos e aos meus colegas de turma do PPHR – UFRRJ por terem dividido minhas angústias e também avanços na pesquisa, especialmente: Rone dos Santos, André Peçanha, Eduardo Lemos, José Jorge, Jorge, Cláudio, Carla Surcin.

RESUMO

BOTELHO, Marcelo de Azevedo. **“Louvemos e aplaudamos a medida presidencial”: A censura moral de Jânio Quadros e a imprensa católica da Guanabara (1960-1961)**. Seropédica, RJ. 182p. Dissertação (Mestrado em História, Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

Este trabalho tem como objetivo principal discutir as relações entre os noticiários moralistas da imprensa católica da Guanabara, por meio da análise de textos e artigos veiculados nas revistas *Estrêla do Mar*, *Mensageiro do Coração de Jesus*, *PB: Paz e Bem* e no jornal *A Cruz* durante o período de 1960 a 1961, e a censura às diversões públicas nos decretos de Jânio Quadros. Buscamos responder às seguintes questões colocadas durante a investigação: o empenho da imprensa católica da Guanabara para formar uma opinião pública favorável à moralização dos usos e costumes assemelhava-se às medidas de Jânio? A tão propalada “ameaça comunista” e o liberalismo tiveram influência direta na aprovação desses atos presidenciais? Como que esses quatro impressos se posicionaram em relação à bipolarização política acentuada nessa época? Entre os impressos católicos conservadores e progressistas, havia congruências e divergências acerca da censura aos costumes? A hipótese central defendida é a de que longe de serem medidas isoladas de Jânio, elas atendiam às demandas de setores no interior da Igreja.

Palavras-chave: Jânio Quadros, Imprensa Católica, Censura moral.

ABSTRACT

BOTELHO, Marcelo de Azevedo. **“Let us praise and applaud the presidential measure”:
Moral censorship in Jânio Quadros and the Catholic Press Guanabara (1960-1961).**
Seropédica, RJ. 182 p. Dissertation (MA in History, Power relations, Language e History
Intellectual). Institute of Humanities and Social, Federal Rural University of Rio de Janeiro,
Seropédica, RJ, 2016.

This work aims to discuss the relations between the moralists news of the Catholic Press Guanabara and the censorship of public entertainment by Jânio Quadros through the analysis conveyed texts and articles in the *Estrêla do Mar* magazine, the magazine of the *Mensageiro do Coração de Jesus*, in the newspaper *A Cruz* in the and magazine *PB: Paz e Bem*, during the period from 1960 to 1961. The analysis of the sources revealed that, far from being isolated measures Jânio Quadros, they met the demands of sectors within the Church. Therefore, we will seek to answer some questions that were asked during the investigation: commitment of the Catholic Press Guanabara to form a public opinion favorable to the moralization of customs and habits resembled the Jânio measures? The much-vaunted "communist threat" and liberalism had direct influence on the presidential approval of these acts? As these four printed positioned themselves in relation to the sharp political polarization that time? Between conservative and progressive Catholics printed, there was congruence and disagreements about the censorship of morals?

Keywords: Jânio Quadros, Catholic Press, Censorship moral.

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ADP - Ação Democrática Parlamentar
AIB - Ação Integralista Brasileira
ARENA- Aliança Renovadora Nacional
BN - Biblioteca Nacional
CAPES - Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia
CELAM - Conselho Latino Americano
CRF - Cruzada do Rosário em Família
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNCM - Conferência Nacional das Congregações Marianas
CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil
DECODI - Delegacia de Costumes e Diversão
DHBB - Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
ESG - Escola Superior de Guerra
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FJD - Frente da Juventude Democrática
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC - Juventude Agrária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JIC - Juventude Independente Católica
JOC - Juventude Operária Católica
JQ- Jânio Quadros
JUC - Juventude Universitária Católica
LEDESO - Legião de Defesa Social
LEC - Liga Eleitoral Católica
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MPJQ - Movimento Popular Jânio Quadros
MSD - Movimento Sindical Democrático
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDC - Partido Democrático Cristão
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PDS - Partido Democrático Social
PL - Partido Libertador
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP - Partido Popular

PR - Partido Republicano
PRT - Partido Republicano Trabalhista
PRP - Partido de Representação Popular
PSP - Partido Social Progressista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PST - Partido Social Trabalhista
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SABs - Sociedades de Amigos de Bairros
SIC - Serviço de Informações Cinematográficas
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da família e da Propriedade
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UME - União Metropolitana dos Estudantes
UNE - União Nacional dos Estudantes
UDN - União Democrática Nacional
USP - Universidade São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – JÂNIO QUADROS E A CENSURA ÀS DIVERSÕES PÚBLICAS	19
1.1- Cenário político-partidário (1945-1964)	20
– A trajetória de Jânio Quadros em torno da censura moral.....	30
– Interpretações sobre Jânio Quadros e a sua censura moral.....	39
CAPÍTULO II – AS FACES DA IGREJA POR MEIO DA IMPRESSA CATÓLICA	69
– A atuação política da Igreja e o desafio da modernidade	71
– A imprensa católica no estado da Guanabara (1960-1961).....	79
– Os quatro impressos católicos com maiores tiragens	88
- Revista <i>Mensageiro do Coração de Jesus</i> (1896-2016)	90
2.5-Revista <i>Estrela do Mar</i> (1909-2016).....	98
2.6- Jornal <i>A Cruz</i> (1919-1973).....	105
2.7- <i>PB: Paz e Bem</i> (1958- 2015).....	112
CAPÍTULO 3- A CENSURA MORAL: “UM ATO DE CORAGEM” DE JÂNIO QUADROS	120
3.1- <i>Mensageiro do Coração de Jesus</i> : “Sr. Jânio, vassoura nesta gente”	123
3.2- <i>Estrela do Mar</i> : “Guerra à Pornografia”	130
3.3- Jornal <i>A Cruz</i> : “Ideia feliz foi essa do Presidente”	137
3.4- <i>PB- Paz e Bem</i> : “Miss Esqueleto”	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

No campo da produção historiográfica, Jânio Quadros é um dos presidentes menos estudado. Provavelmente, essa escassez de trabalhos foi responsável, em parte, pela construção de duas principais imagens de Jânio: na visão popular, ele “seria o maluco”, já no meio acadêmico, o golpista e o populista de direita com uma oratória que conduzia as massas¹. Alguns autores se interessaram em focar nos fatores da sua renúncia ou nos “aspectos pitorescos” da atuação janista². Nesse sentido, destacam que Jânio tomava injeções nos comícios e simulava desmaios, sendo carregado nos ombros do povo. Comia sanduíches de mortadela levados nos bolsos, tinha roupas surradas, cabelos compridos e barba por fazer e ombros cheios de caspas. Seus discursos tinham um português preciso com “sílabas escandidas”.³ Tudo isso o consagrou como o pai do moderno marketing eleitoral⁴. Entre essas características de Jânio, os seus atos de cunho moralizante foram interpretados como uns dos episódios mais emblemáticos dessas atitudes consideradas “pitorescas”.

Durante sua gestão presidencial, em 1961, havia uma conjuntura marcada, no plano mundial, pelo processo de radicalização política bipolar ensejado pela Guerra Fria e a Revolução Cubana, e, no que se refere à política brasileira, pela ação das Ligas Camponesas, do movimento operário e estudantil, pela crise econômica nacional aberta com o fim da gestão de JK. É nesse contexto que são editadas por Jânio proibições de natureza diversa, como o uso de maiôs e rinhas de galo.

A leitura predominante na literatura existente interpreta os “atos do Executivo”⁵ relacionados à censura às diversões públicas como produto da falta de equilíbrio psicológico

¹ Ver: MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 14.

² LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.57, pp. 187-208..

³ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 16.

⁴ KWAK, Gabriel. *O trevo e a vassoura: Os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros*. São Paulo: A Girafa, 2006, p. 49.

⁵ Entre tais atos presidenciais, foram catalogadas oito medidas: O Decreto nº: 50.578- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jôqueis Clubes nos dias úteis, p. 194; O Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961, que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos, p. 256; O Decreto nº. 50.766, de 9 de junho de 1961, que disciplinava o funcionamento de jogos carteados, p. 509; o Decreto nº. 50.812, de 17 de junho de 1961, que disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão, p.549; o Decreto nº. 51.009, de 22 de julho de 1961, que proibia espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, p. 170; O Decreto nº. 51.134, de 3 agosto de 1961, que, entre outras questões, censurava qualquer gesto considerado indecente presente nos programas de rádio e televisão, p. 347; O Decreto nº. 51.182, de 11 de agosto de 1961, que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza, p. 470; o Decreto nº. 51.211, de 18 de agosto de 1961, que proibia o lança-perfume, p. 492. COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO.

de Jânio, por serem considerados “fora da História”⁶. Na contramão dessa perspectiva, este trabalho argumentará que os atos moralistas de Jânio, em 1961, guardavam relação com os noticiários da imprensa católica da Guanabara, uma vez que esses impressos almejavam formar uma opinião pública favorável à moralização dos usos e costumes. Dessa forma, o eixo central dessa pesquisa gira em torno da ligação entre a moralidade e a política, demonstrando que a moralidade ocupou um papel destacado no imaginário de uma parcela significativa da sociedade brasileira no início da década de 1960.

No que concerne ao nosso corte cronológico, ele começa em 3 outubro de 1960, logo após a vitória presidencial de Jânio, com o intuito de perceber as expectativas da imprensa católica em relação às propostas moralistas janistas. Em seguida, analisamos os sete meses em que Jânio esteve à frente do Executivo Federal, de fins de janeiro em 1961 até a sua renúncia em agosto. Dessa forma, foi possível averiguar os noticiários ligados aos atos presidenciais por meio das edições desses impressos católicos lançados durante esse período.

O interesse pessoal por essa problemática foi influenciado, em boa parte, por acontecimentos verificados na campanha presidencial de 2010. Segundo o sociólogo Antônio Flávio Pierucci, “Não lembro, e certamente ninguém há de lembrar, de uma campanha eleitoral em que a intromissão da religião tenha sido tão grande e ido tão longe como na eleição presidencial de 2010 para a sucessão de Lula” por questões levantadas sobre a moralidade em torno do aborto e da religiosidade⁷, apresentando alto grau de mobilização. Dessa forma, esse recorte analítico proposto pode contribuir para uma melhor compreensão das relações entre a política e a moral.

Sobre os termos empregados nesse trabalho: “moralização dos usos e costumes” seguirá, em grande parte, a separação dual proposta pela cientista política Vera Chaia. Conforme indica essa autora, que analisou a atuação política de Jânio Quadros, de um lado, encontram-se os decretos em torno da “moralização administrativa”, que estariam mais voltados para o funcionalismo público versando sobre carga horária, demissão, concursos públicos e assim por diante. De outro, permanecem os decretos vinculados à “moralização dos usos e costumes” através da censura às revistas, a proibição de maiôs nos concursos de

Disponível em :
 <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>> Acesso em 18 de julho de 2013.

⁶ Esta expressão foi tomada emprestada de: DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.

⁷ PIERUCCI, Antônio Flávio. *Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso*. Novos estud. - CEBRAP no.89 São Paulo Mar. 2011.

misses, das rinhas de galo e do lança-perfume e outras coisas⁸. Dessa forma, o enfoque sobre a “moralização” durante a gestão presidencial janista aproximar-se-á da moralização dos usos e costumes.

Segundo o historiador Carlos Fico, há autores que interpretam a censura às diversões públicas como atos não ligados diretamente à política, restringindo-se a impedir o que era considerado imoral, no teatro, na TV, no cinema e assim por diante. Para outros, toda censura é um ato político, independente de destinar-se às questões morais ou a temas explicitamente políticos. Para Fico, é “impossível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política” na censura às diversões públicas, visto que há atos explicitamente políticos proibidos nas diversões públicas⁹. Dessa maneira, acredita-se que a dimensão moral e a dimensão política estão intrinsecamente relacionadas, uma vez que tais atos vão gerar prestígio político a Jânio. O termo a censura às diversões públicas será utilizado para representar a moralização dos usos e costumes de Jânio. Com isso, as “diversões públicas” estão sendo compreendidas aqui a partir das rinhas de galo, do cinema, do rádio, da TV, das revistas, dos concursos de beleza, das corridas de cavalos, entre outras coisas.

Esse período estudado foi marcado por transformações tecnológicas, econômicas e sociais, acelerando a urbanização. Para o sociólogo Pierre Bourdieu, as mudanças “constituem a condição comum de dois processos que só podem realizar-se no âmbito de uma relação de interdependência e de reforço recíproco, a saber, a constituição de uma autonomia do campo religioso e o desenvolvimento de uma necessidade de moralização e de sistematização das crenças, práticas e representações religiosas”.¹⁰ Baseando-se em Roger Chartier, as representações são entendidas aqui como um conceito que permite, entre outras questões, classificar múltiplos modos de ver através dos quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diversos grupos, reconhecendo diferentes identidades sociais a partir dos seus atos simbólicos.¹¹

A historiadora Aline Coutrot destaca que as Igrejas cristãs sempre pregaram um “ensinamento moral” à sociedade, vinculado à política e ao sagrado.¹² Para o filósofo Leandro Chevitarese: “Todo agrupamento social estabelece para si mesmo normas de convivências, que tomam a forma de valores referentes a “bem” e “mal” aplicados à conduta. Isto é o que

⁸ Ver: CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.

⁹ FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: cartas ao regime militar. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: vol 5, p. 251-286, 2002, p.7.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 7.ed. 2011, p. 34.

¹¹ CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Rio de Janeiro, 1990, p. 56-57

¹² COUTROT, Aline. *Religião e política*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, 1994. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.338.

comumente se chama de “moral”. Seu emprego é regional e relativo a cada cultura.”¹³ Para Baczko, o poder político se rodeia de representações coletivas, logo o “domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”¹⁴. Nesse sentido, a censura moral de Jânio Quadros, difundida pela imprensa católica, já estava presente no imaginário da sociedade.

A cientista política Vera Chaia advoga que Jânio ganhou prestígio por toda sua carreira política através de suas medidas moralistas¹⁵. No entanto, Chaia sublinha que esse apoio ocorreu principalmente em São Paulo, onde era seu reduto político. Dessa maneira, o recorte espacial escolhido foi o estado da Guanabara, com o intuito de pesquisar se os aspectos morais também foram apoiados além da principal área de influência janista. Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro foi capital federal por décadas, sendo transformada no estado da Guanabara, em 1960, quando a capital foi transferida para Brasília. Apesar da mudança da capital, o Rio de Janeiro continuou sendo importante polo turístico, cultural e comercial¹⁶. O processo de urbanização e industrialização dos anos de 1950 e 1960 ocorreu, em grande parte, no estado da Guanabara, aumentando sua população através do êxodo rural. De acordo com o censo demográfico de 1960, a cidade do Rio de Janeiro tinha em torno de 3 milhões e 300 mil pessoas, perdendo apenas para a cidade de São Paulo, onde habitavam 3 milhões e 800 mil cidadãos¹⁷. Dessa forma, aumentou o seu público letrado, havendo a ampliação do espaço público e, conseqüentemente, a opinião pública tornou-se cada vez mais disputada¹⁸.

Em relação ao conceito de opinião pública, para Jürgen Habermas, as mudanças estruturais podem contribuir para dilatar a constituição da esfera pública por meio da imprensa, dos clubes, dos mercados de bens culturais entre outros, surgindo um público letrado e desenvolvendo-se uma consciência política. Essa esfera pública é intermediada, em grande parte, pela imprensa, que terá um papel fundamental na formação da opinião pública através da “luta dos argumentos”, já que a opinião pública interfere nas determinações

¹³ CHEVITARESE, Leandro. *Filosofia e Ética nas organizações*. Apostila interna do professor de filosofia da UFRJ. Instituto Multidisciplinar Departamento de Educação e Sociedade, 2012.

¹⁴ BACZKO, B. “Imaginação Social”. In: *Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Vol. 5., 1989. pp. 296-332

¹⁵ Ver: CHAIA, *Op. Cit.*, 1991.

¹⁶ Disponível em : <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101461/quartas_angela_moulin_2006.pdf> . Acesso: 01/07/2015 , 23:58h

¹⁷ Disponível em : <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>> . Acesso: 01/07/2015 , 23:58h

¹⁸ NEVES, Flávio Rodrigues. *A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX*. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. PPGHS-UERJ.

políticas, sendo por esse motivo, um grande objeto de disputa.¹⁹ Nessa lógica, Marco Morel menciona que em diversos momentos no processo histórico do Brasil, a opinião pública foi utilizada como “recurso para legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”²⁰. Roger Chartier acredita que na formação da opinião pública há lutas simbólicas, isto é, “concorrências de representações” na construção do mundo social, portanto, a opinião pública aparece como resultado de interesses de dissidências por meio da imprensa²¹, entre outras possibilidades.

Já para Pierre Bourdieu, “a opinião pública não existe”. De acordo com o sociólogo francês, esse termo apenas legitima as relações de força, havendo grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses. Bourdieu critica a forma como as sondagens de opinião são conduzidas ao padronizar questões e respostas de um público diferenciado, uma vez que determinadas perguntas produziram determinadas respostas²². Na contramão dessa perspectiva, a socióloga Silvia Martini defende que os indivíduos têm a capacidade de interpretar os noticiários da imprensa, incluindo as perguntas das pesquisas de opinião, de acordo com as diferentes competências e experiências de vida de cada um, embora selecione e julgue fatos de acordo com os padrões coletivos vigentes em uma sociedade. Nesse sentido, há uma margem de autonomia nas recepções dessas mensagens, condizentes com os costumes, os valores, os comportamentos e as ideias de um grupo social. Portanto, a opinião pública pode ser consistente e expressar juízos de valores de uma sociedade²³.

Essa dissertação aproxima-se dessa vertente trilhada por Silvia Martini, uma vez que a censura moral propagada pela imprensa católica, semelhante aos atos morais de Jânio, era condizente, em grande parte, com os costumes e os valores das associações católicas vinculadas a esses periódicos. Da mesma forma, de acordo com Martini, mesmo havendo uma tendência que apontava para a modernidade, a opinião pública ainda mostrava-se conservadora em relação à moralidade, sendo fundamentada em um passado rural²⁴. Nesse sentido, os leitores desses impressos católicos tiveram autonomia nas recepções dessas mensagens moralistas, já que coincidiam com os seus próprios valores e comportamentos.

¹⁹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.85.

²⁰ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos, e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 200.

²¹ MOREL, *Op. Cit.*, p. 202.

²² BOURDIEU, Pierre - "A opinião pública não existe" in: Thiollent, Michel J. M. – *Crítica metodológica e investigação social e enquête operária*, São Paulo: Editora Polis, 1982.

²³ MARTINI, Silvia Rosana Moderna. *O ibope, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos (RJ e SP)*. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

²⁴ *Ibidem*, p. 218.

De acordo com Jean-Jacques Becker, os acontecimentos agem sobre a opinião pública, e esta influenciou sobre os acontecimentos através de um “vaivém”, demonstrando a riqueza da história da opinião pública. Para Becker, não existe política que possa se desenvolver por muito tempo, pelo menos numa democracia, sem “vínculos estreitos” com as tendências dominantes da opinião pública²⁵. Essa análise fornece pistas a respeito dos “vínculos estreitos” entre os decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros e os noticiários da imprensa católica, visto que esses impressos desejavam formar uma opinião pública favorável à censura às diversões públicas.

A imprensa católica está sendo representada aqui por meio de quatro periódicos: a revista *Estrêla do Mar*, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, o Jornal *A Cruz* e a revista *PB: Paz e Bem*. No levantamento realizado, foram mapeados 1 (um) Jornal²⁶ e 35 (trinta e cinco) revistas²⁷, inventariados como a imprensa católica do estado da Guanabara, em 1960, pelo Anuário Católico. Desse material impresso, apenas o Jornal *A Cruz* e 12 (doze) revistas católicas²⁸ estão disponíveis na Biblioteca Nacional. A escolha metodológica desses quatro impressos católicos entre os 13 (treze) acessíveis será explicada no segundo capítulo.

A presente dissertação objetiva discutir, por meio de textos e artigos veiculados nesses quatro periódicos, durante o período de 1960 até 1961, as relações entre os noticiários moralistas da imprensa católica e a censura às diversões públicas feita por Jânio. Almejamos refletir sobre as seguintes questões: até que ponto a censura moral foi apenas uma iniciativa do Executivo? O empenho da imprensa católica da Guanabara para formar uma opinião pública favorável à moralização dos usos e costumes assemelhava-se às medidas de Jânio? A tão propalada “ameaça comunista” e o liberalismo tiveram influência direta na aprovação de cunho moralista? De que maneira esses quatro impressos se posicionaram em relação à bipolarização política acentuada nessa época? Entre os impressos católicos conservadores e progressistas, havia congruências e divergências acerca da censura aos costumes?

²⁵ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, 1994. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

²⁶ Disponível na Biblioteca Nacional: O Jornal semanal católico *A Cruz*, n°: 2190/ 2450, loc: 5-340-5,14.

²⁷ 1-*A Fátima Brasileira*; 2-*A Vitória*; 3-*Centelhas*; 4- *Cruzadas Eucarísticas*; 5-*Ecos dos colégios*; 6- *Encontro*; 7-*Estrêla do Mar*; 8-*Mensageiro*; 9- *Mensageiro do Coração de Jesus*; 10-*Mensageiro do Santo Rosário*; 11-*Mensagem*; 12- *Nossa Comunidade* ; 13- *O Apóstolo* ; 14- *Apóstolo do Santíssimo Sacramento* ; 15- *O Bom Pastor*; 16- *Pão e Luz*; 17- *Paz e Bem*; 18- *Pergunte e Responderemos*; 19- *Reparação*; 20- *Revista Catequética*; 21- *Revista da Asa*; 22- *Revista da Conferência dos religiosos*; 23- *Revista do Clero*; 24- *Revista Gregoriana*; 25- *Salve Regina*; 26- *São José*; 27- *São Vicente*; 28- *Sino de São Sebastião*; 29- *Traço de União*; 30- *Verbum*; 31- *Vida Paroquial*; 32- *Vita*; 33- *Você d'Itália Cattolica.*; 34- *A Síntese*; 35- *A Ordem*. Ver: *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB*. p. 380. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.

²⁸ 1-*A Fátima Brasileira*; 2-*Estrêla do Mar*; 3- *Mensageiro do Coração de Jesus*; 4-*Mensageiro do Santo Rosário*; 5-*Apóstolo do Santíssimo Sacramento*; 6-*Síntese*; 7- *Paz e Bem*; 8-*Pergunte e Responderemos*; 9- *Revista da Conferência dos religiosos*; 10- *Salve Regina*; 11-*Verbum*; 12- *A Ordem*.

Para responder a essas questões, essa dissertação foi estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, discutimos o processo de formação do sistema político-partidário brasileiro após a queda da ditadura do Estado Novo, em 1945, enfatizando as propostas moralistas de alguns partidos. Em seguida, é traçada, em linhas gerais, a trajetória política de Jânio Quadros, destacando, em particular, suas atitudes ligadas à censura aos costumes. Por fim, realizamos uma revisão bibliográfica sobre Jânio Quadros, evidenciando as múltiplas interpretações sobre os seus decretos em torno dos comportamentos.

No segundo capítulo, é discutida, com base na historiografia, a postura política da Igreja brasileira no início de 1960, sobretudo no que diz respeito aos seus desafios enfrentados na modernidade. Em seguida, voltamos o foco para os quatro periódicos católicos com maiores tiragens entre a imprensa católica na Guanabara: a revista *Estrêla do Mar*, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, o Jornal *A Cruz* e a revista *PB: Paz e Bem*. Nosso objetivo é examinar seus vínculos institucionais, suas origens, seus editores, seus propósitos, seus públicos alvos e, para tanto, os perfis de seus colaboradores mais frequentes, bem como as principais características desses impressos. Com isso, visamos iluminar as distintas posturas políticas dessas publicações e os contextos das suas fundações, averiguando suas diferentes estratégias na luta para formar uma opinião pública semelhante a seus projetos políticos.

Por fim, o terceiro capítulo terá como eixo principal tentar desconstruir essa ideia do senso comum sobre JQ, mas a partir do estudo dos seus próprios atos moralistas, considerados por muitos como sinônimos de perturbação mental. Para isso, objetiva-se evidenciar e discutir a relação entre os atos de Jânio e os noticiários moralistas dos quatro periódicos católicos pesquisados.

CAPÍTULO 1- JÂNIO QUADROS E A CENSURA ÀS DIVERSÕES PÚBLICAS



Foto: Erno Schneider - 1962

Fig.35-*Qual o rumo?* Jornal do Brasil. 08. 1961 in: *Uma história escrita por vencedores: 50 anos de prêmio Esso de jornalismo*, p. 29.

Em 2011, meio século depois da renúncia de JQ, houve um encontro no auditório da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, ocasião na qual foram discutidos os mitos por trás de Jânio e Jango. O historiador Jorge Ferreira, durante a sua apresentação nesse evento, destacou:

(...) precisamos levar o Governo de Jânio Quadros a sério, apesar de tudo (...) O que está nos livros de história é que ele proibiu brigas de galo, lança perfume, corridas de cavalo durante a semana. Mas o que ninguém lembra é que Jânio implementou uma dura lei contra o contrabando, além de ter criado uma nova política externa para o Brasil, que dura até hoje²⁹.

No trecho acima, Jorge Ferreira aponta os decretos moralistas dos usos e costumes como ações vistas como atos descabidos de Jânio, sintetizados na expressão: “apesar de tudo”. Conforme destaca, apenas esses atos “irrelevantes” estariam “nos livros de história”, em detrimento da “lei contra o contrabando” e da nova política externa que permanecem relegadas ao esquecimento. Segundo Ferreira, há uma grande lacuna historiográfica sobre o

²⁹ Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/janio-e-jango-os-mitos-e-o-golpe>> Acesso em: 03/04/2016, 19:06h.

Governo de Jânio Quadros, por isso, precisamos levá-lo “a sério”. Conforme veremos nas próximas páginas, há diversos livros de jornalistas e de memorialistas, mas poucos trabalhos acadêmicos sobre a gestão janista, principalmente, referente a tais decretos morais.

Tendo em vista tal quadro, esse capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, procura-se discutir o processo de formação do sistema político-partidário brasileiro após a queda da ditadura do Estado Novo, em 1945. Na segunda, é traçada, em linhas gerais, a trajetória política de Jânio Quadros, destacando, em particular, suas atitudes ligadas à censura aos costumes. Por fim, mesmo perante um número pouco significativo de trabalhos historiográficos, como observado por Jorge Ferreira, é feita uma revisão bibliográfica sobre a gestão janista.

Nessa terceira parte do capítulo, as obras revisadas foram organizadas de acordo com a conjuntura em que foram produzidas, tornando perceptível a influência de cada contexto, bem como segundo as leituras nelas veiculadas das ações de Jânio e, mais especificamente, dos seus decretos dos usos e costumes. Será interessante perceber, por meio dessa bibliografia, como esses atos tiveram um papel protagonista na construção da imagem bastante difundida acima: a de um presidente sem direção, ambíguo, alucinado e outras coisas.

1.1- Cenário político-partidário (1945-1964)

Nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, a iminente vitória dos países aliados, comprometidos formalmente com os valores da liberal democracia, e a pressão de setores da sociedade brasileira influenciaram, entre outros motivos, a queda da ditadura do Estado Novo. Assim, em 1945, surge um novo cenário político marcado pelo pluralismo partidário³⁰. Neste quadro, três partidos destacaram-se: União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

De acordo com Lucília Delgado, esses partidos formaram uma “estrutura triangular” de poder em detrimento de uma competição mais pluralista. O PTB “incorporou e defendeu” o getulismo, aliando-se ao PSD, que também levantava a bandeira do getulismo, embora com menor ênfase. Já a UDN fez do “antigetulismo seu principal baluarte”³¹. As eleições presidenciais realizadas, em 1945, a UDN lançou o brigadeiro Eduardo Gomes para disputar a presidência contra o marechal Eurico Gaspar Dutra, candidato da coligação PSD/PTB. Nessa eleição, o candidato do PSD obteve 55,3% da votação contra 34,7% da UDN. Em 1950,

³⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.135.

³¹ *Ibidem*, 2003, p.135.

novamente, o brigadeiro foi derrotado por Getúlio Vargas (PTB/PSD), que obteve 48,7% contra 29,7% do candidato da UDN. Mais uma vez, em 1955, a UDN disputaria a presidência, desta vez com a candidatura de Juarez Távora contra Juscelino Kubistcheck (PSD/PTB). Esse obteve 36% dos votos e aquele 30% dos votos.

Nas eleições presidenciais de 1960, ocorreria uma alteração nesse quadro de derrotas consecutivas udenistas, Jânio Quadros foi eleito presidente, representando o Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela UDN. Essa vitória da UDN, no entanto, foi efêmera, pois Jânio Quadros renuncia seu mandato sete meses após sua posse. Com isso, o “poder voltou às mãos do PTB e do PSD”, através do vice-presidente João Goulart³². Entretanto, é indispensável salientar que nesse período, no final da década de 1950 e início da de anos 1960, essa estrutura triangular, como veremos mais a frente, passou a sofrer alterações devido à crescente polarização dos grupos sociais e políticos³³.

Vale destacar, apesar do sistema político-partidário brasileiro ter sido dominado, no âmbito nacional, por três agremiações- o PSD, o PTB e a UDN- outros partidos também interferiram nesse cenário político. A tabela abaixo ilustra os partidos existentes no início de 1960.

Tabela 1- Partidos e números de cadeiras na Câmara dos Deputados em 1958

Partidos políticos	Números	%
1- Partido Social Democrático (PSD)	119	36,5%
2- União Democrática Nacional (UDN)	70	21,5%
3- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	63	19,3%
4- Partido Comunista do Brasil (PCB)	Ilegalidade	
5- Partido Social Progressista (PSP)	25	7,7%
6- Partido Republicano (PR)	17	5,2%
7- Partido Socialista Brasileiro (PSB)	9	2,8%
8- Partido Democrático Cristão (PDC)	7	2,1%
9- Partido Trabalhista Nacional (PTN)	6	1,8%

³² *Ibidem*, 2003, p.146.

³³ *Ibidem*, 2003, p.139.

11- Partido de Representação Popular (PRP)	3	0,9%
12- Partido Social Trabalhista (PST)	2	0,6%
13- Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	0,6%
Total	326	100%

Fonte: NICOLAU, Jairo. *Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados*. *Revista Scielo Brasil*. vol. 47 n°:1. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003>. Acesso em: 28 de março 2016.

A apresentação dessa tabela sobre os partidos e números de cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados, em 1958, é fundamental, já que foi justamente a eleição que legitimou os parlamentares atuantes, em grande parte, durante o recorte temporal dessa dissertação. Por outro lado, é possível verificar a força dos partidos nesse cenário político nacional em relação à porcentagem das cadeiras ocupadas.

De acordo com a tabela acima, o Partido Social Democrático (PSD) foi o partido com o maior percentual de cadeiras obtidas na Câmara dos Deputados nas eleições de 1958. Fundado em 1945, as suas bases estruturais estavam enraizadas na máquina administrativa em nível federal e estadual, contribuindo com seu sucesso eleitoral a partir do clientelismo. O PSD matinha uma postura moderada. Em termos de composição, agregava uma grande parcela das oligarquias estaduais e segmentos da classe média urbana. Para Lúcia Hippólito, uma de suas principais marcas foi o pragmatismo. Seus principais líderes ficaram conhecidos como “raposas” da política brasileira.³⁴ Apesar de não defender um moralismo excessivo em comparação à UDN, políticos do PSD também realizaram práticas políticas em torno da moralização dos usos e costumes. Para citar um exemplo, o presidente Eurico Gaspar Dutra do PSD, em 1946, decretou a proibição da prática de jogos de azar no país e ordenou o fechamento de todos os cassinos³⁵.

³⁴ Para referências mais imediatas sobre o PSD, ver: HIPPIÓLITO, Lúcia. *De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

³⁵ MALIN, Mauro. Eurico Gaspar Dutra. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>>. Acesso em: 28/04/2016, 20:15h.

A União Democrática Nacional (UDN) nasceu, em 1945, de um movimento articulado em oposição ao Estado Novo³⁶. Segundo Maria Vitória Benevides, apesar de haver distintas correntes políticas no interior da UDN, a prática concreta do partido era “cada vez mais elitista e reacionária no tocante aos interesses das classes populares”. Dessa maneira, tratava-se da “eterna vigilância” contra tudo o que pudesse ser interpretado como subversão comunista, ou como ameaça aos interesses dos proprietários de terras ou de “proletarização” das classes médias³⁷. A UDN apoiou Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960. Uma das suas principais correntes da UDN era liderada por Carlos Lacerda, representante da ala mais conservadora do partido³⁸.

Sobre o moralismo udenista, Maria Benevides enfatiza a moralização administrativa como uma das principais bandeiras levantadas pela UDN, não mencionando a moralização dos usos e costumes. No entanto, a censura aos costumes também estava presentes nas propostas políticas udenistas. A título de exemplo, Carlos Lacerda chamava Nelson Rodrigues de “O Tarado Nelson Rodriguez”, conseqüentemente, inúmeras peças teatrais desse dramaturgo foram censuradas pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda³⁹.

De acordo com Ângela de Castro Gomes, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surge “sob a chancela governamental- como um partido situacionista”, articulado a partir do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo Getúlio Vargas como uma de suas principais lideranças⁴⁰. No início da década de 1960, a ideologia trabalhista ainda era uma de suas marcas, identificada com a defesa do trabalhador, do sindicalismo, do nacionalismo, de um Estado protetor, acrescentando agora, a luta pelas reformas de base⁴¹. Assim, os aspectos em torno da moralização dos comportamentos não foram temas centrais nas propostas políticas petebistas. Entretanto, vale ressaltar, Getúlio Vargas iniciou um grande esforço, durante o Estado Novo, de zelar pela moral pública e pelos valores da família em campanhas de moralização, fechando bares, cabarés e bordéis irregulares⁴². Dessa forma, provavelmente,

³⁶ Para maiores informações sobre o partido em questão ver BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981, p.23.

³⁷ BENEVIDES, 1981, p. 221.

³⁸ Para maiores informações sobre Carlos Lacerda, pode-se pesquisar em: MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O Demolidor de Presidentes*. 2.ed. São Paulo: Códex, 2002.

³⁹ RISSO, Carla de Araújo. *O ato da sociedade paulista*. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, 2012, p.125.

⁴⁰ GOMES, Ângela de Castro. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil). p.57.

⁴¹ *Ibidem*, 2007, p. 75.

⁴² CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Rio de Janeiro: Unicamp, 2005, p. 170.

a temática moralista dos costumes permaneceu, após a ditadura do Estado Novo, nas propostas de alguns políticos do PTB, afinados com o getulismo.

O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em março de 1922, mas se torna ilegal já em agosto de 1922. Conquista sua legalidade em janeiro de 1927, mas volta à ilegalidade em agosto de 1927. Em 1945, com o fim da ditadura do Estado Novo, Luís Carlos Prestes e outros dirigentes do PCB foram anistiados. Com isso, o PCB requereu sua legalidade ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo a mesma concedida em novembro de 1945. No entanto, já em 1946, iniciou-se o processo de cassação do seu registro, efetivada em maio de 1947. Dessa maneira, o anticomunismo relacionada à guerra fria começou no Brasil antes que nos Estados Unidos, pois os norte-americanos romperam com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) somente em 1947, com a Doutrina Truman e o Plano Marshall. Inclusive, quando o governo Dutra decidiu cortar relações com a URSS, em 1947, a chancelaria norte-americana “considerou precipitada”, evidenciando a autonomia das autoridades brasileiras na questão⁴³.

O PCB não conseguiu nenhuma cadeira, conforme visto na tabela: 1, na Câmara dos Deputados nas eleições de 1958, já que experimentava a clandestinidade. Todavia, segundo José Antônio Segatto, o partido se transformaria em um dos protagonistas do processo histórico no final da década de 1950 até o golpe de 1964, já que sua “influência na vida política extrapolará” seu “tamanho numérico” a partir da penetração nos movimentos sindicais urbanos e rurais, entre os estudantes e intelectuais, mas também nas campanhas por reformas e nas de caráter anti-imperialista⁴⁴. Além disso, segundo Marcos Napolitano, no campo artístico e cultural da esquerda, “a hegemonia cabia aos membros e simpatizantes do PCB”⁴⁵.

O PCB tinha “forte laços internacionais”, ligados ao “projeto de revolução socialista mundial”, possuía “vínculos ideológicos umbilicais com o marxismo”, e era um partido com um “programa nítido”⁴⁶. No final da década de 1950, combatia o latifúndio e os “grandes capitalistas”, através das reformas de base e os direitos dos trabalhadores⁴⁷. Portanto, em

⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: FAPESP, 2002, p. 3.

⁴⁴ SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 233.

⁴⁵ NAPOLITANO, Marcos. Forjando a revolução, remodelando o mercado: a arte engajada no Brasil (1956-1968). In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil vol:2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.588.

⁴⁶ DELGADO, *Op. Cit.*, 2003, p.135.

⁴⁷ SANTANA, Marco Aurélio; SILVA, Fernando Teixeira da. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil vol:2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.116.

comparação com a UDN, a moralização dos usos e costumes não foi um dos pilares do PCB. Todavia, vale salientar, até o PCB, que era considerado “moral e diabólico” por seus adversários⁴⁸, também questionava as mudanças de valores comportamentais, vistas com “certo desdém para os caretas do PCB”.⁴⁹

Além do PSD, da UDN, do PTB e do PCB, o cenário político nacional foi povoado por um número significativo de pequenos partidos. Foram os casos do O Partido Social Progressista (PSP), O Partido Republicano (PR), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Democrático Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Libertador (PL), o Partido de Representação Popular (PRP), o Partido Social Trabalhista (PST), em 1947, e o Partido Republicano Trabalhista (PRT).

O Partido Social Progressista (PSP) foi fundado em 1946 pelo ex-interventor de São Paulo Adhemar de Barros. Adhemar foi um “adversário histórico”⁵⁰ de Jânio Quadros como veremos mais à frente. O PSP estruturou-se principalmente em São Paulo, onde elegeu o governador do estado por três vezes, durante o período de 1946 até 1964⁵¹. Assim, o PSP “suplantou nesse estado os grandes partidos nacionais”: o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). O partido manteve-se ideologicamente conservador, já que o seu principal líder, Adhemar de Barros, colocava-se contra o comunismo, o sindicalismo e as reformas de base⁵². Por outro lado, os assuntos em torno da moralização dos costumes também ocuparam um espaço no pensamento político dos adhemaristas, pois acusavam Jânio Quadros, por exemplo, de homem da maçonaria⁵³, de anticlerical, de defensor do divórcio e de bêbado⁵⁴.

O Partido Republicano (PR) surge em agosto 1945, formando-se por meio da união dos antigos Partidos Republicanos de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Pernambuco e Paraná. Seu principal líder e dirigente era o ex-presidente da República Artur Bernardes. O

⁴⁸ A moral foi um forte pilar que impulsionou mobilizações contra essa ideologia considerada diabólica. O “perigo vermelho” tratar-se-ia de apenas mais um adversário ao longo da História, sendo uma espécie de continuidade da Reforma, desejando aniquilar a doutrina da Igreja. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 19.

⁴⁹ TAVARES, Maria Hermínia de Almeida e WEIS, Luiz. *História da Vida Privada no Brasil*, v. 4 - Carro Zero e Pau de Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar, Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004. p. 399.

⁵⁰ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.233.

⁵¹ O PSP alcançou a vitória com Adhemar em 1947, Lucas Nogueira Garcez em 1960 e Adhemar, novamente, em 1962.

⁵² FARIA, Antônio Augusto da Costa. PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA. in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-progressista-1946>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

⁵³ De acordo com Gabriel Kwak, “Jânio quadros era maçom. Pertenceu ao Grande Oriente, antes de trocá-lo pelas Grandes Lojas”. *Op. Cit.*, 2006, p.331.

⁵⁴ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.331.

PR foi um aliado tradicional da UDN, defendendo em seu programa a propriedade privada e a restrição da intervenção do Estado em favor da iniciativa privada. Semelhante à UDN, o PR também fez parte da coligação janista nas eleições presidenciais de 1960. Outra afinidade com a UDN era a ênfase conferida aos assuntos acerca da moral dos usos e costumes, já que também havia a “preocupação com a família, que deveria ser defendida e amparada como “centro de formação moral e cívica””⁵⁵.

Em 1947, surgiu o Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi fundado. O PSB apoiou Jânio Quadros nas eleições para prefeito de São Paulo em 1953, e para governador, em 1954, porém, adotou postura contrária ao mesmo nas eleições presidenciais, em 1960, ocasião em que apoiou a candidatura do marechal Henrique Lott na coligação PSD/PTB. Dentre as propostas do partido, estavam a socialização dos meios de produção através do voto do Parlamento; a reforma agrária, o direito de greve, a igualdade de direitos para homens e mulheres, entre outros aspectos⁵⁶. A respeito das questões em torno dos comportamentos, o PSB, já na sua fundação, defendia que “o casamento, como contrato civil, poderá ser desfeito pelo divórcio”⁵⁷. Essa proposta era bem avançada em relação aos valores morais da época, já que o divórcio foi instituído oficialmente somente em 1977, quando ainda foi objeto de grande polêmica, principalmente pela influência religiosa.

Fundado em meados de 1945, o Partido Democrático Cristão (PDC) surgiu da reunião de funcionários públicos, alguns religiosos e militantes do catolicismo social⁵⁸. Um de suas principais propostas era a defesa de um “projeto modernizador e reformista que conduzisse a um capitalismo social, coerente com as propostas da Encíclica Rerum Novarum”⁵⁹. O partido seguia uma “Terceira Via” democrata cristã, inspirada nos “ensinamentos da Doutrina Social da Igreja”. Era portador de “soluções políticas distintas das oferecidas pelo liberalismo individualista e pelo comunismo coletivista”⁶⁰. No início da década de 1960, o PDC defendia a reforma agrária, o nacionalismo, o reformismo, isto é, as chamadas reformas de base, pois

⁵⁵ LEAL, Carlos Eduardo. PARTIDO REPUBLICANO. in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-pr>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h. Grifo do autor.

⁵⁶ Cf. CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília, EdUnB, 1981, pp. 385- 392.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/psb/registroProvisorio.htm>. Acesso em: 08/05/2016, 13:48h.

⁵⁸ BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 17.

⁵⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes; FLAKSMAN, Dora. Partido Democrata Cristão, in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-1945>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

⁶⁰ BUSETTO, *Op. Cit.* 2002, p. 15. Grifo do autor.

acreditava no nacionalismo, “entendido como consciência de luta conjunta dos países subdesenvolvidos contra os imperialismos capitalista e comunista”⁶¹.

Jânio Quadros passou uma boa parte da sua carreira política filiado ao PDC, desde vereador, em 1947, até a campanha eleitoral para governador de São Paulo, em 1954. Para Maria Victória Benevides, Jânio mantinha uma “postura tradicionalmente suprapartidária”, apresentando-se como candidato independente, acima dos partidos⁶². Todavia, segundo Felipe Magalhães, quando Quadros era parlamentar, o seu “pensamento neste momento se casava perfeitamente com os ideais” do PDC⁶³. De acordo com Jeferson Queler, esse pensamento vai acompanhá-lo até a sua gestão presidencial, em 1961⁶⁴. Para Queler, os atos moralistas de Jânio Quadros, durante sua gestão presidencial, também são aspectos que evidenciam a aproximação das suas práticas políticas com as propostas do PDC, já que entre a grande maioria dos candidatos do PDC, na década de 1950, havia a predominância de “uma pregação moralista”⁶⁵.

O Partido Trabalhista Nacional (PTN) foi fundado, em 1945, por elementos vinculados ao Ministério do Trabalho, que tinham como objetivo organizar os operários, independente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O estado de São Paulo era sua principal base eleitoral, obtendo, de acordo com a tabela apresentada, apenas 1,8% dos números de cadeiras na Câmara dos Deputados, em 1958. Nas eleições de 1954, o PTN obteve êxito eleitoral em São Paulo, ao eleger Jânio Quadros para o cargo de governador. Em 1959, o partido realizou sua convenção anual e lançou a candidatura de Jânio Quadros para concorrer à presidência da República, nas eleições de 1960, em aliança com a UDN, o PDC, o Partido Libertador (PL) e uma dissidência do PSB. Eleito Jânio, e iniciado seu mandato, em janeiro de 1961, o PTN teve pouca participação no governo, reivindicando apenas que fosse mantida a coligação vitoriosa nesse pleito.⁶⁶

Para Jefferson Queller, a mudança de Jânio do PDC para o PTN, durante a campanha eleitoral para o Governo de São Paulo, em 1954, não implicaria a “renúncia a pontos-chaves dos princípios e práticas da democracia cristã”, já que continuariam existindo “determinadas

⁶¹ Busetto, *Op. Cit.* 2002, p. 182.

⁶² Benevides, *Op. Cit.*, 1981, p. 20.

⁶³ Magalhães, 1998, p. 117.

⁶⁴ Queler, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, 2008, p. 337.

⁶⁵ Azzi, Riolando. *História da Igreja no Brasil*. Terceira Época- 1930-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 257.

⁶⁶ Ferreira, Marieta de Moraes. Partido Trabalhista Nacional, in: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

afinidades programáticas”⁶⁷. Essas serão apresentadas ainda neste capítulo, porém, vale adiantar que a censura aos costumes fez parte dessas “afinidades programáticas” tanto do PDC quanto do PTN.

Os demais partidos que serão apresentados não conseguiram ultrapassar 1% dos números de cadeiras na Câmara dos Deputados, em 1958. O Partido Libertador (PL) surgiu em 1945, sendo o estado do Rio Grande do Sul sua principal base eleitoral. O seu programa veiculava a “defesa intransigente do regime parlamentarista” e o direito à propriedade, o que o aproximava da UDN, partido ao qual se aliou para apoiar a candidatura à presidência vitoriosa de Jânio Quadros⁶⁸.

O Partido de Representação Popular (PRP) foi fundado, em 1945, por Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB). Sua carta de princípios defendia a manutenção do direito à propriedade privada, o aprimoramento técnico das forças armadas, a hierarquia, a disciplina, o autoritarismo e o “governo das elites”. Em relação às questões da moralização dos costumes, o PRP também advogava que o Estado deveria resguardar “os sentimentos de família e de patriotismo e formar uma perfeita consciência de moralidade, de higiene e de bom gosto residencial”⁶⁹. Durante as eleições presidenciais de 1960, o PRP apoiou Adhemar de Barros, um dos adversários de Jânio Quadros. Em 1964, Plínio Salgado foi um dos oradores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.

Para finalizar a composição desse quadro partidário, na linha do trabalhismo, surgem o Partido Social Trabalhista (PST), em 1947, e o Partido Republicano Trabalhista (PRT), em 1948. Ambos serviram, em grande parte, de abrigo para os filiados do cassado PCB. O PST continuou a ser basicamente uma legenda utilizada para solucionar dissensões partidárias.⁷⁰ O PRT foi extinto, em 1958, quando seus membros fundaram o Partido Rural Trabalhista (PRT). Esses dois partidos apoiaram a candidatura do marechal Henrique Lott nas eleições presidenciais de 1960.

⁶⁷ QUELER, *Op. Cit.* 2008, p. 51.

⁶⁸ LEAL, Carlos Eduardo. Partido Libertador, in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-libertador-pl-1945-1965>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

⁶⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA. in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-trabalhista-pst-1947-1965>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

⁷⁰ LEAL, Carlos Eduardo. PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR. in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-de-representacao-popular-prp>>. Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

No final da década de 1950 e início da de anos 1960, essa estrutura triangular representada pelo PSD, PTB e a UDN e o pluripartidarismo vigente sofreram alterações com a bipolarização dos grupos sociais e políticos. Nessa conjuntura brasileira, ocorreu um forte movimento de ampliação da cidadania, havendo a divisão de dois blocos definidos, que absorviam diferentes organizações e segmentos sociais. De um lado, havia aqueles, denominados de conservadores, que defendiam de forma intransigente a iniciativa privada, os princípios liberais, uma maior internacionalização da economia nacional, um alinhamento efetivo aos EUA e ao bloco capitalista e a não implementação das reformas de base, principalmente da reforma agrária.

Nesse campo, cabe ressaltar a atuação da Escola Superior de Guerra (ESG), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). De acordo com René Dreifuss, a “elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD”, financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, lutava pela conquista do Estado. Assim, formou-se um “bloco burguês militante” para “harmonizar sua predominância no campo econômico”, mas também, para conter as “classes subordinadas”. Esse complexo foi responsável pela “mobilização ideológica das classes médias” contra as propostas de “reformas distributivas” e “medidas nacionalistas” da “esquerda trabalhista”⁷¹. Em grande parte, o IPES e o IBAD apoiaram diversas organizações civis emblemáticas: Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE); Frente da Juventude Democrática (FJD) e Movimento Sindical Democrático (MSD).

De outro lado, agrupavam-se os nacionalistas e reformistas, identificados como progressistas. Esse grupo congregou organizações da sociedade civil como as Ligas Camponesas, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), militantes do PCB, entre outros, que defendiam a reforma agrária, o nacionalismo, os direitos trabalhistas, o combate ao subdesenvolvimento.

No parlamento, essa configuração de forças se materializou em Frentes Parlamentares: Ação Democrática Parlamentar (ADP) e Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que reuniam em seus quadros políticos de distintas legendas, demonstrando que o pluripartidarismo instituído em 1945 já não representava, eficazmente, os interesses da sociedade. De acordo com Delgado, nesse momento, os interesses políticos passaram a se

⁷¹ DREIFUSS, René Armans. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 259.

fragmentar e a se polarizar⁷², ocorrendo dissidências internas nos partidos através de alianças de políticos de agremiações adversárias. Dessa forma, os políticos se filiavam às frentes parlamentares, mas continuavam em seus partidos de origem, formando “blocos coesos” para defesa de suas propostas⁷³. Assim, o IBAD financiou a frente representada pela ADP⁷⁴, composta por deputados da UDN, do PR, do PSP, do PL, do PRP, e alguns integrantes do PSD. Essa frente conseguiu bloquear os projetos vinculados às Reformas de Base, como o da reforma agrária. Do outro lado, a FPN funcionava como principal porta-voz dos reformistas no Congresso Nacional⁷⁵. Nessa frente parlamentar havia a hegemonia dos parlamentares do PTB, mas também políticos de vários partidos: PDC, PSB, PTN, PST, PRT e alguns dissidentes do PSD. No entanto, vale ressaltar, grande parte do PDC e do PTN seguiram uma terceira via nesse ambiente bipolar. Em relação à Igreja Católica, os seus setores conservadores e progressistas serão apresentados somente no próximo capítulo.

1.2- A trajetória de Jânio Quadros em torno da censura moral

Jânio Quadros nasceu em Campo Grande, cidade do antigo estado do Mato Grosso (hoje capital do Mato Grosso do Sul), em 25 de janeiro de 1917. Filho de Gabriel Nogueira Quadros e D. Leonor da Silva Quadros⁷⁶, com apenas um ano de idade, mudou-se com sua família para Curitiba, onde Jânio e sua irmã (Dirce Quadros) realizaram os estudos primário no Ginásio Paranaense e no Colégio Santa Maria, cujos currículos havia a disciplina “Instrução Moral e Cívica”⁷⁷.

O pai de Jânio era médico e farmacêutico. Ele trabalhou na Diretoria de Saúde Pública do Paraná até 1930 e desenvolveu carreira política ingressando no Partido Republicano Paranaense (PRP), em cuja legenda foi eleito deputado estadual⁷⁸. Com a Revolução de 1930, a sua família mudou-se para cidade de São Paulo, onde Jânio Quadros, com 14 anos, foi matriculado no Colégio Arquidiocesano.

O Colégio Arquidiocesano era dirigido pelo Instituto dos Irmãos Maristas⁷⁹. Esse Instituto pretendia formar elites católicas, principalmente, jovens do sexo masculino. Entre as

⁷² DELGADO, *Op. Cit.* 2003, p.146.

⁷³ *Ibidem*, 2003, p.149.

⁷⁴ DREIFUSS, *Op. Cit.* 1981, p. 320.

⁷⁵ DELGADO, *Op. Cit.* 2003, p.148.

⁷⁶ YAMASHIRO, José. *Jânio: vida e carreira política do presidente*. Porto Alegre: Livraria Lima, 1961, p. 27.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 29.

⁷⁸ MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia Nacif. Verbete sobre Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, p. 4.819-4.829, 2001.

⁷⁹ “A vinda dos Irmãos Maristas para o Brasil decorreu do convite de Dom Silvério Gomes Pimenta, bispo de Mariana e discípulo de Dom Antônio Ferreira Viçoso, ao Superior Geral, Irmão Théophile, da Província de

principais propostas da educação marista, estavam o desenvolvimento físico, intelectual, moral e religioso. A educação dos Irmãos Maristas tomava Maria como modelo, enfatizando a educação espiritual a partir do catecismo, das orações diárias e da frequência à missa⁸⁰. A escola era um dos mais rigorosos em matéria de disciplina e notas⁸¹. De acordo com José Yamashiro, um dos biógrafos de Jânio, esses foram anos muito importantes para a formação moral e cívica de Jânio Quadros, já que o colégio era conhecido pelos “seus austeros métodos de educação”⁸² e seu quadro docente era formado por padres⁸³. Jânio “destacou-se como um dos melhores alunos”, ganhando “uma medalha pelo seu comportamento e outra como primeiro da classe em religião”⁸⁴.

Jânio concluiu o antigo ginásio em 1933. A sua turma teve a iniciativa de fundar a Associação dos Antigos Alunos Maristas do Colégio, grupo que auxiliaria JQ durante sua carreira política, pois quando lançou sua candidatura a vereador, em 1946, ele convocou em seu escritório alguns colegas da Turma de 1933. Esses colegas colocaram-se a serviço de sua candidatura, elaborando uma circular a todos os ex-alunos do Colégio Arquidiocesano. Posteriormente, também apoiaram JQ nas eleições para deputado estadual, prefeito, governador e presidente⁸⁵. Depois que JQ tornou-se governador do estado de São Paulo, ele visitou o Colégio para parabenizar a turma de 1954. Ainda nessa gestão, reuniu prefeitos da Vale do Paraíba para uma conferência administrativa, fazendo “questão de que a reunião se realizasse no tradicional colégio”⁸⁶. Desse modo, tudo indica que a educação adquirida nessa escola católica marista influenciou, significativamente, a sua formação e sua carreira política, principalmente, no que diz respeito às suas medidas moralistas.

Com 18 anos, JQ sofreu um acidente, durante uma festa carnavalesca, quando assistia a um desfile dirigido pelo Rei Momo, no Rio de Janeiro. O estouro de um vidro de lança-perfume nas mãos de um folião que estava ao seu lado, atingiu-o, na ocasião, provocando uma

Varenes. Assim é que, em 1897, chegaram em Congonhas do Campo, Minas Gerais, os Irmãos Júlio Adrônico, Basílio, Aloisio, Luís Anastácio, Afonso Estevão e João Alexandre. Os anos seguintes marcaram a vinda de Irmãos para: São Paulo (1898)”. NUNES, Iran de Maria Leitão. *Os irmãos maristas na educação do Maranhão (1908-1920)*. Universidade Federal do Maranhão, p.3. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0419.pdf>>. Acesso em: 31/03/2016, 17:21h.

⁸⁰ NUNES, Iran de Maria Leitão. *Os irmãos maristas na educação do Maranhão (1908-1920)*. Universidade Federal do Maranhão, p.3. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0419.pdf>>. Acesso em: 31/03/2016, 17:21h.

⁸¹ YAMASHIRO, *Op. Cit.* 1961, p. 27.

⁸² *Ibidem*, p. 37.

⁸³ CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo: editado pelo próprio autor, 1959, p. 34.

⁸⁴ YAMASHIRO, *Op. Cit.*, 1961, p. 42.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 39.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 42.

gradual cegueira da sua vista esquerda⁸⁷. Esse fato estará presente durante sua carreira política, pois quando era vereador, em 1949, JQ “apresentou um projeto propondo a proibição do lança-perfume”⁸⁸. De forma semelhante, no baile de carnaval de 1955, na cidade de Santos, o governador JQ “tentou prender o comandante da 2ª Região Militar por brincar com lança-perfume”⁸⁹. Mais uma vez, em 18 de agosto de 1961, durante sua gestão presidencial, proibiu o lança-perfume através do Decreto nº. 51.211⁹⁰. Assim, o acidente ocorrido, quando JQ tinha 18 anos, vai estar presente entre as suas medidas moralizadoras dos usos e costumes durante sua trajetória.

Jânio ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo de São Francisco, em 1935. Este era um dos espaços mais politizados da capital paulista, em grande parte, em função da atuação do Centro Acadêmico XI de Agosto, encarregado de diversas atividades, das quais Jânio participou de várias⁹¹. Desde o início, militou na política acadêmica, candidatando-se ao cargo de secretário do Centro. Sua campanha ao cargo já trazia informações acerca da sua personalidade. Jânio fixou uma fita no seu chapéu com a mensagem: “VOTE EM JÂNIO” e sentou-se “num barril colocado em frente às arcadas da faculdade, obtendo assim o cargo desejado”⁹². Nessa época, ele jogava no bicho num ponto na Praça da Sé e ficava nos bares, bebendo e jogando sinuca com os colegas acadêmicos⁹³, segundo Gabriel Kwak.

Em 1939, Jânio formou-se em Direito, e logo em seguida, montou um escritório de advocacia no Centro de São Paulo, atuando simultaneamente como professor de Português e Geografia, nos colégios Dante Alighieri e Vera Cruz.⁹⁴ De acordo com Kwak, ele não permitia que suas alunas usassem batom⁹⁵. Nesse período, ele casou-se com Eloá do Valle, com quem conviveu até a morte da esposa em 1990⁹⁶. Juntos tiveram apenas uma filha: Dirce Maria⁹⁷, cujo nome, provavelmente, foi em homenagem à sua irmã falecida, vítima de tuberculose óssea aos 15 anos.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 106.

⁸⁸ CHAIA, *Op. Cit.*, 1991, p. 32.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 122.

⁹⁰ *Coleção das leis de 1961 – VOL: VI. Atos do poder executivo.* p. 492.

⁹¹ MAGALHÃES, *Op. Cit.*, 1998, p.73.

⁹² MAYER, *Op. Cit.* 1789, p. 4.847.

⁹³ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.52.

⁹⁴ MAGALHÃES, *Op. Cit.*, 1998, p.73.

⁹⁵ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.58.

⁹⁶ NETO, Jânio Quadros; GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil.* São Paulo: Rideel, 1996, p.32.

⁹⁷ CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros.* 2. ed. São Paulo: editado pelo próprio autor, 1959, p. 36.

Com o fim do Estado Novo e a reorganização dos partidos em 1945, Jânio filiou-se à UDN por meio do comitê de Vila Mariana. No entanto, a legenda udenista lhe foi rejeitada para candidatar-se a vereador⁹⁸, já que a UDN em São Paulo “tinha muitos nomes ilustres” para disputar esse pleito. Com a recusa, Jânio candidatou-se pelo PDC, “então um partido quase ignorado do público”⁹⁹, sem “condições estruturais e financeiras” de lançar candidatos até mesmo à Assembleia Legislativa da cidade de São Paulo¹⁰⁰.

Com o incentivo e apoio dos seus alunos da escola Dante Alighieri e do Ginásio Vera Cruz, dos seus clientes¹⁰¹ e da Associação dos Antigos Alunos Maristas do Colégio, JQ tornou-se vereador da cidade de São Paulo, em 1947. Conforme sublinha Maria Vitória Benevides, os 1704 votos de Jânio não foram suficientes para ele ocupar uma cadeira na Câmara Municipal. JQ só conseguiu tal vaga em consequência da cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB em 1947¹⁰². Já para o historiador Felipe Magalhães, JQ foi o segundo mais votado do PDC, portanto, “a cadeira de Jânio estava assegurada após a apuração dos votos”. Magalhães destaca que mesmo com a cassação dos políticos eleitos pelo PCB, eles continuaram exercendo seus mandatos até janeiro de 1948¹⁰³. Segundo ele, esse equívoco seria talvez uma forma de associar o surgimento de Jânio como casual, retirando a importância deste personagem ou a vinculação da sua ascensão com o declínio comunista, parecendo que sua carreira sempre foi marcada “pela quebra das regras do jogo democrático”¹⁰⁴.

Como vereador pelo PDC (1947-1951), Jânio foi um dos mais atuantes do município de São Paulo, apresentando mais de 2.000 projetos, sendo 15% convertidos em lei¹⁰⁵. Entre estes, havia diversas medidas em relação aos direitos dos trabalhadores como à greve, à moralização administrativa e à defesa do consumidor, como por exemplo, a aliança que fez com o padre Arnaldo, do PSP, contra o refrigerante Coca-Cola, por ele denominado de “purgante”, exigindo a sua retirada do mercado¹⁰⁶. Sobre a moralização dos costumes, Jânio visava restringir o consumo de bebidas somente aos domingos, pois, segundo estatísticas, a criminalidade aumentava nesse dia.¹⁰⁷ Jânio criticava o livre comércio de livros, revistas,

⁹⁸ MAGALHÃES, *Op. Cit.*, 1998, p.73.

⁹⁹ YAMASHIRO, *Op. Cit.*, 1961, p. 55.

¹⁰⁰ Busetto, *Op. Cit.*, 2001, p.87.

¹⁰¹ YAMASHIRO, *Op. Cit.*, 1961, p. 56.

¹⁰² BENEVIDES, *Op. Cit.*, 1981, p. 12.

¹⁰³ MAGALHÃES, *Op. Cit.*, 1998, p.91.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.95.

¹⁰⁵ CHAIA, *Op. Cit.*, 1991, p. 22.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 24.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 24.

desenhos e filmes considerados pornográficos e defendia uma fiscalização do Estado. Condenava o jogo do bicho e denunciava que o aluguel de quartos de residências para casais com a finalidade de comércio sexual estava se proliferando, causando grandes danos à moral e aos bons costumes¹⁰⁸.

Jânio renunciou ao mandato de vereador, que só terminaria em 1951, para disputar as eleições para deputado estadual de São Paulo, em 1951. De acordo com Vera Chaia, sua atuação como vereador foi considerada positiva por muitos paulistanos, já que foi o deputado estadual mais votado nesse pleito¹⁰⁹. Como Deputado Estadual (1951-1952), também pelo PDC, ele notabilizou-se por reforçar várias temáticas defendidas quando ainda era vereador¹¹⁰, criando projetos de lei, como por exemplo, que estabeleciam canos de descarga sobre o teto dos ônibus para evitar a poluição e criticando o preço dos ingressos do futebol¹¹¹. Em relação à moralização dos costumes, Jânio combateu a prostituição, denunciando a existência de cabarés e prostíbulos e retomou a sua campanha contra o jogo e o vício, entre outras coisas¹¹². No final de 1952, houve uma nova renúncia. Jânio deixou o cargo de deputado estadual para concorrer às eleições para a Prefeitura de São Paulo, em 1953¹¹³.

Nesse pleito, Jânio Quadros surge como uma “nova força política que se contrapõe ao adhemarismo, facção dominante na política paulista”. Ele se candidatou pelo PDC, em aliança com o PSB, e disputou o pleito contra uma poderosa coligação formada por sete partidos: UDN, PTB, PSD, PSP, PR, PRT e PRP, que lançou Francisco Cardoso como candidato¹¹⁴. O slogan de Jânio na campanha foi “O tostão contra o milhão” e seu símbolo a vassoura, caracterizando “a limpeza que faria na administração municipal”¹¹⁵. Jânio venceu essa eleição, já que 70% dos paulistanos recusaram a coligação adversária formada pelo Governo municipal, estadual e federal¹¹⁶.

Durante a gestão municipal de Jânio em São Paulo, houve o prolongamento de diversas medidas em torno da moralização administrativa, do direito do consumidor, entre outras. Sobre a censura aos costumes, muitas se estenderam à gestão janista, mandando cassar, por exemplo, os alvarás de hotéis onde estavam ocorrendo “encontro de casais” e

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 32

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 38.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 51.

¹¹¹ MAGALHÃES, *Op. Cit.* 1998, p. 110.

¹¹² CHAIA, *Op. Cit.* 1991, p. 56.

¹¹³ *Ibidem*, p. 60.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 61.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 69.

¹¹⁶ WEFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p.17.

proibindo a venda em bancas de jornais de obras “atentatórias à moral”.¹¹⁷ Em janeiro de 1955, JQ deixaria o cargo de prefeito, após ter sido eleito governador de São Paulo, portanto, sua gestão municipal durou apenas dois anos.

Durante a campanha eleitoral para governador de São Paulo, em 1954, houve um desentendimento de Jânio com o PDC, logo sua candidatura foi homologada pelo PTN, em coligação com o PSB¹¹⁸. Jânio disputou essa eleição com Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo, coligado pela UDN, PSD, PR, PDC, PL e uma ala do PTB. Outros adversários foram Toledo Piza, do PTB, e o seu principal rival: Ademar de Barros do PSP. Esse havia sido deputado estadual em 1934, interventor do estado de São Paulo durante o Estado Novo “a mando de Getúlio Vargas”¹¹⁹ e governador de São Paulo em 1947. Nessa disputa, houve uma acirrada polarização entre Jânio e Adhemar durante a campanha eleitoral. Jânio vence Adhemar com a diferença de apenas 0,9% dos votos¹²⁰.

Em um comício, Jânio chegou a exibir uma gaiola com um rato dentro, apelidando o roedor de Adhemar. De acordo com Gabriel Kwak, Ademar de Barros não deixou por menos. Ele teria mandado um repórter perguntar a JQ, se ele bebia. A resposta de Jânio foi: “Bebo porque é líquido. Se fosse sólido, comê-lo-ia.”¹²¹ Nessa época, tais denúncias “poderiam ser eleitoralmente fatais, em razão do comportamento dominante no período”¹²². Portanto, tudo indica que a moralização dos costumes foi uma importante bandeira levantada durante as eleições por inúmeros candidatos nessa época.

Durante seu Governo estadual (1955-1959) pelo PTN coligado com o PSB, JQ combateu o carteado, as rifas, os bingos, condenou o uso de trajés como o short, proibiu as rinhas de galo¹²³ e, em 1957, proibiu a execução do rock’n roll em todos os bailes no estado de São Paulo¹²⁴. O formandos da Faculdade de Medicina, banharam-se despídos em um tanque nos jardins da referida instituição de ensino. Jânio enviou um “bilhetinho” a um delegado com o seguinte conteúdo: estudantes capazes de ato vergonhoso como o acima referido não devem merecer, do Poder Público, a menor consideração; considerando ser dever do delegado, prender em flagrante.¹²⁵ Em 1958, em fim do seu mandato como governador,

¹¹⁷ CHAIA. *Op. Cit.* 1991, p. 89. Grifo da autora.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 106.

¹¹⁹ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.241.

¹²⁰ *Ibidem*, p.84.

¹²¹ VALENTE, Nelson. *Jânio de fio a pavio*. 2. ed. São Paulo: Edicon, 1997, p. 39.

¹²² KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.331.

¹²³ CHAIA. *Op. Cit.* 1991, p. 122.

¹²⁴ Disponível em: <<http://ooutroladodamoeda.com.br/2010/12/as-polemicas-de-janio-quadros/>>. Acesso em:01/04/2016, 00:29h.

¹²⁵ PEREIRA. José. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Eliyahu Behar, Musa, 1959, p. 99.

Jânio candidatou-se a deputado federal pelo PTB do Paraná. Na ocasião foi o deputado mais votado desse estado, mas nunca exerceu o mandato¹²⁶. Alguns meses depois lançou sua candidatura à Presidência do Brasil¹²⁷.

Para disputar as eleições presidenciais, em outubro de 1960, o PTN oficializou a candidatura de Jânio Quadros¹²⁸, como fizera na disputa ao cargo de governador de São Paulo, em 1954. Nesse pleito, ampliou-se a coligação janista a partir do PTN, UDN, PDC, PL e PR. Por outro lado, segundo René Dreifuss¹²⁹, outros grupos colaboraram financeiramente para a campanha janista, como os empresários ligados ao grupo dos Matarazzo, Votorantin, Associação Comercial, Federação das Indústrias, Indústria Automobilística de São Paulo e a Federação das Associações Rurais entre outros. O mesmo ocorreu em relação à ESG e ao IBAD.

Por outro lado, em 1959, foi fundado no Rio de Janeiro o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), movimento “extrapartidário”, oficialmente responsável por propagandear sua candidatura¹³⁰. A “carta de princípios” do MPJQ afirmava que:

é preciso inculcar na consciência dos brasileiros, de todas as categorias sociais, sem distinção de qualquer natureza, que a vitória de Jânio Quadros significa o início de verdadeira revolução branca, cujo objetivo derradeiro somente será alcançado com a implantação de processos de governo, estribados na **moralização de costumes**¹³¹.

Assim, o MPJQ era favorável à “implantação” de medidas “estribadas na moralização de costumes”. Da mesma forma, em setembro de 1960, foi proclamada a Plataforma de Governo de Jânio Quadros ao cargo de presidente. O documento enumerava diversos aspectos: saúde, educação, legislação social, petróleo, transporte. A respeito da moralização dos costumes, advogava:

Interprete da vontade de um povo que conhece a grandeza das possibilidades nacionais, ser-me-á conferido, uma vez eleito, o encargo de mobilizar todos os **recursos morais** e materiais, a fim de apressar o advento de uma realidade, cujo

¹²⁶ A bibliografia consultada não explica os motivos que levaram Jânio a se candidatar a deputado federal no Paraná pelo PTB, em 1958, garantida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quando ainda era governador de São Paulo pelo PTN. Provavelmente, seria uma forma de testar sua popularidade em outro estado, visando à presidência, em 1960. Por outro lado, o PTN tinha, semelhante ao PTB, elementos vinculados ao Ministério do Trabalho, que tinham como objetivo organizar os operários, mas também, o PTB tinha condições estruturais e financeiras superiores ao PTN no Paraná. Talvez, esses dados forneçam pistas para compreender essa escolha de Jânio.

¹²⁷ CHAIA. *Op. Cit.*, 1991, p. 152.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 157.

¹²⁹ DREIFUSS, *Op. Cit.*, 1981.

¹³⁰ CHAIA. 1991, *Op. Cit.* p. 158. Grifo meu.

¹³¹ CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 283. Grifo meu.

conteúdo de progresso avulta e se define, dia a dia, na consciência e na aspiração de cada um¹³².

Sendo assim, a moralização dos usos e costumes também fazia parte do seu plano de governo, visto que Jânio pretendia “mobilizar todos os recursos morais”, ou seja, a moralização administrativa, a moralização dos usos e costumes entre outros aspectos. Esses dois recortes acima ajudam a perceber que a censura aos comportamentos permaneceu durante sua campanha eleitoral ao cargo de presidente. Assim, tanto a plataforma política de Jânio Quadros como os princípios do Movimento Popular Jânio Quadros, movimento oficialmente responsável por sua propaganda durante a campanha eleitoral, apresentavam a moralização dos costumes como um de seus pontos nos planos de governo. Entretanto, vale ressaltar que isso não significa que tais propostas moralistas determinaram sua vitória eleitoral nesse pleito, já que existiam diversos outros tópicos temáticos na sua plataforma de governo.

Mais uma vez, seu adversário era o arquirrival Adhemar de Barros, concorrendo pelo PSP, além do marechal Henrique Lott da coligação PSD/PTB. Jânio Quadros venceu as eleições, realizadas no dia 3 de outubro de 1960, com 48% dos votos nominais, significando para alguns “a revolução pelo voto”.¹³³ Essa vitória demonstrou que Jânio conseguiu apoio não apenas das camadas populares, mas também de “setores das classes média e alta, identificados com a UDN e com suas propostas moralizadoras”¹³⁴.

Jânio renunciou o seu cargo de presidente em 25 de agosto de 1961. Em 1962, candidatou-se mais uma vez ao Governo do Estado de São Paulo pelo PTN. Disputou as eleições com Adhemar de Barros pelo PSP, José Bonifácio pela coligação PR, PDC, UDN, PTB e PRP e com Cid Franco pelo PSB. Dessa vez, Adhemar de Barros sairia vitorioso com a diferença de apenas 3,7 % do total de votos¹³⁵, sendo a primeira derrota eleitoral de Jânio Quadros em sua trajetória política.

Após o golpe civil-militar de 1964, Jânio teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em 1965, o presidente Castelo Branco extinguiu o pluripartidarismo e implantou o bipartidarismo com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agremiação da situação, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), da oposição¹³⁶. Visando o enfraquecimento do MDB em 1979, o pluripartidarismo foi novamente implantado pelo general João Figueiredo. Novos partidos surgem: o Partido Democrático Social (PDS), ex-

¹³² NETO, *Op. Cit.*, 1996, p.73.

¹³³ SILVA, Hélio. *Jânio Quadros – 20º - presidente do Brasil- 1961- coleção os presidentes*. São Paulo: Grupo de comunicação três, 1983, p.31.

¹³⁴ CHAIA. *Op. Cit.*, 1991, p. 181.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 247.

¹³⁶ CHAIA. *Op. Cit.* 1991, p. 251.

Arena; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ex-MDB; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), controlado por Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT) liderado por Leonel Brizola; o Partido Popular (PP) que juntos políticos da Arena e do MDB; e o PT (Partido dos Trabalhadores), oriundo do movimento sindical do Grande ABCD paulista, de setores progressistas da Igreja Católica e do meio intelectual¹³⁷.

Nesse processo de distensão, houve as eleições diretas para o governo do Estado de São Paulo, em 1982. Jânio filiou-se ao PTB para disputar o cargo de governador, em grande parte, contra Franco Montoro, do PMDB; Rogê Ferreira, pelo PDT; e Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT. Jânio ficou em terceiro lugar, perdendo para o vitorioso Franco Montoro e o segundo Rogê Ferreira, permanecendo acima do quarto colocado, Luís Inácio Lula da Silva¹³⁸.

No final de 1984, Jânio lançou-se candidato para a Prefeitura de São Paulo pela coligação PTB-PFL. Nessas eleições concorreu com Fernando Henrique Cardoso (FHC), pelo PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy, pelo PT e mais outros oito candidatos de outros partidos. O símbolo da sua campanha continuou sendo a vassoura¹³⁹, permanecendo em sua plataforma propostas com relação à moralização dos usos e costumes, moralização administrativa, transporte, educação entre outros.

Jânio combateu a candidatura de FHC, acusando-o de comunista. Os ataques de Jânio intensificaram depois que FHC deu uma entrevista à revista *Playboy*, afirmando que na juventude havia experimentado maconha. Jânio venceu FHC com a diferença de apenas 3% dos votos. No entanto, isso não quer dizer que tais ataques foram determinantes nessa vitória. Entretanto, esse episódio evidencia que a moralização dos costumes continuou acompanhando Jânio em diversos momentos da sua trajetória política.

Em sua gestão municipal (1986-1989) os temas da moralização administrativa e dos costumes se repetiam. Jânio combateu locais de jogos, casas de massagem, motéis, pois segundo ele, “muitos deles são prostíbulos disfarçados”¹⁴⁰. Proibiu o uso de sunga e do “fio dental” no Parque Ibirapuera e nos outros parques municipais, explicando que seria tais trajes “mal cobrem os órgãos sexuais da mulher e do homem”¹⁴¹. Da mesma forma, proibiu a participação de alunos homossexuais na Escola Municipal de Bailado e fechou salas de cinemas que passavam filmes considerados imorais, recebendo telegramas de cidadãos

¹³⁷ LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias - O Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

¹³⁸ CHAIA. *Op. Cit.*, p. 255.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 259.

¹⁴⁰ CHAIA. *Op. Cit.*, 1991, p. 274. Grifo do autor.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 275.

favoráveis à censura moral¹⁴². Alguns moradores de Indianópolis fizeram queixas ao prefeito sobre a quantidade de travestis no bairro. “Jânio resolveu a questão, com jatos d’água fria” sobre os travestis até desaparecerem da região¹⁴³. Jânio concluiu seu mandato na prefeitura em dezembro de 1988, sendo sucedido por Luísa Erundina, do PT. A partir dos anos de 1990, sua saúde foi ficando debilitada, vindo a falecer em 16 de fevereiro de 1992, em São Paulo.

1.3- Interpretações sobre Jânio Quadros e a sua censura moral

Entre as fontes bibliográficas encontradas sobre Jânio Quadros, a maior parte foi produzida por memorialistas, jornalistas e alguns acadêmicos, havendo poucas pesquisas historiográficas. A seguir, serão apresentadas diferentes obras com o intuito, principalmente, de compreender suas ações políticas, verificando as distintas abordagens em torno da temática moral dos usos e costumes. Muitas dessas produções receberam grande influência da conjuntura em que foram produzidas e do contexto intelectual da época. Essas obras contribuíram para nortear, problematizar e delimitar essa pesquisa.

Na década de 1950, durante o governo estadual de Jânio, em São Paulo, Viriato de Castro, jornalista e político, publicou o livro: *O fenômeno Jânio Quadros*, cuja 2ª edição foi atualizada em 1959. Nesta obra, o autor faz uma análise, por meio de revistas e jornais, da carreira política de Quadros, desde vereador até governador, explicitando sua intenção de divulgar a candidatura de Jânio à presidência, sob o argumento de “sairá pelo Brasil em marcha batida em direção ao Catete. Ninguém pode detê-lo”.¹⁴⁴ Simultaneamente, Viriato também publica a obra *Espada x Vassoura: Marechal Lott*, em 1959, pretendendo valorizar o candidato udenista, Jânio Quadros, e desmoralizar Marechal Lott, candidato da coligação PSD-PTB¹⁴⁵.

Em *O fenômeno Jânio Quadros*, Viriato de Castro aponta três principais crises que atingiriam o país: a crise de autoridade, a crise econômica e a crise moral. De acordo com ele, Jânio se propusera a “combater essas três crises, através da recuperação moral, política e administrativa”¹⁴⁶. No entanto, quando aborda as questões morais, esse autor enfatiza apenas os assuntos acerca da moralização administrativa, isto é, o clientelismo, a corrupção, a negligência, entre outros. A moralização dos usos e costumes não é priorizada em sua análise.

¹⁴² *Ibidem*, p. 276.

¹⁴³ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p.58.

¹⁴⁴ CASTRO, *Op. Cit.*, 1959, p. 8.

¹⁴⁵ CARLONI, Karla. *A espera do salvador: as biografias do marechal Henrique Teixeira Lott*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007, p. 4. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0683.pdf>>. Acesso em: 08/04/2016, 11:27h.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 145.

O único momento em que toca na questão é quando, ao discutir a gestão municipal de Jânio, afirma que o Prefeito Jânio começava a ser acusado por seus adversários de não mexer com os grandes, só perseguindo os funcionários de baixo escalão. Viriato apresenta exemplos para tentar refutar esses ataques, advogando que Quadros “enfrentava grandes e pequenos, sem malícia ou temor”. Assim, enfatizou que “ninguém ousara mexer com o “Jockey Club” de São Paulo”, reduto da elite, mas Quadros mandou interditar esse local.¹⁴⁷ Segundo o autor, essa atitude de Jânio estaria ligada ao combate aos poderosos.

Logo após o governo estadual de Jânio, José Pereira, seu assessor de imprensa, lançou *Bilhetinhos de Jânio*, em 1959. No livro, Pereira analisa as ações de Jânio, durante sua gestão estadual, por meio de “bilhetinhos” enviados por Quadros, principalmente, aos “secretários, diretores, chefes de secção e até mesmo para simples funcionários”¹⁴⁸. Semelhante ao jornalista Viriato de Castro, ele tem a intenção óbvia de difundir uma imagem positiva de Jânio para o pleito presidencial de 1960. O que, em parte, explica a compilação de diversos abaixo-assinados da população, apelando para o lançamento de sua candidatura presidencial, editados por José Pereira, segundo ele, “numa compilação despreocupada, sem qualquer sentido de estudo, mas meramente de divulgação”¹⁴⁹. Pereira trata Jânio como um homem de “inteligência brilhante” e “honrado administrador”. Argumenta que os despachos e memorandos de Jânio foram chamados de “bilhetinhos” pela oposição com propósitos depreciativos, mas representavam seu combate aos “grilhões burocráticos”¹⁵⁰. Esses memorandos abrangem, em grande parte, as questões referentes à segurança, à saúde, à educação, ao trabalho, à moralização administrativa e aos costumes. Sobre a “renovação de costumes”, Quadros enviava ordens ao Secretário de Segurança, por exemplo, para proibir as rinhas de galo:

Ouço que em Campinas se está permitindo a rinha de galos. Telegrafe às autoridades. Responsabilizarei, civil e criminalmente, toda autoridade que desatender a proibição absoluta existente, que é legal¹⁵¹.

Esses “bilhetinhos” moralistas compilados foram fundamentais para essa pesquisa, principalmente na apresentação da trajetória política de Jânio em torno da censura moral. Como veremos, as rinha de galo também serão proibidas durante sua gestão presidencial. Portanto, essas propostas moralistas permanecem por toda sua trajetória política.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 74.

¹⁴⁸ PEREIRA, *Op. Cit.*, 1959, p.11.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.11.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p.13.

¹⁵¹ *Ibidem*, p.94.

No início de 1961, logo após a vitória de Jânio nas eleições para presidência República, o jornalista José Yamashiro publicou: *Jânio: vida e carreira política do presidente*. Yamashiro analisou a carreira de Jânio desde a infância até a chegada à presidência, demonstrando uma simpatia pelo presidente eleito. Segundo ele, Jânio seria um “corpo franzino”, mas com “uma alma forte”¹⁵². Ao estudar a bibliografia de Jânio na época, Yamashiro verificou “que quase não havia dados sobre a infância e a adolescência”, então, entrevistou diversos “parentes, colegas e amigos ou simples conhecidos de JQ ou de sua família”¹⁵³. Dessa forma, obteve “informações preciosas” sobre a “face desconhecida (Da infância à adolescência)” de Jânio. Yamashiro não menciona as medidas moralistas de JQ durante sua trajetória, mas traz, relativamente, diversas informações que talvez possam fornecer pistas acerca dos motivos dos atos moralistas de Jânio, como por exemplo, sua formação ginásial no Colégio Arquidiocesano.

No início dos anos de 1960, a Guerra Fria estava bastante acentuada, principalmente depois da Revolução Cubana, em 1959. Nesse contexto a produção literária foi, em grande parte, influenciada pelo materialismo histórico. Em 1961, o historiador Moniz Bandeira, no livro *O 24 de agosto de Jânio Quadros*, faz um estudo sobre a gestão presidencial de Jânio Quadros através, principalmente, de telegramas diplomáticos entre os EUA e o Brasil. Nesse trabalho, Bandeira argumenta que Jânio executou um programa econômico para favorecer o grande capital e os interesses estrangeiros, pois o empresariado, fortalecido pela industrialização, almejava conter o crescimento do movimento operário e, para isso, era fundamental a concentração de poder.¹⁵⁴

O autor enfatiza a postura em relação à política internacional do presidente, interpretada como elemento que serviu para fortalecer seu prestígio popular por meio de simpatias da esquerda, mas também barganhar maiores vantagens financeiras com os EUA. Com isso, seu Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, obteve novos financiamentos norte-americanos, consolidando a dívida externa brasileira. Nesse sentido, a oposição janista à invasão de Cuba, foi interpretada não como uma medida de respeito à soberania daquele país, mas sendo uma forma de evitar uma explosão interna devido à crise econômica e social, ou seja, a política externa serviria para resolver problemas internos.¹⁵⁵ Para Bandeira, a renúncia de Jânio refletiria a tentativa das “poderosas forças” se tornarem “hegemônicas” e forçar os trabalhadores, por meio da contenção dos salários, a financiar a crise do capitalismo, sendo

¹⁵² YAMASHIRO, *Op. Cit.*, 1961, p. 3.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 7.

¹⁵⁴ BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.18.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 16.

uma “cartada para provocar um impasse” entre o povo, as Forças Armadas e o Congresso. Nesse sentido, para o autor, Quadros “representou o maior perigo fascista”¹⁵⁶.

Quando Bandeira aborda as questões sobre moralidade administrativa, afirma que Quadros “expressou, na verdade, as aspirações dos setores mais fortes da burguesia”, principalmente de São Paulo, que representava a “hegemonia política nacional”. Desse modo, empenhou-se “em adaptar o aparelho estatal burocrático” de acordo com o “domínio burguês”, isto é, “impôs o terror nas repartições públicas”, perseguindo e “desmoralizando o funcionalismo público” para tornar o “Estado dinâmico” e semelhante a uma “empresa comercial”¹⁵⁷.

Sobre os assuntos que envolvem a moral dos usos e costumes, Moniz Bandeira defende que a Igreja, desde JK quando houve um esboço de reatamento com a União Soviética, já era contra essa aproximação. No entanto, durante o governo Quadros, a Igreja não protestou contra esse restabelecimento de relações em função das questões morais, porque ao mesmo tempo que se aproximava do bloco socialista, o presidente baixava decreto, “proibindo o uso de maiôs em desfiles de beleza, para atender à reclamação de uma liga de senhoras católicas do Paraná”, sendo uma das formas de neutralizar uma das forças políticas do país¹⁵⁸. Nesta perspectiva, esse ato acerca dos costumes é interpretado como uma ação determinada pela estrutura da Guerra Fria, atendendo a uma liga católica do Paraná. Essa abordagem aponta a censura moral como uma resposta a setores religiosos insatisfeitos com sua política externa. Fica, porém, em aberto se essas questões foram algo restrito a grupos católicos do Paraná.

No que diz respeito à sua carreira política como um todo, verificamos que as medidas moralistas dos usos e costumes não foram restritas ao período da gestão executiva federal. Dessa forma, é possível relativizar a ideia defendida por Moniz Bandeira de que a proibição de maiôs em desfiles de beleza foi mera atitude determinada pela Guerra Fria e pela influência da Revolução Cubana, em 1959, visto que a censura aos comportamentos já estava na sua agenda quando ainda era vereador, em 1947.

O repórter David Nasser editou, em 1966, *Jânio: a face cruel*¹⁵⁹, uma coletânea de artigos escritos durante 1961 e 1962. Nasser foi um dos grandes nomes da história da

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 34.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.54.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.34.

¹⁵⁹ NASSER, David. *Jânio a face cruel*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1996.

imprensa brasileira, conspirando ativamente para a deposição do presidente João Goulart¹⁶⁰. Ele analisa o desenrolar da gestão janista e, ao mesmo tempo, vai comentando os acontecimentos. O título do livro resume a sua ideia central, apontando JQ como uma “gargalhada da história”, “namorando com Fidel, mas dormindo com Kennedy”, isto é, Nasser advoga as propostas udenistas, criticando a política externa de Jânio. Assim, logo depois da renúncia, afirma que JQ “nunca foi louco. Ele é, realmente, um bom psiquiatra de 6 milhões de brasileiros.”¹⁶¹ É intrigante perceber que em nenhum momento a censura aos costumes é mencionada por Nasser, já que tais decretos poderiam ser utilizados por Nasser para fortalecer a imagem de Jânio como uma “gargalhada da história”. Provavelmente, um dos motivos para isso seria que tais atos moralistas estariam atrelados às propostas moralistas defendidas pela UDN, partido que Nasser demonstra uma inclinação.

Em 1962, o autor Castilho Cabral, amigo de Jânio e presidente do MPJQ, lançou *Tempos de Jânio e outros tempos*. Neste trabalho, há relatos memorialísticos da trajetória política de Jânio desde o governo de São Paulo até sua renúncia. Semelhante a Viriato de Castro e a José Pereira, Castilho glorifica a imagem de Quadros, afirmando que sua “estrondosa vitória” nas eleições presidenciais de 1960, ofereceu apenas um terço do poder “ao chefe da revolução democrática.” Isso em função dos equívocos dos constituintes de 1946, quando impediram que o Congresso fosse renovado, simultaneamente, com o Poder Executivo. Outro um terço do poder estaria dominado pelo Supremo Tribunal Federal, onde predominavam os situacionistas. Assim, o novo presidente contaria apenas com a parcela de poder restante ao Executivo. No entanto, mesmo com essas “deficiências”, para Castilho, Quadros “atirou-se corajosamente à realização de seus propósitos”¹⁶².

Para comprovar essas “ações corajosas” do presidente, esse autor enumera diversas medidas, como, por exemplo, a moralização administrativa, a criação de subgabinetes da Presidência nos estados, irritando os governadores e políticos locais. Nesta lógica, a moralização dos usos e costumes, semelhante a Viriato de Castro, também foi interpretada como um ato de bravura, para combater os poderosos, o que permite entender sua ação no âmbito da regulamentação das películas cinematográficas, da propaganda comercial na TV e da cassação da concessão da Loteria Federal, geradora de lucros aos concessionários e aos políticos. Sobre a proibição das rinhas de galo e do uso de biquíni, ele apenas as mencionou.

¹⁶⁰ “Brilhante escritor e poeta, sua trajetória se confunde em alguns momentos com a da revista O Cruzeiro, onde permaneceu durante 31 anos: de 1943 a 1974”. MORAES, Letícia Nunes de Góes. 1964: COTIDIANO E POLÍTICA. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1334.pdf>. Acesso em: 08/04/2016, 11:55h.

¹⁶¹ *Ibidem*, p.73.

¹⁶² CABRAL, *Op. Cit.*, 1962, p. 243.

Este livro contém diversos documentos impressos do Movimento Popular Jânio Quadros, que possibilitam verificar que a censura aos costumes era propagandeada pelo MPJQ, conforme foi salientado anteriormente na apresentação da trajetória janista. Assim, é viável afirmar que tais decretos não eram medidas isoladas de Jânio, pois a MPJQ também objetivava a implantação dessas medidas pelo governo. Isso também possibilita relativizar a proposta de Moniz Bandeira, de que os decretos morais foram apenas para satisfazer uma liga católica do Paraná, insatisfeita com a aproximação do governo em relação a um país comunista. Esses atos faziam parte das propostas políticas desse movimento, portanto, é viável deduzir que podem ter abrangido, de forma mais ampla, o corpo social. É curioso perceber que os autores Viriato, Pereira e Castilho, por mais que sejam correligionários de Jânio, não instrumentalizam a maioria dos atos sobre os costumes para criar uma imagem moralista de JQ, afinada com uma doutrina moral católica. As questões destinadas aos jogos são interpretadas como formas de combater a desigualdade social, servindo para criar a imagem de um político corajoso. As demais proibições (das rinhas de galo e do uso de biquíni), por exemplo, são talvez percebidas por eles, como ações que estão fora da órbita governamental. Desse modo, as questões em torno dos costumes só ganhariam importância em função dos aspectos econômicos, na “luta contra os poderosos”.

Um ano após o golpe civil-militar de 1964, que instituiu a ditadura militar no Brasil, o jornalista Mário Victor publica, em 1965, *Os 5 anos que abalaram o Brasil*, posicionando-se ao lado dos chamados progressistas, já que explicava que o golpe de 1964 visava, apenas, a “impedir a realização daquelas reformas estruturais, a fim de manter os privilégios da plutocracia rural e urbana”¹⁶³. Numa análise marxista e dual que dividia os grupos políticos em esquerdistas e direitistas, ele advoga que Jânio colocou-se ao lado dos primeiros, voltando-se contra os conservadores, em especial, a UDN. Por isso, Quadros teria levantado a bandeira da Reforma Agrária, da Lei de Remessa de Lucros e da Lei Antitruste, sendo o início das reformas estruturais e administrativas reivindicadas pelo povo.¹⁶⁴ A partir dessas ações, as classes dominantes teriam esboçado pretextos para derrubá-lo, principalmente, a partir da política externa praticada. A UDN acusá-lo-ia de traidor e de estar conduzindo o país para uma ditadura. Já os grupos socialistas e trabalhistas o teriam ampliado. Nessa linha de raciocínio, a renúncia fora provocada por seu temperamento indisciplinado, pela falta de amadurecimento político e seu provincianismo.

¹⁶³ VICTOR, Mário. *5 anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.19.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p.6.

Segundo Victor, a interferência nos setores públicos “despertara o país”, já que sua austeridade administrativa “projetou seu nome para todo território nacional”, concretizando as promessas eleitorais¹⁶⁵. A respeito da moralização dos usos e costumes, defende que “quebrar tradições caducas” é “um desafio aos homens de espírito superior”, como Nietzsche na Filosofia e Marx na Economia. Dessa forma, Jânio seria um desses “homens de espírito superior” ao moralizar os costumes. Mário Victor defende ainda que aqueles que “colocavam o jogo acima da moral e dos interesses da família”, acharam uma “ação discricionária” era uma prova de sua intenção de se tornar um ditador. Entretanto, a maioria do povo seria favorável à regularização da jogatina. Afirma que, para Quadros, o fundamental era o que estava nas entrelinhas desses decretos, ou seja, era uma forma de estimular o povo a voltar-se para os problemas mais importantes, como a exploração e a desigualdade do sistema capitalista¹⁶⁶, sendo essas atitudes moralistas determinadas pelas estruturas econômicas do país. Sobre os atos que censuravam o rádio, a televisão, o cinema e o teatro, Victor afirma que, para o presidente, os órgãos difusores da cultura deveriam ser orientados pelo governo para oferecer ao povo uma educação elevada, sem uma lógica mercantilista, o que justificaria a censura sobre os “programas condenáveis moralmente”. No entanto, tais ações, em grande parte, visavam a “atender as advertências do Papa João XXIII”¹⁶⁷. Em suma, quando ele diz que JQ seria um dos “homens de espírito superior” ao moralizar os costumes, é possível perceber que Victor apoiou esse tipo de censura, portanto, tais medidas moralistas não foram restritas aos grupos conservadores, visto que Mário Victor militava entre os progressistas. Inclusive, para o autor, a maioria do povo seria favorável à censura dos usos e costumes, não sendo tais propostas apenas reivindicações da classe média conservadora.

Em 1967, o brasilianista Thomas Skidmore lançou *Brasil: de Getúlio a Castelo*. No capítulo destinado à gestão janista, afirma que Quadros, através do seu ministro da Fazenda, o udenista Clemente Mariani, endossara um programa antiinflacionário ortodoxo” a partir de “salários congelados” e cortes de subsídios de importação, duplicando o preço da gasolina e do pão¹⁶⁸. No livro, Skidmore defende que Jânio, por meio da sua renúncia, esperava mais poderes, sendo “evidente que Quadros superestimava, então, sua popularidade”, imaginado que o Congresso e os militares solicitariam seu retorno, aceitando todo seu programa¹⁶⁹. O autor o considera um “Napoleão moderno”, pois teria tentado manter o controle através

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.90.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p.103.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 107.

¹⁶⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 220.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 250.

apenas da sua personalidade. A diferença para Napoleão estaria justamente em torno da temática moral, pois afirma que Jânio “desperdiçava energia com questões sem nenhuma importância”, como a proibição do uso de biquíni nas praias do Rio e do lança- perfume.¹⁷⁰ Nesse sentido, Skidmore acredita que a censura moral foi uma ação isolada de Jânio, não havendo setores da sociedade afinados com tais medidas.

Ao discutir a bibliografia sobre Jânio Quadros, também é fundamental trazer ao debate questões relativas ao populismo. Ainda nos anos de 1960, Francisco Weffort publicou o clássico *O populismo na política brasileira*. O eixo central da sua pesquisa é a análise da emergência das massas na política do país. O populismo para Weffort, implicava na incorporação das massas à política, mas de forma tutelada, já que ao longo de todo o período elas teriam funcionado como uma espécie de parceiro fantasma. Ainda assim, ele atribui um papel ativo às massas, colocando em destaque sua interferência na composição de forças com a elite após 1945. Assim, desde 1945, para Weffort, existiria um relativo espaço de manobra popular no período democrático. Para explicar essa questão, ele oferece o exemplo da vitória de Jânio para prefeito em 1953, quando 70% dos paulistanos recusaram a coligação adversária formada pelo Governo municipal, estadual e federal¹⁷¹.

Sobre Jânio, Weffort afirma que a ambiguidade estava presente, porque, entre outras questões, discursava como sendo um homem do “tostão” contra os homens do “milhão”, esbarrando na sua associação com a elite. Soma-se sua retórica radical que chocava-se com sua “consciência pequeno-burguesa.” Outro aspecto está na sua exposição dos problemas sociais, sem diagnosticar os motivos reais dos problemas. Isto explicaria o “êxito da violência verbal” de Jânio nas punições contra os funcionários públicos, ocultando das massas os “verdadeiros donos do poder”.¹⁷² Weffort explica que quando as massas se tornam proletárias, reivindicam um “Estado impessoal”. No entanto, à medida que não reconhecem sua condição de classe, baseiam-se apenas no carisma do líder, acreditando haver um “poder ilimitado.”¹⁷³.

O historiador Jorge Ferreira, no livro *O populismo e sua história* ressaltou ambiguidades na análise de Weffort, já que em sua obra, em diversos momentos, a ideia de manipulação das massas e sua entrega ao carisma do líder aparece¹⁷⁴. Por mais que defenda uma interlocução, para Ferreira, Weffort não coloca em evidência os ganhos reais da população nesse jogo de

¹⁷⁰*Ibidem*, p. 243.

¹⁷¹ WEFFORT. Op. Cit., 2003, p.17.

¹⁷² *Ibidem*, p.36

¹⁷³ *Ibidem*, p.37

¹⁷⁴ FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 78.

interesses durante a gestão janista. Assim, segue a proposta de Ângela de Castro Gomes¹⁷⁵ e defende a noção de trabalhismo como mais adequada para se pensar as relações entre Estado e classe trabalhadora. Já para os autores Adriano Duarte e Paulo Fontes, ao analisar a emergência de Jânio, essa substituição de conceitos é ineficaz, porque “obscurece outras dimensões centrais da experiência dos trabalhadores”¹⁷⁶ como a luta por moradias, das associações de bairros – Sociedades de Amigos de Bairros (SABs), clubes de futebol entre outros. Com isso, ambos rejeitam uma análise sobre o populismo voltada apenas para as relações entre o trabalho e o mundo sindical. Os autores citados oferecem subsídios para associar as questões em torno da moralização dos costumes ao estudo do populismo. No entanto, os assuntos moralistas dos costumes não chegam a ser mencionados.

No início dos anos 1980, houve um intenso debate sobre o processo de abertura política e o fim da ditadura militar. Nesse contexto ganhou destaque discussões sobre os direitos políticos. Assim, atores, humoristas, intelectuais contribuíram na luta pela redemocratização, cujo auge dessa mobilização popular foi a campanha pelas eleições diretas em 1984.¹⁷⁷ Nessa conjuntura, foi publicado, em 1981, o livro: *O governo Jânio Quadros*, da cientista política Maria Victória de Mesquita Benevides. Pesquisando diversas obras, Benevides enfatiza o vínculo das ações janistas, durante a gestão presidencial, ao declínio da participação democrática da população. Afirma que seu estilo e sua renúncia ajudaram desmoralizar o processo eleitoral, facilitando a ascensão dos militares em 1964. Caracteriza Quadros como: “o talento histriônico, a facilidade para a adesão epidérmica populista no pior sentido da palavra, da manipulação, do autoritarismo e psicologicamente instável.”¹⁷⁸ Influenciada pela leitura de Weffort, Benevides chama a atenção para diversas contradições durante sua carreira política, pois ao atacar o “desregramento moral” do poder público, ao mesmo tempo, Jânio proibiu os professores da Universidade São Paulo (USP) de criticarem-no quando era governador de São Paulo. Ele condecorou Che Guevara, mas ordenou a repressão aos estudantes em Recife, onde ocorreu uma conferência com a mãe do próprio Guevara. Sem contar com a sua despreocupação com a ilegalidade do PCB¹⁷⁹.

¹⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro IUPERJ/Vértice, 1988.

¹⁷⁶ DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo R. *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953*. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 11, p. 87-122, 2004.

¹⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.188.

¹⁷⁸ BENEVIDES, *Op. Cit.*, 1981, p. 8.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.14.

Benevides argumenta que, para entender sua ascensão política, há dois aspectos relevantes: o aumento da insatisfação de diversos setores sociais com o crescimento do custo de vida no final do governo de JK; e a transformação gradual do sistema partidário, mediante a decadência dos grandes partidos conservadores (PSD e UDN) e o crescimento do PTB e das agremiações interpartidárias. Assim, Jânio surgiria com força nesse “Aparente vácuo institucional e caos partidário”, “agravados pela crise econômica e social”. Sua postura suprapartidária seria a causa e a consequência dessa crise do sistema partidário¹⁸⁰.

Semelhante a Skidmore, ela identifica um “bonapartismo janista”, entre outras questões, por Jânio se colocar acima dos partidos. Soma-se a isso a designação de oficiais para presidirem as Comissões de inquéritos moralistas e suas reuniões nos estados com seus governadores, esvaziando os poderes do Congresso. Benevides defende ainda que o bonapartismo, o moralismo e o autoritarismo contribuíram para o golpe de 64. Isso poderia ser explicado a partir da consolidação da intervenção militar no cenário político, visto que concedeu um papel privilegiado aos militares. Outro fator importante considerado é a mobilização da extrema direita em função das contradições da política externa. E por último, a radicalização da esquerda e de setores populares, porque ambos sofreram com a não realização das promessas de transformações sociais, sobrecarregando Jango de “demandas insustentáveis”. Em suma, ela advoga que “o Império da vassoura preparou o caminho para o domínio da espada.”¹⁸¹

Ao abordar a questão sobre a moralização administrativa, Benevides destaca que a vigilância moral, ideológica e punitiva de Jânio era centralizada no presidente, mas fragmentada em diversas proibições e avisos, ultrapassando a competência do Ministério da Justiça. Dessa forma, Jânio apresentava-se como um messias para resolver o caos da sociedade, utilizando recursos publicitários com a finalidade de uma campanha nacional de “recuperação da austeridade e da autoridade.” Essa moralização serviria como ideologia para a manipulação, almejando reforçar seu prestígio popular, porque esse moralismo, ao combater a corrupção do poder público, não questionava as forças sociais do sistema capitalista que sustentariam estes poderes corruptos.

No entanto, quando observa os assuntos ligados à moralização dos usos e costumes, destaca: “Assim se explicam decisões pessoais do Presidente da República para questões disparatadas e insólitas, obviamente deslocadas das órbitas governamentais”.¹⁸² Esses

¹⁸⁰ *Ibidem*, p.20.

¹⁸¹ *Ibidem*, p.75.

¹⁸² *Ibidem*, p.40

decretos dos usos e costumes são explicados através do personalismo de Jânio, sendo considerados frutos de um político “psicologicamente instável”. Dessa maneira, diferente de Moniz Bandeira, para Benevides, não haveria grupos sociais afinados com tais medidas, por isso, seriam ações “deslocadas das órbitas governamentais”.

O processo de abertura política, entre os anos de 1970 e 1980, também resultou na troca do bipartidarismo pelo pluripartidarismo. Em 1982, Jânio candidatou-se a Governador de São Paulo pelo PTB, ficando em terceiro lugar nesse pleito. Durante essa campanha estadual, o jornalista e deputado federal Gileno Dé Carli pelo PTB, um dos assessores mais próximos de Jânio,¹⁸³ lançou *Os tempos de Jânio Quadros*¹⁸⁴. Para o jornalista, Jânio começou a “demolir” os outros candidatos. Esse livro é dividido em três partes: o prefácio, escrito em 1981, e outras duas, que correspondem na verdade a dois livros reeditados que ele escreveu em 1962, logo depois da renúncia, cujos títulos são *JQ, Brasília e a Grande Crise* e *a Anatomia da renúncia*. No prefácio, Gileno afirma que Jânio só tinha compromisso com o povo quando era presidente, mas encontrou uma Igreja reacionária e um Congresso conservador, que contribuíram para sua renúncia. Essa obra traz diversas informações sobre a carreira política de JQ, sendo possível identificar discursos de JQ ligados à moral cristã, que relembra passagens da bíblia.¹⁸⁵

Em 1982, o jornalista João Mellão Neto, que seria secretário administrativo de JQ na prefeitura de São Paulo, em 1985, apresentou *Jânio Quadros: 3 estórias para 1 História*. João Mellão identifica três principais versões criadas acerca de Jânio Quadros a partir de recortes de jornais, de obras literárias e de uma extensa entrevista com o jornalista Odon Pereira, contemporâneo à gestão janista. A primeira versão gira em torno da imagem de um presidente que carecia de condições psíquicas e emocionais para exercer este cargo. Na segunda, Quadros seria um farsante ligado ao capital estrangeiro e à burguesia nacional, desejando instalar uma ditadura para satisfazer seus interesses. A última está associada à imagem do herói, sendo um predestinado que ousou desafiar o poder econômico e foi derrotado. No entanto, João Mellão defende que essas três versões omitem a participação do povo através dos votos. Depois de criticar essas três visões, o autor acaba se posicionando entre os que trataram Jânio como um herói. Defende que Jânio formava uma imagem nova em relação ao povo, pois era diferente dos outros políticos, demonstrando ser “capaz de ser puro,

¹⁸³ CHAIA. *Op. Cit.*, 1991, p. 259.

¹⁸⁴ CARLI, Dé Carli. *Os tempos de Jânio Quadros*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1982.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. LII.

sem ser ingênuo, e honrado, sem ser inocente”.¹⁸⁶ João Mellão concebe um papel ativo aos setores populares neste cenário, porém, não aborda a participação da população em torno da temática sobre a moralidade dos usos e costumes.

Em 1983, foi publicado *Jânio Quadros – 20º presidente do Brasil- 1961- coleção os presidentes*, livro de Hélio Silva, jornalista e um dos fundadores do PDC. A partir de entrevistas, Silva faz uma investigação sobre Jânio Quadros, construindo uma imagem virtuosa. Esse autor se enquadra ao terceiro grupo apontado por João Mellão, que enxerga Quadros como um herói. Argumenta que presidente igual a Quadros não houve no Brasil, porque não alcançou o poder pela força, como fez Vargas, e por ter origem humilde, consequentemente, só firmou compromisso com o povo, não sendo servo nem dos E.U.A e nem da Rússia. Desse modo, “a descrença, somada à desconfiança, era igual ao desespero”, logo, Jânio significaria “a revolução pelo voto”, visto que ao se encontrar com o povo, houve a junção do desespero com a esperança.¹⁸⁷ Nessa obra, a renúncia de Jânio é explicada em função da tentativa de desmoralização da autoridade presidencial empreendida e em virtude da pressão de grupos para agir conforme seus interesses. Por isso, Quadros abandonaria o governo, mas com sua “autoridade intacta.”

Hélio Silva, quando aborda as questões em torno da moralidade, concede um espaço de análise, relativamente mais detalhado, sobre tais assuntos. Demonstra como grande parte da população recebeu seus decretos de forma satisfatória, porém, esse prestígio alcançado estaria mais ligado às questões da moralização administrativa. Assim, enfatiza mais os assuntos administrativos, como o Decreto nº 50.273, que disciplinava o horário integral dos servidores públicos, e o Decreto nº 50.369, que reduzia os vencimentos dos militares no Exterior. Em relação aos costumes, Hélio Silva faz uma análise factual, afirmando que a população se dividiu. A maioria acharia bastante positiva por ser moralizadora. Outros protestaram, principalmente, os próprios criadores de cavalos, funcionários, políticos e banqueiros¹⁸⁸. Silva destaca apenas os decretos ligados às apostas e à censura aos meios de comunicação. No entanto, mesmo com essa relativa ênfase sobre essas leis, não são expostos os decretos sobre a proibição dos desfiles das misses e do lança-perfume. Portanto, tudo indica que esses atos não são nem citados, porque não ajudariam, por serem considerados sem nexos, nesse processo de construção da imagem de austeridade e eficiência de Quadros. Com

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 134.

¹⁸⁷ SILVA, *Op. Cit.*, 1983, p.31.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 60.

isso, Hélio assemelha-se aos autores já pesquisados que, mesmo tendo uma visão positiva de JQ, não relacionam esses decretos ao campo social e cultural a partir da moral cristã.

Entre 1985 e 1988, Jânio exerceu o mandato de prefeito da cidade de São Paulo por meio da coligação PFL-PTB. Em 1987, Pompeu de Sousa, jornalista e senador do PMDB, publicou *Bilhetinhos a Jânio*,¹⁸⁹ livro no qual reuniu textos denominados de "Bilhetinhos a Jânio", publicados no jornal Diário Carioca em 1961, onde era redator. Sousa critica os métodos administrativos de JQ através desses "bilhetinhos" estampados na capa desse jornal e criados pelo próprio Pompeu para ridicularizar o governo de JQ que é interpretado como incoerente e incompetente, com um tom humorístico, diferente dos elogios oferecidos ao seu antecessor JK. Nesta lógica, os atos sobre os comportamentos também são noticiados, semelhante a Benevides e Skidmore, como absurdos e contraditórios: "depois de ter marcado dia, hora e idade para trabalhar, para jogar e ver cavalos correrem, para beber- não venha, depois, querer fazê-lo, por exemplo, para o fumar, o comer ou o amar."¹⁹⁰ Essa obra carrega uma vasta quantidade de fontes primárias, textos publicados quase que diariamente pelo Diário Carioca, em 1961, havendo inclusive cartas de leitores.

Na década de 1970, começou a ser desenvolvido no CPDOC-FGV o projeto do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). Era um tempo em que o acesso à internet era raro e as informações esparsas. Assim, em 1984, foi publicado o DHBB, com seus 4.493 verbetes, reunindo informações diversas¹⁹¹. Os autores do verbete sobre JQ, Jorge Miguel Mayer e Libânia Xavier, analisaram, factualmente, toda sua biografia - sua ascensão política, enfatizando sua gestão presidencial a partir da política externa, sua relação com o Congresso e sua postura suprapartidária. Destacaram as renovações nos costumes durante seu mandato presidencial, afirmando que foram medidas "destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral"¹⁹². Porém, não chegam a explicar quais foram os motivos para esses atos presidenciais.

A virada dos anos de 1980 para os anos de 1990 foi marcada pela primeira eleição direta para presidente. Com a vitória de Collor em 1989, houve, entre outras medidas, o confisco das cadernetas de poupança, ajustes econômicos e privatizações. Com isso, houve fortes mobilizações dos trabalhadores. Collor tentaria reagir às greves com propostas de

¹⁸⁹ SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 160.

¹⁹¹ Disponível em : <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>> 2013-02-17 19:39. Em 2001, o dicionário foi revisado e atualizado.

¹⁹² MAYER, *Op. Cit.*, 2001.

modificações das leis de greve, condenando, por exemplo, o piquete¹⁹³. Nesse contexto, a historiadora Silvana Walmsley defendeu sua dissertação de mestrado¹⁹⁴.

O eixo central de seu trabalho gira em torno da relação entre JQ e os trabalhadores da cidade de São Paulo, durante o início de sua carreira política. Silvana utilizou os anais da Câmara, revistas e jornais, identificando as semelhanças entre os discursos de Quadros e as demandas de temas priorizadas pelos operários. De acordo com ela, a ascensão política JQ não pode ser explicada, meramente, pela demagogia e manipulação, porque ele só tinha o apoio do PDC, do PSB e de setores do PTB na vitória para a prefeitura de São Paulo, em 1953. Somar-se-ia o fato desse pleito municipal ter ocorrido justamente quando acontecia a chamada Greve dos 300 mil em São Paulo, apontada por muitos historiadores como uma manifestação autêntica dos trabalhadores. Desse modo, Walmsley defende que seria um equívoco pensar que os operários foram simplesmente manipulados pelo carisma de JQ.

Para comprovar sua hipótese, a pesquisadora verifica as condições de vida dos operários após 1945. Explica que esse período era marcado pela falta de justiça, pelas condições precárias dos trabalhadores e pelo “enriquecimento e a fome”, aumentando a desigualdade social. Assim, Jânio atenderia os apelos dos operários a partir de uma “economia moral”, denunciando o alto custo de vida, o baixo salário, o nacionalismo e o “câmbio negro”. JQ acusaria também as torturas e repressões aos movimentos sociais. No entanto, segundo afirma, isso era uma forma maquiavélica de Jânio, pois ele “teria seu show e sua plateia”, criando sua imagem de “justicheiro vigilante contra os poderosos”¹⁹⁵, isto é, ele manipularia temas de grande interesse entre os trabalhadores. Para autora, Jânio enxergaria o Estado como o promotor da justiça, logo, as classes sociais não poderiam promover a justiça social por sua impotência e os setores burgueses em função de sua cegueira e egoísmo. Desse modo, JQ seria “a provável corporificação desse Estado”¹⁹⁶, o que ajuda a explicar as origens do janismo. Ela afirma que as forças que determinaram essa ascensão, estariam nos operários, não havendo espaço para a classe média e para os empresários.

Walmsley não trata de questões sobre os costumes para entender a emergência janista. No entanto, afirma que Adermar de Barros, o principal rival de Quadros, tinha um estilo que

¹⁹³ SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 301.

¹⁹⁴ WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. *Origens do janismo. São Paulo - 1948-1953*. IFCH-UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado).

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 81.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 42.

menosprezava os padrões éticos, sendo seu slogan: “rouba, mas faz”. Assim, para a autora, Adhemar deu a Jânio “os temas e a munição para a construção de seu discurso”, o que fez com que o moralismo de JQ fosse anti-ademarista. Até mesmo seu discurso articulado com o catolicismo social e sua adesão ao PDC seriam fortuitos. Nesse sentido, conforme defende, quando JQ tocava em assuntos sobre os costumes, simplesmente copiava a ação do deputado da UDN Juvenal Sayon, que já combatia a prostituição e o jogo de bicho.¹⁹⁷ Portanto, a postura de JQ seria independente da sua formação no Colégio Diocesano e na Faculdade de Direito.

Com o falecimento de Jânio Quadros em 1992, algumas obras são publicadas, engrandecendo sua imagem. Em homenagem ao avô, seu neto, Jânio Quadros Neto,¹⁹⁸ e seu amigo, o advogado, Eduardo Lobo Botelho Gualazzi, lançaram, em 1996, *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*¹⁹⁹. Para analisar a trajetória política de JQ, ambos compilaram diversas bibliografias, mas sem contextualização. Nessa obra também há inúmeras entrevistas e artigos do próprio Jânio durante toda sua carreira, servido como fontes primárias. Somam-se os depoimentos do seu neto, contando sua relação política, sentimental e afetiva com seu avô, que serve como uma fonte oral pertinente para a compreensão da personalidade desse político. Em um desses relatos, por exemplo, afirma-se que JQ, já enfermo, teria confessado que ao renunciar tinha a intenção de retornar diante da mobilização popular.²⁰⁰

No prefácio dessa obra, Gastone Righie, mestre em Direito, analisa as questões dos comportamentos, tentando desconstruir a imagem pitoresca em função das ações janistas. Dessa forma, defende, por exemplo, que a proibição do desfile com biquíni na televisão, estaria de acordo com os conceitos morais e estéticos conservadores daquela época²⁰¹. Esse argumento aproxima-se do argumento central aqui defendido, porque sinaliza, indiretamente, para a existência de uma parcela na sociedade que apoiavam essas medidas conservadoras e voltadas para a preservação da moral cristã, logo, não seria uma ação unipessoal.

Também em 1996, Joel Silveira, em *Viagem com o Presidente eleito*²⁰², “um dos únicos amigos de Jânio”, narra sua viagem a bordo de um navio pela Europa junto com o recém-eleito presidente. Nessa época, o repórter Joel Silveira era correspondente do jornal *Mundo Ilustrado*. A intenção da sua viagem com o “Presidente eleito” era transmitir informações sobre os contatos realizados por JQ no exterior, antes de chegar ao Brasil e tomar

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 179.

¹⁹⁸ Suplente de Deputado Estadual, na Assembleia Legislativa Paulista.

¹⁹⁹ NETO, *Op. Cit.*, 1996.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 46.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 21.

²⁰² SILVEIRA, Joel. *Viagem com o Presidente eleito*. São Paulo: Mauad, 1996.

posse. No livro, o autor relata seu contato com Jânio, transmitindo, entre outras, uma imagem de um político educado, elegante, sendo nítido seu esforço em desconstruir a imagem hilária atribuída a JQ. Sobre os costumes, Joel afirma que assim que chegou à redação depois da viagem, perguntaram-lhe sobre JQ:

Quantos porres ele tomou? - não vi o Presidente Jânio Quadros tomar porre nenhum. Nos encontros que tive com ele, procedeu com a melhor compostura, conversa brilhante, variada, muito bem vestido e penteado.²⁰³

É interessante verificar que seus opositores, reconhecendo sua força política em torno do seu moralismo, acusavam JQ de alcoólatra, talvez isso explicaria essa pergunta feita pelo editor chefe. Essas acusações moralistas por seus adversários serão abordadas na obra do próximo autor analisado.

Em 1997, o doutor em semiótica, Nelson Valente, publicou sua tese, que se transformou em livro: *Jânio de fio a pavio*.²⁰⁴ Neste trabalho, Valente faz uma leitura positiva das medidas implantadas por JQ, defendendo a ideia de que houve uma revolução no seu governo. Com base na análise dos discursos, imagens e posturas de JQ, advoga que ele foi um fenômeno da comunicação de massa e um dos pioneiros em marketing político pessoal. De acordo com Valente, Jânio teria uma habilidade e a uma retórica com uma significação particular, sua oratória seria absorvida pelo imaginário popular através do seu manejo de sinais. O autor enfatiza, principalmente, o carisma e o personalismo de JQ para compreender sua trajetória política. Os decretos morais dos costumes não são mencionados.

Com o fim da Guerra Fria, a expansão do sistema capitalista e a globalização, o projeto liberal democrático ganhou destaque na nova ordem internacional²⁰⁵. Assim, diversas pesquisas nos anos de 1990 passaram a dar ênfase aos conceitos de liberalismo e democracia. Paralelamente, no contexto intelectual, a chamada nova História Política conquistou mais espaço. Essa nova abordagem teórica-metodológica vai de encontro com a visão materialista histórica ao advogar uma maior autonomia para o âmbito do político²⁰⁶.

²⁰³ *Ibidem*, p.89.

²⁰⁴ VALENTE, Nelson. *Jânio de fio a pavio*. 2. ed. São Paulo: Edicon, 1997.

²⁰⁵ IANNI, Octávio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, D; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.). *O século XX – o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²⁰⁶ RÉMOND, René. Uma história presente. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p.23, 1994. _____ . *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Em 1991, a cientista política Vera Chaia publicou *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*, cuja abordagem se estende a toda trajetória política de Jânio. Seu objetivo é analisar os motivos que ajudaram o janismo a ter permanecido durante 43 anos no cenário político, mesmo ocorrendo inúmeras mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais.²⁰⁷ Chaia questiona os argumentos de Moniz Bandeira, que enxergava sua política externa como uma forma de “adormecer” a esquerda inconformada com o “achatamento salarial”. Em vez disso, advoga que havia um espaço de manobra, porque o programa de aproximação com os países socialistas, a defesa da soberania dos povos e a postura a favor da independência dos países africanos já estavam presentes durante sua campanha presidencial²⁰⁸.

Segundo Maria Benevides sua renúncia, conforme já visto, significou um “golpe em Marcha”, semelhante à tentativa de Lacerda, porque ambos seriam um “ensaio de 64”²⁰⁹. Chaia, defendendo a autonomia do político, argumenta que para compreender sua renúncia, é importante estudar a trajetória de JQ, visto que sua renúncia, corresponde, na verdade, à terceira já realizada por Quadros dentro da mesma lógica. Assim, Jânio não acreditava que aceitariam sua renúncia, pois nas outras duas vezes, quando ainda estava articulando sua coligação para disputa presidencial, ele foi imediatamente reconduzido ao poder, conseguindo maior autonomia nas suas ações e escolhas.

Chaia enumera oito aspectos que marcariam a atuação política de Jânio em toda sua trajetória, sendo, em boa parte, os fatores que ajudariam na sua permanência por 43 anos no espaço político. O primeiro aspecto seria um “forte componente personalista” ligado à autoridade, conferindo um poder pessoal de aplicar as leis, transmitindo a ideia de uma vontade pessoal. A segunda questão gira em torno da moralização, visto que Quadros não faz uma distinção entre a “esfera pública e privada”, logo ambas deveriam ser contempladas. Para Chaia, esse moralismo se mostrou ambíguo em ambas esferas, pois na moralização administrativa, por exemplo, houve a demissão de diversos funcionários não concursados. Porém, para a escolha do seu grupo administrativo, eram utilizados critérios por meio da afinidade pessoal. Sobre a moral privada, defendia a moralização dos comportamentos, mas foi acusado, quando ainda era governador, de assediar sexualmente uma ex-funcionária demitida por ele²¹⁰.

²⁰⁷ CHAIA, *Op. Cit.*, 1991.

²⁰⁸ *Ibidem*, p.215.

²⁰⁹ BENEVIDES, *Op. Cit.* 1981, p.79.

²¹⁰ CHAIA, *Op. Cit.*, 1991. p.123.

Outra característica estaria na desvalorização das instituições democráticas e dos partidos políticos, sendo o Congresso visto como um empecilho à ordem. No entanto, quando era ainda parlamentar tratá-lo-ia como um poder soberano. Nos cargos executivos, os dois outros poderes seriam negligenciados. Somam-se as alianças políticas que no discurso eram condenadas, mas eram realizadas discretamente.²¹¹

O quarto elemento está relacionado ao seu quadro administrativo, cujo espaço se limitaria aos que o apoiavam, amigos e seguidores, substituindo as tarefas dos partidos coligados. Mesmo assim, o poder concentrar-se-ia na sua figura. Conectado a essa questão, o quinto aspecto está na influência na sua formação dos ideais do tradicional pensamento autoritário a partir de Alberto Torres e Oliveira Viana. Jânio enxergaria a sociedade de forma desarrumada, necessitando de um Estado forte para colocá-la em ordem. A sexta questão tem a ver com mais uma ambiguidade de Jânio, que defendia o liberalismo, mas interferia, ao mesmo tempo, nos comportamentos através dos seus decretos²¹².

A penúltima característica estaria nas mudanças ocorridas na sua base de apoio. Quando ainda era vereador, em 1947, defendia greves e melhores condições aos operários, logo, sua base era, principalmente, os trabalhadores. Na disputa presidencial, em 1960, as forças concomitantes seriam formadas, entre outras, por operários, pela classe média, empresários e latifundiários, o que fez com que passasse a afirmar, neste momento, que a greve era sinônimo de desordem. Por fim, ficaria o seu próprio autoritarismo, que seria um fruto das sete características já descritas, também presente no janismo em todos os períodos²¹³. Em suma, Vera Chaia aponta uma ambiguidade na postura política de Jânio, não identificando uma tendência política predominante.

Em relação aos decretos morais, a autora faz uma separação dual entre a moralização administrativa e dos usos e costumes. Segundo Chaia, a moralidade é um aspecto relevante para entender, como diferentes camadas sociais se uniram para lhe apoiar, pois esses decretos conseguiriam homogeneizá-los pela falta de uma proposta política consistente. Ainda em relação às atitudes sobre os comportamentos, a autora destaca que “A batalha particular por ele travada, a favor da sua visão de moralização dos usos e costumes, implicou, em determinado momento, na defesa da censura prévia.”²¹⁴. Porém, isso não quer dizer que Chaia esteja defendendo que essas medidas moralizadoras eram algo da imaginação supostamente insana de Jânio. A autora deixa claro que essas medidas ajudarão na construção

²¹¹ *Ibidem*, p.307.

²¹² *Ibidem*, p.307.

²¹³ *Ibidem*, p. 308.

²¹⁴ *Ibidem*, p.31. Grifo meu

da sua imagem moralista, causando-lhe prestígio político e homogeneizando diversos grupos sociais.

Também dialogando com a chamada nova história política, Felipe Magalhães, na sua dissertação de mestrado, defendida em 1998²¹⁵, estuda os primórdios da ascensão de Jânio Quadros. Magalhães utiliza como principais fontes: proposições, requerimentos, indicações, debates e discursos presentes nos Anais da Câmara Municipal e da Assembleia Estadual de São Paulo. Para Felipe Magalhães, Jânio formou “um mito político, capaz de circular pelos mais diversos grupos sociais” por meio de inúmeras propostas e de diversas faces, procurando “adequar-se à variedade de desejos” dos eleitores paulistanos, portanto, o mito pode ser construído “a partir de uma adequação entre a personalidade do personagem e as necessidades de sua sociedade”²¹⁶.

O autor defende que Jânio utilizava uma máscara diferente para cada situação, entrando em cena diversos personagens: o fiscal, o combalido, o oprimido, depois o administrador zeloso, em seguida o moralista conservador e assim por diante, de acordo com os temas importantes que surgiam e penetravam em diversas camadas sociais, tanto como vereador como deputado estadual. Dessa forma, Magalhães destaca que seu aparecimento não foi apenas produto da oratória, do personalismo ou dos aspectos psicológicos. Conforme ressalta, Jânio chegou à Câmara através de um partido pequeno, o PDC, mas em três anos se tornou deputado estadual recordista de votos. A explicação estaria no seu desempenho em projetos de leis e proposições, ajudando a construir vários personagens. Esta multiplicidade de personagens contribuiu “no sentido de não deixar claro qual era sua diretriz ideológica”²¹⁷, “como se Jânio utilizasse sua vassoura, para levantar uma densa cortina de poeira, capaz de confundir aqueles que tentassem identificá-lo”²¹⁸.

Segundo Magalhães, seria um equívoco imaginar que essas imagens foram grandes farsas maquiavélicas, visando à presidência. Isso porque mesmo servindo para obter ganhos políticos, havia ganhos sociais reais para as camadas sociais menos favorecidas. Desse modo, JQ conseguiria trazer para o plenário várias reivindicações dos paulistanos, que há muito tempo seriam negligenciadas pelo Estado. Isso poderia ser visto a partir da sua postura contrária à construção de estádios e de auxílio às festas carnavalescas, defendendo a

²¹⁵ MAGALHÃES, *Op. Cit.*, 1998.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 5.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 172.

²¹⁸ *Ibidem*, p. 171.

prioridade para a construção de moradias, saneamento básico e iluminação²¹⁹. Com isso, moldaria uma figura de uma nova geração, opondo-se à tradicional política ademarista, portanto:

Jânio decidiu coloca-se ao lado dos oprimidos, tomando para si a responsabilidade de levá-los à vitória, representada pelo fim dos privilégios, pelo fim da corrupção, pelo início de uma era marcada pela justiça social, pelo respeito aos direitos do cidadão e por um Estado capaz de ouvir a voz vinda das ruas²²⁰.

Um dos motivos para entender essa postura de “ficar ao lado dos oprimidos”, estaria para o autor, na sua formação em Direito no Largo de São Francisco, onde o contato com aspectos jurídicos havia ajudado na construção da ideia de uma promoção de justiça²²¹. Desse modo, Magalhães opõe-se à ideia defendida por Silvana Walmsley, de uma postura maquiavélica de JQ. Outra questão que não há consenso entre ambos diz respeito à base de apoio de JQ. Enquanto Walmsley defende que seus eleitores eram os operários, para Magalhães sua base eleitoral era muito mais abrangente, alcançando a classe média paulistana conservadora.

Desse modo, Felipe Magalhães defende que Jânio não se preocupava apenas com o proletário, pois a classe média da capital também recebia a atenção dele através da proibição de “*películas obscenas*”, “*revistas pornográficas*” e dar maior policiamento de costumes, “a fim de evitar que as senhoras da boa sociedade paulistana não passassem por situação constrangedoras e vexatórias”²²². Assim, tais medidas moralistas ajudariam a criar um personagem moralista conservador, ampliando seu raio de alcance, satisfazendo os interesses da classe média. Com isso, as questões em torno dos costumes seriam demandas apenas da “classe média conservadora paulistana”.

Em 2001, Eduardo Grossi, mestre em comunicação social, lança um artigo²²³ sobre a propaganda política de Jânio na campanha presidencial de 1960. Neste trabalho, Grossi defende que JQ teve uma “ascensão meteórica” a partir do seu personalismo, seu “populismo extremado” e por saber utilizar de forma habilidosa os meios de comunicação de massa. Por outro lado, conforme afirma, esses últimos, paradoxalmente, não teriam a capacidade de

²¹⁹ *Ibidem*, p. 128.

²²⁰ *Ibidem*, p.152.

²²¹ *Ibidem*, p. 153.

²²² *Ibidem*, p. 173. Grifo do autor.

²²³ GROSSI, Eduardo. *Aspectos folkcomunicaçãois da propaganda política de Jânio, quadros na campanha presidencial de 1960*. Anais do 24. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.

manipular o povo, já que, os meios de comunicação de massa não são tão eficazes como se imagina. Grossi destaca que havia no Brasil grupos intermediários, denominados por ele como “líderes de opinião” ou “comunicadores de folk” (agentes locais vinculados às manifestações folclóricas) que reenviavam a propaganda janista aos eleitores em geral da sua região através de códigos que eles pudessem interpretar. Esses grupos intermediários teriam um papel ativo nesse processo de intercomunicação, enquanto a população em geral aceitaria suas informações de forma inerte²²⁴. Nesse sentido, JQ acertaria nas regras do processo de comunicação interpessoal, porque partiria direto para conquistar esses “líderes de opinião” que tinham prestígio, instrução e capacidade de absorver as mensagens de JQ.

Segundo Grossi, a propaganda janista era transmitida de duas formas: a de caráter oficial, que lhe apresentava numa postura mais séria, e as conduzidas pelos comunicadores de folk, que apresentavam JQ com traços regionais, incorporando costumes e tradições de várias regiões do país. Um exemplo disso estaria nas charges de Jânio vestido de cangaceiro e tocando sanfona. Essas imagens e informações com características regionais reelaboradas por esses “líderes de opinião” tiveram um papel de destaque na conquista das classes populares e, conseqüentemente, na vitória presidencial de Jânio. De acordo com Grossi, essas mensagens reelaboradas, de acordo com os valores e costumes do local, eram carregadas de humor, anticomunismo, religião, mas também, de moralismo. Esse último item não chega a ser desenvolvido pelo autor, porém, ele oferece sinais de que as questões sobre os bons costumes também eram trabalhadas por esses “líderes de opinião”, codificando-as conforme as peculiaridades da região.

Em 2006, Newton Duarte Molon, também mestre em comunicação, defendeu sua dissertação²²⁵. O objetivo do autor foi discutir a ligação entre a condecoração do Che, a renúncia e o poder da mídia, verificando a dependência de JQ em relação aos meios de comunicação. Molon explica a ascensão de JQ a partir do seu forte carisma e personalismo, considerando-o um dos precursores nas “técnicas de marketing político”. Ele compara JQ a Antônio Conselheiro, pois muitos lhe seguiriam pelo seu poder místico e por ser um personagem “folclórico”. Dessa forma, Jânio dependeria, em grande parte, do poder da mídia, porque sua eleição presidencial ocorreu, justamente, durante a potencialidade da grande mídia.

²²⁴ *Ibidem* p.7.

²²⁵ MOLON, Newton Duarte. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros*. (Dissertação em comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

Para explicar a renúncia, Molon argumenta que JQ manteve-se insubordinado à elite, não conferiu privilégios aos meios de comunicação e sua política externa chocava-se com o pensamento hegemônico. Ele acredita que as elites teriam condições de sofisticar os “aparatos ideológicos” pela falta de mobilização social, limitando as “possibilidades críticas da recepção”, ou seja, haveria um efeito determinante dos meios de comunicação na formação da opinião pública contra uma aproximação comunista. Com isso, seria como se o “feitiço se virasse contra o feiticeiro”²²⁶.

Para ele, a condecoração ao Che seria o estopim para a mídia criar um mito de tendências esquerdistas de JQ. No entanto, a explicação para tal fato estaria na sua personalidade “ciclotímica”, “inconsequente” e “espetaculoso”, visto que “desmaios em comícios, proibições de lança-perfume e brigas de galo, só isso já seria razão mais do que suficiente para a condecoração do rebelde”²²⁷. Desse modo, Molon advoga que JQ seria abandonado pela mídia justamente quando mais precisaria do apoio população. Essa abordagem, relativamente recente, continua reafirmando uma imagem “ciclotímica” de JQ, conseqüentemente, as interferências sobre os costumes seriam frutos de uma personalidade psicologicamente transtornada.

Ainda em 2006, o jornalista Gabriel Kwak lança o livro: *O Trevo e a Vassoura*. Ele examina a trajetória política de Jânio Quadros e de Adhemar de Barros, analisando as diferenças e semelhanças entre ambos políticos. Sobre a gestão presidencial janista, para Gabriel Kwak, Jânio criou “algumas medidas vanguardistas, depois batizadas de “reformas de base””, sendo “pontos de honra da plataforma política janista”. Porém, o seu projeto foi paralisado devido à resistência do Parlamento²²⁸.

Em relação à censura moral, segundo Kwak, os decretos morais de Jânio seriam “um conjunto de medidas bastante inusitadas e estranhas”, oriundas de um “irritadiço presidente”. Sobre a proibição das corridas de cavalos nos dias úteis da semana, Kwak afirma que Jânio teria sentenciado: “O Brasil carece de mais escolas e menos cavalos”²²⁹. Portanto, tal decreto seguiria uma lógica progressista de Jânio, priorizando a educação em detrimento da jogatina.

O historiador Jefferson Queler defendeu sua tese de doutorado em 2008.²³⁰ Ele analisa a construção da imagem pública de Jânio entre 1959 e 1961 por meio, principalmente, de 5.345 cartas enviadas a Jânio e fontes iconográficas. Segundo o autor, a propaganda janista

²²⁶ *Ibidem*, p.5.

²²⁷ *Ibidem*, p. 9.

²²⁸ KWAK, *Op. Cit.*, 2006, p. 127.

²²⁹ *Ibidem*, p. 129. Grifo do autor.

²³⁰ QUELER, *Op. Cit.*, 2008.

não foi realizada apenas por um núcleo organizado da MPJQ. A imagem pública de Jânio fora criada de forma coletiva e voluntária por meio de discussão e debates entre a própria população. Assim, a partir dessas missivas, ele explica que há pedidos para utilizar os materiais de publicidade oficial em diferentes locais do Brasil, onde os raios de alcance desse aparato publicitário não chegavam, existindo, por exemplo, versos e músicas criadas por pessoas comuns que circulavam entre a própria população. Inclusive afirma, por meio de indícios, que há a possibilidade dos famosos símbolos janistas (a vassoura e a vela) terem sido criados pela própria população²³¹. Com isso, Queler apresenta a população de diferentes regiões como agente ativa no cenário político, diferente de Grossi que identifica apenas os “comunicadores de folk” como atores políticos na campanha de JQ. Ele diz que não há como fixar os sentidos aos consumidores por uma máquina de propaganda oficial, pois os efeitos da mídia, diferente de Newton Molon, não anulariam a discussão pública de ideias, propostas e críticas ao governo²³².

Queler evita a perspectiva de Vera Chaia e Maria Benevides, que apontam, respectivamente, o personalismo e a manipulação como fatores principais para explicar a força política de Jânio. Para Queler, JQ atrelava-se a projetos e práticas políticas que estavam em discussão entre a população, como em grande parte, as questões relacionadas à implantação da justiça. Portanto, isso teria sido fundamental para atrair o eleitorado. Para Queler, esses projetos políticos de Jânio estariam ligados à “democracia cristã”, acompanhando-o desde quando era vereador. Assim, Jânio optaria por um catolicismo social, inspirado pelas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Ambas abordavam, em grande parte, os “princípios de valorização do homem em meio ao avanço da economia capitalista”, “a intensificação da exploração do trabalho” e “a defesa de condições mais digna de vida aos cidadãos”. O conteúdo dessas encíclicas estaria presente “nas falas e práticas” de Jânio. Desse modo, Jânio apresentava-se “como uma via distinta do comunismo e das aspirações da burguesia conservadora nacional”²³³.

Para Queler, isso ajudaria a explicar sua permanência no PDC desde vereador, em 1947, até a campanha eleitoral para governador de São Paulo em 1954, pois conforme já mencionado, o PDC também defendia uma terceira via nesse ambiente bipolar. Porém, essa mudança para o PTN não implicaria a “renúncia a pontos-chaves dos princípios e práticas da

²³¹ *Ibidem*, p. 46.

²³² *Ibidem*, p. 104.

²³³ *Ibidem*, p. 43.

democracia cristã”, já que continuariam existindo “determinadas afinidades programáticas”²³⁴.

Segundo Queler, durante a conjuntura bipolar, na gestão presidencial de Jânio, permaneciam ainda os princípios de um catolicismo social nas suas propostas “de pôr termo à luta de classes”, “valorizar o homem contra a exploração capitalista”, a política externa em defesa da autodeterminação dos povos, a lei sobre a remessa de lucros para o exterior, a moralização administrativa e a moralização dos usos e costumes²³⁵. No entanto, criar-se-iam demandas insatisfeitas, porque se:

Estes planos foram bem sucedidos no período eleitoral, com a arregimentação de diversos grupos sociais em torno dos projetos explicitados, revelar-se-iam um arranjo explosivo durante o mandato presidencial, quando os grupos em confronto reivindicavam do governo um posicionamento mais substancial a favor de um dos blocos envolvidos na disputa.²³⁶

Jefferson Queler, ao argumentar que o catolicismo social permaneceria durante a gestão presidencial janista, não menciona uma medida de Jânio, nesse período, que também poderia ajudar a sustentar a sua hipótese. Assim, Scott Mainwaring ressalta que até 1964 as relações entre a Igreja e o Estado eram “geralmente cordiais”, já que os bispos progressistas viam o Estado como um agente para a mudança social, havendo o apoio da CNBB. Isso explica, por exemplo, a criação do Movimento de Educação de Base, em 1961, através de um acordo entre Jânio Quadros e o bispo progressista de Aracaju, Dom José Távora, um companheiro de Dom Hélder Câmara. Desse modo, o Estado forneceria o financiamento e a Igreja executaria um programa de educação básica, principalmente, através de escolas radiofônicas nas regiões menos desenvolvidas.²³⁷ Na maioria dos conflitos Estado/Igreja, o problema surgia dos tradicionalistas ou integralistas da Igreja.

Queler também dialoga com a nova história política para interpretar a renúncia. Diferente de Moniz Bandeira, que interpretou a renúncia como produto de interesses ligados ao capital estrangeiro, Jefferson defende que houve pressões também do empresariado nacional, da classe média e das camadas mais baixas. Por isso, sustenta que quando JQ se deu conta de que não poderia implantar suas propostas vinculadas à democracia cristã e ao catolicismo social, que acompanhariam por toda sua carreira, optou pelo um meio autoritário através de uma escolha pessoal. Dessa forma, esse autor não concorda que a renúncia ocorreu

²³⁴ *Ibidem*, p. 51.

²³⁵ *Ibidem*, p. 337.

²³⁶ *Ibidem*, p. 338.

²³⁷ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 88.

por um desequilíbrio psicológico de Jânio. Defende que Jânio, ao ser acusado de levar o país rumo a uma ditadura, acabou optando de forma calculada realmente por um golpe, ou seja, seria como se os próprios inimigos oferecessem um caminho a partir dessas fortes pressões. Com isso, Queler afirma que JQ tinha outras opções para permanecer como presidente no sistema democrático. Havia a possibilidade de continuar mesmo com um espaço estreito de manobra. Ele também poderia optar entre o bloco progressista ou o chamado conservador, abandonando as propostas políticas ligadas ao catolicismo social. Por último, existia a hipótese de continuar com seus projetos, tentando conciliar-se com esses grupos sociais para conseguir ampliar sua margem de manobra. Em suma, Queler questiona a visão estruturalista que aponta esse período como se estivesse, inevitavelmente, rumo a um regime autoritário. Para ele, a renúncia foi uma opção calculada por Jânio, entre tantas, para se tornar um ditador²³⁸.

Sobre a moralização dos usos e costumes, defende que essas decisões visavam a atender segmentos da classe média e dos trabalhadores²³⁹. Dessa forma, ele se distancia da perspectiva de Felipe Magalhães, já que Magalhães aponta a censura moral de Jânio como algo do universo de demandas da “classe média conservadora”. Segundo Queler, a censura moral também contribuiu para a renúncia de Jânio, visto que seus decretos moralistas foram interpretados, principalmente, pelos seus adversários como medidas ditatoriais.

O historiador Felipe Loureiro, em 2009, escreveu um artigo²⁴⁰ no qual examina a relação entre Jânio e o Congresso Nacional durante sua gestão presidencial. Através da análise dos discursos de JQ e dos parlamentares, ele argumenta que Jânio agiu de forma calculada para esvaziar os atributos constitucionais do Congresso diante da população. Assim, sustenta que a configuração partidária do congresso era desfavorável a Jânio, pois 64,1% eram partidos opositores (PSD, PTB e PSP). Jânio teria atacado JK e o Congresso no seu primeiro discurso e abriria sindicâncias sem consultar o Legislativo. Outra questão importante estaria na ação calculada de enviar os projetos de “reformas de estruturas” aos parlamentares, pois já sabia que jamais aceitariam uma Reforma Agrária, colocando-os contra a população. O autor defende que essas medidas de JQ tinham a intenção de fazer uma reforma constitucional para

²³⁸ QUELER, *Op. Cit.* 2008, p. 287.

²³⁹ *Ibidem*, p. 293.

²⁴⁰ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.57, pp. 187-208. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882009000100008>. 15/02/2013> 15:50.

fortalecê-lo em detrimento do Legislativo, por isso o título do seu artigo: “Varrendo a Democracia”²⁴¹.

Esse esvaziamento das funções do Legislativo teria como consequências: a participação popular como algo mais eficaz do que a espera pelos representantes do Parlamento e o lançamento das reformas de estruturas por JQ que vão se transformar nas Reformas de Base. Outro desdobramento seria a criação da Comissão de Política Parlamentar (CPP) pelos parlamentares para defenderem-se dos ataques de JQ. Essa comissão teria sido fundamental para a aprovação das medidas de Jango como a Lei Antitruste e a de Limites da Remessa de Lucros. Portanto, para Loureiro, entender essa relação de divergências ajudaria explicar alguns motivos não só acerca da renúncia, mas também de aspectos da gestão de Jango e até do golpe de 1964.

Loureiro não menciona as questões vinculadas à moralidade dos costumes. Porém, quando explica que existem poucos trabalhos sobre JQ, destaca que, a grande maioria, enfatiza apenas a renúncia ou se prende “nos aspectos pitorescos da atuação janista, tais como seus inúmeros decretos de cunho moralizante”²⁴². Dessa forma, por mais que esse autor defenda que um político que ocupou todos os cargos (exceto de senador) não pode ser visto como uma pessoa mentalmente desequilibrada e irracional, ele acaba conectando as reformas em torno dos costumes a “aspectos pitorescos”.

Depois de 50 anos da renúncia de JQ, os jornalistas Paulo Markun e Duda Hamilton lançaram, em 2011, o livro: *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. Eles fazem um apanhado geral dos acontecimentos de 1961, destacando a renúncia e a turbulência da posse de Jango. Enfatizam o papel do Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, na organização da mobilização na campanha de apoio à posse de Jango. Sobre as manobras políticas de JQ, afirmam que o personalismo, a retórica populista, e a ambiguidade marcaram sua postura. A síntese dessas características estaria na foto estampada logo na capa dessa obra, que é a mesma imagem representada no começo desse capítulo. Assim, sua renúncia marcaria o início da fragilidade democrática, através de sua tentativa golpista. Em relação às ações em torno dos costumes, explicam que seriam “pequenas medidas destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes.”²⁴³ Isto é, os decretos seriam “pequenas medidas” sem relevância.

²⁴¹ *Ibidem*, p.14.

²⁴² *Ibidem.*, p.1.

²⁴³ MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 46.

Da mesma forma, após cinco décadas da renúncia, a socióloga Ezilda Ferreira e o cientista político Valter Duarte, para tentar explicar esse episódio, publicam, em 2011, *A renúncia de Jânio Quadros*. Ambos, por meio de uma abordagem marxista e estruturalista, advogam que seria um equívoco explicar a renúncia em função de uma tentativa golpista de JQ com apoio popular. Para oferecer suporte a essa hipótese, examinam as instituições políticas e o processo histórico. Assim, argumentam que havia componentes tensos e contraditórios, a partir da bipolarização radical entre o trabalhismo e o liberalismo e seus respectivos modelos de capitalismo. Essa tensão permaneceria escondida durante a gestão janista, mas quando houve a denúncia de Carlos Lacerda contra JQ, e, conseqüentemente, o Congresso nomeou uma Comissão Geral de Inquérito para apurá-la, essa radicalização veio à tona. Nesse sentido, sua gestão “tornar-se-ia impossível de continuar, logo, a única saída seria a renúncia.”²⁴⁴ Os autores acreditam que a razão para identificar uma intenção golpista equivaler-se-ia à “função ideológica” de omitir a fragilidade das instituições políticas liberais, vistas como instrumentos de controle político.

Portanto, as próprias instituições políticas protagonizariam a renúncia. Essas seriam marcadas pela contradição a partir dos termos da Constituição de 1946 que defendia a independência e a harmonia entre os três poderes, mas haveria, na verdade, a supremacia do Poder Legislativo. Assim, o mandato presidencial permaneceria “virtual”. Essa ambigüidade apareceria a partir das acusações de Lacerda. Portanto, esses dois escritores diferem, por exemplo, do trabalho de Jefferson Queler, que explica esse fato como uma opção entre tantas outras de JQ, e de Vera Chaia, que chama atenção para verificar a carreira política de JQ primeiro, porque já seria a terceira renúncia dele.

Ferreira e Duarte abordam a temática dos comportamentos através dos valores cristãos, afirmando que com o liberalismo ascendente, a sociedade brasileira afastava-se cada vez mais da moral cristã. Explicam que Jânio, por ser católico, criava esses decretos para tentar dar um “choque” na sociedade, portanto, esses atos demonstrariam que JQ permaneceria “mais uma vez fora da História, desta vez por valorizar o que estava em declínio na História; ao contrário da sua política externa, que ainda não estava no tempo em que podia entrar na História²⁴⁵.” Dessa forma, associam a moral cristã às medidas moralistas, advogando que essas atitudes de JQ eram anacrônicas por não haver demandas sociais

²⁴⁴ DUARTE, *Op. Cit.*, 2011.

²⁴⁵ *Ibidem*, p.98.

guardiães do ensinamento moral cristão, ou seja, esse argumento vai de encontro com a hipótese levantada nessa dissertação.

Conclusão

Conforme já mencionado anteriormente, para Lucília de Almeida, por mais que houvesse diversos partidos nesse período, predominava uma “estrutura triangular” em torno do PTB, PSD e UDN. Todavia, é importante realçar, os demais partidos também interferiram nesse processo histórico. Basta mencionar que o PSP elegeu o governador do influente e populoso estado de São Paulo por três vezes, durante o período de 1946 até 1964. O PDC, em aliança com o PSB, foi a legenda de Jânio Quadros na sua vitória nas eleições para prefeito de São Paulo, em 1953. Soma-se a opção de Jânio Quadros em escolher o PTN para concorrer no pleito para governador de São Paulo, em 1954, e para o cargo de presidente em 1960. Da mesma forma, mesmo com o PCB na ilegalidade, seus militantes participaram ativamente da política, seja a partir de movimentos sociais, de outras legendas partidárias ou no campo cultural. Por outro lado, na segunda metade dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, intensifica-se a bipolarização do cenário político, desarticulando essa estrutura triangular e o pluripartidarismo.

Verificamos que os norte-americanos romperam com a URSS somente em 1947, mas o PCB entrou na ilegalidade antes disso. Dessa maneira, o anticomunismo relacionada à guerra fria começou no Brasil antes da ação supracitada dos Estados Unidos, o que sugere que o imaginário anticomunista brasileiro era bastante intenso. Isso será aprofundado no próximo capítulo através das inúmeras matérias presentes na imprensa católica.

Maria Victória Benevides salienta a forte presença moralista na UDN, porém, percebemos que a censura às diversões públicas era defendida também por outros partidos. Da mesma forma, a interferência nos comportamentos não foi apenas ações de Jânio, visto que tanto Getúlio como Dutra, por exemplo, também criaram medidas moralistas.

Recapitulando, Jânio começa sua carreira no PDC, em 1946. Durante a campanha eleitoral para a gestão estadual, em 1954, candidata-se pelo PTN. Continua nessa legenda até o pleito para governador, em 1962. Em 1984, Jânio lançou-se candidato para a Prefeitura de São Paulo pela coligação PTB-PFL. Mesmo havendo essas mudanças partidárias, a censura aos costumes permaneceu nas suas propostas e práticas políticas durante toda essa longa trajetória. Tudo indica que a formação de Jânio no Colégio Arquidiocesano, dirigido pelo Instituto dos Irmãos Maristas, foi uma forte influência nesse sentido, visto que seu currículo priorizava a moral e seu quadro docente era formada por padres. Da mesma forma, a

Associação dos Antigos Alunos Maristas do Colégio auxiliou JQ durante sua carreira política. Portanto, é viável deduzir que as propostas moralistas de Jânio eram semelhantes às dessa Associação, já que, provavelmente, seus alunos tiveram uma educação moral similar, contribuindo para homogeneizá-los em relação à censura aos costumes. Todavia, essa formação religiosa não determinou o comportamento moral de Jânio, visto que ele bebia, fumava, frequentava carnaval e bares, jogava sinuca, jogava no bicho, entre outras coisas.

Com base na revisão bibliográfica realizada nesse capítulo, percebe-se que diversas obras interpretam Jânio de formas distintas: o presidente herói, agente da burguesia para conter o movimento operário, esquerdista reformista, “populista da pior espécie”, “Napoleão moderno”, “psicologicamente instável”, “lado dos oprimidos”, “gargalhada da História”, “fora da História” e assim por diante. Verificamos que muitas dessas obras referentes à Jânio foram publicadas quando sua figura emergiu com grande força no cenário político, e nos anos após sua renúncia. A grande maioria foi escrita por jornalistas e memorialistas, já que apenas cinco autores dessas obras pesquisadas, especificamente sobre Jânio, são historiadores: Moniz Bandeira, Silvana Walmsley, Felipe Magalhães, Jefferson Queler e Felipe Loureiro.

Essa, relativamente, baixa produção historiográfica talvez possa ser explicada em função de algumas faces de Jânio difundidas: “psicologicamente instável”, “gargalhada da História”, “fora da História”, “ambíguo” entre outras representações. Nesse sentido, esse político agiria em descompasso com o processo histórico, dificultando uma pesquisa científica. Por outro lado, a curta gestão presidencial, de sete meses, também pode ter sido um fator importante para explicar essa quase inexistência de trabalhos historiográficos. Porém, essa hipótese pode ser relativizada, visto que o janismo permaneceu, de acordo com Vera Chaia, por 43 anos no espaço político.

A lacuna em relação às questões que envolvem as proibições em torno dos costumes é ainda maior. Esses decretos continuam sendo vistos como atitudes sem explicação, ordens anacrônicas de JQ, num momento de uma acentuada bipolarização. A grande maioria desses autores não menciona tais decretos, quando muito os interpretam como um surto oriundo da sua personalidade “psicologicamente instável”. Grande parte daqueles que enxergaram essas ordens por escrito como gestos lúcidos e eficazes politicamente foram seus correligionários. Entretanto, analisaram esses atos somente pelo viés econômico, ou seja, argumentam que foram medidas destinadas a “combater os poderosos” e a “denunciar a exploração” através da jogatina. Assim, não oferecem nenhuma atenção, por exemplo, às questões ligadas às vestimentas, tais como a proibição de maiôs nos concursos de beleza, por talvez fugirem da órbita material. De acordo com esse debate, esses decretos protagonizaram, em grande

medida, o processo de construção da imagem de JQ de um presidente insano, “fora da História”, “irritadiço presidente” e sem direção, conforme a fotografia do início desse capítulo.

A produção acadêmica mais atual ofereceu um enfoque relativamente mais detalhado. Assim, por exemplo, Jefferson Queler afirma que o ataque de seus opositores a faceta moral de JQ sugere sua força política em torno da moral. A autora Vera Chaia demonstra que tais medidas acompanharam JQ por toda sua carreira política e que esse moralismo era ambíguo, mas serviu para homogeneizar as camadas sociais pela sua falta de proposta consistente. Para Felipe Magalhães, serviriam para criar uma imagem de moralista conservador por meio da moral cristã, ampliando seu campo de ação. No entanto, tais autores não chegam a mencionar, em grande parte, se havia demandas sociais almejando tais determinações morais. Apenas Moniz Bandeira defende que foram ações para “atender a reclamação de uma liga de senhoras católicas do Paraná,” para contrabalancear sua aproximação com o bloco socialista.

A grande maioria dos autores, que abordaram os decretos dos usos e costumes, não vinculou esses atos às propostas moralistas da Igreja Católica, logo essa instituição não aparece como uma força política afinada com essas medidas. No último capítulo, pretende-se, justamente, discutir a relação entre as medidas moralistas de Jânio e os noticiários morais da imprensa católica. Dessa forma, almeja-se, semelhante a Jorge Ferreira, tentar desconstruir a ideia do senso comum sobre JQ, bastante presente na bibliografia revisitada, de um político “psicologicamente instável”.

CAPÍTULO 2- AS FACES DA IGREJA POR MEIO DA IMPRESSA CATÓLICA

Na década de 1970, no Brasil, ainda era relativamente reduzida a quantidade de pesquisas acadêmicas que utilizavam jornais e revistas como fontes. Um dos motivos foi a influência positivista, prevalecente durante o século XIX e início do século XX, que idealizava a busca da verdade dos fatos por meio de documentos, julgados como neutros e fidedignos. Conseqüentemente, formou-se uma hierarquia entre os tipos de fontes. Nesse contexto, os periódicos não eram considerados apropriados para um trabalho científico, pois seriam carregados de interesses e compromissos, formando imagens parciais e distorcidas.²⁴⁶

Nas décadas finais do século XX, esse quadro se modifica. O diálogo com outras disciplinas, como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, entre outras, trouxe novas contribuições metodológicas. Dessa maneira, alargaram-se as renovações temáticas a partir do estudo do mito, das representações culturais, da opinião pública, das mentalidades, do cotidiano e assim por diante. Tais mudanças modificaram as concepções sobre as fontes e os periódicos ganharam cada vez mais importância como fontes e objetos de pesquisa²⁴⁷.

De acordo com o que foi discutido no primeiro capítulo, para Newton Duarte Molon, o poder da imprensa determinou a vitória de Jânio nas eleições presidenciais. Molon acredita que as elites teriam condições de sofisticar os “aparatos ideológicos”, limitando as possibilidades críticas da população, ou seja, haveria um efeito determinante dos meios de comunicação na formação da opinião pública. Essa abordagem aproxima-se das interpretações que enxergam a imprensa como um instrumento ideológico dos interesses políticos e econômicos, sendo uma espécie de quarto poder capaz de massificar a sociedade.²⁴⁸

Para a historiadora Marialva Barbosa, os jornais constroem um discurso que faz da eloquência uma arma política. Por outro lado, articulam uma concepção que visualizam os leitores como sujeitos quase passivos diante da notícia, cabendo à imprensa “o papel de induzi-los a pensar” e, conseqüentemente, a participar como atores políticos. Segundo Marialva, os jornais produzem um sentido único para a cena política, “não abrindo espaço ao diálogo”. O “tom autoritário” do jornal não comportaria outras visões²⁴⁹.

²⁴⁶ LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora) *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Cotexto, 2006, p.111.

²⁴⁷ *Ibidem*, p.112.

²⁴⁸ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de, NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). *Dimensões e Fronteiras do Estado brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p.1.

²⁴⁹ BARBOZA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 180.

Já para Eduardo Grossi, a imprensa não teria a capacidade de manipular o povo. Grossi destaca que havia no Brasil grupos intermediários, denominados por ele como líderes de opinião, que reenviavam a propaganda janista aos eleitores em geral da sua região através de códigos que eles pudessem interpretar. Esses grupos intermediários teriam um papel ativo nesse processo de formação de uma opinião pública.

Ainda sobre o papel da mídia, de acordo com o sociólogo John Thompson, o significado de uma mensagem transmitida pela imprensa não é um “fenômeno estático”. A informação é transformada pelo próprio processo de recepção, interpretação e reinterpretação. O significado que uma mensagem tem para um indivíduo dependerá, em certa medida, da “estrutura que ele ou ela traz para o sustentar”²⁵⁰. Numa perspectiva semelhante, para Jefferson Queler, o poder da imprensa não anulou a discussão pública de propostas e críticas ao governo Jânio. A imagem pública de Jânio fora criada de forma coletiva e voluntária por meio de discussão e debates entre a própria população, já que as notícias transmitidas na imprensa sobre Jânio eram apropriadas e reelaboradas por pessoas comuns de acordo com seus próprios interesses. Nessa mesma lógica, Rodrigo Motta defende que seria simplista imaginar o pensamento político da sociedade como mero reflexo da manipulação da imprensa. Para Motta, o melhor seria considerar esse fenômeno como uma “relação de mão dupla”, ou seja, se a opinião pública pode ser moldada pelas manchetes dos jornais, por outro, as propostas políticas da sociedade também podem influenciar a imprensa²⁵¹. Essa dissertação abeira-se, em grande parte, dessa última análise em relação ao papel da imprensa.

Tânia de Luca afirma que as possibilidades de pesquisar a fonte impressa são amplas e variadas, sendo crucial inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, relações com instituições políticas, área de difusão, grupos econômicos e financeiros. Por outro lado, é necessário pesquisar a ênfase em certos temas, verificando se a natureza do conteúdo se associa ao público que pretende atingir. Da mesma forma, é importante identificar o grupo responsável pela linha editorial, estabelecendo os colaboradores mais assíduos e atentando para a escolha dos textos programados. Para Luca, a imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra o que se elegeu digno de chegar até o público. Os jornais e revistas não são obras solitárias, mas reúnem projetos coletivos por “agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”²⁵².

²⁵⁰ THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 44.

²⁵¹ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 201.

²⁵² LUCA, *Op. Cit.*, 2006, p.140.

O objetivo desse capítulo é fazer uma breve revisão bibliográfica sobre a postura política da Igreja brasileira no início de 1960. Em seguida, elaborar um mapeamento inicial dos periódicos católicos impressos na Guanabara em 1960. Logo depois, realizar um exame tipológico, desde outubro de 1960 até setembro de 1961, dos quatro periódicos católicos com maiores tiragens entre a imprensa católica no estado da Guanabara: a revista *Estrêla do Mar*, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, o Jornal *A Cruz* e a revista *PB: Paz e Bem*. Com isso, há intenção de estudar as distintas posturas políticas dessas publicações e os contextos das suas fundações, averiguando suas diferentes estratégias na luta para formar uma opinião pública favorável aos seus projetos políticos. Vale ressaltar, tais impressos católicos estão sendo examinados como fontes, e não como objeto de pesquisa.

Optamos metodologicamente por examinar as suas primeiras edições e os editoriais desses quatro impressos católicos desde outubro de 1960, durante a eleição presidencial, com o intuito de perceber as expectativas desses periódicos após a vitória de Jânio Quadros. Assim, a pesquisa inicia-se na edição de outubro de 1960, indo até a renúncia de Quadros em agosto de 1961 e, mais ainda, a publicação de setembro somente das revistas. Com isso, almejamos perceber algum balanço reflexivo neste número de setembro sobre a gestão janista, encerrada no dia 25 de agosto com a sua renúncia, já que as revistas, em grande parte, são oriundas de um projeto amplo. Nelas os intelectuais organizam suas redes de sociabilidade, difundem ideias, sendo marcadas por uma escrita dinâmica e reflexiva, não visando captar a realidade imediata, distinguindo-se do jornal²⁵³. Escolhemos para pesquisar somente esses quatro periódicos católicos por serem os mais vendidos entre os 13 (treze) disponíveis na Biblioteca Nacional e devido o tempo disponível para a elaboração dessa dissertação.

2.1 Interpretações em torno da atuação política da Igreja

A atuação política da Igreja Católica vem sendo alvo de reflexão de pesquisadores de diferentes áreas. Para o sociólogo Cândido Prociópio, apesar da separação com o advento da República, reinaram “relações oficiais” entre o Estado e a Igreja nesse contexto. De acordo com o autor, com o fim do Estado Novo, a Igreja apoiaria, em grande parte, os setores conservadores, canalizando o voto católico em troca da garantia de prerrogativas do clero na constituinte de 1946. A LEC reivindicaria na Assembleia Constituinte a indissolubilidade do vínculo conjugal, a condenação do aborto, o ensino religioso nas escolas públicas e a assistência às Forças Armadas, prisões e hospitais. Os resultados seriam positivos,

²⁵³ OLIVEIRA, Cláudia de, VELLOSO, Mônica Pimenta, e LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 43.

materializados na isenção de impostos para a Igreja e em leis sociais baseadas na doutrina social cristã.²⁵⁴

Segundo Procópio, a partir das mudanças estruturais dos anos de 1950, surgem discursos de episcopais brasileiros contrários ao capitalismo, reprovando o individualismo e a ganância. Em tais discursos é comum a afirmação de que esse sistema geraria perversões morais, pela supremacia da economia material em detrimento do espiritual e moral. Assim, o liberalismo era visto como um risco aos valores religiosos. No entanto, a crítica ao socialismo tem maior ênfase a partir da rejeição da luta de classes, porque seria um meio violento que produziria ódio e o caos. Um projeto coletivista seria impossível, pois o egoísmo instalar-se-ia por meio do pecado original.²⁵⁵ Porém, a “miséria moral” desse contexto não seria responsabilidade exclusiva do comunismo, visto que este encontraria um ambiente propício a partir das características do liberalismo econômico. Assim, para Cândido Procópio, uma vertente do pensamento social da Igreja apresentaria a restauração da ordem social cristã como uma solução para essa bipolarização através de uma “terceira via”. De acordo com Jefferson Queler, JQ manteria essa posição.

O cientista político Márcio Moreira Alves interpreta a Igreja como uma instituição “sociológica concreta”, com seus centros de decisões e seu “discurso ideológico”. Dessa maneira, ele não menciona as questões teológicas para analisar as posições políticas do episcopado brasileiro²⁵⁶. Já o historiador e teólogo Riolando Azzi ao discutir a relação entre a Igreja Católica e a sociedade brasileira, afirma que havia, desde a Primeira República, uma presença católica em diversas áreas a partir da saúde, da família, da assistência, da educação entre outros, influenciando o contexto socioeconômico e cultural. Porém, para Riolando, essa influência era recíproca, já que a instituição eclesiástica também era marcada, dialeticamente, pelo meio social. Segundo ele, ao longo dos anos de 1950, alteram-se os enfoques, passando paulatinamente da defesa da fé e da moral para uma maior preocupação com os problemas sociais. Assim, diversas associações e movimentos religiosos articularam-se, intensificando a atuação política dos católicos, observando-se uma ampliação da participação católica na “esfera política”²⁵⁷ nos anos de 1950 e 1960.

²⁵⁴ CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira & SOUZA, Beatriz Muniz de. “Igreja Católica: 1945-1970”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III – O Brasil Republicano. 4º Volume – Economia e Cultura (1930-1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p 428.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 425.

²⁵⁶ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.14.

²⁵⁷ AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil*. Terceira Época- 1930-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 9.

O autor Thomas Bruneau afirma que o processo de modernização, após o Estado Novo, começou a tornar o Brasil um país urbanizado, secularizado e pluralista em termos religiosos e políticos. Diante da ameaça de novas ideologias, sobretudo o comunismo, e do crescimento dos movimentos sociais, a hierarquia eclesiástica brasileira teria modificado os preceitos do Evangelho para adequar sua estrutura organizacional a esse novo cenário. Desse modo, para Bruneau, as mudanças da postura política da Igreja eram resultado de uma crise institucional, logo a promoção da justiça social seria uma estratégia do clero para enfrentar tais mudanças²⁵⁸. Do mesmo modo, para a historiadora Jessie Jane Sousa, o acirramento das lutas políticas e ideológicas, que marcaram os anos de 1950, repercutiu no interior da Igreja latino-americana, sendo significativo a escolha da realização do Conselho Latino Americano (CELAM), em 1955, no Brasil²⁵⁹.

Para Scott Mainwaring, diferente de Riolando Azzi e de Thomas Bruneau, “devemos evitar reduzir a análise de uma Igreja a um problema de classes”. Segundo Mainwaring, também é importante não subestimar a autonomia da religião e da Igreja frente às classes, já que a religião pode ser uma força frequentemente muito mais poderosa na orientação política do que a classe. Para o autor, a mudança política e social “não modifica inevitavelmente a maneira pela qual as instituições ou movimentos veem a si próprios, já que eles têm uma “maneira específica de reagir às mudanças sociais e podem isolar-se dos conflitos da sociedade”²⁶⁰. Por outro lado, “as práticas e o discurso religioso afetam a consciência das classes sociais”, mobilizando forças políticas, logo, as instituições são importantes enquanto agentes políticos, havendo uma relativa autonomia em relação ao conflito de classes. Portanto, as necessidades e os valores de uma agremiação, e não os interesses das classes sociais, determinam orientações, identidades e ideologias²⁶¹ na perspectiva desse autor.

Ainda segundo Mainwaring, houve uma crise na Igreja Católica brasileira após a Segunda Guerra Mundial, produto, em grande parte, da rápida transformação da sociedade, do crescimento da secularização, do protestantismo e do espiritualismo, o que diminuiu os comparecimentos às missas, mesmo a maioria da população se declarando católica. Concomitantemente, aumentou a propagação das esquerdas na sociedade e diminuiu a influência católica entre as classes dominantes e os operários.²⁶² Por outro lado, o papa Pio XII faleceu em 1958, e seu substituto, João XXIII, promoveu reformas importantes. As suas

²⁵⁸ BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

²⁵⁹ SOUSA, Jessie Jane Vieira A Igreja Católica latino-americana. In: e ARAÚJO, Maria Paula (orgs). Fico, Carlos. *1968 40 anos depois história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

²⁶⁰ MAINWARING, *Op. Cit.*, 2004, p. 26.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 27.

²⁶² *Ibidem*, p. 33.

encíclicas, tal como a *Mater et Magistra*, de 1961, modificaram o pensamento católico oficial, pois estavam em sintonia com o mundo secular moderno e promoviam a justiça social²⁶³. Porém, as mudanças da Igreja brasileira também vieram dos movimentos de base, dos agentes pastorais (padres, freiras e leigos) e dos movimentos leigos. Embora, estejam sob o controle formal da hierarquia, esses outros membros católicos adquirem certa autonomia, logo o processo de transformação dessa instituição era dialético.²⁶⁴

A hipótese de Mainwaring sobre a autonomia da religião e da Igreja frente às classes aproxima-se do pensamento do filósofo Roberto Romano. De acordo com Romano, a Igreja Católica não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, já que essa instituição se move no tempo com uma lógica própria. Nesse sentido, a Igreja teria a capacidade própria de criar sistemas de representações acerca das transformações sociais e organizações políticas, existindo um “programa próprio de domínio social”²⁶⁵. Portanto, seria portadora de uma verdade transcendente, havendo uma capacidade e interesse de adequar-se às questões do seu tempo. Segundo Romano, essa instituição estabelece alianças de cunho temporal, tendo vista a ideia de salvação espiritual do ser humano e os seus próprios interesses institucionais²⁶⁶.

Semelhante a Mainwaring, Kenneth Serbin argumenta que os padres e seminaristas, mesmo submetidos a uma hierarquia, atuaram como uma “vanguarda modernizadora” nos anos após a Segunda Guerra Mundial, quando “impeliram a Igreja para a esquerda”²⁶⁷. Dessa maneira, surge o padre “militante social”, aplicando o “método ver-julgar-agir”. Para Serbin, os padres são fundamentais na organização da Igreja, já que os católicos enxergam-nos como o caminho para a salvação. Para os não-católicos, eles simbolizam “a proeminência da Igreja como instituição religiosa”. Eles se empenham em imitar Cristo, “assumindo a tarefa de supremo mediador, de mensageiro entre os vivos e os mortos.”²⁶⁸ Essa observação é primordial para essa pesquisa, pois muitos colunistas, redatores e diretores da imprensa católica eram padres.

Durante esse processo de transformação da Igreja, surgiram grupos diferentes no seu interior. No início de 1960, para Mainwaring, havia três facções principais dentro da Igreja: tradicionalistas, modernizadores conservadores e reformistas. A análise dessas correntes

²⁶³ *Ibidem*, p. 62.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 28.

²⁶⁵ ROMANO, Roberto. Brasil: *Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979, p. 19.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ SERBIN, Kenneth p. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2008, p.32.

²⁶⁸ *Ibidem*, p.36.

católicas nos ajuda a entender que essas mudanças ocorridas no Brasil não levaram inevitavelmente os fiéis à opção pela justiça social, pois havia a possibilidade de escolher o lado conservador, como muitos assim o fizeram. Começamos pelos chamados “tradicionalistas”. Este grupo continuava a endossar a estratégia da neocrisandade²⁶⁹, acreditando que a Igreja deveria combater, entre outras questões, os partidos progressistas e a secularização dos meios de comunicação. Os tradicionalistas sentiam-se mais ameaçados pela esquerda, tinham menos entusiasmo pela doutrina social e os movimentos populares eram vistos como uma ameaça à ordem. Esse grupo era mais hostil aos comunistas. A reforma agrária era interpretada como algo contra o direito cristão à propriedade²⁷⁰. A maioria encarava a salvação como o resultado de um elevar-se acima do mundo em vez de ter nele uma atuação. Nesse sentido, seria necessário rejeitar as tendências seculares que estavam destruindo a moralidade e a família tradicional.

No segundo grupo estavam os denominados “modernizadores conservadores”. Estes rejeitavam um envolvimento político aberto, argumentando que a Igreja deveria se manter acima da política. Focalizavam principalmente o desenvolvimento individual, em vez das mudanças das estruturas sociais. Acreditavam que a Igreja deveria mudar para cumprir sua missão no mundo moderno, pois enfrentaria com mais eficácia as questões modernas como o liberalismo e o comunismo. Também se preocupavam em desenvolver organizações leigas, mas estavam preocupados em manter a obediência hierárquica. Combatiam a secularização e a ameaça comunista. Embora rejeitassem as mudanças radicais, eles estavam mais preocupados com a justiça social do que os tradicionalistas.

Por fim, os “reformistas” preocupavam-se com o trabalho pastoral e com a mudança social, acreditando que é no processo histórico onde se principia a salvação, constituindo a base da esquerda católica. Assim, em vez de enfatizarem o anticomunismo, os reformistas preocupavam-se mais com a mudança social como um fim em si. Em 1961, os reformistas dividiram a hegemonia com os modernizadores conservadores. A CNBB era a força mais importante para os impulsos reformistas. Um dos postulados fundamentais dos reformistas era

²⁶⁹ A neocrisandade foi um projeto católico restaurador contra a secularização do Estado e da sociedade. No Brasil, com o fim do Regime de Padroado (1890), mesmo com a maioria católica, a hegemonia viu-se ameaçada pela crescente laicização dos valores e o avanço de outras religiões. A Neocrisandade foi uma resposta da Igreja, visando reconduzir a sociedade aos valores católicos. Essa postura orientou o pontificado de Pio XI (1922-1939) e, no Brasil, o cardeal Dom Sebastião Leme (1930-1942) foi seu principal articulador. Ver: SIMÕES, Daniel Soares. *Antiprottestantismo, Neocrisandade e Paradigma Tridentino na Obra “O Anjo das Trevas”* (1936). Cadernos de História publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP, Ano I, n.º 2, setembro de 2006. Disponível em : <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/17-27-1-SM.pdf> Acesso: 19/06/2015 23:00h

²⁷⁰ MAINWARING, *Op. Cit.*, 2004, p. 55.

o de que a Igreja é parte do mundo e nele deve ter uma participação, portanto, seria necessário combater, por exemplo, o sistema fundiário e o capitalismo liberal²⁷¹.

Para Lucília de Almeida Delgado, durante a campanha presidencial de Jânio, o pensamento religioso interagiu com outras esferas. Havia uma atmosfera política bipolar muito intensa, estando em jogo, em grande parte, dois projetos diferentes. De um lado, a UNE, as Ligas Camponesas, Militares Nacionalistas, FPN, PCB e “católicos progressistas”. Esse grupo almejava reformas sociais e econômicas para superar o subdesenvolvimentismo. Em outra posição, encontrava acolhida junto à ESG, os latifundiários, setores do empresariado nacional, UDN, segmentos da classe média e “conservadores” da Igreja Católica, semelhantes aos católicos tradicionalistas identificados por Scott Mainwaring. Esses tinham um programa de desenvolvimento econômico arrojado, direcionado para a implantação da indústria de ponta e também para a preservação da estrutura agrária do país.²⁷² Ao contrário de Cândido Prociópio, Lucília de Almeida não menciona se havia setores da Igreja que seguia uma terceira via nesse ambiente bipolar.

Semelhante a Lucília de Almeida, o cientista social Renato Cancian explica que o “estreitamento” dos vínculos de setores do clero com as classes populares e com outros segmentos sociais acarretou uma diferenciação interna da instituição, devido à integração dos leigos. Para Cancian, essa mudança no posicionamento tradicional da Igreja deu origem ao surgimento de duas concepções ideológicas católicas distintas: progressistas e conservadores. Esta distinção foi assimilada no âmbito do “discurso político-ideológico” e no campo dos estudos acadêmicos. Sendo assim, o termo progressista se refere aos membros da Igreja que estavam engajados em ações sociais²⁷³.

Nessa perspectiva, o sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza também afirma que havia uma polarização dentro da Igreja nessa época. De um lado, havia setores mais dinâmicos progressistas, como os jovens da Ação Católica, que se mobilizavam através, principalmente, dos seus jovens do mundo rural (JAC), estudantil (JEC), independente, isto é, de classes médias (JIC), operário (JOC) e universitário (JUC), Movimento de Educação de Base (MEB), Ação Católica Brasileira (ACB), CNBB entre outros. Outra parte organizou, no sentido oposto, uma resistência às propostas de transformação. Esta facção era representada, em grande parte, pelo professor Plínio Corrêa de Oliveira, pelo bispo Castro Mayer e o bispo

²⁷¹ *Ibidem*, p. 68.

²⁷² DELGADO, Lucília de Almeida Neves & PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

²⁷³ CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011, p. 33.

Proença Sigaud. Esses publicaram um livro contrário à reforma agrária: *Reforma agrária, problema de consciência*²⁷⁴.

Essa ala conservadora foi estudada pelo padre Charles Antoine. Na obra *O Integrismo brasileiro*, ele afirma que diversos autores negligenciaram diversas organizações da ala integrista. Antoine explica que o integrismo era uma reação ao “catolicismo social”, isto é, um catolicismo empenhado na integralidade do catolicismo, não deixando perder os valores tradicionais, advogando a “ordem social cristã”²⁷⁵. Essa corrente católica seria os tradicionalistas e conservadores, respectivamente, para Scott Mainwaring e Lucília de Almeida. Charles Antoine dedica um capítulo à integrista Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da família e da Propriedade (TFP), movimento conservador católico, surgido em 1960 em São Paulo. Seu líder e fundador era Plínio Corrêa de Oliveira, sendo os bispos Dom Mayer e Dom Sigaud seus porta-vozes nos meios eclesiásticos e políticos já em 1960. A TFP vai se expandir ao longo dos anos de 1960, organizando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, quando contribuiu para a derrubada de Jango.²⁷⁶

Para o historiador Rodrigo Motta, a Igreja Católica “constituiu-se como a instituição não estatal”, mais empenhada na luta contra a “ameaça vermelha”. Isso ocorreu mais intensamente nos anos 1960, quando o episcopado brasileiro produziu várias Cartas Pastorais anticomunistas. O “perigo vermelho” tratar-se-ia de apenas mais um adversário ao longo da História, sendo uma espécie de continuidade da Reforma, desejando aniquilar a doutrina da Igreja. Portanto, o desafio comunista tinha origem na eterna luta do bem contra o mal e na “ação do grande tentador, Satanás”²⁷⁷. O anticomunismo reuniu grupos políticos diversos: reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas. Para esses atores, essa ideologia levaria ao pecado, pois questionaria a moral cristã, defendendo o aborto, o divórcio e o amor livre. Dessa forma, a temática moral ocupou um papel destacado no imaginário anticomunista, impulsionando mobilizações sociais. Muitos líderes católicos propagandearam o caráter imoral ou amoral dos revolucionários, vistos como destruidores do “ pilar básico do edifício cristão: a família.”²⁷⁸ Os bolcheviques foram acusados na Rússia de orgias, estupros, incestos e até a “socialização de mulheres”. Eles também atentariam contra a família por meio da sua

²⁷⁴SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As várias fâceis da Igreja Católica*. Rev. Bras. Hist. v. 18, n. 52, São Paulo, 2004.

²⁷⁵ ANTOINE, Pe. Charles. *O Integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.12.

²⁷⁶ *Ibidem*, p.27.

²⁷⁷ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 19.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 62.

oposição à “natureza patriarcal”, estimulando a mulher aderir ao mundo do trabalho profissional em detrimento do ambiente doméstico familiar.²⁷⁹

Essa breve análise da relação entre a Igreja e a política possibilita verificar o papel importante da Igreja no cenário político do Brasil. Assim, os católicos progressistas acusavam, em grande parte, o liberalismo como causador da imoralidade, visto que ofereceria primazia às questões materiais em detrimento dos aspectos morais. Para os católicos conservadores, o comunismo, principalmente, levaria ao pecado, pois questionaria a moral cristã. Para os fiéis que seguiam uma terceira via nesse ambiente da Guerra Fria, a imoralidade era gerada tanto pelo comunismo quanto pelo liberalismo capitalista. Com isso, é viável perceber que os atos moralizadores de JQ poderiam satisfazer distintos grupos no interior do catolicismo. Assim, a valorização da moral não se restringiria aos grupos conservadores.

2.2- A imprensa católica no estado da Guanabara (1960-1961)

Para estruturar essa pesquisa, examinamos o Anuário Católico de 1960 do Rio de Janeiro²⁸⁰, responsável por catalogar os bens materiais que pertenciam a Igreja Católica no Brasil. De acordo com as informações contidas na página eletrônica da BN, esse Anuário “Constitui no principal instrumento de identificação, registro e estatística da Igreja Católica no Brasil”²⁸¹. A sua primeira edição foi publicada em 1957, a segunda em 1960 e a terceira em 1965.

A imprensa católica aqui pesquisada circunscreve-se aos periódicos impressos, já que de acordo com a edição de 1960 do *Anuário Católico*, a imprensa católica da Guanabara era composta pela católica *Rádio Vera Cruz* por meio de diversos programas, mas também, por programas de rádios nas principais emissoras da Guanabara: *Rádio Globo*, *Rádio Guanabara*, *Rádio Jornal do Brasil*, *Rádio Nacional* e *Rádio Roquete Pinto*. Em relação à televisão, também existiam programas católicos na TV Rio- Canal 13 e TV Tupi- Canal 6.²⁸² Esse anuário também registrava o cinema como parte da imprensa católica, catalogando as “Salas de orientações católicas”: Cine Cristo Redentor, Cine Nossa Senhora de Fátima, Cine Pax,

²⁷⁹ *Ibidem*, p.66.

²⁸⁰ Disponíveis na Biblioteca Nacional: *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB*. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.

²⁸¹ Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em 05/05/2015, às 22:08h.

²⁸² *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB*. p. 381. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.

Cine Santa Terezinha, Cine Sete Santos, Cine Stella Maria, Cine Clube A.S.A e Cine Clube P.U.C. Em relação à imprensa católica escrita, utilizada como fonte nessa pesquisa, enumerava o jornal *A Cruz* e 35 (trinta e cinco) revistas, catalogados como a imprensa católica impressa do estado da Guanabara em 1960, conforme indicado no quadro abaixo:

Tabela 2- Imprensa católica do estado da Guanabara em 1960

Títulos dos periódicos	Tiragem
1- Revista <i>Estrêla do Mar</i>	32.000
2- Jornal <i>A Cruz</i>	20.000
3- Revista <i>PB: Paz e Bem</i>	20.000
4- Revista <i>Mensag. do Coração de Jesus</i>	20.000
5- Revista <i>A Fátima Brasileira</i>	12.000
6- Revista <i>Pergunte e Responderemos</i>	10.000
7- Revista <i>Encontro</i>	10.000
8- Revista <i>Cruzada Eucarística</i>	6.000
9- Revista <i>Conferência dos Religiosos do Brasil</i>	5.000
10-Revista <i>Reparação</i>	4.000
11-Revista <i>Sino de São Sebastião</i>	3.000
13-Revista <i>Centelhas</i>	3.000
14-Revista <i>Nossa Comunidade</i>	2.000
15-Revista <i>da Asa</i>	2.000
16-Revista <i>Mensagem</i>	1.500
17-Revista <i>Traço de União</i>	1.500
18-Revista <i>A Vitória</i>	1.200
19-Revista <i>Ecos dos Colégios</i>	1.000
20-Revista <i>O Apóstolo</i>	1.000

21-Revista <i>Gregoriana</i>	1.000
22-Revista <i>Vida Paroquial</i>	900
23-Revista <i>Verbum</i>	800
24-Revista <i>Mensageiro</i>	500
25-Revista <i>Paz e Luz</i>	500
26-Revista <i>do Clero</i>	500
27- Revista <i>Síntese</i>	Indisponível
28- Revista <i>A Ordem</i>	Indisponível
29-Revista <i>O Apóstolo do Santíssimo Sacramento</i>	Indisponível
30-Revista <i>Salve Regina</i>	Indisponível
31-Revista <i>Mensageiro do Santo Rosário</i>	Indisponível
32-Revista <i>O Bom Pastor</i>	Indisponível
33-Revista <i>Catequética</i>	Indisponível
34-Revista <i>São José</i>	Indisponível
35-Revista <i>Vita</i>	Indisponível
36-Revista <i>Você d'Itália Cattolica</i>	Indisponível
Total	162.400

Fonte: *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB*, p. 380. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.

Entre todos esses periódicos acima catalogados, dois não foram registrados nesse inventário: a revista *Síntese* e a *A Ordem*. A primeira pertencia à PUC-Rio. A propaganda desse periódico foi encontrada por ventura em um anúncio publicitário da revista *Estrela do Mar*. A segunda era órgão oficial do Centro Dom Vital, também não foi inventariada nesse anuário, sendo encontrada por meio de consultas bibliográficas. Essa última está digitalizada e disponível online na BN²⁸³, aquela acessível na seção de impressos na BN²⁸⁴. É possível haver

²⁸³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=367729&pasta=ano%20196&pesq=>. Acesso em 25/03/2016, 10:01h.

outros impressos que não foram inventariados nesse Anuário, como ocorreu com ambas revistas.

O jornal *A Cruz* também está digitalizado e acessível via internet²⁸⁵ e 12 (doze) dessas revistas estão disponíveis na seção dos periódicos impressos da Biblioteca Nacional. Na tentativa de encontrar informações sobre os demais impressos, realizamos visitas a outros arquivos: *Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro*, *Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu*, *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* e o *Arquivo Nacional*, porém, também não há impressos católicos disponíveis. A tabela abaixo ajuda a verificar a quantidade de periódicos católicos, em 1960, que estão disponíveis para consulta na BN, e suas respectivas longevidades e tiragens.

Tabela 3- Periódicos católicos disponíveis na BN

Títulos dos periódicos	Periodicidade	Tiragem
1- Revista <i>Estrêla do Mar</i>	(1909-2015)	32.000
2- Jornal <i>A Cruz</i>	(1919-1973)	20.000
3- Revista <i>PB: Paz e Bem</i>	(1958- 2015)	20.000
4- Revista <i>Mensageiro do Coração de Jesus</i>	(1896-2015)	20.000
5- Revista <i>A Fátima Brasileira</i>	(1939-1966)	12.000
6- Revista <i>Pergunte e Responderemos</i>	(1957-2008)	10.000
7- Revista <i>da Conferência dos Religiosos do Brasil</i>	(1955-1967)	5.00
8- Revista <i>Verbum</i>	(1944-1979)	800
9- Revista <i>A Ordem</i>	(1921-1990)	Indisponível
10- Revista <i>O Apóstolo do Santíssimo Sacramento</i>	(1928-1964)	Indisponível
11-Revista <i>Salve Regina</i>	(1937-1965)	Indisponível
12-Revista <i>Mensageiro do Santo Rosário</i>	(1938-1965)	Indisponível

²⁸⁴ Revista *Síntese política, econômica e social*. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional: nº: 270/273. loc: 4,270,02,06.

²⁸⁵ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=829706&pasta=ano%20196&pesq>. Acesso em 25/03/2016, 10:01h.

13-Revista <i>Síntese</i>	(1959-1968)	Indisponível
Total		119800

Fonte: *Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB. p. 380. Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.*

Portanto, foram catalogados na Biblioteca Nacional 12 (doze) revistas e 1 (um) Jornal, que tinham suas tipografias no estado da Guanabara, em 1960, eram vinculadas à Igreja católica e estão acessíveis à pesquisa. Assim, dessas 35 (trinta e cinco) revistas e 1 (um) jornal mapeados, 10 (dez) revistas²⁸⁶ não constam as suas tiragens, entre essas, estão cinco revistas disponíveis para consulta na BN: *O Apóstolo do Santíssimo Sacramento; Mensageiro do Santo Rosário; Salve Regina, Síntese e A Ordem*. Agora, analisando apenas os periódicos que foram registrados a quantidade de exemplares impressos, pode-se afirmar que a grande maioria de maior tiragem são justamente os quatro periódicos aqui utilizados nessa pesquisa como fontes. Dessa maneira, o total de exemplares impressos desses quatro periódicos: a revista *Estrêla do Mar*, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, o Jornal *A Cruz* e a revista *PB: Paz e Bem* é quase o triplo das 18 (dezoito) revistas indisponíveis para consulta na BN. Isso oferece sinais do papel preponderante desses periódicos trabalhados, em relação aos impressos católicos indisponíveis, na difusão de ideias entre os membros da Igreja.

A tabela nº:2 demonstra que o surgimento desses impressos utilizados aqui como fontes ocorreu em conjunturas distintas. Durante o final do século XIX e início do século XX, foram fundadas a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* (1896-2016), a revista *Estrêla do Mar* (1911-2016), o jornal *A Cruz* (1917-1973) e a revista *O Apóstolo do Santíssimo Sacramento* (1928-1964). Nesse período, aumentou-se o esforço da Igreja em constituir uma imprensa católica. Isso pode ser explicado, entre outros fatores, em função da separação entre Estado e Igreja com a proclamação da República. A Constituição de 1891 instituiu a neutralidade em matéria religiosa, desprestigiando o catolicismo hegemônico, mas, ao mesmo tempo, alargava a autonomia da Igreja, “desincumbindo-a de ser um apêndice religioso da política”²⁸⁷. Com isso, intensifica-se a ação dessa instituição na difusão dos fundamentos católicos para enfrentar um certo isolamento da Igreja e a concorrência com outras crenças (protestantismo, espiritismo, maçonaria) e outras ideologias políticas (liberalismo,

²⁸⁶ Não há informações acerca da tiragem dessas revistas católicas: 1-*Mensageiro do Santo Rosário*; 2-*Apóstolo do Santíssimo Sacramento*; 3-*O Bom pastor*; 4-*Revista Catequética*; 5- *Salve Regina*; 6-*São José*; 7- *Vita*; 8- *Você d’itália cattolica*; 9- *Síntese*- 10- *A Ordem*.

²⁸⁷ GONÇALVES, Marcos. *Missionários da “boa imprensa”*: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2008, v.28, nº 55, p. 64.

anarquismo, socialismo e mais tarde o comunismo)²⁸⁸, entre outras. Assim, a emblemática Pastoral Coletiva, em 1890, defendia a urgência de criar e difundir a imprensa confessional para lutar contra “os estragos da imprensa ímpia”²⁸⁹. Entretanto, já existiam publicações católicas desde o Império²⁹⁰. Essas questões mencionadas ajudam a explicar a inauguração do Centro da Boa Imprensa, em 1910, na cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro, que almejava implantar em todas as dioceses do Brasil o jornalismo impresso²⁹¹.

O pontificado de Leão XIII (1878-1903) foi marcado pelo aparecimento de novas congregações religiosas, almejando, em grande parte, combater as ideologias do mundo moderno. No Brasil, entre os anos de 1880 e 1930, houve uma “entrada sem precedentes dessas congregações”²⁹², sendo fundamentais na disseminação da imprensa católica, já que diversos periódicos surgiram no intuito de serem órgãos oficiais dessas organizações católicas. Dessa maneira, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* pertencia ao Apostolado da Oração²⁹³ e à Comunhão Reparadora no Brasil²⁹⁴; a revista *Estrêla do Mar* representava as Congregações Marianas; a revista *O Apóstolo do Santíssimo Sacramento* era um “Órgão oficial da Adoração Perpetua”, sob a “Direcção dos Padres Sacramentinos”²⁹⁵ e o jornal *A Cruz* era o impresso oficial da Confederação Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A longevidade desses impressos oferece sinais da eficiência desses órgãos difusores de ideias, visto que são justamente os de maiores tiragens, conforme já realçado na Tabela nº: 1. Apenas

²⁸⁸*Ibidem*, p. 69.

²⁸⁹*Ibidem*, p. 65.

²⁹⁰ “Desde pelo menos 1836, com o surgimento da *Revista Católica* editada em Salvador, existiu entre os católicos o interesse em formentar a difusão de uma imprensa regular” Ver: GONÇALVES, Marcos. *Missionários da “boa imprensa”*: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2008, v.28, nº 55, p. 82.

²⁹¹ PEREIRA, Herivaldo Alves. *O periódico católico o Mensageiro Diocesano (1937-1948) no Estado Novo*: práticas da imprensa católica no Oeste Paulista. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2015/04/com60.htm>>. Acesso: 19/06/2015, 23:50h.

²⁹² GONÇALVES, *Op. Cit.*, 2008, p. 70.

²⁹³ “O Apostolado da Oração constitui a união dos fiéis que, por meio do oferecimento cotidiano de si mesmos, se juntam ao Sacrifício Eucarístico, no qual se exerce continuamente a obra de nossa redenção, e desta forma, pela união vital de Cristo, da qual depende a fecundidade apostólica, colaboram na salvação do mundo” (...)“O Apostolado da Oração começou no Brasil em Itu, São Paulo, em 1871, por iniciativa do padre Bartolomeu Taddei, SJ, considerado o fundador e propagador do AO no Brasil. Antes disto houve um pequeno centro isolado em Pernambuco, em 1867, mas que não teve projeção nacional. Em 1888 havia cerca de trezentos centros de AO pelo Brasil inteiro, com mais de 400 mil membros. Com a difusão do AO houve um despertar intenso para a Sagrada Eucaristia e a vida de fé”. Disponível em: <http://www.apostoladodaoracao.com.br/o-que-e.asp>. Acesso em: 19/05/2015, 20:40h.

²⁹⁴ “A comunhão reparadora é, portanto, um ato fundamental na devoção ao Sagrado Coração. Os cristãos que a praticam vão à Igreja diariamente, muitos fazem novena, seguindo as nove semanas, conforme a grande promessa, e recebem a comunhão com a intenção de reparar e honrar o Coração de Jesus”. Disponível em: <http://www.loyola.com.br/mej/noticias-detalle.asp?n=23&tit=A%20comunh%E3o%20reparadora%20em%20devo%E7%E3o%20ao%20Sagrado%20Cora%E7%E3o%20de%20Jesus.>, Acesso em 19/05/2015, 21:01h.

²⁹⁵ *O Apóstolo do Santíssimo Sacramento*- jan/fev de 1934, nº: 9 e 10, p. 1.

a revista *O Apóstolo do Santíssimo Sacramento* não foi identificada a quantidade de exemplares vendidos.

Durante o Estado Novo, o modelo de neocristandade atingiu seu auge, intensificando a aliança entre a Igreja e o Estado. Desse apoio mútuo, a Igreja conseguiu, entre outras coisas, o veto ao divórcio. Aumentou sua influência sobre o sistema educacional, a difusão da moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. Nesse sentido, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade. Em contrapartida, a Igreja solicitava a disciplina e a obediência ao Governo²⁹⁶. Porém, a Igreja apoiava Getúlio Vargas não só por causa dos privilégios que recebera, mas também devido às suas afinidades políticas, já que a Igreja também enfatizava a ordem, o nacionalismo, o patriotismo e o anticomunismo²⁹⁷. Dessa maneira, houve a expansão da chamada Boa Imprensa Católica, enquanto o Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P) censurava os impressos contrários ao regime²⁹⁸. Nessa conjuntura, foram criadas as revistas *Salve Regina* (1937-1965): “órgão oficial da Federação das filhas de Maria do Rio de Janeiro”²⁹⁹; *Mensageiro do Santo Rosário* (1938-1965): que pertencia ao Convento dos Dominicanos; *A Fátima Brasileira* (1939-1966): “Órgão do Santuário de Nossa Senhora de Fátima” e *Verbum* (1944-1979): órgão da PUC-RIO.

Conforme já salientado no primeiro item desse capítulo, de acordo com Scott Mainwaring, durante o processo de redemocratização, após a Segunda Guerra, durante o papado do progressista João XXIII, houve uma acelerada transformação na sociedade brasileira, com o crescimento da esquerda e de outras religiões. Para Mainwaring, esses foram os principais motivos para explicar o crescimento de outras tendências no interior da Igreja. Nesse contexto, surgiram os periódicos: *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil* (1955-1967)- propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)³⁰⁰; *Pergunte e Responderemos* (1957-2008): publicação mensal do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro; *Paz e Bem* (1958- 2015), patrocinada pela “entidade secular” Ordem Terceira

²⁹⁶ MAINWARING, *Op. Cit.*, 2004, p. 43.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 47.

²⁹⁸ PEREIRA, Herivaldo Alves. *O periódico católico o Mensageiro Diocesano (1937-1948) no Estado Novo: práticas da imprensa católica no Oeste Paulista*. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2015/04/com60.htm>. Acesso: 19/06/2015, 23:50h.

²⁹⁹ As congregações religiosas e as Filhas de Maria se constituíram como ambientes de preparação espiritual de jovens para serem guardiães da moral e da religião. Assim, seus comportamentos e vestíário, deveriam lembrar o exemplo da Virgem Maria. Ver: OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Em favor da virtude: romanização e as Filhas de Maria*. Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol.1, nº2, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/02p246.pdf>. Acesso em: 13/07/2015, 20:40h.

³⁰⁰ Organização que passou a existir desde 1954, “em três planos: nacional, estadual e regional (...) promovem (...) os interesses comuns, tanto espirituais como temporais, dos Religiosos, pretende conseguir maior unificação da Imprensa dos Religiosos, em vista de uma maior penetração apostólica.” Responsável pelo “Serviço de Publicidade, angariando anúncios pagos, tanto para as publicações da CRB, como para os órgãos (jornais e revistas) dos religiosos. Ver: *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*, nº 69- 01/03/1961, p. 155.

Franciscana do Brasil e a revista *Síntese: política, econômica e social* (1959-1968): que semelhante à *Verbum*, também pertencia à PUC-Rio.

Tentando situar esses periódicos católicos mapeados entre os demais impressos seculares que circulavam no estado da Guanabara, em 1960, realizamos uma análise no ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, elaborado pelo IBGE em 1961. Nesse catálogo, é possível verificar a média de periódicos e o “total da tiragem média” dentro do estado da Guanabara. A tabela abaixo traz informações acerca dessa pesquisa do IBGE:

Tabela 4 - Periódicos que circulavam na Guanabara em 1960

Imprensa periódica	Informantes	Tiragem
1- Jornais diários matutinos	13	885.335
2- Jornais diários vespertinos	5	360.000
3- Gazetas	17	331.500
4- Revistas	169	8.322.935
5- Outros	22	00.150
Total	226	9.999.920

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL-1961 (IBGE). P. 392. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000350/90000/90000021.pdf>. Acesso: 01/03/2016 , 08:43h

De acordo com a tabela acima, havia em torno de 226 títulos de periódicos que circulavam no estado da Guanabara em 1960. Os 36 títulos dos periódicos católicos mapeados giravam em torno de 16 % do total da imprensa periódica do estado. Portanto, os impressos confessionais ocupavam uma parcela não desprezível entre o total de periódicos. É interessante examinar as tiragens dessas publicações católicas e comparar com as dos jornais de maior circulação no Rio de Janeiro em 1960. A próxima tabela traz informações acerca da tiragem dos vespertinos cariocas de maior circulação em 1960.

Tabela 5- Tiragem dos vespertinos cariocas mais vendidos em 1960

Título dos periódicos	Tiragem
Jornal <i>O Globo</i>	218.000
Jornal <i>Última Hora</i>	117.000

Jornal <i>A Notícia</i>	56.000
Jornal <i>Diário da Noite</i>	40.000
Jornal <i>Tribuna da Imprensa</i>	18.000

Fonte: BARBOZA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 155.

Há sete principais motivos (hábito de leitura, tiragem, lacuna historiográfica, interação entre imprensa secular e católica, peculiaridade da imprensa confessional, percentual de católicos e o conteúdo moralista) que explicam a opção por esses impressos católicos para serem utilizados como fontes em vez dos periódicos com altas tiragens e fortes influências políticas, como esses da tabela acima³⁰¹. Primeiramente, é fundamental para essa dissertação informar que, de acordo com a socióloga Silvia Martini, 71,3% da população do Rio de Janeiro tinham como hábito, a leitura de jornais. A maioria dos cariocas lia de um a dois periódicos por dia. Surpreendentemente, entre os classificados como pobres na pesquisa do IBOPE, 63% possuíam essa prática de leitura. Esse índice era muito elevado para época, dado o grau de analfabetismo que girava em torno de 50,5% nos anos de 1950 no Brasil³⁰². Isso talvez explique as tiragens, relativamente, altas da imprensa católica da Guanabara, em 1960.

Em segundo, a análise das tiragens desses jornais vespertinos cariocas de maior circulação, presentes na Tabela nº:4, ajuda a compreender as peculiaridades e a importância da imprensa católica. Assim, se compararmos, por exemplo, os números de exemplares vendidos do jornal católico *A Cruz* com o *Tribuna da Imprensa*, o quinto vespertino mais vendido no Rio de Janeiro em 1960, é admissível afirmar que o jornal *A Cruz* também ocupou um papel de destaque. Esse, por mais que fosse semanal, chegava aos seus 20 (vinte) mil exemplares vendidos, como foi exposto na tabela nº: 1, ultrapassando os 18 (dezoito) mil do jornal *Tribuna da Imprensa*. Em julho de 1961, ambos custavam o mesmo valor unitário: CR\$:10,00. Essa análise comparativa é fundamental para situar esses periódicos religiosos em relação à chamada grande imprensa, verificando sua relevância como veículos de propagandas de ideias.

O terceiro motivo está relacionado à imensa lacuna bibliográfica sobre a imprensa católica na Guanabara, no início da década de 1960. Em levantamento no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), verificamos a

³⁰¹ BARBOZA, *Op. Cit.*, 2007, p. 154.

³⁰² MARTINI, *Op. Cit.*, 2011, p. 91.

inexistência de produção acadêmica acerca do tema. Após realizarmos uma breve revisão da bibliografia existente sobre a imprensa do Rio de Janeiro no início de 1960, percebemos que há poucos trabalhos produzidos sobre a imprensa católica. Essas escassas pesquisas em nenhum momento mencionam esses periódicos católicos impressos na Guanabara aqui mapeados. Para exemplificar, começaremos pelo clássico livro do historiador Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*³⁰³, publicado em 1966. Com quase seiscentas páginas, demonstrando ser uma pesquisa de fôlego que levou em torno de trinta anos para ser concluída, traz informações detalhadas sobre a imprensa desde 1808 até os anos de 1960, porém, ele não cita em nenhum momento esses impressos católicos aqui mapeados. Da mesma forma, a historiadora Marialva Barbosa, no seu livro: *História Cultural da Imprensa*³⁰⁴, analisa a história da imprensa em todo o século XX, escolhendo o Rio de Janeiro como recorte espacial, todavia, ela também não chega a registrar essas publicações católicas do Rio de Janeiro.

A jornalista Ana Paula Goulart Ribeiro, na obra: *História e Imprensa*, capítulo: *Modernização e Concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970*³⁰⁵, examina quatro jornais cariocas: *O Globo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, não salientando as publicações cariocas da Igreja. Similarmente, a historiadora Alzira Alves de Abreu, no livro *O Moderno em Questão*, capítulo: *Revisitando os anos 1950 através da imprensa*³⁰⁶, analisa vários periódicos que circulavam na Capital Federal, mas não esses impressos confessionais.

Essas obras ajudam a perceber que existe uma imensa lacuna em torno da história da imprensa, principalmente, da imprensa católica da Guanabara. Algumas pesquisas sobre a imprensa católica da Guanabara foram encontradas, mas não contemplam as problemáticas dessa pesquisa. Alguns trabalhos³⁰⁷ foram achados sobre a revista carioca e católica *A Ordem*

³⁰³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

³⁰⁴ BARBOZA, *Op. Cit.*, 2007.

³⁰⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, L. M. B. P.; FERREIRA, T. M. B. da C. (Orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

³⁰⁶ ABREU, Alzira Alves de. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; BÔAS, G. V. *O Moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

³⁰⁷ FERNANDES, Patrícia Lopes. *A revista A Ordem e o ensino religioso na legislação educacional brasileira*. Faculdade de Educação-Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/files/8E9Di5v.pdf. Acesso em: 25/03/2016, 11:51h; SCHINCARIOL, Marcelo Tadeu. Catolicismo, Romance Católico e Crítica Literária no Contexto da Revista A Ordem. Revista de Estudos da Religião Nº 4 / 2006 / pp. 96-124. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv4_2006/p_schincariol.pdf. Acesso em: 25/03/2016, 11:52h; DIONÍSIO, Marinaldo Fernandes. *A revista A Ordem, fonte do ideário educacional católico* (Unesp-Araraquara). Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0201p.PDF>. Acesso em: 25/03/2016, 11:52h.

(1921-1990), órgão oficial do Centro Dom Vital, mas a maioria estudou o período da Primeira República e o Estado Novo. Encontramos apenas o verbete³⁰⁸ da historiadora Carolina Vianna Dantas sobre a revista *A Ordem*, no entanto, ela não aborda as temáticas desenvolvidas nessa pesquisa. Sobre os demais periódicos católicos da Guanabara catalogados, em 1960, não identificamos mais nenhum trabalho. Com isso, não existem estudos a partir de seus vínculos institucionais, linhas editoriais predominantes, mapeamentos, fundações, área de circulação, periodicidade, redatores, preços e assim em diante.

Em quarto lugar, nossa escolha ocorreu em virtude da interação que havia entre a imprensa religiosa e a secular. Tradicionalmente, a imprensa escrita dos grandes jornais da época “acolhia com generosidade articulistas católicos”, publicando suas matérias. Nesse período estudado, logo após a Revolução Cubana, quando surgem diversas “frentes anticomunistas”, a “grande imprensa em peso abriu suas páginas para as lideranças católicas”³⁰⁹, os quais, em boa parte, eram lideranças dos periódicos e associações católicas. A título de exemplo, como veremos mais adiante, o arcebispo Dom Jaime Câmara, uma das lideranças do jornal *A Cruz*, tinha algumas palestras comentadas pelo jornal *O Globo*³¹⁰. Em via de mão dupla, diversas matérias desses famosos jornais da época eram editadas e impressas no conteúdo desses periódicos católicos, conforme veremos mais detalhadamente nas próximas páginas. Dessa forma, a análise do conteúdo desses impressos católicos implica, simultaneamente, no estudo de vários jornais da grande imprensa no início de 1960.

Em quinto, a opção feita justifica-se pela peculiaridade e relevância da imprensa confessional, sendo o seu estudo indispensável, já que é um filão de informações a respeito das posições políticas de várias correntes dentro do cristianismo. Esse tipo de impresso é, em geral, um “órgão militante” empenhado em fazer penetrar o ensinamento cristão na sociedade contemporânea. Dessa maneira, mantém uma relação estreita com seus leitores, “que às vezes constituem verdadeiros movimentos, redes de difusores benévolos e que se reúnem em congressos”. A sua influência é maior porque a maior parte dos seus leitores são assinantes e em geral fiéis, ou seja, “o coeficiente de difusão é elevado”. Esses periódicos são lidos em família. Seu nascimento é sinal da estruturação de uma corrente de opinião, sendo dirigidos por militantes comprometidos em fazer essa opinião evoluir³¹¹. Mais à frente constataremos

³⁰⁸ DANTAS, Carolina Vianna. A Ordem in: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ORDEM,%20A.pdf>, Acesso em: 11/03/2016, às 00:31h.

³⁰⁹ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 28.

³¹⁰ *A Cruz*, nº 2286- 25 de dezembro de 1960, p.2.

³¹¹ COUTROT, *Op. Cit.*, 1994, p.348.

que muitos dos seus redatores, colunistas, diretores, colaboradores, entre outros, eram congregados às associações católicas, existindo diversos líderes religiosos e padres. Inclusive, a equipe redacional e os leitores recebiam, muitas das vezes, as bênçãos do Papa³¹². Tudo isso oferece sinais sobre o forte poder simbólico desses impressos confessionais.

Vale também destacar, nos anos de 1950 e 1960 no Brasil, a comunidade cristã católica era bastante significativa, De acordo com dados do IBGE, havia um percentual de 93 % de católicos no Brasil, na década de 1960³¹³. Assim, conforme já visto no estudo de Riolando Azzi, havia uma presença católica em diversas áreas a partir da saúde, da família, da assistência, da educação entre outros, influenciando o contexto socioeconômico e cultural. Nesse período estudado, diversas associações e movimentos religiosos articularam-se, intensificando a atuação política dos católicos.

Por fim, a imprensa católica foi escolhida, principalmente, em função das hipóteses levantadas no próximo capítulo. Ao abordarmos a censura moral nessa parte, relacionada aos decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961, optamos por estudar os discursos católicos na época. Com isso, há a intenção de contextualizar tais decretos através das demandas moralistas presentes nesses quatro impressos católicos, já que, de acordo com a historiadora Aline Coutrot, as Igrejas cristãs sempre pregaram um “ensinamento moral” junto à sociedade, vinculado à política e ao sagrado³¹⁴. Dessa forma, a Igreja Católica é uma instituição comprometida em difundir a moral cristã na sociedade, portanto, deduzimos que aumentariam as possibilidades de haver, na imprensa católica, noticiários vinculados aos atos moralistas de Jânio Quadros. Entretanto, isso não quer dizer que na grande imprensa também não havia a defesa da censura aos costumes. Como veremos, o jornal *Tribuna da Imprensa* e o *Jornal do Comércio*, por exemplo, também difundiam a moralização. No entanto, como a Igreja Católica é uma das instituições mais empenha na pregação do “ensinamento moral”, preferimos a imprensa católica aos periódicos seculares.

2.3- Os quatro impressos católicos com maiores tiragens

Segundo Riolando Azzi, a imprensa católica passou a ser considerada um valioso instrumento a fim de obter a “catolização da sociedade”. Portanto, a tarefa principal era a difusão do pensamento católico, logo a imprensa ocupou um “lugar de primeira grandeza”³¹⁵.

³¹² *Estrela do Mar*, nº 591- nov/dez de 1960, p. 2.

³¹³ Disponível em: NERI, Marcelo. *Novo mapa das religiões*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.7.

³¹⁴ COUTROT, *Op. Cit.*, 1994, p.338.

³¹⁵ AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 443.

As diversas editoras, livrarias, revistas e boletins católicos existentes no país mostram a importância da imprensa católica, e sua força de expansão pelo território brasileiro³¹⁶.

A seguir serão apresentados os quatro periódicos católicos mais vendidos, seguindo a ordem cronológica de suas fundações. Priorizamos suas principais características a partir dos seus públicos leitores, área de circulação, periodicidade, redatores, preços, vínculos institucionais, linhas editoriais predominantes entre outras. Entretanto, os noticiários em torno da censura moral ligadas aos decretos de Jânio Quadros serão esmiuçados somente no terceiro capítulo.

É um risco etiquetar a linha editorial desses impressos confessionais, já que é presumível existirem várias identidades políticas entre seus redatores e colunistas, dificultando um consenso por não ser um grupo homogêneo³¹⁷. No entanto, dificilmente encontra-se um grupo cujos membros pensem completamente iguais e sem divergências³¹⁸. Dessa maneira, é notório nesses quatro periódicos analisados que havia uma identidade bastante abrangente entre os redatores e colunistas de cada impresso, a partir de um projeto político mais amplo compartilhado, evidenciando sua tendência política. Por outro lado, pode gerar uma armadilha ao reconhecer sua postura política, já que suas longevidades escapam do recorte temporal aqui examinado. Para exemplificar, o jornal *A Cruz* foi fundado em 1919, havendo a possibilidade de mudanças ao longo do tempo no seu posicionamento político. Todavia, sua identidade política aqui reconhecida e das outras três revistas restringem-se à sua conduta política durante apenas o período aqui estudado, lembrando que esses quatro periódicos foram utilizados, principalmente, como fontes, e não como objeto de pesquisa.

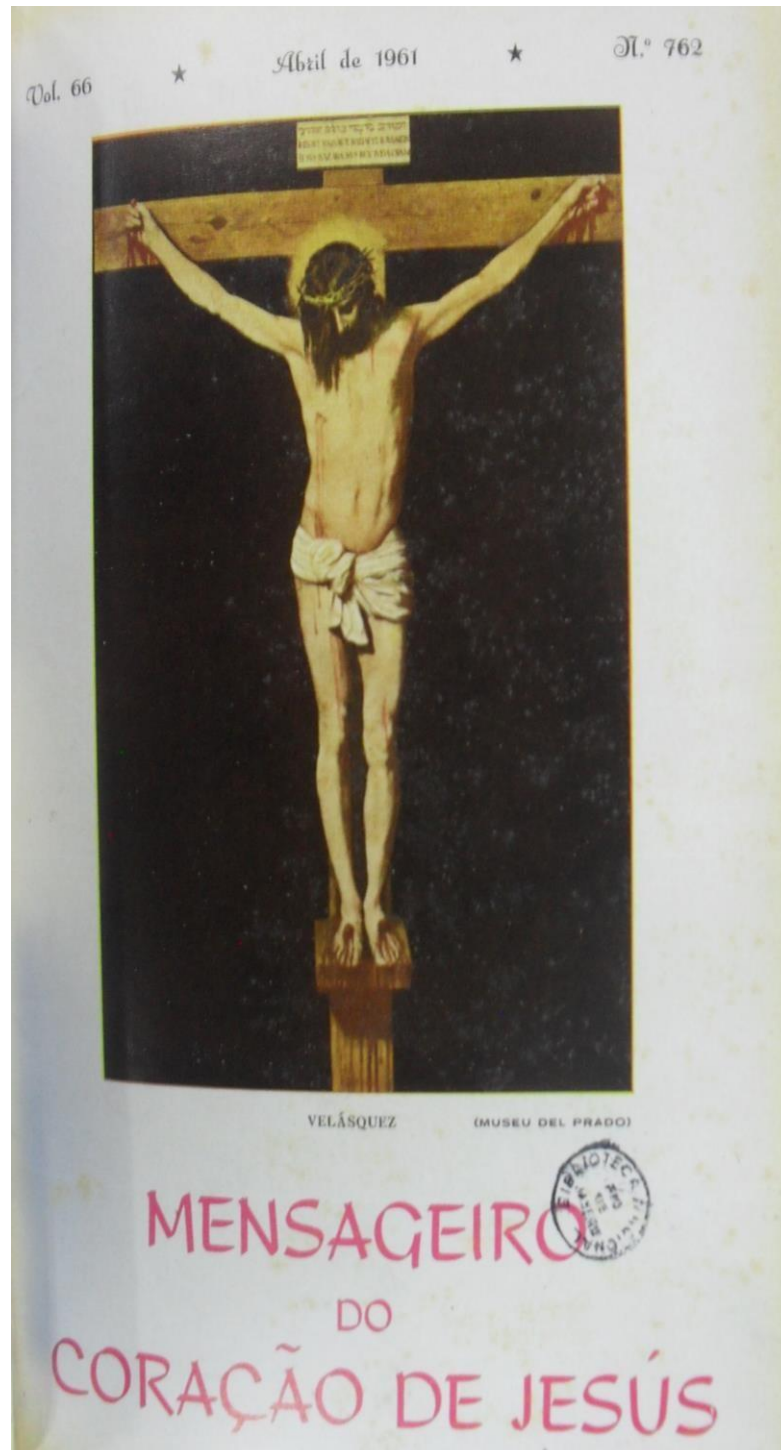
Na tentativa de traçar as tendências ideológicas desses impressos: jornal *A Cruz*, revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, revista *Estrela do Mar* e revista *PB: Paz e Bem*, optamos por examinar todos os seus conteúdos, enfatizando as colunas destinadas, especificamente, à política. Por outro lado, tornou-se inviável apresentar as propostas políticas de todos os colaboradores e colunistas. Com isso, escolhemos, em grande parte, os colunistas mais assíduos, e que, simultaneamente, ocupavam cargos destacados entre a hierarquia da equipe redacional, como o redator-chefe, gerente, secretário, editor, revisador entre outros.

³¹⁶ *Ibidem*, p. 448.

³¹⁷ O termo é de Gladys Sabina Ribeiro. Ver: RIBEIRO, Gladys Sabina, e FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 89.

³¹⁸ BASILE, Marcello. O radicalismo exaltado: definições e controvérsias. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, e FERREIRA, Tânia Bessone da C. (org). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

2.4-Revista Mensageiro do Coração de Jesus (1896-2016)



Fonte: Revista Mensageiro do Coração de Jesus- abril. de 1961, vol:66 n.º: 762. (17cm x 22cm).

Com o propósito de examinar a revista mensal *Sagrado Coração de Jesus*, estudamos as edições desde o número editorial: 757 (outubro de 1960) até o editorial: 767 (setembro de 1961), e mais ainda, o número 8 (oito) (janeiro de 1897). Estão disponíveis na BN as edições a partir de janeiro de 1897, iniciando-se pela edição número 8 (oito). Nesta publicação de

1897, já havia informações acerca dos seus vínculos institucionais, pois afirmava que a revista *Sagrado Coração de Jesus* era dirigida pelos jesuítas, sendo um “órgão mensal do Apostolado da Oração”³¹⁹. Depois de 119 anos, o site da revista ainda afirma que faz parte dessa organização católica³²⁰. Em 1871, o padre sacerdote jesuíta Bartolomeu Taddei, fundou o primeiro centro do Apostolado na cidade de Itu, em São Paulo, “fundando logo outros centros em nível diocesano e nacional”. No dia primeiro de junho de 1896, padre Taddei lançou o primeiro número da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*³²¹.

O Apostolado da Oração é uma associação “encarrega de difundir a devoção ao Coração de Deus, inspirando-se nas aparições à beata Maria Margarida Alacocque”³²². Nos anos 1960, havia centenas de fiéis de arquidioceses, de dioceses, de paróquias entre outros que pertenciam ao Apostolado da Oração. Nesse período, “a pertença ao Apostolado da Oração era uma das formas mais comuns da mulher manifestar a sua prática de fé católica”. As mulheres do apostolado tornaram-se valiosas colaboradoras dos párocos, encarregando-se da arrumação da igreja, da arrecadação de esmolas, e até mesmo colaborando com o padre na moralização dos costumes. Vestiam-se de preto, trazendo ao peito a fita vermelha com a medalha do Coração de Jesus.³²³ No entanto, homens também eram associados ao Apostolado da Oração.

Em relação aos periódicos católicos aqui pesquisados, essa revista é a mais longínqua, circulando até os dias atuais. Esse longo período oferece sinais do seu sucesso, visto que chegava aos 20 mil exemplares em 1960, sendo publicada regularmente todo mês. De acordo com a ilustração no início dessa subdivisão, sua capa era colorida, porém, as imagens que acompanhavam as suas matérias eram em preto e branco, e tinha em torno de 40 (quarenta) páginas. Quase não havia anúncios, porém, parecido com a revista *Estrela do Mar*, fazia propagandas da revista ilustrada católica *Paz e Bem*. Era impressa na Ladeira dos Meireles nº:66, Santa Tereza, próximo ao Centro. O seu valor avulso era: CR\$ 20,00 e a assinatura anual: CR\$ 140,00, ou seja, o seu preço era acessível já que o salário mínimo girava em torno de CR\$ 9.600,00³²⁴ em 1961. A *Mensageiro do Coração de Jesus* também mantinha sua receita através de doações. Essas contribuições dos fiéis assinantes podem ser verificadas na coluna: *Agradeçam ao Sagrado Coração de Jesus*. Nessa seção há citações de fiéis de vários estados do Brasil, homens e mulheres, demonstrando que a revista circulava em todo Brasil.

³¹⁹ *Mensageiro do Coração de Jesus*- jan de 1897, nº: 8, p. 1.

³²⁰ Disponível em: <http://www.mensageirodosagradocoracao.com.br/revista.asp>, acesso: 18/05/2015, 16:48h.

³²¹ *Manual do Coração de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 85ª edição, 2011, p.11.

³²² AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 469.

³²³ *Ibidem*, p. 470.

³²⁴ Disponível em < <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf> >. Acesso em 13 dez. 2014

Portanto, o Apostolado da Oração organizava-se em diversos “centros” espalhados pelo Brasil.

Na coluna “*Nossos Centros*”, havia informações sobre as centenas de paróquias vinculadas ao Apostolado da Oração, chamadas de “*Centros*”. Esses *Centros* eram fundamentais na difusão da revista Sagrado Coração de Jesus, já que as assinaturas coletivas eram mais baratas, custando CR\$ 120,00 cada assinatura anual para grupos de “20 (vinte) ou mais assinaturas”. No estado da Guanabara, existiam diversos centros, ocorrendo, por exemplo, assinaturas coletivas na Igreja Matriz de Santo Antônio em Jacarepaguá, com 30 (trinta) fiéis assinantes e na Igreja Matriz Santo Cristo dos Milagres em Santo Cristo, com 30 (trinta) assinantes³²⁵, ambas centros do Apostolado da Oração.

A revista abordava assuntos voltados ao âmbito religioso, sendo a maioria dos seus redatores padres. Dessa maneira, o sacerdote jesuíta José da Frota Gentil, diretor dessa revista e secretário nacional do Apostolado da Oração e o padre jesuíta Arlindo Vieira³²⁶ eram colunistas regulares. Eram autores, respectivamente, das colunas regulares: “*Dona Maria José Frota*” e “*Intenção geral para o mês de novembro*”³²⁷. Todas essas colunas religiosas abrangiam as 8 (oito) primeiras páginas das 40 (quarenta) páginas existentes, havendo reflexões a partir da “leitura da Sagrada Escritura”, “preparação do Concílio Ecumênico” e o “culto do Sagrado Coração”. Havia outras colunas em torno da religiosidade, mas de autoria desconhecida, como a “Intenção Missionária para Novembro”, “Nossos Centros”, “Agradecem ao Sagrado Coração de Jesus”, ocupando por volta de 4 (quatro) páginas. Dessa forma, as seções destinadas à religião ultrapassavam $\frac{1}{4}$ (um quarto) da revista. No entanto, por mais que houvesse essa ênfase sobre os assuntos de âmbito religioso, pode-se verificar nessas colunas que os aspectos religiosos estavam ligados intrinsecamente à política, corroborando a óptica de Aline Coutrot³²⁸.

Havia também diversas matérias destinadas à esfera política, porém, as colunas regulares: *Comunismo* e *Revista dos Interesses do Coração de Jesus* eram seções designadas, em grande parte, aos acontecimentos políticos. Ambas ocupavam em torno de 10 (dez) páginas, isto é, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do total, quase o mesmo espaço dos aspectos religiosos. O restante da revista, aproximadamente metade, era ocupada por diversos temas aleatórios:

³²⁵ *Mensageiro do Coração de Jesus*- dez. de 1960, nº: 759, p. 447.

³²⁶ “Por muitos anos manteve um programa semanal em rádios cariocas, e foi articulista de grandes jornais da época, como Diário de Notícias, onde se tornou amigo pessoal de Carlos Lacerda” Disponível em: http://issuu.com/materiaprimacb/docs/edic_a_o_dezembro_2011 . Acesso em 11/07/2015, 22:51h.

³²⁷ Sempre mencionando o mês posterior.

³²⁸ COUTROT, *Op. Cit.*, 1994, p.336.

anticomunismo, política, moralização dos costumes, religião, censura, cinema entre outros temas.

As suas duas colunas regulares em torno da política (*Comunismo* e *Revista dos Interesses do Coração de Jesus*) eram anônimas, sendo compostas por meio, principalmente, de recortes de periódicos de grande circulação na época, de acordo com a Tabela 4: *Jornal do Comércio* (a maioria dos recortes), jornal *Tribuna da Imprensa*, jornal *A Notícia*, revista *Ação Democrática*, jornal *O Globo*, jornal *O Estado de São Paulo*, entre outros. Assim, formava-se um mosaico de trechos editados e compilados desses periódicos, porém, a grande maioria não continha informações sobre as datas das publicações e nem identificações dos seus autores. Através dessas duas colunas, tentamos traçar a tendência ideológica da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*. Para isso, primeiramente, pesquisamos a postura política, através da bibliografia existente, dos periódicos seculares de grande circulação na época, que foram copiados e colados pela a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, preenchendo suas duas principais colunas políticas.

O diário carioca *Jornal do Comércio* (1827- 2016) era o impresso mais utilizado como fonte pela revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, havendo transcrições de suas notícias. Em 1960, o *Jornal do Comércio* seguia uma “linha editorial conservadora, mantendo a ênfase no noticiário econômico, dirigido aos empresários do Rio de Janeiro”³²⁹. Outro periódico que tinha suas matérias compiladas pela revista *Mensageiro do Coração de Jesus* era o jornal carioca diário e vespertino *Tribuna da Imprensa* (1949-2008). Esse representava “as principais proposições”³³⁰ da UDN, em 1960, cujo proprietário era Carlos Lacerda, um dos líderes da UDN e governador da Guanabara. Por outro lado, o diário, carioca e vespertino jornal *A Notícia* (1894-1997) “tratava-se antes de um jornalismo de denúncias sensacionalistas em linguagem popular”, não havendo “uma contestação do status quo vigente”³³¹.

³²⁹ LEAL, Carlos Eduardo ; SANDRONI , Cícero. *Jornal do Comércio*. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20COM%20C3%89RCIO.pdf>, Acesso em: 10/03/2016. Às 00:31h.

³³⁰ LEAL, Carlos Eduardo. *Tribuna da Imprensa*. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-da-imprensa>, Acesso em: 11/03/2016. Às 00:31h.

³³¹ LEAL, Carlos Eduardo. *A Notícia*. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NOT%20C3%8DCIA,%20A.pdf> . Acesso em: 11/03/2016. Às 00:31h.

A revista *Ação Democrática* (1959-1963) também tinha alguns dos seus editoriais reproduzidos nessas duas colunas políticas da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*. A revista era órgão oficial do IBAD. Esse instituto surgiu em 1959, “tornando-se conhecido graças à revista *Ação Democrática*. Através deste periódico mensal, a organização começou seu trabalho de proselitismo anticomunista”, com a intenção de “chamar a atenção das classes dominantes brasileiras” para o combate ao comunismo. Sua tiragem chegava até 200.000, havendo distribuição gratuita³³².

Da mesma forma, muitos noticiários do *O Estado de São Paulo* (1875-2016) e do jornal *O Globo* (1925-2016) também foram editados e transpassados para os editoriais da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*. “O Globo era o principal porta-voz da linha neoliberal”, “defendendo os interesses do capital estrangeiro” e, entre outras questões, era “contrário à reforma agrária”. Para o jornal *O Globo*, o ISEB era considerado um lugar de “agitadores comunistas”³³³. O jornal *Estado de São Paulo* era vinculado à UDN. Portanto, quando a UDN começou a articular a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República, o Estado de S. Paulo começou a apoiar Jânio Quadros³³⁴. Em suma, a linha editorial desses impressos editados eram em geral conservadora. Isso oferece pistas sobre a postura política da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*.

Esses periódicos acima foram as principais fontes utilizadas pela revista *Mensageiro do Coração de Jesus* para preencher as suas duas colunas destinadas, em grande parte, aos acontecimentos políticos: *Comunismo* e *Revista dos Interesses do Coração de Jesus*. Essa última era dividida entre as notícias do “*exterior*” e “*interior*” do Brasil, estando em sintonia com a postura política da coluna *Comunismo*. Entre esses noticiários copiados, há exemplos elucidativos na coluna *Comunismo* acerca da tendência política dessa revista católica. Para exemplificar, na edição de novembro de 1960, através de trechos editados do *Jornal do Comércio*, condenavam-se as “greves sediciosas” por afetarem “setores vitais da produção”³³⁵. Dessa maneira, as greves eram encaradas como ações comunistas, devendo ser evitadas e reprimidas.

³³² MOTTA, *Op. Cit.*, p. 242.

³³³ MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLOBO,%20O.pdf>, Acesso em: 12/03/2016. Às 00:31h.

³³⁴ LEAL, Carlos Eduardo. O Estado de São Paulo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ESTADO%20DE%20S.%20PAULO,%20O.pdf>, Acesso em: 12/03/2016. Às 00:31h.

³³⁵ *Mensageiro do Coração de Jesus*- nov. de 1960, nº: 758, p. 399.

Da mesma forma, no número de agosto de 1961 da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, foi publicado do jornal *o Globo* (10/06/1961), o artigo *Repulsa à UNE e à União Metropolitana dos Estudantes (UME)*, pois essas entidades eram vistas como “meros instrumentos nas mãos de agitadores profissionais”³³⁶. Já no editorial de julho de 1961 da *Mensageiro do Coração de Jesus*, um noticiário da revista *Ação Democrática*, órgão oficial do IBAD, foi transpassado. Advertia-se: “só se fala (...) em estatização do petróleo (...) e nunca se fala (...) da livre empresa (...) A mocidade (...) está em grande parte engolfada nos <<slogans>> nacionalistas (...) indiferentes às cotidianas matanças de Fidel Castro”³³⁷. Em comunhão com os exemplos acima, o tópico *Nacionalismo Vermelho*, de fonte não identificada, contestava a reforma agrária, pois seria o “Sr. Francisco Julião, o líder dos confiscos de propriedade na zona rural de Pernambuco”³³⁸.

Essas amostragens auxiliam na identificação da linha editorial seguida pela revista *Mensageiro do Coração de Jesus*. Conforme já apontado anteriormente, para Lucília de Almeida Delgado, havia uma bipolarização política. Dessa maneira, esse periódico posicionava-se ao lado dos latifundiários, setores do empresariado nacional, IBAD, UDN, segmentos da classe média, isto é, estavam alinhados aos chamados “conservadores” da Igreja Católica ou os tradicionalistas. Inclusive, o padre jesuíta Arlindo Vieira, que escrevia na coluna *Intenção geral para o mês de novembro*, em consonância com o que já foi salientado anteriormente, era amigo pessoal de Carlos Lacerda.

De acordo com Scott Mainwaring, essa tendência católica conservadora era a mais hostil ao comunismo, não apostando nas reformas sociais como estratégias nessa luta, mas na repressão à esquerda³³⁹. Isso explica, em grande parte, o porquê da existência na revista *Sagrado Coração de Jesus* de uma coluna especificamente e exacerbadamente anticomunista, reprimindo, por exemplo, os movimentos estudantis e operários. Nesta seção também existiam diversos discursos do Almirante Carlos Penna Botto, antigo militante integralista e líder da Cruzada Brasileira Anticomunista, “talvez o personagem anticomunista mais notório no Brasil dos anos de 1950”, segundo Rodrigo Motta, que destacou o surgimento da expressão penabotismo, sinônimo de anticomunismo exacerbado e fanático³⁴⁰. De acordo

³³⁶ *Mensageiro do Coração de Jesus*- agos. de 1961, nº: 766, p. 272.

³³⁷ *Ibidem*- julh. de 1961, nº: 765, p. 224.

³³⁸ *Ibidem*- *Jesus*- nov. de 1960, nº: 768, p. 400.

³³⁹ MAINWARING, *Op. Cit.*, 2004, p. 56.

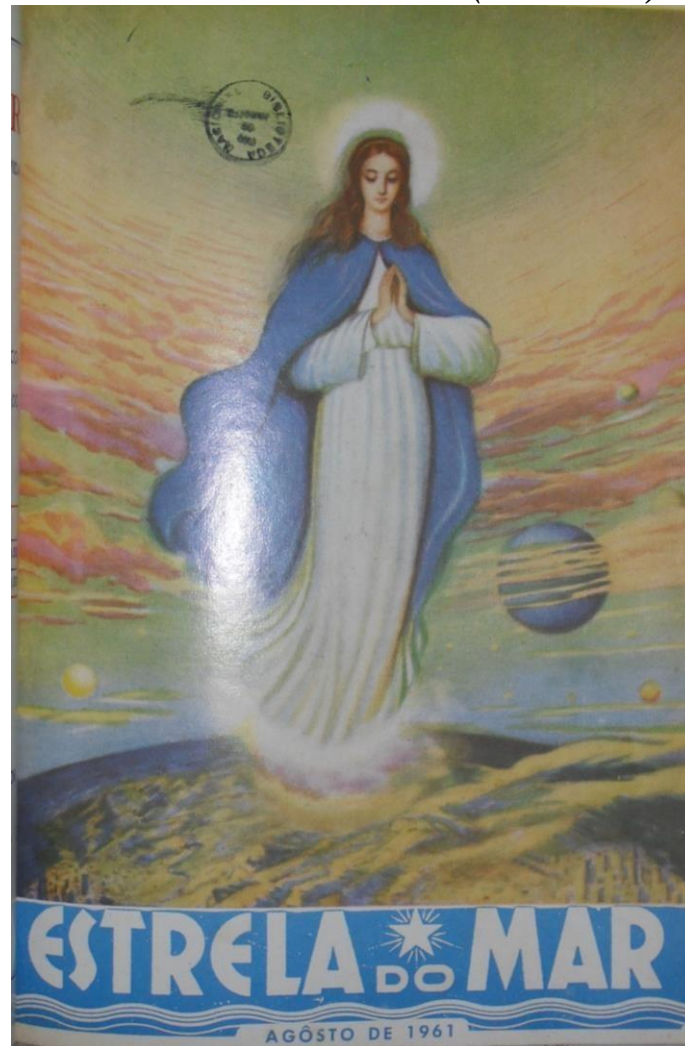
³⁴⁰ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 144.

com Riolando Azzi, “um dos aspectos mais importante” da “ação social” do Apostolado da Oração “era a luta contra o comunismo”³⁴¹.

A revista *Sagrado Coração de Jesus* também apresentava diversos noticiários em torno da censura moral relacionadas aos decretos moralistas de Jânio Quadros. O artigo *Sociedade Transviada e Pais Transviados*, do Padre Arlindo Vieira, e a coluna *Espetáculos e Censura*, de autoria desconhecida, exemplificam os noticiários da censura moral de Jânio por esse periódico. Porém, essa problemática será examinada somente no próximo capítulo.

³⁴¹ AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 470.

2.5-Revista *Estrela do Mar* (1909-2016)



Fonte: *Revista Estrela do Mar*, nº 598- agosto de 1961. (16cm x 21cm).

A fim de conseguir informações sobre a revista mensal *Estrela do Mar*, averiguamos as edições a partir do número: 590 (outubro de 1960) até a edição: 599 (setembro de 1961). A sua primeira publicação não se encontra disponível na BN, existindo apenas as edições a partir de 1913. No entanto, no editorial “número especial”: 591 (nov/dez de 1960) foram compilados alguns fragmentos originais do seu primeiro “fascículo” de julho de 1909 em comemoração aos seus 50 (cinquenta) anos, ou seja, por isso foi considerado um “número de ouro”, tornando-se bimensal.

Nessa edição do seu “Jubileu de Ouro”, nos textos compilados da sua primeira edição, explicava-se que a *Estrela do Mar* é “um instrumento nas mãos de Maria”, sendo um órgão oficial da Congregação Mariana da Igreja de São Gonçalo - São Paulo³⁴², dirigida pelos

³⁴² *Estrela do Mar*, nº 591- nov/dez de 1960, p. 1.

padres jesuítas. Em seguida, há uma matéria contando a história da revista: em 1910 ainda era um boletim da Igreja de São Gonçalo. Nesse período, o Padre Lombardi ofereceu ao Santo Pontífice “os seus doze primeiros fascículos”. “O Papa, depois de olhar com carinho o volume, exclamou “benção para a revista e para os seus leitores””³⁴³. Depois de conseguir benção de Pio X, também conseguiu da Companhia de Jesus, em Roma, o título de “órgão das Congregações Marianas no Brasil”, não sendo mais apenas um boletim, em 1911. Em junho de 1914, a revista “transladou sua redação para o Rio”. De 1930 em diante com a “fundação Federação do Rio, o mesmo Diretor da Federação é de regra geral o redator da *Estrela do Mar*”³⁴⁴. Em 1937, a Conferência Nacional das Congregações Marianas (CNCM) foi “fundada por desejo expresso” de Dom Sebastião Leme. No seu estatuto, no artigo V, a *Estrela do Mar* é considerada seu órgão oficial. Dessa época em diante essa revista é “praticamente a única publicação periódica mariana de formação para todo o Brasil”³⁴⁵.

A *Estrela do Mar* continua sendo um órgão oficial da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil³⁴⁶ sob responsabilidade dos padres jesuítas até os dias atuais. Em 1960, o Padre Paulo J. de Souza era Diretor e Redator-Chefe da revista e o padre Lauro Lopes era redator da revista. Essa longa duração, por mais de um século de existência, já indica sinais do seu elevado número de tiragem. Durante as comemorações do seu aniversário de 50 anos, em abril de 1961, o Padre Paulo J. de Souza, Diretor e Redator-Chefe da revista, “fazia um ligeiro histórico diante de D. Jaime de Barros Câmara, sacerdotes, diretores de diversas revistas católicas e pessoas convidadas”, explicando que a *Estrela do Mar* “começou como simples Boletim da Congregação Mariana de São Gonçalo (SP) e conta hoje com 40.000 de tiragem. Esta difusão há de ser nos meios católicos, e, como é óbvio, especialmente no meio mariano”³⁴⁷. Assim, seus assinantes eram os próprios fiéis, principalmente, os congregados marianos. Entretanto, em todo seu conteúdo existiam informações sobre outras associações católicas, como as Filhas de Maria, os Legionários de Maria, o Apostolado da Oração e assim em diante, isto é, seus assinantes não eram apenas os congregados marianos.

³⁴³ *Ibidem*, nº 591- nov/dez de 1960, p. 2.

³⁴⁴ *Ibidem*, nº 591- nov/dez de 1960, p. 5.

³⁴⁵ *Ibidem*, nº 591- nov/dez de 1960, p. 6.

³⁴⁶ Em 1937, criou-se a Confederação Nacional com sede no Rio de Janeiro. Foi o Brasil, nesta época, o líder, em todo o mundo, no número e crescimento de Congregações e Congregados. Disponível em: <http://cncmb.org.br/quem-somos>. Acesso: 19/05/15, 18:50h. “O que é um Congregado Mariano: É um cristão católico que busca o crescimento de sua vida, no seguimento de Jesus Cristo e de uma ardentíssima devoção, reverência e amor filial a Nossa Senhora, assim, está sempre a procura de sua “*santidade pessoal*” e do “*próximo*””. Disponível em : <http://cncmb.org.br/vida-mariana-parte-1.html>. Acesso: 19/05/15, 18:50h

³⁴⁷ *Estrela do Mar*, nº 593- Abril de 1961, p. 20.

No recorte acima, a presença de D. Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro e presidente da CNBB, de outros “sacerdotes” e de “Diretores de diversas revistas católicas” também assinalam o seu prestígio e sua influência. Tudo indica que entre esses diretores de revistas católicas presentes na festa encontravam-se, entre outros, os da revista *Síntese* e da revista *Paz e Bem*. Ambas gozavam de uma seção regular de anúncios na *Estrela do Mar*, destinada a divulgar tais periódicos católicos: “Consiga hoje mesmo uma assinatura”.

A revista *Estrela do Mar* tinha a maior tiragem entre os periódicos católicos do estado da Guanabara que foram catalogados no *Anuário Católico*, conforme sublinhado na Tabela nº: 1, contabilizando 32 mil exemplares impressos em 1960. Já em março de 1961, de acordo com o Padre Paulo J. de Souza, Diretor e Redator-Chefe, a revista aumentou suas publicações, passando a contar 40.000 de tiragem. Isso ajuda a perceber o papel destacado desse impresso no empenho de formar uma opinião pública de acordo com seus interesses. Inclusive, as matérias da *Estrela do Mar* oferecem indícios de que a sua leitura não era exclusividade apenas dos seus assinantes. Dessa maneira, a revista salientava que “cada Congregação Mariana dará agora 5 minutos em suas reuniões para assuntos federativos, especialmente leitura e comentário de artigos da *Estrela do Mar*”³⁴⁸. Portanto, o conteúdo da revista também era compartilhado em reuniões, dilatando seu raio de alcance, podendo influenciar até um público iletrado.

A imprensa da *Estrela do Mar* localizava-se na rua São José nº 90, no Centro, o mesmo endereço da Federação Mariana do Rio de Janeiro. Um exemplar avulso custava CR\$ 12,00 ou CR\$ 130,00 a assinatura anual. A sua venda também ocorria em “bancas marianas de jornais e revistas, no Rio e Três Corações. O mesmo se tem repetido em cidades do interior”³⁴⁹. Era uma revista com diversas imagens, semelhantes à sua capa copiada na introdução, e colunas específicas de entretenimento. Suas edições eram mensais, tinham 40 (quarenta) páginas e quase não havia anúncios publicitários, com exceção dos próprios livros e opúsculos religiosos. Portanto, a revista sustentava-se principalmente da sua venda e da “colaboração também financeira das Congregações Marianas” de todo país, visto que “a *Estrela do Mar* destinará até oito páginas para reportagens sobre as Congregações”, custando CR\$ 5.000,00 para cada congregação interessada³⁵⁰. Isso demonstra que o periódico circulava em todo território nacional, fazendo reportagens sobre as congregações de João Pessoa, Fortaleza, Belo Horizonte entre outras através da coluna: “*Noticiário das Federações*”.

³⁴⁸ *Ibidem*, nº 594- abril de 1961, p. 22.

³⁴⁹ *Estrela do Mar*, nº 591- nov/dez. de 1960, p. 49.

³⁵⁰ *Ibidem*, nº 593- Fev/Mar de 1961, p. 25.

Na Guanabara, havia em torno de 5 (cinco) mil congregados marianos, entre leigos e leigas³⁵¹, existindo 137 congregações marianas na antiga Capital nessa época. Inclusive, a Congregação mantinha um programa na *Rádio Vera Cruz*. Assim, esses congregados, e muitos assinantes, pertenciam a distintas igrejas no estado da Guanabara, como por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Carmo em Vicente de Carvalho e a Igreja de São Sebastião dos Capuchinhos na Tijuca.

Seus redatores e contribuintes eram compostos, em grande maioria, pelos próprios congregados, já que, conforme destacavam, para os “artigos de orientação- só aceitamos dos Diretores ou de congregados de sólida formação cultural e religiosa”.³⁵² Assim, a revista enfatizava em cada mês um aspecto religioso. O mês de outubro de 1960 privilegiou a “Padroeira”; novembro e dezembro: os 50 anos da revista; janeiro de 1961: a missa; fevereiro e março: o padre; abril: batismo; maio: Nossa Senhora; junho: matrimônio; julho: “Unção Crisma” e setembro: a bíblia. Esses assuntos abrangiam, principalmente, as 12 (dez) primeiras páginas iniciais. Ocupavam ainda, em grande parte, as colunas fixas: *Qual a sua dúvida? Figurinha do Mês, Carta do Padre Murilo, Consultas e ABC de Religião*, que juntas completavam aproximadamente 15 (quinze) folhas. As seções *Mundo Mariano, Tributo Mariano e Pelas Federações* tratavam do funcionamento das congregações marianas e da *Estrela do Mar*, gastando uma média de 8 (cinco) páginas. Portanto, os temas mais relacionados às questões religiosas preenchiam por volta de 90 % da revista *Estrela do Mar*.

Entretanto, semelhante à revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, em diversos momentos esses assuntos espirituais acabavam esbarrando na política, principalmente, através da difusão do anticomunismo. Para exemplificar, a edição de outubro de 1960, debruçou-se sobre o “Ano da Padroeira” tratando do segredo de Fátima argumentava que “a única frase perigosa era talvez a do segredo que falava da atividade ateia e guerrilheira da Rússia”³⁵³. Essa amostra ajuda a entender que o “perigo vermelho”, segundo Rodrigo Motta, ocupava um papel destacado no âmbito espiritual desses textos religiosos. Desse jeito, “a fita azul³⁵⁴ militante pode salvar o Brasil dos vermelhos sem fita”³⁵⁵.

³⁵¹ *Ibidem*, nº 597- julho de 1961, p. 20.

³⁵² *Ibidem*, nº 596- Junho de 1961, p. 20.

³⁵³ *Estrela do Mar*, nº 590- outubro de 1960, p. 8.

³⁵⁴ “Os congregados marianos do Brasil podem ser reconhecidos nas reuniões ou nas celebrações da Igreja pela fita azul, no pescoço, com uma medalha prateada com a imagem de Jesus Cristo de um lado e de Nossa Senhora do outro”. Disponível em: http://www.jesuitasbrasil.com/jst/conteudo/visualiza_lo12A.php?pag=:portaljesuitas;paginas:visualizaFixo&cod=2801&secao=32. Acesso em: 17/03/2016, às 00:06h.

³⁵⁵ *Estrela do Mar*, nº 591- nov/dez. de 1960, p. 66.

Existia apenas uma coluna reservada, em maior número, aos fatos políticos: *O que aconteceu pelo Mundo Católico*, preenchendo duas laudas inteiras, ou seja, apenas 5 (cinco) % do total de páginas da revista. Era dividida em diversos tópicos, mas sem autores identificados. Dessa maneira, tentando traçar uma linha editorial predominante dessa revista, optamos metodologicamente, entre outras formas, por apresentar amostras dessa seção política, mas também, por diversos textos do Antônio Maia³⁵⁶. Havia dezenas de colaboradores, sendo a maioria os próprios padres e congregados marianos, como, por exemplo, o padre jesuíta César Dainese e o colunista congregado mariano Anselmo Armando. Assim, não será possível apresentar as ideias de todos esses autores. Por isso, optamos por apresentar alguns trechos dos textos de Antônio Maia (secretário geral da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil), sendo o “Secretário, paginador e revisador da revista desde 1946”³⁵⁷. Ele era congregado mariano e irmão do cantor Tim Maia. Escritor de inúmeros livros e opúsculos religiosos, escreveu vários artigos sobre, principalmente, as questões religiosas, em quase todas as edições pesquisadas. No entanto, acabou demonstrando em alguns trechos a sua posição política.

Começando pela coluna: *O que aconteceu pelo Mundo Católico*, havia tópicos contrários à reforma agrária. Assim, afirmava-se, por exemplo, que: “a Revolução Cubana não é cristã”, porque “não respeita o direito natural da propriedade”³⁵⁸. Da mesma forma, havia textos nessa coluna escritos por Dom Jaime de Barros Câmara, que, em 1960, era Arcebispo do Rio de Janeiro, Presidente da CNBB e Diretor da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil. Ele também tinha uma coluna fixa na seção católica do *Jornal do Comércio*, um programa na rádio católica *Vera Cruz: A voz do pastor* e na *TV Rio: Programa Catequético*.

Para muitos historiadores, Dom Jaime de Barros fazia parte da ala “conservadora do Clero”³⁵⁹, sendo um dos principais incentivadores da vinda para o Brasil do americano padre Patrick Peyton. Segundo Regina Luz, o padre Peyton implantou no Brasil a Cruzada do

³⁵⁶ Colaborou também desde jornais comunitários: como *O Catumbi* e *Jornal da Tijuca*. Até revistas como *A ordem* ou jornais católicos como *O lutador*, de *Belo horizonte*, e o *Lar católico de Juiz de Fora*. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4295371>, Acesso em: 14/03/2016, às 23:37h.

³⁵⁷ *Estrela do Mar*, nº 591- nov/dez. de 1960, p. 2.

³⁵⁸ *Estrela do Mar*, nº 593- fev/março. de 1961, p. 15.

³⁵⁹ AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964*. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Carlos%20Roberto%20Cunha%20Amorim.pdf>. Acesso em: 15/03/2016, às 23:07h.

Rosário em Família, promovendo campanhas anticomunistas, tornando-se um dos instrumentos de mobilização da classe média nas cidades contra o governo de João Goulart³⁶⁰. Dessa maneira, no tópico: *D. Jaime e o Neutralismo*, na coluna: *O que aconteceu pelo Mundo Católico*, Dom Jaime de Barros advoga que esse pretense neutralismo não pode existir (...) ou todo o Continente sucumbirá ao comunismo”³⁶¹. Ou seja, ele condenava a política externa de Jânio Quadros, vista por muitos nacionalistas e progressistas católicos como positivas.

Em relação aos diversos textos do congregado mariano Antônio Maia, há alguns emblemáticos na delimitação da sua postura política. No seu artigo: *Pelos Mortos no “Paredón”*, afirma que “pelas vítimas do comunismo em Cuba”, Dom Jaime de Barros “celebrou missa no Maracanãzinho”, onde compareceram “várias autoridades civis e eclesiásticas como o Governador Carlos Lacerda (...) Estas comemorações foram finalizadas com um discurso do Governador Carlos Lacerda, num improvisado que arrancou por diversas vezes os mais entusiasmados aplausos”³⁶². Essa amostra indica que Antônio Maia tinha uma simpatia pelo Governador, e, conseqüentemente, pela UDN.

Algumas matérias presentes na *Estrela do Mar* também eram recortes “na íntegra” de publicações do jornal *O Globo*, periódico que seguia uma posição conservadora, conforme já mencionado anteriormente. Da mesma forma, havia matérias “adaptadas” do jornal católico *A Cruz*, um periódico nitidamente conservador, como veremos mais a diante. Portanto, ambos mantinham uma postura política bastante semelhante. Nessa conjuntura de Guerra Fria, há o posicionamento evidente desses dois periódicos católicos a favor dos países capitalistas, sobretudo, dos E.U.A. A título de amostragem, o artigo *Um católico é o Presidente dos E.U.A.*, foi “adaptado de dois artigos de *A Cruz*”³⁶³. Outras afinidades entre esses dois periódicos giravam em torno do anticomunismo e seus posicionamentos contrários à reforma agrária, pois se defendia que “a propriedade de terras muitas ou poucas é um direito natural do indivíduo”³⁶⁴.

Existem outros aspectos que auxiliam na identificação do posicionamento político da *Estrela do Mar*. De acordo com Scott Mainwaring, a maioria dos tradicionalistas encarava a salvação como o resultado de um “elevar-se acima do mundo ao invés de ter nele uma

³⁶⁰ MOREIRA, Regina da Luz. *Jaime Câmara*. n: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaime-de-barros-camara>, Acesso em: 11/03/2016. Às 00:31h.

³⁶¹ *Estrela do Mar*, nº 597- Julho de 1961, p. 14.

³⁶² *Estrela do Mar*, nº 597- Julho de 1961, p. 17.

³⁶³ *Ibidem*, nº 594- Abril de 1961, p. 7.

³⁶⁴ *Ibidem*, nº 594- Abril de 1961, p. 22.

atuação”. Talvez, isso explique os mais de 90% de páginas destinadas aos assuntos espirituais por essa revista, em detrimento das questões temporais. Complementando, o jesuíta Pedro Américo Maia, historiador das congregações marianas no Brasil, salienta o “aspecto apologético como uma marca registrada das congregações marianas”, especialmente entre 1950 e 1964, quando a grande “ameaça” era o comunismo. Por isso, a “sacralização” do exército azul contra o vermelho comunista³⁶⁵.

Os assuntos em torno da censura das diversões públicas a partir dos decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros, em 1961, também ganharam destaque, junto com os aspectos religiosos, nessas edições pesquisadas da *Estrela do Mar*. Isso fica notório durante a análise de tópicos, por exemplo, presentes na coluna: *O que aconteceu pelo mundo católico* e artigos como *Guerra à Pornografia*.

³⁶⁵ AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 472.

2.6- Jornal A Cruz (1919-1973)

O Governador Carlos Lacerda Define a Nossa Política Externa: ERRADA E PERIGOSA

“Não votamos em Jânio - disse - para abrir as Portas aos Russos”

“A Complacência Federal a Fidel Castro é um Escândalo”

O Governador Carlos Lacerda, na noite de terça-feira, por uma cadeia de televisões e rádio-emissoras, prestou contas ao povo carioca de sua administração à frente do Governo da Guanabara. A seguir, dirigindo-se à Nação, explicou a sua posição face à política externa do país, que qualificou de errada e perigosa.

política exterior do Brasil, o Governador mostrou-se surpreendido com o anonimato do chamado manifesto dos militares, declarando que não acredita que haja nenhum militar atrás daquela “carta anônima”, lida na Câmara por um homem “enterrado até o fundo do mar de lama que invadiu o país, tempos atrás”. Sobre sua atitude contrária à

va de seu apelo.

Afirmou Lacerda: “Orgulho-me do voto que dei a Jânio. Se fosse preciso, eu o daria de novo. Ele teve a coragem

de enfrentar os problemas sacrificando sua própria popularidade. Sinto-me na obrigação de dizer-lhe a verdade, que às vezes se derrete nos corredores do Palá-

cio da Alvorada como um sorvete no asfalto quente”. “A meu ver, certos temas devem ser debatidos e pensados em voz alta. A diplomacia secreta é

trágica, de acordo com seus inúmeros exemplos históricos, e não é hora de introduzi-la em nossa pátria.”

(Continua na pág 8)



Lacerda fez a campanha de Jânio, mas, não para abrir as nossas portas à Rússia.

No seu discurso corajoso, o governador refutou sofismas do Ministro das Relações Exteriores, e os compromissos que temos firmado com os demais povos da comunidade americana. Taxou de escandalosa a complacência a Fidel Castro e mostrou as contradições do governo Federal, revelando o seu recato pela sorte do Brasil, se não recuar do caminho por onde enveredou.

MOMENTO INTERNACIONAL

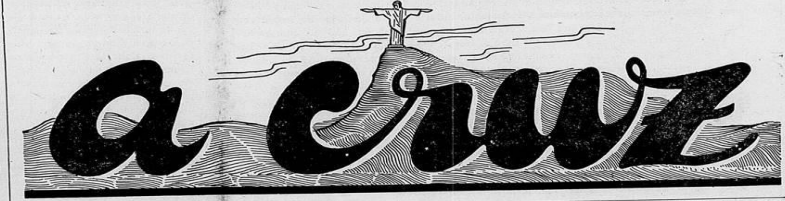
Antes de abordar o tema da

do Governo Federal quanto à política internacional, disse que, se tivesse que escolher entre dizer a verdade ao sr. Jânio Quadros e conquistar-lhe o apoio para as obras de que a Guanabara precisa, preferiria a renúncia.

A RENÚNCIA

Por este motivo, acrescentou o Governador, já propusera sua renúncia ao Presidente, ao ver que a política desenvolvida pelo ministro Afonso Arinos “estava errada e está errada”.

Jânio Quadros não só não a aceitou mas declarou que precisa



Director - Superintendente: Mosa. LUIZ GONZAGA LYRA
Gerente: ANTONIO GUEDES DE HOLANDA
Fundador: DOM, ANDRÉ ARCOVERDE
Administração e Oficinas: RUA REAL GRANDEZA, 248 - BOTAFOGO
TELEFONE: 26-0379

ANO XLIII Rio de Janeiro, 11 de junho de 1961 N. 2.310

Reverenciada a Memória do Cardeal Leme na Reunião da Confederação Católica

Na última reunião da Confederação Católica Arquidiocesana, realizada domingo, sob a presidência de D. Jayme de Barros Câmara, foi prestada significativa homenagem à memória do saudoso Cardeal Leme, que, se vivo fosse, estaria comemorando o 50º aniversário de sua ordenação episcopal.



Coube ao Prof. Luiz Augusto do Rêgo Monteiro, diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica, proferir o magnífico discurso de homenagem a D. Leme. Belo, no fundo como

Ladeando o Cardeal Arcebispo, à mesa, estavam os seus Auxiliares D. Helder Câmara, Mons. Dornelles Barbosa, assistente da Confederação, outros dignitários eclesásticos e prestigiosas figuras do laicato.

Enchiam o amplo auditório, religiosos e representantes de Confrarias, educandários e membros da Ação Católica.

na forma, a oração do consagração do orador foi uma página eloquente, em que se reviviu a obra

do inolvidável Príncipe da Igreja e segundo Cardeal do Brasil.

(Continua na pág 8)

Obra do Comunismo a Campanha contra Portugal

Importantes Declarações do Dep. Eurípedes Cardoso de Menezes

Recebendo em sua residência os representantes da CRUZ e Sr. Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes interessantes e oportunas declarações sobre a campanha, evidentemente de inspiração comunista, que move

hoje certa imprensa pela fragmentação da Nação Portuguesa. Com efeito, o “anticolonialismo” soviético é mais do que suspeito. Ainda há poucos dias, num programa dirigido pelo jornalista Rubens Monteiro, na TV RIO, proferiu o Presidente da Confederação Católica “a desfaçanhas dos que transformaram nas antigas tribos selvagens mas várias nações altamente civilizadas em miseráveis colônias e que agora vociferam contra o colonialismo lusitano”.

Homenagem à Marinha Batalha Naval do Riachuelo

A arquiocese do Estado da Guanabara, por intermédio da Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes, cuja Igreja Matriz em construção, está situada à Rua Luis Ferreira, 217, em Bonfins, (próximo do antigo Porto de Inhamitima) vai homenagear a Marinha de Guerra do Brasil, por ocasião do aniversário da Batalha Naval do Riachuelo.

Foram estas as declarações do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes a respeito do assunto: — E’ mister, — disse-nos S. Excia. — antes de se falar em colonialismo, caracterizar o conceito de colônia, como tão bem acentuou o eminente chanceler Franco Nogueira em seu profundo estudo sobre “as Nações Unidas e Portugal”. Que vem a ser, na conceitualização moderna, uma colônia? Um território geográficamente separado da metrópole?

Aderiram às homenagens, a Liga da Defesa Nacional e a União Católica dos Militares.

O programa é o seguinte: Domingo, 11 de Junho de 1961, 16 horas — A chegada das altas autoridades da Marinha, Hino da União Católica dos Militares

Há dias, num programa de televisão mencionado, a propósito, certas nações-aquidulçãs, como, por exemplo, o Japão, a Indonésia e as Filipinas. Nesse caso (Continua na 3ª página)

16.20 hs. — Bênção dos Vitrais da Sagrada Família e do Venerável Padre Anchieta.

16.30 hs. — Santa Missa votiva pela prosperidade da Marinha, celebrada por Dom Martinho Mischler O. S. B. abade do Mosteiro de São Bento e representante do Emo. Sr. Cardeal D. Jayme de Barros Câmara.

17.00 hs. — Do lado externo — Hino de Nossa Senhora dos Navegantes.

17.10 hs. — Discurso do Ge-

neral Emmanuel de Almeida Moraes, representante da Liga da Defesa Nacional.

17.30 hs. — Hino Nacional — Encerramento.

Integram a Comissão de Homenagens, o Comendador Simão Balduino Macillo, e o Monsenhor João Barreto de Alencar. Dará o seu concurso a banda de Música dos Fuzileiros Navais.

AUTO-DETERMINAÇÃO

Nossos prezados confrades da “Estréla Polar” órgão oficial da arquidiocese de Diamantina, não estão levando muito a sério essa história de auto-determinação, que muitos dizem deva ser dos povos, mas na realidade é dos governos e governos ditatoriais.

Queremos reforçar a opinião dos colegas com alguns fatos eloquentes. Assim é que no Egito, com a auto-determinação de Nasser, foi fechada a celebre escola dos jesuítas do Cairo, o que faz chegar a 20 o número de escolas católicas ali fechadas. E o Egito faz parte das nações “neutraísta”.

Em Cuba, em Havana uma classe de meninos, voltando da escola (católica), foi agredida por jovens fanáticos de Fidel Castro. Algumas das crianças foram feridas gravemente. E o mais interessante é que a Polícia local, em vez de prender os agressores, levou para a cadeia o professor e os alunos agredidos. Em Cuba, supõe-se que a maioria dos habitantes é católica, como também se supõe no Brasil. Onde está então a auto-determinação dos povos?

O peixe que foi símbolo dos cristãos perseguidos nas catacumbas há vinte séculos, aparece cada vez mais pelos lugares públicos de Havana como emblema da resistência ao comunismo. Em geral, ao lado dos cartazes de propaganda oficial mais invisíveis desenhavam a figura de Cristo, pois os primeiros cristãos consideravam a figura de Cristo, Filho de Deus Salvador.

Na Índia, as vacas são adoradas, na Índia do sr. Nehru, outro neutralista com quem o Brasil pretende fazer pacto de aliança, justamente com Tito e Nasser. As vacas “residem” em teccinos e quartos andares de casas e são tratadas com o respeito que merecem...

A isto se chama auto-determinação dos povos. Conhecemos um Presidente, aliás figura de muito valor e digno de consideração, que se tomou agora de namoro pela auto-determinação, chegando mesmo a mandar um embaixador a Angola para fiscalizar o que lá se passa e possível-mente, tomar as medidas adequadas, ainda de acordo com a auto-determinação dos povos livres e soberanos... Esse Presidente fez declarações formais de fé cristã, da qual se diz militante ou praticante. Damos uma, damos duas, em como ainda havemos de ver “peixes” desenhados nas paredes do Rio de Janeiro. Por causa da auto-determinação dos povos? Não, esses, coloados, querem só que os deixem em paz. Mas é por causa da auto-determinação dos governos...

E saibam mais nossos colegas da “Estréla Polar”, que no Sudão (país também auto-determinado) um sacerdote católico e quatro estudantes foram condenados a vários anos de prisão. Motivo? Haverem protestado contra a abolição do domingo cristão e a consequente introdução do dia santo dos muçulmanos na Província de Bah-el Ghasal.

Os povos africanos que se auto-determinam vão assim pelo caminho de Congo e do Egito. Louvado seja Deus!

Fonte: A Cruz, nº 2.310- 11 de junho 1961, p.1. (75 cm x 60cm).

O jornal católico A Cruz foi o único jornal impresso na Guanabara, entre 1960 e 1961, inventariado pelo Anuário da Igreja. Talvez, um exame mais aprofundado possa

identificar a existência de outros jornais católicos que não foram catalogados nesse inventário. Para pesquisar *A Cruz*, estudamos as edições a partir de 2 de outubro de 1960 (nº:2.274) até o editorial de 03 de setembro de 1961 (nº. 2.322), a sua primeira publicação em 21 de setembro de 1919, mas também, algumas edições (nº. 2220 e nº. 2590) que comemoravam o seu aniversário, com o intuito de conseguir informações sobre a sua história e sua lógica de funcionamento.

Em 1919, o jornal *A Cruz* foi fundado pelo seu diretor Dom André Arcoverde, Vigário da Matriz São João Batista em Botafogo. Nessa época, esse periódico era apenas um “órgão da Paróquia de São João Batista”³⁶⁶. O padre Rosaldo Costa Rego sucedeu-o e, em 1939, Dom Sebastião Leme, arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, “o promove a Vigário Geral da Arquidiocese”. “A elevação do Diretor eleva *A Cruz*, que passa a ser, com a aprovação do Eminentíssimo Pastor, o órgão Oficial da Confederação Católica do Rio de Janeiro”³⁶⁷. Dessa maneira, esse jornal passa a ser um órgão oficial da Arquidiocese do Rio de Janeiro até o seu último número em 1973.

Em 1960, o jornal *A Cruz* era semanal e saía justamente aos domingos, ou seja, tudo indica que inúmeras paróquias da Guanabara, sendo representantes e centros administrativos do jornal *A Cruz*, vendiam aos fiéis nas missas dominicais, conseguindo inclusive assinaturas anuais. O seu preço avulso custava CR\$ 10,00 e a sua assinatura anual CR\$ 240,00, demonstrando ser acessível aos fiéis de baixo poder aquisitivo.

A Confederação Católica da Arquidiocese³⁶⁸ do Rio de Janeiro foi fundada em 1922 por Dom Sebastião Leme, almejando a aproximação das “Associações Católicas da arquidiocese”³⁶⁹. Dessa maneira, havia circulares nas suas páginas, convocando “as Diretorias de todas as Associações”. Em 1961, havia 125 (cento e vinte e cinco) paróquias dirigidas enfim pelo clero arquidiocesano do Rio de Janeiro³⁷⁰. Com isso, *A Cruz* “leva às paróquias da Arquidiocese e a outros centros administrativos, a informação exata”³⁷¹. Isto é, muitas paróquias da Guanabara eram seus “centros administrativos”, havendo em cada local um “representante”. No entanto, também existiam representantes além da Guanabara, como por

³⁶⁶ *A Cruz*, nº 1- 21/09/1919, p.1.

³⁶⁷ *Ibidem*, nº 2.590- 28/09/1969, p.1.

³⁶⁸ “São dioceses de maior importância, devido ao seu tamanho ou à sua história. O bispo que comanda uma Arquidiocese recebe o título de Arcebispo. Em geral, ele lidera outros bispos auxiliares, que lhe ajudam no pastoreio daquela região”. Disponível em: <http://ocatequista.com.br/archives/14146>. Acesso em: 21/03/2016, 21:47h.

³⁶⁹ JUNIOR, José Pereira de Sousa. *O Processo de restauração católica no Brasil na Primeira República*. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/1604-4618-1-SM.pdf>. Acesso em: 21/03/2016, 20:54h, p.96.

³⁷⁰ *A Cruz*, nº 2.290- 22/01/1961, p.2.

³⁷¹ *A Cruz*, nº 2.220- 27/09/1959, p.1.

exemplo, em Corumbá (Mato Grosso)³⁷², mas sua circulação era predominante no estado da Guanabara, já que em quase todas as edições pesquisadas havia notícias das suas paróquias através da seção: “*Pelas Paróquias*”.

Esse jornal circulava em diferentes áreas territoriais da ex-capital federal, desde a Zona Sul até a Zona Oeste, noticiando excursões, colaborações, eventos e romarias. Entretanto, há indícios que a sua venda era, em grande parte, na Zona Sul, já que esse periódico era impresso em Botafogo, na rua Real Grandeza nº 248. Em todas as edições havia uma mensagem restrita “Aos Católicos de Botafogo” para a colaboração com as obras da Igreja. Da mesma forma, noticiava-se frequentemente assuntos da Paróquia Nossa Senhora de Copacabana, da Matriz de São João Batista da Lagoa entre outras da Zona Sul.

Conforme verificamos, *A Cruz* era um órgão oficial da Confederação Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Além das paróquias, diversas associações católicas eram vinculadas a essa Confederação, existindo manchetes com circulares destinadas às Congregações Marianas, às Filhas de Maria, à Legião de Maria, ao Apostolado da Oração, às Carmelitas, às Irmãs Dominicanas, aos Capuchinhos, aos Vicentinos, aos colégios católicos entre outros. Esse raio de alcance em diversos locais e associações religiosas talvez seja um dos motivos para explicar o seu sucesso de tiragem. Em 1960, de acordo com a Tabela nº: 1, ele chegava aos seus 20 (vinte) mil exemplares impressos, ultrapassando o famoso *Tribuna da Imprensa*. A sua longa duração de 56 anos também oferece indícios da sua relevância. Da mesma forma, a imensa quantidade de imagens e anúncios publicitários também é outro elemento que indica a elasticidade do raio de alcance desse jornal. Entre as principais empresas industriais de grande porte que patrocinavam *A Cruz* e, portanto, garantiam seus anúncios regulares, podemos destacar: *Bayer do Brasil indústria química S. A*, *Produtos Kibon*, *Fábrica Bangu: companhia progresso industrial do Brasil*, *Mesbla*, *Mabar Internacional S.A* entre outros.

Todas as edições pesquisadas tinham 8 (oito) páginas, seu tamanho era standard e suas dimensões em torno de 75 cm e 60cm. De acordo com a imagem da capa desse jornal, no início desse tópico, *A Cruz* era bastante semelhante à diagramação dos jornais da grande imprensa na época, como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Não há espaço aqui para fazer uma análise comparativa entre *A Cruz* e esses dois periódicos de grande tiragem, mas é viável afirmar que *A Cruz* gozava de uma tecnologia e desenvolvimento bem semelhante aos dos jornais mais importantes do período estudado.

³⁷² *Ibidem*, nº 2.319- 13/08/1961, p.1.

A *Cruz* tinha colunas fixas, como a *Tópicos*, que preenchia, exatamente, a segunda página toda, com diversos temas, abordando política, moral, religião, anticomunismo entre outros, mas sem autores identificados. Tudo indica que era a coluna de destaque do jornal. Nesta seção, foram encontrados grande parte das fontes aqui utilizadas no próximo capítulo dessa dissertação. A coluna *Educação e Cultura* e *Um pouco de tudo* ocupavam a página três, seus colunistas eram, respectivamente, o padre Nonato Silva (Redator do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Chefe da Divisão de Divulgação da NOVACAP)³⁷³ e o ex-dirigente integralista do Rio de Janeiro Antônio Guedes de Holanda³⁷⁴ (colunista e “Gerente” do jornal *A Cruz*). Ambas também abordavam temáticas variadas. Nas páginas quatro e seis não havia seções estáticas, tratando de temas de diversas naturezas a partir do anticomunismo, religiosidade, moralismo, reforma agrária e assim em diante. Já a quinta era ocupada pela coluna *Política Internacional* e *Política Nacional*, ambas sobre política, mas anônimas. A penúltima era destinada em boa parte aos anúncios. A última página tratava de assuntos relacionados ao lazer, sendo a metade destinada à classificação dos filmes considerados imorais e a outra parte dividida entre matérias sobre esporte e música. Essa parte responsável pela classificação dos filmes e outras matérias sobre a censura moral serão aprofundados no próximo capítulo.

O Diretor-Responsável do jornal era Murilo Gondim, ex-diretor da Rádio Tupi. Havia diversos religiosos que escreviam reportagens em suas páginas, como o Padre Adalberto de Paulo Nunes e o Padre croata Damian Rodin³⁷⁵, mas também, outros profissionais, como o escritor assíduo Alfredo Balthazar da Silva, Presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e congregado mariano. Assim, para apresentar sua linha editorial predominante, optamos, em grande parte, por evidenciar os textos de duas principais lideranças da Confederação Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro, o deputado Eurípides Cardoso de Menezes e o arcebispo Dom Jaime Câmara, ambos gozavam de um imenso espaço nos

³⁷³ “a revista *Brasília*, destinada a divulgar Brasília (...) Dirigiu-a e editou-a do número 1, janeiro de 1957, ao número 81, setembro de 1963. Criava-se, assim, a imprensa de Brasília, e seu Diretor e Redator é o primeiro jornalista do Distrito Federal. (...) Manteve coluna no jornal *A Crítica de Brasília* (...) Também, na *Folha de Brasília* (...) Fundou, dirigiu e editou a revista da *Literatura Barra-Cordense* (...) Publicou diversos artigos no *Correio Brasiliense*, e em vários jornais e revistas”. Disponível em : <http://www.turmadabarra.com/nonatosilvabiografia.htm>. Acesso: 07/07/2015, 20:56h.

³⁷⁴ Informação acessível no acervo de História oral do Núcleo de Pesquisa e documentação da política rio-grandense (NUPERGS). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/index.php/acervo-oral>. Acesso: 07/07/2015, 19:13h.

³⁷⁵ Perseguido na antiga Iugoslávia comunista do Marechal Tito, o padre croata Damian Rodin rumou para o Rio em 1954. Tornou-se pároco da comunidade de Nossa Senhora da Lapa em Senador Camará. Disponível em: <http://www.colegiobrasilcroacia.com.br/historia-do-colegio/>. Acesso: 13/07/2015, 18:08h.

editoriais do *A Cruz*. Em seguida, destacaremos algumas amostras das manchetes iniciais e da coluna *Um pouco de tudo*, já que o autor dessa última era o próprio gerente do jornal.

O presidente da Confederação Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro era o deputado Eurípides Cardoso de Menezes (Vice-Presidente da UDN carioca). Isso fornece pistas sobre a semelhança entre as propostas políticas desse jornal e da UDN. O deputado Eurípides Cardoso também apresentava o *Programa Católico*, um programa católico diário na Rádio Nacional, editado e transcrito diversas vezes pelo Jornal *A Cruz*. Existiam diversas manchetes e matérias destinadas às ações e discursos do udenista Eurípides Cardoso de Menezes, como por exemplo, a notícia no alto da primeira página: “Manifesta-se o Deputado Eurípides Cardoso de Menezes Contra as Relações Diplomáticas com os Países Comunistas”. Logo em seguida, *A Cruz* deixa claro “que sempre pensou como o ilustre representante carioca, solidariza-se integralmente com S. Exa”³⁷⁶. Assim, em diversas capas destacavam-se: “Íntegra da Magnífico Discurso do deputado Eurípides Cardoso de Menezes”³⁷⁷ e “Importantes Declarações do Deputado Eurípides”³⁷⁸. Inclusive, solicitava que os leitores ouvissem o programa na Rádio nacional do “Professor Eurípides”. Os seus discursos eram carregados de um anticomunismo exacerbado, devendo o comunismo ser combatido por meio da repressão, e não através de reformas sociais, representando os ideais udenistas.

Dom Jaime Câmara, arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, também ocupava diversas manchetes desse jornal católico e liderava as assembleias da Confederação Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro junto com Eurípides Cardoso de Menezes. Para exemplificar, em “uma assembleia geral da Confederação Católica Arquidiocesana”, “falou o Em. Cardial Arcebispo, que manifestando-se inteiramente de acordo com tudo o que dissera o deputado Eurípides Cardoso de Menezes” sobre o anticomunismo, “encerrou-se a reunião”³⁷⁹. Inúmeras palestras do Cardeal Câmara, transmitidas pela rádio católica Vera Cruz no seu programa *A Voz do Pastor*, eram impressas na íntegra no jornal *A Cruz* e em outros jornais da grande imprensa, como *O Globo*. Nos seus discursos, advogava que “Escolas caídas nas mãos dos comunistas pela tal “nacionalização”³⁸⁰, ou seja, conforme já visto anteriormente, Dom Jaime Câmara fazia parte da ala conservadora do clero, em 1961, interpretando o nacionalismo como sinônimo de comunismo. Dessa forma, nesse ambiente político bipolar, Dom Jaime aproximava-se do chamado bloco conservador.

³⁷⁶ *A Cruz*, nº 2294- 19 de fevereiro de 1961, p.1.

³⁷⁷ *Ibidem*, nº 2296- 4 de março de 1961, p.1.

³⁷⁸ *Ibidem*, nº 2310- 11 de junho de 1961, p.1.

³⁷⁹ *Ibidem*, nº 2298- 19 de março de 1961, p.1.

³⁸⁰ *A Cruz*, nº 2298- 19 de março de 1961, p.1.

Já salientado nas páginas anteriores, Dom Jaime Câmara também era diretor da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil, cujo órgão oficial era a revista *Estrela do Mar*. Assim, existiam constantes diálogos entre o jornal *A Cruz* e a revista *Estrela do Mar*, como por exemplo, quando *A Cruz* noticiava os congressos marianos e os 50 (cinquenta) anos da revista *Estrela do Mar*. Similarmente, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, lembrando o que já foi observado anteriormente, transcrevia matérias do jornal *A Cruz* no seu conteúdo. De acordo com os editoriais pesquisados desses três periódicos, eles mantinham, em grande parte, posicionamentos políticos semelhantes no início da década de 1960, os quais abeiravam-se ao lado dos chamados católicos tradicionalistas.

Diferente de vários jornais que advogam sua imparcialidade com o intuito de conquistar credibilidade, *A Cruz* se comunicava com seus leitores, saudando-os como “às classes conservadoras”³⁸¹. Afirmava, explicitamente em quase todos os números pesquisados, seu posicionamento contrário radicalmente à reforma agrária, ao direito de greve, ao nacionalismo e ao comunismo. Entre diversas manchetes de *A Cruz*, destacava-se também o governador da Guanabara Carlos Lacerda. Havia diversas fotos de Lacerda, sendo tratado, a título de exemplo, como “O Novo Timoneiro” no governo da Guanabara, com “sua palavra sincera, franca, firme”³⁸². Dessa maneira, reservam-no alguns títulos principais na primeira página: “Pela Voz do seu Governador”, “O Governador Carlos Lacerda define Nossa Política Externa Errada e Perigosa” e assim em diante. Similarmente, havia manchetes no jornal *A Cruz* sobre o “vibrante jornal A Tribuna da Imprensa”³⁸³, propriedade de Carlos Lacerda. Portanto, a presença constante dos projetos políticos udenistas do governador Carlos Lacerda e do deputado Eurípides Cardoso de Menezes indicam que o jornal *A Cruz* seguia uma linha editorial predominante adjacente aos políticos udenistas. Complementando, na capa do jornal *A Cruz* destacava-se: “a consagrada obra: Reforma Agrária-Questão de Consciência”, livro contrário à reforma agrária conforme vimos no início desse capítulo, no trabalho do sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza. Um dos seus autores era Plínio Corrêa de Oliveira, fundador e líder da TFP.

Em relação à coluna regular *Um pouco de Tudo*, de Antônio Guedes de Holanda, gerente do jornal *A Cruz* e ex-dirigente integralista, há diversas informações a respeito do nítido posicionamento político desse colunista. Para sintetizá-las, recortamos algumas amostragens. Em 1961, Antônio Guedes de Holanda ainda demonstrava uma simpatia pelo

³⁸¹ *Ibidem*, nº 2293- 12 de fevereiro de 1961, p.1.

³⁸² *Ibidem*, nº 2284- 11 de dezembro de 1960, p.1.

³⁸³ *Ibidem*, nº 2294- 19 de fevereiro de 1961, p.1.

integralismo, argumentando que “Temos entre nós inúmeras teses do Sr. Plínio Salgado, ao tempo do Integralismo, vitoriosas na Constituição ou em vigor na administração pública”³⁸⁴. Antônio Guedes acreditava que “inúmeras teses” do líder integralista Plínio Salgado na década de 1930 ainda contemplavam questões surgidas em 1961. Ele era contrário ao direito de greve³⁸⁵, isto é, greves deveriam ser reprimidas em função dos “agitadores” comunistas, já que o “Comando dos sindicatos são espões cínicos e pseudos nacionalistas”³⁸⁶. Para Antônio Guedes, os “economistas do ISEB” seriam “amorais e ateus”³⁸⁷ e “Chico Julião, inexpressivo agitador do Nordeste”³⁸⁸. Guedes condenava o nacionalismo defendido pelo ISEB. A reforma agrária era vista como uma proposta reivindicada por comunistas, como o “agitador” Francisco Julião, líder da Ligas Camponesas, que pejorativamente era chamado de “Chico”. Antônio Guedes advogava que “O neutralismo é utópico; a terceira posição um mito(...) recebe-se mal o emissário da Casa Branca e fazem-se salamaleques a Moscou”³⁸⁹.

Os dois principais líderes identificados da Confederação Católica da Arquidiocese do Rio de Janeiro, Dom Jaime Câmara e Eurípides Cardoso de Menezes, tinham um claro posicionamento conservador. Talvez seja uma pista para compreender porque na ex-capital federal, semelhante a São Paulo com a Marcha de Deus com a Família pela Liberdade que antecedeu o golpe de 1964, houve convocações para uma mobilização conservadora católica carioca uma semana depois da paulista, porém, uma vez derrubado João Goulart, perdeu-se o interesse.³⁹⁰ Assim, é intrigante verificar, por exemplo, que todas as associações filiadas à Confederação Católica do Arcebispado do Rio de Janeiro, cujo jornal *A Cruz* era seu órgão oficial, fizeram parte dessa mobilização carioca, abortada devido o golpe de 1964³⁹¹. Tudo indica que o jornal *A Cruz* teve um papel fundamental na articulação e na convocação dessas associações e paróquias filiadas à Confederação Católica do Arcebispado do Rio de Janeiro. Em suma, todas essas amostragens servem de exemplos para compreender o claro posicionamento desse jornal nesse ambiente bipolar, evidenciando que *A Cruz* optou pelo lado do chamado bloco conservador.

³⁸⁴ *A Cruz*, nº 2315- 16 de julho de 1961, p.3.

³⁸⁵ *Ibidem*, nº 2274- 02 de outubro de 1960, p.3.

³⁸⁶ *Ibidem*, nº 2306- 14 de maio de 1961, p.3.

³⁸⁷ *Ibidem*, nº 2276- 16 de outubro de 1960, p.3.

³⁸⁸ *Ibidem*, nº 2294- 19 de fevereiro de 1961, p.3.

³⁸⁹ *Ibidem*, nº 2289- 26 de março de 1961, p.4.

³⁹⁰ ALVES, *Op. Cit.*, 1979, p.113.

³⁹¹ *Ibidem*, p. 113.

2.7- PB: Paz e Bem (1958- 2015)



Fonte: *Paz e Bem*- abril de 1961, n.º: 27. (40 cm x 25cm).

Para pesquisar a revista mensal *Paz e Bem*, foram examinadas as edições desde o número editorial: 22 (outubro de 1960) até o editorial: 31 (agosto de 1961), mas também, a sua primeira publicação (dezembro de 1958). A edição de setembro de 1961 não está disponível na Biblioteca Nacional. Portanto, a *PB* surgiu em 1958 e logo na primeira página do seu primeiro número explicava, em “*Uma Palavra de Apresentação*”:

A apresentação desta revista às famílias do Brasil é o resultado de muitos trabalhos, de muitos planejamentos, (...). Pretendíamos trazer às famílias e à juventude do Brasil uma revista um pouco diferente, preocupada, principalmente com os problemas individuais, com os problemas familiares (...). E nós queremos que Paz e Bem seja revista dos lares cristãos do Brasil (...) será editada sob o patrocínio da Ordem Terceira Franciscana do Brasil, uma entidade secular, que remonta aos tempos coloniais³⁹².

O recorte acima sintetiza algumas particularidades da revista *Paz e Bem*. Ela era patrocinada pela “entidade secular” Ordem Terceira Franciscana do Brasil³⁹³ e seu público alvo eram os “lares cristãos do Brasil”, ou seja, seus assinantes eram, principalmente, os próprios católicos. Circulava em todo território nacional, já que se destinava às “famílias do Brasil”. A sua sede localizava-se na Avenida Almirante Barroso, nº 2, Centro. Próxima justamente, a dois templos pertencentes aos frades franciscanos: o Convento de Santo Antônio e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ambos localizados no Largo da Carioca. A *Paz e Bem* também tinha representantes em diversos conventos espalhados pelo Brasil sob a responsabilidade da Ordem Franciscana, como por exemplo, o Convento Santo Antônio do Pari em São Paulo, representada pelo Frei Rufino Veter.

A Revista possuía 20 mil exemplares impressos, em 1960, à venda nas bancas de jornais. Há mais informações que possibilitam verificar seu sucesso de vendas. No espaço reservado acima do sumário, dialogava-se com seus leitores: “Pensamos que nos aproximamos de nosso objetivo: a melhor revista sul-americana no gênero”.³⁹⁴ Inclusive, havia, por exemplo, diversos anúncios de empresas de renome como a *Varig*, *Ponto Frio*, *Renault*, *Ford*, *Banco da Província do Rio Grande do Sul* entre outros.

³⁹² *Paz e Bem*- jan de 1958, nº: 1, p. 1.

³⁹³ Não foi encontrado trabalhos sobre o posicionamento político dessa Ordem. Em relação às questões espirituais: “A Regra e a vida dos franciscanos seculares é esta: observar o Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, segundo o exemplo de São Francisco de Assis, que fez do Cristo o inspirador e o centro de sua vida com Deus e com os homens (Rg 4; 1Cel, 18, 115).

A OFS se articula em Fraternidades de vários níveis: local, regional, nacional e internacional. E toda fraternidade, de qualquer nível, goza de autonomia administrativa, econômica e financeira. Porém, as fraternidades dos diversos níveis estão coordenadas e ligadas entre si segundo a Regra, as CCGG, o ritual e os estatutos”. Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?page_id=1237. Acesso em: 19/05/2015, 19:58h.

³⁹⁴ *Paz e Bem*- março de 1961, nº: 26, p. 1.

A *Paz e Bem* custava CR\$ 30,00 avulso ou CR\$ 360,00 anual, portanto, tinha o preço mais elevado entre os periódicos aqui pesquisados. Isso se explica talvez por ser uma revista ilustrada com inúmeras imagens coloridas, conforme a imagem acima, chegando a 72 (setenta e duas) páginas e suas dimensões eram de 30 cm por 40 cm, “Impressa em off-set, a 4 cores, em papel acetinado”³⁹⁵. A *Paz e Bem* anunciava em seus editoriais que era “a primeira revista católica ilustrada que se publica no Brasil”. As revistas ilustradas constituem um “veículo ideal de publicação” em função de “uma série de motivos, que vão desde sua riqueza visual até a famigerada pobreza do público leitor em matéria de cultura letrada”. Dessa forma, atingem “picos de circulação improváveis para livros” e abrangem “raios de distribuição inviáveis para jornais”³⁹⁶.

O público de *PB* era bem diversificado, pois havia seções regulares sobre “*Política*”, “*Palavras Cruzadas*”, “*Moda*”, “*Futebol*”, “*Culinária*”, “*Orientador Agropecuário*”, “*Filmes*”, “*Humor*”, “*Página Escola*”, “*Enciclopédia Ilustrada*” e assim por diante. Essas duas últimas eram destinadas, respectivamente, às crianças e aos adolescentes, podendo “ser lida por toda a família”. Havia também a coluna *O Redator Correspondente*, onde a revista respondia às correspondências dos seus leitores, aceitando ou rejeitando sugestões.

A *Paz e Bem* surge em 1958, precisamente, após o Encontro Nacional da Ordem Franciscana Secular do Brasil (OFS), realizado em Ipanema, Rio de Janeiro. O objetivo desse Encontro era unir as diversas Fraternidades (conventos franciscanos) isoladas em distintas regiões do Brasil. Por isso, em 1957, criaram a Conferência Nacional dos Comissários Provinciais para a OFS. O Frei Mateus Hoepers foi eleito Presidente da Conferência, e, logo em seguida, o elegeram Secretário Nacional da OFS, sendo considerado o “cérebro e coração de todo o movimento terceiro do Brasil”³⁹⁷. Desses encontros resultou a Revista Franciscana, órgão oficial da Ordem Franciscana, que, em 1958, transformou-se na revista *PB: Paz e Bem*. Nos editoriais estudados, Frei Mateus Hoepers também ocupa um cargo de grande importância na revista: Diretor- Superintendente.

Em comunhão com o Frei Mateus Hoepers, havia dezenas de colaboradores com colunas regulares, que tratavam de distintos temas conforme visto acima. Com a intenção de identificar o posicionamento político dessa revista, essa pesquisa enfatizou as matérias destinadas, principalmente, à reflexão política. Entretanto, isso não significa que as demais

³⁹⁵ *Ibidem* - julho de 1960, nº 29, P.1.

³⁹⁶ CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas no Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo MALTA, Marize, OLIVEIRA, Cláudia de, e VELLOSO, Mônica Pimenta (org.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Maud X / Faperj, 2011, p. 19.

³⁹⁷ Disponível em : <http://ofssagradopetropolis.blogspot.com.br/2012/02/o-arauto-do-grande-rei.html> . Acesso em: 12/01/2016, 19:58h.

seções eram isentas de teor político. Assim, a coluna *Resenha Esportiva* de Nelson Guimarães, por exemplo, combatia o comunismo ao afirmar que “o nadador britânico (...) bateu o soviético Nikitine”³⁹⁸. Da mesma forma, o romance de Marta Boray narra a história dos soldados “perecidos” na Rússia³⁹⁹.

Verificando os vínculos institucionais da *PB*, havia notícias sobre a Ação Católica, reservadas aos “leitores militantes”⁴⁰⁰. Da mesma forma, informações sobre a JOC, divulgando o seu evento: II Conselho Mundial da JOC, realizado em novembro de 1961⁴⁰¹. Ambas organizações, conforme verificado no trabalho do sociólogo Luiz Alberto Gómez de Souza, defendiam propostas progressistas. Isso já oferece sinais acerca da postura política progressista da *PB*.

As colunas destinadas à reflexão acerca do contexto político tinham diversos autores: Frei Mateus Hoepers, Alceu Amoroso Lima (na época, docente da PUC-RJ e defensor das reformas sociais católicas e do diálogo da Igreja com a modernidade⁴⁰²), o jornalista Renato Rocha, Pedro Cardoso, Reinaldo Heitor entre outros colaboradores. Infelizmente, informações sobre o perfil de todos esses colunistas não foram encontradas, porém, é admissível reconhecer que havia, de acordo com seus textos, um maior diálogo desses autores com os chamados “católicos progressistas”. Da mesma forma, não foi possível apresentar as matérias de todos esses autores devida a quantidade de periódicos trabalhados nessa dissertação, não existindo tempo hábil. Com isso, na tentativa de traçar a tendência ideológica da *Paz e Bem*, optou-se metodologicamente, entre os diversos colunistas e textos existentes, por apresentar alguns artigos, principalmente do jornalista Renato Rocha, que servirão de amostras.

Essa opção explica-se, em grande parte, devido seu importante cargo ocupado no corpo redacional. Entre os números editoriais estudados, verificou-se, que em outubro de 1960, Renato Rocha era apenas um “colaborador”. Em janeiro de 1961, tornou-se “Redator”, e em maio de 1961, já ocupava a “chefia da redação”⁴⁰³. Isso ajuda a perceber o prestígio político dos seus artigos nas edições da *Paz e Bem*. Da mesma forma, entre as edições pesquisadas, a grande maioria de suas matérias foram as principais manchetes de cunho político das capas da *Paz e Bem*, ocupando em torno de oito páginas entre as setenta existentes. Essas matérias,

³⁹⁸ *Paz e Bem*- outubro de 1960, nº 22, P.57.

³⁹⁹ *Ibidem* - outubro de 1960, nº 22, P.45.

⁴⁰⁰ *Ibidem* - janeiro de 1960, nº 24, P.26.

⁴⁰¹ *Ibidem* - agosto de 1961, nº 31, P.50.

⁴⁰² COSTA, Marcelo Timótheo. *Uma curva no rio: as conversões de Alceu Amoroso Lima*. p.206. Disponível em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero02/FCRB_Escritos_2_8_Marcelo_Timotheo_da_Costa.pdf . Acesso: 08/07/2015, 20:17h.

⁴⁰³ *Paz e Bem*- maio de 1961, nº 28, P.4.

entre outras de diferentes autores, ajudam a deduzir que havia uma maior aproximação desse periódico com os chamados católicos progressistas.

Há inúmeras matérias que evidenciam a postura progressista do jornalista Renato Rocha. Isso pode ser exemplificado quando, no seu texto: *Governo começa agora*, ele “aponta os principais problemas com que terá de defrontar-se” Jânio Quadros, como “os problemas de educação, da infância abandonada (...), miséria muita, êxodo rural (...) favelas”⁴⁰⁴. Outro exemplo, Renato Rocha defende o “monopólio estatal” da Petrobrás contra o “interesse das grandes potências”, no seu artigo: “*Petróleo é nosso mesmo?*”⁴⁰⁵. Em outro texto, denominado: “*Nordeste Espera*”, Renato Rocha questionava o “subdesenvolvimento”, o “flagelo da fome”, pois estariam “impedindo o progresso”⁴⁰⁶.

Em relação à reforma agrária, também é possível verificar seu claro posicionamento. No seu artigo: “*Reforma Agrária: “A consciência da questão”*”, ele defendia a reforma agrária para haver o “progresso do país”⁴⁰⁷. Logo na primeira página dessa mesma edição, a *PB* se comunicava com seus leitores, afirmando que esse artigo de Renato Rocha representava sua opinião na questão agrária: “Reforma Agrária, em que delineamos nitidamente, cremos, a posição de *PB* na questão”.

É interessante perceber que o título escolhido desse artigo demonstra que Renato Rocha estava criticando indiretamente o livro: *Reforma agrária, problema de consciência*, de Plínio Corrêa de Oliveira e dos bispos Castro Mayer e Proença Sigaud, publicado em 1960. Esses autores são considerados católicos conservadores, pois defendiam a propriedade privada, sendo contrários à reforma agrária, conforme já foi visto anteriormente. Em outra matéria de Renato Rocha, cujo título era “*Inferno Verde: não é céu côr de rosa*”, ele analisa a situação da região da Amazônia, denunciando as “condições de vida sub-humanas (...) dos habitantes daquela região”, sendo um “entrave ao progresso”. Logo em seguida, ele retorna a defender a reforma agrária, explicando que a “*PB* já tratou do assunto em número anterior”⁴⁰⁸, ou seja, no seu artigo mencionado acima: “*Reforma Agrária: “A consciência da questão”*”.

Sobre o comunismo, a *PB* esclarece sua opinião logo na sua primeira edição: “Nossa revista procurará informar os leitores sobre tudo o que há de interesse na vida (...), procurando afastar das mentalidades o materialismo corrosivo, pagão e ateu que o comunismo vem

⁴⁰⁴ *Ibidem* - outubro de 1960, nº 24, P.8.

⁴⁰⁵ *Ibidem* - fevereiro de 1961, nº 25, P.7.

⁴⁰⁶ *Ibidem* - Julho de 1961, nº 30, P.28.

⁴⁰⁷ *Ibidem* - março de 1961, nº 26, P.42.

⁴⁰⁸ *Paz e Bem*- agosto de 1961, nº 31, P.58.

semeando em larga escala pelo mundo”⁴⁰⁹. Da mesma forma, o anticomunismo está bastante difundido em todas as edições pesquisadas da *PB*, inclusive, nos textos do Renato Rocha. Para exemplificar, no seu artigo: *A Guerra Fria esquenta nas olimpíadas*, ele argumenta que “nas mãos dos russos, as medalhas olímpicas se transformam em elemento de propaganda do regime”⁴¹⁰. Ou seja, muitos progressistas também combatiam o comunismo, logo o anticomunismo reuniu, de acordo com Rodrigo Motta, grupos políticos diversos.

Retomando o artigo: “*Petróleo é nosso mesmo?*”, Renato Rocha explica que “as esquerdas (...) ficaram do lado do monopólio estatal”, logo “era comum” associar todos os “nacionalistas” ao comunismo. Dessa forma, ele tenta desvincular o nacionalismo do comunismo, já que o nacionalismo constituiu-se também como uma “importante matriz do anticomunismo brasileiro”⁴¹¹.

Vale ressaltar que nos textos do jornalista Renato Rocha, conforme verificamos, há a defesa explícita do nacionalismo, da reforma agrária, do combate ao subdesenvolvimento entre outros. No entanto, essas propostas políticas favoráveis às reformas sociais não foram apenas em função da disputa contra o comunismo, já que a *PB* acreditava que seriam medidas primordiais para o “progresso do país”. De acordo com Scott Mainwaring, esses católicos progressistas tinham autonomia na luta contra o comunismo, visto que podiam optar pelo lado dos chamados católicos conservadores. Para os progressistas, era preciso “uma resposta à esquerda não porque fossem implacáveis anticomunistas, mas, sim, porque concordavam com a percepção da esquerda de que havia necessidade de uma maior mudança social”⁴¹².

Em conformidade com o que foi analisado anteriormente, tanto a revista *PB: Paz e Bem* quanto a revista *Síntese* eram anunciadas na revista *Estrêla do Mar*. É interessante salientar que mesmo assim, a *PB* mantinha um ponto de vista político bem distinto da *Estrêla do Mar*, pois diferente da *Paz e Bem*, a *Estrêla do Mar* defendia projetos políticos conservadores conforme já visto. Nesse sentido, um anúncio publicitário, divulgando uma revista na outra, não determina uma perspectiva política semelhante entre os periódicos.

Por outro lado, há indícios que a revista *PB* se aproximava da opinião política da revista *Síntese*. Um exemplo disso, o padre Fernando Bastos de Ávila, fundador e Diretor Responsável da revista *Síntese*, foi entrevistado pela *PB* para analisar “a situação da cultura católica no Brasil”. Nessa matéria da *PB*, o padre explica que o católico precisa “desempenhar” sua “tarefa terrena”, contribuindo “para a superação do

⁴⁰⁹ *Ibidem* - jan de 1958, nº: 1, p. 1.

⁴¹⁰ *Ibidem* - out. de 1960, nº 22, P.27.

⁴¹¹ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 29.

⁴¹² MAINWARING, *Op. Cit.*, 2004, p. 56.

subdesenvolvimento”⁴¹³. Dessa maneira, há sinais que ambos impressos levantavam a bandeira do chamado bloco progressista.

Conclusão

Na breve revisão da bibliografia sobre a imprensa do Rio de Janeiro no início de 1960, percebemos que há poucos trabalhos produzidos sobre a imprensa católica. No entanto, a análise desses impressos é primordial para compreender a eficácia na propagação de suas visões de mundo. Todavia seria simplista imaginar o pensamento político da sociedade como mero reflexo da manipulação da imprensa. Havia uma “relação de mão dupla”, visto que a opinião pública pode ser moldada pelas manchetes dos jornais, mas por outro lado, as propostas políticas da sociedade também podem influenciar a imprensa.

Entre os 36 (trinta e seis) periódicos confessionais catalogados, os de maiores tiragens foram, justamente, os quatro utilizados aqui como fontes, sendo comparáveis a alguns jornais cariocas seculares de maior circulação na época. Todos tinham preços acessíveis de acordo com o custo de vida da época e a maioria circulava em todo território nacional, excetos o jornal *A Cruz*. Os seus raios de alcance dilatavam-se ao alcançar um público iletrado por meio das leituras das suas matérias em reuniões entre os fiéis. Porém, é válido lembrar que 71,3% da população do Rio de Janeiro tinham como hábito, a leitura de jornais.

Em relação às peculiaridades dos periódicos confessionais, existia uma interação entre a imprensa religiosa e a secular. Tradicionalmente, a imprensa escrita dos grandes jornais da época acolhia os intelectuais católicos, publicando suas matérias. A sua equipe redacional e os seus leitores recebiam, muitas das vezes, as bênçãos do Papa, indicando o poder simbólico desses impressos confessionais. A comunidade cristã católica era bastante significativa, existindo um percentual de 93 % de católicos no Brasil.

A análise da linha política predominante nesses periódicos auxilia em diversas reflexões. Havia diferentes tendências nas posturas políticas seguidas, porém, o imaginário anticomunista permeou grande parte das páginas de todas as publicações pesquisadas. Isso confirma a interpretação de Rodrigo Motta, quando ele salienta que a luta contra a “ameaça vermelha” permaneceu nas representações de diferentes grupos sociais: reacionários, conservadores, liberais e esquerdistas. No entanto, conforme destacou Mainwaring, o anticomunismo era mais constante entre os impressos conservadores, ajudando a delimitar suas faces políticas nesse ambiente bipolar da Guerra Fria.

⁴¹³ *Paz e Bem*- maio de 1961, nº 28, P.44.

De acordo com Mainwaring, durante a redemocratização ocorreu um processo de transformação da Igreja, surgindo grupos diferentes no seu interior, favoráveis à doutrina social, que foi intensificada em grande parte a partir do papa João XXIII e do crescimento dos movimentos sociais. Assim, durante a Primeira República e o Estado Novo predominou uma postura política conservadora entre os católicos do Brasil. Três periódicos aqui pesquisados, conforme esmiuçado ao longo desse capítulo, foram fundados na Primeira República: *Mensageiro do Coração de Jesus* (1896-2015); *Estrêla do Mar* (1911-2015) e *A Cruz* (1919-1973). É curioso perceber que a grande maioria permaneceu, em 1961, mantendo a postura conservadora que predominava no seio da Igreja, durante os contextos das suas criações. Posicionavam-se ao lado dos latifundiários, setores do empresariado nacional, IBAD, UDN, segmentos da classe média, isto é, estava alinhado aos chamados “conservadores” da Igreja Católica ou os tradicionalistas. Esses periódicos, órgãos de organizações católicas e movimentos leigos, continuavam fechados à doutrina social, mesmo perante a efervescência dos movimentos sociais e das encíclicas progressistas de João XXIII.

Dessa forma, a grande maioria desses impressos não se abriu, pelo menos no recorte temporal desse trabalho, para a doutrina social crescente no interior da Igreja. Mais uma observação que ajuda a sustentar essa hipótese, aparece na análise realizada sobre a revista *Paz e Bem*, fundada, em 1958. Em conformidade com o que foi apontado no item anterior, justamente essa revista, fundada nesse período de transformação política da Igreja brasileira, dialogava nitidamente com a ideia da doutrina social a partir das mudanças estruturais para superar, entre outras questões, o subdesenvolvimento. Conforme já realçado, a *Paz e Bem* abeirava-se ao lado dos progressistas.

Essas informações peculiares de cada periódico serão fundamentais para compreender o papel da imprensa católica do estado da Guanabara, no seu desejo de formar uma opinião pública favorável à censura moral, relacionada aos decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961. Essa hipótese será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3- A CENSURA MORAL: “UM ATO DE CORAGEM” DE JÂNIO QUADROS

A bibliografia dos anos de 1950 e 1960 exalta a efervescência cultural⁴¹⁴ e o forte desenvolvimento econômico⁴¹⁵, porém, pouco ressalta o debate em torno de valores morais presentes nos centros urbanos⁴¹⁶. O movimento tropicalista, por exemplo, ao questionar os chamados comportamentos tradicionais⁴¹⁷, pregando, entre outras questões, a liberdade sexual e as drogas como liberadoras de potencialidades humanas, parecem que estavam travando uma batalha contra algo invisível. No capítulo 1, verificamos que os assuntos sobre a moralização dos costumes marcavam o contexto político analisado. Basta lembrar que a UDN se aliou a JQ na disputa presidencial, em 1960, e o moralismo também foi seu símbolo. É válido lembrar que até o ilegal PCB questionava as mudanças de valores comportamentais.

A socióloga Silvia Martini, analisando os relatórios do IBOPE, afirma que a modernidade, nos maiores centros urbanos, especificamente São Paulo e Rio de Janeiro, era fundamentada no consumo de bens industrializados, contrastando-se com o Brasil predominantemente rural. Nesse processo de urbanização, ocorre a expansão da classe operária, das camadas médias e o desenvolvimento do setor terciário. Novos produtos incorporam-se: o automóvel, a TV, o aspirador de pó, a geladeira, entre outras coisas⁴¹⁸. Isso ajuda a entender a grande quantidade dos anúncios desses produtos na imprensa católica da Guanabara.

Após a Segunda Guerra Mundial, o cinema se tornou um importante veículo de propaganda desses novos bens de consumo. No final dos anos de 1950, 80% da população do Rio de Janeiro iam com frequência ao cinema⁴¹⁹. A televisão só viria completar esse processo iniciado pelo cinema em meados dos anos de 1960. Já o rádio, 95% das famílias do Rio de

⁴¹⁴ Mais informações sobre a cultura nesse período ver: RIDENTE, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. IV. NAVES, Santuza Cambraia. Os novos experimentos culturais nos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. IV. NAVES, Santuza Cambraia. *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar. (coleção descobrimento do Brasil), 2001.

⁴¹⁵ Mais detalhes sobre o processo industrial ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. In: História Geral do Brasil. LINHARES, Maria Yedda (Org.). 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. MOREIRA, Vânia Maria losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. IV. NAVES, Santuza Cambraia. *Da bossa nova à tropicália*. Rio de Janeiro: Zahar. (coleção descobrimento do Brasil), 2001.

⁴¹⁶ MARTINI, Op. Cit., 2011, p. 218.

⁴¹⁷ RIDENTE, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. IV, p. 150.

⁴¹⁸ *Ibidem*.

⁴¹⁹ *Ibidem*, 2011, p. 97.

Janeiro possuíam esse aparelho, portanto, era o grande propagador de hábitos e o veículo de publicidade mais efetivo⁴²⁰. Em segundo lugar, ficava a imprensa escrita, visto que 71,3% da população do Rio de Janeiro tinham como hábito, a leitura de jornais.

Verificamos que nos anos de 1950 e 1960 no Brasil, a comunidade cristã católica era bastante significativa, ocorrendo mudanças estruturais a partir da urbanização e da industrialização, intensificando-se o êxodo rural. Até 1940, cerca de 70% da população brasileira encontrava-se domiciliada no campo, mas em quatro décadas isso se inverteu, passando a área rural ter apenas 30% e as cidades 70%. As favelas tornaram-se visíveis, passando a ser objetos de mensuração estatística. Essas massas rurais, que vão se deslocar, têm um grande peso cultural enraizado no catolicismo tradicional.⁴²¹ Nesse sentido, é possível identificar a semelhança entre os atos janistas e a cultura tradicional de uma parcela dessa nova população urbana.

Para o sociólogo Marcelo Lacombe, esse novo modo de vida na cidade industrial, moderna e consumista contrastava com a vida conservadora, católica e patriarcal. Hábitos e costumes mudavam, havendo uma “reação conservadora”, isto é, havia setores da população otimistas com as mudanças, mas também, grupos conservadores “assustados” diante das novas tendências, que colocavam em xeque os comportamentos tradicionais⁴²².

Segundo a opinião pública dos cariocas, a modernidade seria alcançada por meio do consumo, aproximando-se da realidade dos países ricos. Por outro lado, valores oriundos de uma sociedade patriarcal e rural ainda estavam presentes: o lugar da mulher como rainha do lar, o homem como provedor, a filha à espera de um bom casamento, a condescendência com a prostituição, e assim em diante⁴²³. Para exemplificar, a opinião pública considerava o beijo dado em público, nas ruas ou nos cinemas, um atentado à moral. A Delegacia de Costumes e Diversão (DECODI) prendia os casais que se beijavam. Nos anos de 1950, 60% dos cidadãos da cidade do Rio de Janeiro consideravam imoral o uso de biquínis nas praias⁴²⁴. Até 1970, muitas famílias recorriam à delegacia para fazer “queixas de defloramento” de suas filhas⁴²⁵. Para Silvia Martini, embora houvesse uma tendência que apontava para a superação destes costumes considerados arcaicos, a opinião pública mostrava-se conservadora em relação à

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 177.

⁴²¹ CAMARGO, *Op. Cit.*, 1995, p. 436.

⁴²² LACOMBE, Marcelo S. Masset. A vida como ela é ...: moralidade e cotidiano na década de 1950. In: BOTELHO, André, BASTOS Elide Rugai & BÔAS Gláucia Villas (org.). *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbook, 2008, p. 237.

⁴²³ MARTINI, *Op. Cit.*, 2011, p. 207.

⁴²⁴ *Ibidem*, p. 217.

⁴²⁵ CAULFIELD, *Op. Cit.*, 2005, p. 205.

moralidade, fundamentada em um passado rural⁴²⁶. Dessa maneira, esse pensamento conservador, bastante presente no interior da Igreja católica, posicionou-se a favor da censura às diversões públicas.

Para Riolando Azzi, as mudanças nos costumes, em decorrência do desenvolvimento urbano, constituiu certamente um dos aspectos mais sentidos pela Igreja. Isso explica, em grande parte, o esforço nessa “etapa de restauração católica, impedindo que seus fiéis se influenciassem com as novas ideias e valores, designados como “imorais”, “imundos” ou “diabólicos”. Sendo assim, a imprensa católica manifestou-se a partir de uma “orientação moralizante”⁴²⁷.

Nesse contexto, Jânio Quadros criou decretos ligados à censura às diversões públicas. Esses foram analisados na íntegra na *COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO*⁴²⁸, já que tais atos e os setores que com eles se identificavam são o eixo central dessa dissertação. Desse jeito, foi possível examinar suas ações, desde a posse (31 de janeiro 1961) até a sua renúncia (25 de agosto 1961), pois esses volumes reúnem atos dos poderes executivos publicados no Diário Oficial da União desde 1889 até 2000. Após um exame minucioso em cada página, durante sua curta gestão, foram catalogados 1.051 (mil e cinquenta e um) decretos de Jânio Quadros. Nessa Coleção, existem atos relacionados a distintos temas: moralização administrativa, censura aos costumes, mineração, agricultura, saúde, educação, contrabando, forças armadas, economia, entre outros temas.

Agora, vinculados à moralização dos usos e costumes, acharam-se oito decretos. Eles representam, aproximadamente, 0,8% do total de 1.051 atos presidenciais. Entre os atos ligados à jogatina, estão três: o Decreto nº. 50.576- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis⁴²⁹, o Decreto nº. 50.620 - de 18 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos⁴³⁰ e o Decreto nº. 50.766- de 9 de junho de 1961- que disciplinava o funcionamento de jogos carteados⁴³¹.

Em relação à censura aos meios de comunicação, o presidente Jânio implementou o Decreto nº. 50.812- de 17 de junho de 1961- que disciplina a participação de menores de 18

⁴²⁶ MARTINI, *Op. Cit.*, 2011, p. 218.

⁴²⁷ AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 193.

⁴²⁸ COLEÇÃO DAS LEIS DE 1961 – VOLUME II, IV, VI. ATOS DO PODER EXECUTIVO.

Disponível em :

<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>
2013-02-18 14:11 h

⁴²⁹ *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 194.

⁴³⁰ *Ibidem.*, p. 256.

⁴³¹ *Ibidem.*, p. 509.

anos em programas de rádio e de televisão⁴³²; o Decreto nº. 51.009- de 22 de julho de 1961- que proibia espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, presentes nos programas de televisão⁴³³ e o Decreto nº. 51.134- de 3 agosto de 1961- que, entre outras questões, proibia a “apresentação de artistas em trajés menores ou de maiôs”, as “cenas imorais”, as “expressões indecentes” presentes nos teatros, nos cinemas e nos programas de rádio e televisão⁴³⁴. Esse último aproxima-se, em grande parte, do ato em torno das vestimentas: o Decreto nº. 51.182- de 11 de agosto de 1961- que proibia o “traje de banho” nos concursos e desfiles de beleza⁴³⁵. Por fim, através do Decreto nº. 51.211- de 18 de agosto de 1961- Jânio proibiu o lança-perfume⁴³⁶.

É curioso perceber que essas medidas, por mais que não ultrapassem 0,8% do total dos decretos janistas, são justamente, como ressaltou Jorge Ferreira, as mais lembradas e as mais famosas. Vimos que muitos autores interpretaram tais medidas moralistas como um “conjunto de medidas bastante estranhas”, “questões disparatadas e insólitas”, “aspectos pitorescos”, “fora da História”, entre outras representações. Talvez, essas visões sobre tais atos ajudam, em grande parte, a torná-los mais evidentes em relação aos demais decretos, já que são considerados “inusitados” e “pitorescos”. Nesse sentido, retornando ao primeiro capítulo, esses decretos tiveram um papel destacado no processo de construção da imagem de JQ como uma “gargalhada da História”.

Nesse capítulo, pretende-se tentar desconstruir essa ideia do senso comum sobre JQ, mas a partir do estudo dos seus próprios atos moralistas, considerados por muitos como sinônimos de perturbação mental. Para isso, objetiva-se evidenciar e discutir a correspondência entre os atos de Jânio e os noticiários moralistas dos quatro periódicos pesquisados: revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, revista *Estrela do Mar*, jornal *A Cruz* e a revista *PB- Paz e Bem*.

3.1- Mensageiro do Coração de Jesus: “Sr. Jânio, vassoura nesta gente”

Vimos que essa revista é um órgão oficial do Apostolado da Oração, sendo a mais longínqua em relação aos periódicos aqui estudados, circulando em todo Brasil, até os dias atuais. Nos anos 1960, havia centenas de fiéis de arquidioceses, de dioceses, de paróquias entre outros que pertenciam ao Apostolado da Oração. Com isso, a revista chegava aos 20 mil

⁴³² *Ibidem*, p. 549.

⁴³³ *Ibidem*, p. 170.

⁴³⁴ *Ibidem*, p. 347.

⁴³⁵ *Coleção das leis de 1961 – VOL: IV. Atos do poder executivo.* p. 470.

⁴³⁶ *Coleção das leis de 1961 – VOL: VI. Atos do poder executivo.* p. 492.

exemplares impressos por mês. Sobre sua linha editorial predominante, esse periódico posicionava-se ao lado dos latifundiários, setores do empresariado nacional, IBAD, UDN, segmentos da classe média, isto é, estava alinhado aos chamados “conservadores” da Igreja Católica ou os tradicionalistas, conforme visto no capítulo anterior.

Nas edições pesquisadas da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, havia diversas matérias favoráveis à censura aos costumes: “publicações obscenas”, “Filmes livres”, “imprensa pornográfica”, “Guerra às revistas de escândalo”, “Teatro irreverentemente suspeito” e assim em diante. Não será possível apresentar todas as reportagens sobre a moral, porém, as escolhas dessas amostras foram tentativas de sintetizar todo esse conteúdo moralista. Esses noticiários eram bem semelhantes às interferências nos comportamentos realizadas por Jânio Quadros. Para exemplificar, na edição de outubro de 1960, noticiava-se na matéria intitulada *A virgem pesca “Miss” Universo com um rosário de pérolas*:

No dia em que Armi Kunsela era proclamada a **Miss** Universo de 1952 recebia, com um colar de flores exóticas das Filipinas, um rosário de pérolas. Pensando que se tratava unicamente de uma jóia preciosa, Armi põe-se a usá-lo ao pescoço (...) Quando começam a perguntar-lhe se era católica é que ela se informa com seu jovem amigo filipino, Vingílio Hilário, o que significava aquele presente.

Vingílio lhe explica o rosário e ensina mesmo a rezar a Ave Maria à pobre luterana finlandesa que sentindo-se completamente isolada no meio daquelas recepções mundanas, encontrara na **Miss** Filipinas e no jovem engenheiro, seu irmão, o calor de afeição e simplicidade que lhe fazia tanta falta.

Quando chegou a Honolulu, na viagem que escolhera como prêmio, com a intenção de fugir às propostas de Hollywood e voltar para perto de sua mãe na Finlândia, Armi, perseguida pela graça de Deus, não se pode conter.

Telefona para Vingílio, que se achava em Los Angeles, e dois dias depois se encontrava com ela em Tóquio, para levá-la ao Pe. Jesuíta (...) começa a sua instrução religiosa (...) No dia de Páscoa de 1953, na mesma igreja de Tóquio, onde começara seu catecismo, quis ela receber o batismo, para casar-se no dia seguinte com aquele que fora o instrumento de Deus para sua conversão⁴³⁷.

Retomando a obra de Thomas Skidmore, Jânio “desperdiçava energia com questões sem nenhuma importância”, por consequência, a censura moral seria uma ação isolada, não havendo setores da sociedade afinados com tais medidas. Todavia, é notório o posicionamento dessa revista contra os concursos de beleza. Já no título dessa matéria, a palavra miss é grafada entre aspas, sendo, possivelmente, uma forma de desqualificar tal atividade como um comportamento imoral. Ao longo do texto, a palavra miss é destacada em negrito, sendo talvez uma forma de enfatizar a condenação a essa atividade.

A “pesca” da Miss pela Virgem Maria indica que tal ocupação era considerada pecaminosa, portanto, precisaria de “conversão”. Nesse sentido, é viável afirmar que essa

⁴³⁷ *Mensageiro do Coração de Jesus*- out. de 1960, n°: 757, p. 344. Grifo do autor.

condenação aos concursos de beleza pela revista *Mensageiro do Coração de Jesus* estava em sintonia com o Decreto nº. 51.182- de 11 de agosto de 1961- que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza, elaborado por Jânio Quadros. Vale ressaltar, essa desaprovação dos concursos de beleza ocorrera antes da posse de Jânio Quadros, isto é, já havia setores da Igreja Católica, principalmente do Apostolado da Oração, favoráveis a esse tipo de censura.

A Miss Universo era “luterana e finlandesa”, conseqüentemente, sua situação profana seria maior, já que era “Miss”, protestante e, ao mesmo tempo, vivia em um país como a Finlândia, que fazia fronteira com a União Soviética e adotou uma política externa de neutralidade em meio à Guerra Fria⁴³⁸, logo Armi Kunsela teria “recepções mundanas”. Nessa lógica, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* relacionava a censura aos concursos de beleza ao anticomunismo. Sem contar que a “virgem” e o “rosário” ocuparam posições destacadas no imaginário anticomunista católico dos anos 1960⁴³⁹. Tudo isso endossa as questões salientadas no capítulo anterior, quando apontamos que a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* era adjacente à facção católica conservadora, havendo inúmeras matérias e colunas especificamente e exacerbadamente anticomunistas.

No entanto, a imoralidade não se restringia ao anticomunismo, pois conforme já salientado anteriormente com o Scott Mainwaring, houve uma crise na Igreja Católica brasileira após a Segunda Guerra Mundial, sendo resultado principalmente da rápida transformação da sociedade, do crescimento do protestantismo, entre outros, diminuindo os comparecimentos às missas. Assim, a imoralidade também estaria vinculada ao protestantismo, logo essa miss por também ser “luterana”, teria “recepções mundanas”.

Convertendo-se ao catolicismo, a miss teria conseguido “fugir às propostas de Hollywood”. Desse modo, a revista também penalizava filmes “de Hollywood” considerados imorais, portanto, a sua proposta moralizadora era similar ao Decreto nº. 51.134- de 3 agosto de 1961 de Jânio Quadros, que entre outras questões, censurava “cenas imorais” presentes no cinema, no teatro e nos programas de rádio e televisão.

Para Newton Duarte Molon, haveria um efeito determinante dos meios de comunicação na formação da opinião pública. Nessa lógica, a *Mensageiro do Coração de Jesus* modelaria a opinião dos seus leitores a favor da interferência nos costumes. Todavia, segundo Riolando Azzi, na Arquidiocese do Rio Janeiro, ao longo dos anos 1950, as

⁴³⁸OLIVEIRA, Ariane Bayer de. *O Desenvolvimento econômico da Finlândia*. Porto Alegre. UFRGS, 2011(monografia), p.12.

⁴³⁹ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 247.

associadas do Apostolado da Oração se encarregavam de controlar o ingresso das pessoas nas igrejas para as missas dominicais, “impedindo que fossem transgredidas as normas traçadas pela autoridade eclesiástica com relação ao vestuário feminino”⁴⁴⁰. Portanto, a revista não limitou as possibilidades críticas desses fiéis leitores em defesa da censura às diversões públicas, visto que os próprios associadas do Apostolado da Oração advertiam outros fiéis em relação ao vestuário feminino. De acordo com Rodrigo Motta, existia uma “via de mão dupla”, uma vez que a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, mas também, muitos fiéis eram favoráveis à censura aos costumes.

As próximas fontes trabalhadas foram escolhidas, entre diversos noticiários possíveis, justamente, por mencionarem explicitamente as medidas moralistas de Jânio. De acordo com o que foi apresentado no capítulo antecedente, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* tinha duas colunas destinadas, em grande parte, aos acontecimentos políticos: *Comunismo* e *Revista dos Interesses do Coração de Jesus*. Ambas eram preenchidas por meio, principalmente, de matérias de periódicos de grande circulação na época. Na edição de novembro de 1960, a anônima coluna *Revista dos Interesses do Coração de Jesus* transpassava do conservador *Jornal do Comércio* a matéria *Sartre e o Ponto Final*. Nesse período, o filósofo francês Jean Paul Sartre, um dos principais representantes do existencialismo, viajou ao Brasil. Para o *Jornal do Comércio* e a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, Jean Paul Sartre não passaria de um “agitador comunista”, portanto, estaria “na hora do comunista Sartre tomar o seu avião e voltar à França”, pois suas obras seriam “a mais descarada imoralidade”⁴⁴¹. Em vista disso, a “imoralidade” e o anticomunismo estavam mais uma vez interligados nos noticiários tanto do *Jornal do Comércio* como da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*.

Na próxima edição, em dezembro de 1960, houve uma continuidade dessa matéria sobre Jean Paul Sartre, nessa mesma coluna, analisando agora a “possibilidade da vinda de Brigitte Bardot” ao Brasil:

Brigitte Bardot- Que pena !- Não Vem!

(...) sempre encaramos com pessimismo a possibilidade da vinda de Brigitte (...) Ela casou, em pouco tempo divorciou, sem tardas a casar de novo e novamente divorciar (...) nestes últimos tempos estava fortemente inclinada por outro camarada de filmagens (...) estranha personagem que tantos admiradores tomam para modelo, embora nem sempre haja sido modelar- Sr. Jânio, vassoura nesta gente que se preocupa mais com Sartres e Bardots do que com o serviço público !⁴⁴²

⁴⁴⁰ AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 470.

⁴⁴¹ *Mensageiro do Coração de Jesus*- nov. de 1960, n°: 758, p. 393.

⁴⁴² *Ibidem* - dez. de 1960, n°: 759, p. 438.

Nessa época, a atriz Brigitte Bardot era um grande símbolo sexual, estreando, por exemplo, o biquíni nos cinemas, em 1956. Muitos dos seus filmes foram proibidos em diversos países, como o famoso *E Deus criou a mulher*, por serem considerados imorais, sendo alvos das “ligas conservadoras”⁴⁴³. Isso ajuda a explicar o “pessimismo” da revista *Mensageiro do Coração de Jesus* sobre a “possibilidade” da vinda de Brigitte ao Brasil. Dessa maneira, tanto Jean Paul Sartre quanto Brigitte Bardot são representados como imorais, por isso, existe o apelo a Jânio Quadros para que ele utilizasse sua “vassoura nesta gente” que seguem ambos personagens.

Relembrando, a vassoura foi o principal slogan da campanha janista para combater, entre outras questões, a “imoralidade”. Portanto, já havia, antes da sua posse, a expectativa de Jânio censurar as diversões públicas, indicando que a temática moral contribuiu com a vitória de Jânio, em outubro de 1960. Em contrapartida, a equiparação entre os seguidores “Sartres e Bardots”, “gente” que precisaria de uma vassourada puritana de Jânio, oferece sinais acerca dos vínculos entre o anticomunismo e o moralismo. Jean Paul Sartre foi representado como um “agitador comunista”, logo estariam os seguidores de Brigitte Bardot no mesmo nível “imoral” que os comunistas. É pertinente sublinhar que esse “pessimismo” em relação a Brigitte, e obviamente aos seus filmes, está afinado com o decreto de Jânio Quadros, que censurava as “cenas imorais” presentes no cinema. Basta lembrar que o filme *E Deus criou a mulher* narra a história de uma jovem com um comportamento considerado pouco adequado aos padrões da época. A partir de então, Bardot popularizaria o uso do biquíni, contestado pelos setores católicos.

A posse presidencial de Jânio Quadros ocorreu em 31 de janeiro de 1961. Na edição de maio de 1961, durante sua gestão, foi publicada a anônima matéria *Espetáculos e Censura*, ocupando três páginas das quarenta existentes. Essa seção foi preenchida por diversos tópicos que abordavam a moralização dos usos e costumes. As temáticas desses tópicos estavam interligadas: “Serviço de Censura de Diversões Públicas”, “decadente teatro”, “peças pornográficas”, “Publicações Obscenas”, “Moralidade Pública” e assim em diante. A subdivisão *Moralidade Pública* referiu-se, diretamente, às propostas moralistas de Jânio Quadros:

⁴⁴³Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/um-dos-maiores-simbolos-sexuais-do-cinema-brigitte-bardot-completa-80-anos>. Acesso em: 24/05/2016, 21:26h.

Moralidade Pública: (...) alusivos aos filmes cinematográficos com impropriedade para menores de 18 anos, o Presidente Jânio Quadros recomendou, através do despacho, ao ministro da justiça dirigir-se aos governos estaduais e a próprio tribunal da Justiça expressando o interesse do Governo Federal pela adoção de medidas rigorosas.

“Essas publicações e esses anúncios- frisa o Chefe da Nação- não podem prosseguir, sob pena de graves consequências para a moralidade pública”.⁴⁴⁴

Esse tópico *Moralidade Pública* apresenta o presidente Jânio Quadros como alguém empenhado no combate à imoralidade “através do despacho” e da “adoção de medidas rigorosas”. De acordo com Felipe Magalhães, tais propostas moralistas de Jânio ajudaram a criar um personagem moralista conservador, mas também, a imagem de um presidente trabalhador, fiscal, combalido e outras coisas, ampliando o seu prestígio político. Assim, diante desse contexto “imoral” difundido pela revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, Jânio Quadros é representado como um governante eficaz na defesa da “moralidade pública”. Portanto, setores da Igreja Católica, principalmente do Apostolado da Oração, reconheciam Jânio Quadros como um presidente competente a partir das suas propostas moralizadoras, legitimando-o como o grandioso “Chefe da Nação”.

Jânio Quadros “recomendou” censurar filmes com “graves consequências para a moralidade pública” e “com impropriedade para menores de 18 anos”. Portanto, tudo indica que as medidas morais posteriores de Jânio, como o Decreto nº. 50.812- de 17 de junho de 1961- que disciplina a participação de menores de 18 anos em programas de rádio e de televisão, também contemplaram as perspectivas moralistas do Apostolado da Oração e de outras associações católicas.

De outro ponto de vista, o discurso do próprio Jânio aponta que “a moralidade pública” fazia parte da sua retórica. Retomando a perspectiva de Nelson Valente, Jânio teria uma retórica com uma significação particular. Segundo José Murilo de Carvalho, na retórica, ao contrário do argumento exclusivamente racional, a qualidade moral do orador é tão importante quanto a qualidade de seus argumentos.⁴⁴⁵ Isso ajuda a perceber que os decretos moralistas de Jânio também faziam parte da sua retórica, auxiliando-o na construção da imagem de um líder que seguia uma linha de conduta reta, de acordo com o ensinamento moral da Igreja.

Na publicação de agosto de 1961, novamente na coluna regular *Revista dos Interesses do Coração de Jesus*, há vários tópicos acerca da censura aos comportamentos:

⁴⁴⁴ *Mensageiro do Coração de Jesus*- maio de 1961, nº: 759, p. 158. Grifo do autor.

⁴⁴⁵ Ver a respeito CARVALHO, José Murilo de. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 letras, setembro de 2000, p. 135.

*Proibida aos fiéis a peça, o Rearmamento Moral*⁴⁴⁶ *faz barulho* e outros. Entre esses itens, há um que cita um decreto moral de Jânio:

Decreto Presidencial sobre o jogo nas sociedades- Brasília, 10 de junho- O Presidente Jânio Quadros assinou decreto, disciplinando o funcionamento das seções de jogos lícitos carteados, nas sedes das sociedades, clubes e demais entidades recreativas, sociais, culturais, literárias, beneficentes, esportivas e congêneres⁴⁴⁷.

Esse decreto de Jânio Quadros sobre os “carteados” foi noticiado, porém, talvez seja arriscado afirmar que existiu uma aprovação da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*. Entretanto, retornando a ideia de Tânia de Luca, a imprensa seleciona o que se elegeu digno de chegar até o público. A opção pela publicação desse decreto implementado há dois meses antes dessa edição indica que existia uma tendência da revista *Mensageiro do Coração de Jesus* a favor da proibição dos jogos “carteados”. Inclusive, na próxima matéria discutida, aprova-se a censura à jogatina.

Ainda nesse editorial de agosto, na coluna regular *Comunismo*, noticiou-se outro decreto de Jânio Quadros. Essa coluna era anônima, sendo composta por meio, principalmente, de recortes de textos jornalísticos anticomunistas dos periódicos de grande circulação na época. Relembrando, o *Jornal do Comércio* seguia uma linha editorial conservadora. O tópico *Jogatina a Pé* foi recortado do *Jornal do Comércio* (12/05/1961):

Jogatina a Pé- Um ato de coragem, demonstrando firme coerência entre as ações e os princípios, um gesto de fina e aguda inteligência, confirmando uma aptidão invulgar de ferir o ponto preciso com a necessária intensidade e no momento oportuno- eis o que significam o que valem as determinações do Presidente Jânio Quadros no seu memorando sobre corridas de cavalos.

Apesar da proibição legal dos jogos de azar, até aqui nenhuma autoridade teve o destemor de enfrentar a jogatina que poderosas influências vinham cobrindo de impunidade imoral (...)⁴⁴⁸.

Diferente da fonte trabalhada anteriormente sobre a censura aos jogos carteados, essa censura em torno da corrida de cavalo recebeu um explícito respaldo do *Jornal do Comércio* e, conseqüentemente, da revista *Mensageiro do Coração de Jesus*. Assim, o Decreto nº: 50.576- de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis- foi noticiado como “um ato de coragem”, mas também, como “um gesto de fina e aguda

⁴⁴⁶ O Rearmamento Moral era uma instituição de organização mundial, sediada nos Estados Unidos. Em defesa da moral, juntou o seu esforço à campanha de pânico anticomunista, engajando em suas atividades alguns oficiais militares. O Rearmamento Moral era ligado ao complexo IPES/IBAD. Ver: DREIFUSS, 1981, p. 293.

⁴⁴⁷ *Mensageiro do Coração de Jesus*- agost. de 1961, nº: 766, p. 266.

⁴⁴⁸ *Mensageiro do Coração de Jesus*- agost. de 1961, nº: 766, p. 272.

inteligência”. Esse texto do *Jornal do Comércio* reproduzido serve de amostra para sublinhar que a moralização dos usos e costumes era uma proposta da imprensa católica, mas também, de diversos periódicos de grande circulação na época. Assim, havia a defesa da censura aos costumes pelo *Jornal do Comércio*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *A Notícia* entre outros.

Entre os decretos moralistas de Jânio pesquisado nessa dissertação, esse ato foi o primeiro a ser elaborado durante sua gestão presidencial. Dessa maneira, quando o *Jornal do Comércio* advoga que esse decreto demonstrou uma “firme coerência entre as ações e os princípios” de Jânio, é possível levantar algumas hipóteses. Primeiramente, para o *Jornal do Comércio*, já havia “princípios” moralistas antes dessas “ações” de Jânio Quadros, portanto, é possível deduzir que tais “princípios” estariam relacionados à “carta de princípios” morais do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), que segundo Castilho Cabral, atuou intensamente durante a campanha presidencial janista. Portanto, ao apontar uma “firme coerência entre as ações e os princípios”, o *Jornal do Comércio* pode estar se referindo, indiretamente, a satisfação de ter apoiado Jânio durante a campanha presidencial, já que a proibição das corridas de cavalo seria um resultado confirmatório dos princípios morais levantados por ele, isto é, Quadros não teria ludibriado seus eleitores, que enxergaram na vassoura o início da moralização do país.

Em segundo, tais “princípios” estariam vinculados à própria carreira de Jânio Quadros, pois de acordo com Felipe Magalhães, a moral cristã vai acompanhá-lo por toda sua carreira política. Para Jefferson Queller, a mudança de Jânio do PDC para o PTN, em 1954, não implicaria a renúncia dos princípios e práticas da democracia cristã, visto que continuariam existindo determinadas afinidades programáticas. Para Queller, os atos moralistas de Jânio Quadros, durante sua gestão presidencial, também são aspectos que evidenciam a aproximação das suas práticas políticas às propostas do PDC. Sendo assim, a censura às corridas de cavalos demonstraria que Jânio mantinha seus princípios, mesmo depois de tornar-se presidente, “confirmando uma aptidão invulgar de ferir o ponto preciso” da moralização dos usos e costumes.

Mais uma questão, argumenta-se que, diferente de Jânio, “até aqui nenhuma autoridade teve o destemor de enfrentar a jogatina”. No entanto, conforme já salientado, o presidente Eurico Gaspar Dutra do PSD, em 1946, decretou a proibição da prática de jogos de azar no país e ordenou o fechamento de todos os cassinos. Dessa forma, não foram ações que iniciaram apenas após a posse de Jânio, em 1961. Em suma, essa ação moralista de Jânio contribuiu para o *Jornal do Comércio* e a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* difundirem

a imagem de um presidente provido de “coragem”, “destemor”, “inteligência” e “aptidão” para combater a “impunidade imoral”, diferente dos demais presidentes.

Por fim, todo o conteúdo do tópico *Jogatina a Pé* não relaciona o anticomunismo à proibição das corridas de cavalos nos dias úteis. Todavia, essa matéria foi publicada justamente na coluna *Comunismo*, ao lado, das subdivisões anticomunistas *Viagem à China Comunista e Repulsa à UNE e à UME*. Isso indica que a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* tem a intenção óbvia de associar a “Jogatina” à ameaça comunista. Recapitulando as ideias de Rodrigo Motta, a temática moral ocupou um papel destacado no imaginário anticomunista, logo o “desregramento de costumes, produzido pelo jogo, aproveitam-se os agentes comunistas”⁴⁴⁹, ou seja, a jogatina também estava vinculada ao anticomunismo. Isso oferece pistas para explicar a opção da revista *Mensageiro do Coração de Jesus* por preencher a coluna *Comunismo* com esse tópico *Jogatina a Pé*. Esse periódico desejava, em grande parte, formar uma opinião pública anticomunista por meio da censura às corridas de cavalos.

Alguns autores interpretaram a proibição da jogatina como gestos simbólicos contra uma elite capitalista. Nessa vertente interpretativa, encontram-se os autores Mário Victor, Viriato de Castro, Castilho Cabral e Hélio Silva. No entanto, a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* representou esse decreto como uma forma de enfrentar a “impunidade imoral” comunista. Isso confirma que a revista *Mensageiro do Coração de Jesus* seguia uma linha editorial predominantemente conservadora, estando adjacente aos chamados tradicionalistas, visto que, de acordo com Scott Mainwaring, essa facção católica conservadora era a mais hostil ao comunismo.

3.2- Estrela do Mar: “Guerra à Pornografia”

A tradicionalista revista *Estrela do Mar*, órgão oficial da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil, tinha a maior tiragem entre a imprensa católica da Guanabara, alcançando 32 mil impressos por mês, em 1960. Circulava em vários estados brasileiros e seus assinantes eram os próprios fiéis. Em todo seu conteúdo existiam informações sobre outras associações católicas, como as Filhas de Maria, os Legionários de Maria, o Apostolado da Oração e assim em diante, demonstrando que seus assinantes não eram apenas os congregados marianos.

Diferente da *Mensageiro do Coração de Jesus*, não encontramos matérias, diretamente, acerca dos decretos morais de Jânio. Um dos motivos para essa ausência talvez

⁴⁴⁹ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 63.

seja em função da natureza desse periódico. Conforme já analisado antes, de acordo com Scott Mainwaring, a maioria dos tradicionalistas, tendência que as Congregações Marianas do Brasil aproximavam-se, encarava a salvação como o resultado de um elevar-se acima do mundo ao invés de ter nele uma atuação. Talvez, isso explique os mais de 90% de páginas destinadas aos assuntos espirituais pela revista *Estrela do Mar*, em detrimento das questões temporais. Isso indica a carência de reportagens sobre os acontecimentos políticos e, conseqüentemente, os atos moralistas de Jânio Quadros.

Por mais que não houvesse referências diretas sobre tais atos, há diversas matérias relacionadas à censura moral, que estão vinculadas às medidas de Jânio. Presumivelmente, as Congregações Marianas do Brasil, semelhante ao Apostolado da Oração, aprovaram e festejaram os decretos morais de Jânio. Sem contar que existia uma intensa interação entre os associados do Apostolado da Oração e das Congregações Marianas a partir de notícias e assinaturas recíprocas dos seus periódicos. Nos editoriais aqui estudados, também existem inúmeras matérias difusoras da censura aos costumes: “Anarquia Moral”, “Defesa da Fé e Moral”, “Boa Imprensa”, “Guerra à Pornografia” entre outros. Com a intenção de apresentar as propostas moralistas da revista *Estrela do Mar*, optamos por evidenciar alguns trechos dessas matérias através de um apanhado geral.

Com o objetivo de entender a postura moralista da revista *Estrela do Mar*, começaremos pela edição bimestral de novembro/dezembro de 1960. Conforme vimos no capítulo anterior, esse editorial foi considerado um “número especial”, em comemoração aos seus 50 (cinquenta) anos, tornando-se bimensal. Nesse número, contou-se a história desses 50 anos da revista *Estrela do Mar*, mas também, destacaram-se os principais requisitos para os fiéis tornarem-se congregados marianos “Militantes e Auxiliares”. Para isso, deveriam seguir, em grande parte, “Os Dez Compromissos Mínimos” marianos. O terceiro compromisso assegurava: “3- Comprometo-me a evitar tudo que a moral e a Santa Igreja condenem e a ser moderado no uso dos prazeres lícitos como cinemas, bebidas, festas, etc...”⁴⁵⁰. Dessa maneira, há indícios de que, no mínimo, o decreto de Jânio, que proibia as “cenas imorais”, as “expressões indecentes” presentes nos cinemas, foi benquisto pela revista *Estrela do Mar*. Nesse mesmo “número especial”, havia também essa problemática:

Vida Mariana em Mesa Redonda

Por que é que se tem apertado tanto agora a entrada na Congregação Mariana ?”

⁴⁵⁰ *Estrela do Mar*- nov. /dez. de 1960, n°: 591, p. 79.

Para que as Congregações Marianas sejam o que sempre foram no passado e devem ser no presente, isto é, uma verdadeira elite moral e religiosa⁴⁵¹.

As Congregações Marianas do Brasil priorizavam a postura moralista entre os seus “Dez Compromissos Mínimos” para ser um congregado. Portanto, havia uma rigorosidade na “entrada” dos fiéis para essa associação, visto que as Congregações Marianas eram consideradas pela revista *Estrela do Mar* “uma verdadeira elite moral”. Por mais que essa revista não tenha publicado, especificamente, os decretos morais de Jânio, existem indícios de que tais atos contemplaram as primazias e os “compromissos” dessa “elite moral” católica.

A coluna regular *O que aconteceu pelo Mundo Católico* era reservada, em maior número, aos fatos políticos, sendo dividida em diversos tópicos, mas sem autores identificados, ocupando duas páginas entre as quarenta existentes. Na edição bimensal de fevereiro e março de 1961, essa coluna noticiou dois tópicos bastante relevantes para essa pesquisa:

Hollywood Constrói Centro Católico

Pe. Peyton, fundador e diretor da Cruzada Mundial do Rosário em Família, está construindo em Hollywood um edifício para a produção de programas de rádio e televisão, assim como as películas para a propaganda da oração em família (...).

João XXIII adverte as mães

O Papa João XXIII advertiu, as mulheres modernas, que devem proteger seus filhos dos mortíferos germes da corrupção transmitidos por alguns espetáculos e parte da imprensa (...).⁴⁵²

Quando analisamos a linha editorial predominante da revista *Estrela do Mar*, verificamos que Dom Jaime de Barros Câmara, Diretor da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil, foi um dos principais incentivadores da vinda para o Brasil do americano padre Patrick Peyton, em 1962. De acordo com Rodrigo Motta, o “Pe. Peyton, fundador e diretor da Cruzada Mundial do Rosário em Família”, implantou no Brasil a Cruzada do Rosário em Família (CRF), em 1962, promovendo campanhas anticomunistas. Os eventos preparados por Peyton contaram com grande cobertura da imprensa, atraindo milhares de pessoas, que compareciam para ouvir as pregações em defesa da família e contra a “ameaça comunista”⁴⁵³. Desse modo, esse religioso tornou-se um dos principais responsáveis pela mobilização da classe média nas cidades contra o governo de João Goulart.

É interessante perceber que antes da sua vinda ao Brasil, padre Patrick Peyton já era noticiado, pela revista *Estrela do Mar*, como um líder religioso empenhado na moralização

⁴⁵¹ *Estrela do Mar*- nov. /dez. de 1960, n°: 591, p. 61. Grifo meu.

⁴⁵² *Ibidem* - fev /mar. de 1961, n°: 593, p. 13. Grifo do autor.

⁴⁵³ MOTTA, *Op. Cit.*, 2002, p. 247.

dos “programas de rádio e televisão” e das “películas” de “Hollywood” por meio, em grande parte, da “propaganda da oração em família”. Isso, provavelmente, facilitou a mobilização dos fiéis por ele nas cidades contra o governo de João Goulart, visto que padre Peyton já era conhecido por suas ações favoráveis à censura moral. Dessa forma, a moralização dos usos e costumes, segundo Rodrigo Motta, ocupou um papel destacado no imaginário anticomunista, impulsionando mobilizações sociais. Nesse sentido, segundo René Dreifuss, o complexo IPES/IBAD, financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, contribuiu com a “mobilização ideológica das classes médias”, apoiando a CRF⁴⁵⁴.

De acordo com Scott Mainwaring, o conservador papa Pio XII faleceu, em 1958, e seu substituto, João XXIII, promoveu reformas importantes. As suas encíclicas, tal como a *Mater et Magistra* de 1961, modificaram o pensamento católico, pois dialogavam com o mundo secular moderno e promoviam a justiça social. O tópico **João XXIII adverte as mães** indica que, ao mesmo tempo que João XXIII elaborava encíclicas que promoviam a justiça social e o crescimento dos progressistas no interior da Igreja, o pontífice fomentava a censura às diversões públicas, condenando os “mortíferos germes da corrupção transmitidos por alguns espetáculos e parte da imprensa”. Nesse sentido, os setores progressistas da Igreja Católica também propagavam a censura aos costumes, servindo João XXIII como um exemplo emblemático.

O Santo Padre advertia, principalmente, “as mulheres modernas” para “proteger seus filhos” desses “espetáculos”. A expressão “mulheres modernas”, segundo Sueann Caulfield, era atribuída às mulheres consideradas “transgressoras dos códigos morais”, pois “escandalizavam os conservadores com suas roupas e danças arrojadas e por assumir hábitos masculinos como beber e fumar”, sendo essa “nova mulher decidida e independente representada nas produções de Hollywood”.⁴⁵⁵ Essas informações oferecem pistas sobre os motivos de João XXIII advertir, especificamente, “as mulheres modernas”, pois seriam justamente as mais vulneráveis e, logicamente também seus “filhos”, à assistirem a “mortíferos germes da corrupção transmitidos por alguns espetáculos e parte da imprensa”.

Sobre o decreto de Jânio Quadros que censurava o rádio, a televisão, o cinema e o teatro, conforme verificamos, o autor Mário Victor advoga que tal ação, em grande parte, visava a “atender as advertências do Papa João XXIII”. Essa advertência às “mulheres modernas” acima, provavelmente, é uma dessas “advertências do Papa João XXIII”

⁴⁵⁴ DREIFUSS, *Op. Cit.*, 1981, p. 294.

⁴⁵⁵ CAULFIELD, *Op. Cit.*, 2005, p. 141.

salientadas por Mário Victor. No editorial de maio, nessa mesma coluna, existia outro tópico com uma declaração do pontífice:

Tem seus limites a liberdade de imprensa

Falando aos jornalistas italianos, declarou Sua Santidade João XIII: “O direito à verdade e à orientação de acordo com a norma moral objetiva, fundamentada sobre a perenidade da lei divina, é anterior e superior a qualquer exigência e qualquer outro direito (...) também não é permitido à imprensa- sob pretexto de ser livre- desrespeitar sistematicamente os bens morais e religiosos da humanidade⁴⁵⁶.”

Da mesma forma, essa outra advertência papal explica que há “limites a liberdade de imprensa”, não podendo “desrespeitar sistematicamente os bens morais”. Dessa maneira, existia a defesa da censura aos costumes nos discursos de João XIII. Para Mário Victor, essas advertências morais do Papa João XXIII teriam determinado o Decreto nº. 51.134- de 3 agosto de 1961 de Jânio Quadros, que censurava “cenas imorais” presentes no cinema, no teatro e nos programas de rádio e televisão. Entretanto, é importante frisar que tais propostas moralizadoras à imprensa, conforme visto no primeiro capítulo sobre a carreira política de Jânio, já estavam presentes no início da sua trajetória quando ainda era vereador, em 1947. Dessa maneira, é importante verificar a existência de outros fatores que contribuíram para a elaboração dessas medidas moralistas, em 1961.

O Papa Pio XI, na encíclica “Vigilanti Cura” de 1936, apontou os perigos “de um cinema imoral”, solicitando aos bispos do mundo inteiro que fundassem Centros Nacionais de classificação moral dos filmes. Antes dessa encíclica, já se fazia a classificação dos filmes no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1938, o Cardeal Dom Sebastião Leme transformou o Centro Nacional de classificação moral dos filmes em atividade reconhecida da Ação Católica Brasileira. Houve uma alteração, em 1957, quando esse órgão foi colocado diretamente sob a responsabilidade da Comissão Central da CNBB. Esse órgão é o Serviço de Informações Cinematográficas (SIC), com sede no Rio de Janeiro. A sua função era, justamente, censurar “moralmente todos os filmes que entram no Brasil para exibição pública”, classificando-os: “1-Todos”, “2-Adolescentes”, “3A-Adultos”, “3B-Adultos com reservas”, “3C-Prejudicial” e “4-Condensado”⁴⁵⁷.

A revista *Estrela do Mar*, em quase todas as edições consultadas, classificava moralmente alguns filmes lançados por meio da sua coluna *Fé e Moral*, que preenchia duas laudas da revista, ajudando a divulgar o serviço da SIC. A título de exemplo, um tópico dessa coluna foi de autoria do congregado mariano Pe. Valério Alberton:

⁴⁵⁶ *Estrela do Mar*- maio de 1961, nº: 595, p. 15. Grifo do autor.

⁴⁵⁷ *Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil*, nº 75, 01 de Setembro de 1961, p.532.

“La Dolce Vita”

Mais um filme que é pomo de discórdias e divergências, e onde entra a discórdia é porque o <<capeta>> está no meio: não há dúvida alguma de que o demônio está esfregando as mãos de contente com essa imensa rede que é << A DOCE VIDA>>, de Frederico Felli (...).

Por isso, a autoridade eclesiástica competente da Itália deu um juízo moral nitidamente negativo do filme e o Centro Católico Cinematográfico de Roma o declarou **PREJUDICIAL** (...) ⁴⁵⁸.

A partir dessa amostra, é possível afirmar que a censura aos filmes era praticada, simultaneamente, pela revista *Estrela do Mar*, pela SIC e por Roma, as quais utilizavam a classificação “prejudicial”, padronizada institucionalmente, para um filme com “um juízo moral nitidamente negativo”, que faz o “demônio” esfregar “as mãos de contente”. Dessa forma, os atos moralistas de Jânio estavam em sintonia com essas propostas moralistas de diversas correntes no interior da Igreja, inclusive, o próprio Vaticano, ou seja, a Igreja Católica também tinha seus órgãos de classificação moral dos filmes. Isso contrapõe a hipótese de Vera Chaia, quando ela afirma que a defesa da censura prévia seria uma “batalha particular” de Jânio Quadros. Da mesma forma, havia na revista *Estrela do Mar* matérias que se congratulavam com as censuras aos costumes ocorridas em âmbito internacional, como por exemplo:

GUERRA À PORNOGRAFIA

*Nos Estados Unidos- Em Nova York foi processado “o rei” do comércio pornográfico.

*Os católicos da Pensilvânia apelaram para um tribunal de Harrisburg para obter maior controle de filmes. (...)

*E no Brasil a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) em reunião extraordinária, pronunciou-se contra as revistas, ESCÂNDALO, CONFIDENCIAL e MORAL apoiando o processo contra elas abertos pelo Procurador Geral do Estado da Guanabara, Dr. Cândido de Oliveira Neto em agosto do ano passado:

Eis o texto da declaração da A.B.I:

(...) denunciar elementos que, à sombra do jornalismo e da tolerância das autoridades, vêm publicando impressos obscenos, pornográficos, imorais e ofensivos aos bons costumes (...) essas publicações devem ter cassado seu registro (...)

A A.B.I. (...) aplaude os jornais que prontamente se empenharam nesta campanha de moralização dos costumes, e congratula-se com as autoridades a quem cabe fazer cumprir a legislação concernente à matéria. Rio de Janeiro, 22/08/1960 ⁴⁵⁹.

Desse modo, aprovava-se a censura às diversões públicas que estavam acontecendo, simultaneamente, em diversos países, como os Estados Unidos e a Pensilvânia. No Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) “aplaude os jornais que prontamente se

⁴⁵⁸ *Estrela do Mar*- junho de 1961, nº: 596, p. 11. Grifo do autor.

⁴⁵⁹ *Estrela do Mar*- fev/ março de 1961, nº: 593, p. 17. Grifo do autor.

empenharam nesta campanha de moralização dos costumes”. Nesse sentido, diversos periódicos vinculados à ABI empenharam-se contra os “impressos obscenos, pornográficos, imorais e ofensivos aos bons costumes”. Portanto, essa postura moralista não foi exclusividade apenas da imprensa católica, visto que o jornal *A Notícia, Tribuna da Imprensa, O Estado de São Paulo, Jornal do Comércio*, entre outros, mantinham uma postura fortemente moralista. Por outro lado, A.B.I “congratula-se com as autoridades” favoráveis à moralização dos usos e costumes, logo os atos morais de Jânio representaram, em boa parte, as propostas moralistas da revista *Estrela do Mar* e de diversos periódicos associados à A.B.I. Em suma, a revista *Estrela do Mar* foi uma agente ativa na difusão da moral, principalmente, entre os congregados marianos, almejando constituir uma opinião pública favorável à censura às diversões públicas.

3.3- Jornal *A Cruz*: “Ideia feliz foi essa do Presidente”

Nesse ambiente bipolar, verificamos que *A Cruz* optou pelo lado conservador da Igreja Católica, obtendo uma tiragem superior ao jornal *Tribuna da Imprensa*. O semanal *A Cruz* foi o único jornal impresso na Guanabara, entre 1960 e 1961, inventariado pelo Anuário da Igreja. Era um órgão oficial da Confederação Arquidiocese do Rio de Janeiro, sendo vendido aos fiéis nas missas dominicais nas paróquias da Guanabara. O seu preço avulso custava CR\$ 10,00, demonstrando ser acessível aos fiéis de baixo poder aquisitivo. Além das paróquias, diversas associações católicas eram vinculadas a essa Confederação, existindo manchetes com circulares destinadas às Congregações Marianas, às Filhas de Maria, à Legião de Maria, ao Apostolado da Oração, às Carmelitas, às Irmãs Dominicanas, aos Capuchinhos, aos Vicentinos, aos colégios católicos entre outros.

Iniciando pelos noticiários relacionados à censura aos meios de comunicação, observamos que a metade da última página, em quase todos os números examinados, era reservada à classificação moral dos filmes lançados. A classificação também era de acordo com a SIC, havendo, por exemplo, cerceamento ao filme considerado “Prejudicial”, pois seria um “prejuízo moral e espiritual para a maioria do público”⁴⁶⁰. Semelhante à revista *Estrela do Mar* e à revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, esse jornal permite verificar que a Igreja mantinha uma postura, em relação ao moralismo, bastante análoga aos atos de Jânio. Assim,

⁴⁶⁰ *A Cruz*, nº 2298- 19 de março de 1961, p.8.

existiam diversas matérias favoráveis à censura aos cinemas, mesmo acontecendo em outros países:

Contra o mau cinema o Governo Italiano

A censura de filmes cinematográficos passou na Itália por um violento debate. É que o Ministro de Turismo dirigiu carta à Associação de Produtores de Filmes denunciando a vulgaridade e indecência (...) irromperam insultos ao Ministro, (É quase como entre nós, quando a Censura aperta um pouco o parafuso, o que é raro...) (...) Em nome da “liberdade da arte”, as esquerdas (socialistas, radicais, comunistas) votaram contra (...) ⁴⁶¹.

Evidentemente, existia o apoio do *A Cruz* a censura aos filmes, afirmando que no Brasil, infelizmente, “é raro” a censura ser mais rígida em comparação ao “Governo Italiano”. Nessa publicação de 2 de outubro de 1960, já havia o interesse em haver um governo brasileiro mais incisivo acerca da censura aos comportamentos. Vale relembrar, a eleição presidencial ocorreu, em 3 de outubro de 1960, um dia depois dessa edição. Isso endossa a hipótese já levantada acerca da importância das propostas moralistas de Jânio, durante sua campanha presidencial, já que tanto a plataforma política de Jânio Quadros como os princípios do MPJQ apresentavam, de acordo com Castilho Cabral, a moralização dos costumes como um dos seus planos de governo. Nesse sentido, vimos que o jornalista Viriato de Castro, em 1959, salientou que Jânio combateu a crise moral que havia em São Paulo, propagando sua candidatura para presidente.

No capítulo 2, verificamos que existiam vários discursos anticomunistas em quase todos os textos desse jornal. Na amostra acima, ocorre a associação do “mau cinema” aos “comunistas”, evidenciando que as representações anticomunistas, em relação ao moralismo, foram predominantes nesse periódico tradicionalista. Vera Chaia aponta uma ambiguidade de Jânio, já que defendia o liberalismo, mas interferia, ao mesmo tempo, nos comportamentos. No entanto, para *A Cruz*, não haveria ambivalência, uma vez que a “liberdade da arte” era, na verdade, um pretexto para as ações dos “socialistas, radicais, comunistas”.

Em abril de 1961, a política externa do novo Governo firmava acordos com diversos países sob a influência socialista, logo grandes setores da imprensa, que tinham apoiado a candidatura de Jânio, intensificaram suas críticas ao governo ⁴⁶². Relembrando, por exemplo, que para o repórter udenista David Nasser, em 1961, JQ era uma “gargalhada da história”, “namorando com Fidel, mas dormindo com Kennedy”. Na edição de 3 de junho de 1961, a

⁴⁶¹ *A Cruz*, nº 2274- 2 de outubro de 1960, p.5.

⁴⁶² VICTOR, *Op. Cit.*, 1965, p.245.

coluna de destaque do jornal: *Tópicos*, no item *Um pouco mais adiante Presidente !, A Cruz* noticiava:

Mais uma vez está de parabéns o sr. Jânio Quadros com uma recente medida saneadora. Recomendou ao Ministro da Justiça que se entenda com os governos estaduais e com a Justiça, para coibir os abusos dos anúncios imorais publicados nos jornais e revistas, principalmente os anúncios de filmes cinematográficos cujas gravuras atentam contra o pudor e são inconvenientes aos menores de 18 anos.

Ideia feliz foi essa do Presidente da República, com quem sinceramente nos congratulamos. Entretanto, usaríamos pedir que S. Excia fosse um pouco mais longe, isto é, que interviesse também nos espetáculos de que esses anúncios fazem propaganda: teatro, cinema, rádio e televisão. (...) nas “boites”, nos cabarés, nas escolas de dança, etc..

Justiça seja feita, o Presidente está assoberbado de trabalhos (...).⁴⁶³

Jânio Quadros recomendou ao ministro da Justiça Oscar Pedroso D’Horta que se empenhasse contra os “anúncios imorais”. Nessa lógica, há uma aprovação imediata dessa recomendação, destacando que era uma “ideia feliz” do Presidente, “com quem sinceramente nos congratulamos”, solicitando, inclusive, que “fosse um pouco mais longe”. Assim, tudo indica que seus decretos posteriores, como por exemplo, a proibição de menores de 18 anos nos espetáculos e de “cenas imorais” nos teatro, cinema, rádio e televisão, reafirmaram essa “congratulação” desses fiéis com Jânio.

Na parte do texto, em que se advoga a postura de Jânio: “Justiça seja feita, o Presidente está assoberbado de trabalhos”, ganha um forte significado quando é contextualizado através das principais manchetes dessa mesma edição. Na sua capa, havia inúmeras críticas à política externa de Jânio. A principal manchete alertava: *O Governador Carlos Lacerda Define a Nossa Política Externa Errada e Perigosa*. No subtítulo, uma explanação do próprio Carlos Lacerda: “Não votamos em Jânio – disse - para abrir as portas aos russos”. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que Jânio coloca em prática a sua proposta de reatamento com o bloco soviético, que já se encontrava presente durante sua campanha presidencial, em 1960, setores da sociedade intensificaram as críticas a ele. Não parece equivocado deduzir que a ideia de “Justiça seja feita” a Jânio, estaria justamente ligada a essas críticas recebidas em razão da sua política externa. Por isso, essas advertências seriam injustas, porque “o Presidente está assoberbado de trabalhos”, entre esses, logicamente, suas “medidas saneadoras” moralistas, que mereceriam “parabéns” para esses religiosos e leigos.

Essa análise abeira-se do trabalho de Moniz Bandeira, quando ele afirma que Jânio se aproximava do bloco socialista e, simultaneamente, baixava decretos morais para

⁴⁶³A Cruz, nº 2310- 11 de junho de 1961, p.2.

“neutralizar” as forças políticas da Igreja. Isto é, muitos cristãos condenavam a sua política externa, mas congratulavam-se com a sua censura aos costumes. No entanto, é importante enfatizar que tais propostas moralistas já estavam presentes desde quando era vereador, não sendo, portanto, meros atos para contrabalancear a sua política externa.

Em relação às medidas moralistas acerca da jogatina, o Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961, que proíbe o funcionamento das rinhas de brigas de galos, foi reverenciado igualmente. Na seção *Tópicos*, no item *Brigas*:

O chefe do Executivo baixou decreto proibindo em todo território nacional as brigas de galos (...) Mais uma vez manda a justiça que louvemos e aplaudamos a medida presidencial, que visa extirpar um procedimento nada de acordo com os sentimentos delicados da gente brasileira.⁴⁶⁴

Essa medida aconteceu oito dias depois do Decreto nº. 50.578 - de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis. Assim, há sinais de que a expressão “mais uma vez” se refere à proibição das corridas de cavalos. Esses decretos foram apreciados como atos em busca de “justiça”, por isso, pedem aos fiéis leitores que “louvemos e aplaudamos”. Para Jeferson Queler, JQ atrelava-se a projetos e práticas políticas que estavam em grande discussão na sociedade, como as questões relacionadas à implantação da justiça. Portanto, os atos moralistas de Jânio, ao serem interpretados também como ações em busca de justiça, alcançavam diversos segmentos da sociedade, inclusive, pessoas não necessariamente católicas.

Semelhantemente, há indícios de que o Decreto nº. 50.578 - de 10 de Maio de 1961- que proíbe o funcionamento dos Jóqueis Clubes nos dias úteis, foi bem receptível por esses religiosos, já que na coluna *Política Internacional*, no tópico: *Não Pode casar quem joga na Loteria*, noticiava-se no exemplar de 13 de março de 1961:

A Igreja Oficial da Holanda (protestante) tem alguns pontos de programa sumariamente benéficos e é pena que não sejam adotados em outros países, mesmo católicos. (...) Entre nós, em geral, o jogo de loteria é tolerado e até mesmo permitido pelas autoridades civis, que dele tiram proveito. O jogo de loteria esportiva- vamos dizer corridas de cavalo ali no Jockey- reúne a fina flor da sociedade carioca, e lá se joga à vontade sobre os cavalos (...)⁴⁶⁵.

É curioso observar que ainda em março, já havia o interesse pela proibição das corridas de cavalos, questionando-se a “tolerância” das “autoridades civis”. Isso permite inferir que esse ato transmitiu a ideia de um presidente intolerante com o que era considerado imoral por esses religiosos, distinguindo Jânio de outras “autoridades civis”. Essa avaliação equipara-se

⁴⁶⁴ *Ibidem*, nº 2311- 18 de junho de 1961, p.2.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, nº 2297- 13 de março de 1961, p.5.

ao ponto de vista da Vera Chaia, quando ela acentua que esses atos de Jânio ajudaram na construção da imagem de um presidente moralista e religioso, lhe gerando prestígio político.

Esses decretos em torno da jogatina também foram noticiados na coluna regular *Educação e Cultura*, do padre Nonato Silva (Redator do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Chefe da Divisão de Divulgação da NOVACAP). Ao abordar questões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o padre afirmava:

(...) Povo educado, povo moralizado. Povo ineducado, povo desmoralizado (...) o Senado vota lei beneficiando corridas de cavalo, unicamente para opor-se a recentes decretos do presidente Jânio Quadros. Na marcha que vai não tardará surgir uma lei para retornar a briga de galos (...). Não se sabe nem se compreende como foi que tanto caiu nosso legislativo (...) Ora, todos sabemos que a única forma de melhorar o nível de nosso ensino é votar a Lei de Diretrizes e Bases. Os comunistas estão empregando todos os esforços para derrubá-la (...)⁴⁶⁶.

O padre Nonato Silva, redator do MEC, acreditava que a educação seria uma forma de moralizar o povo. É significativo perceber que os “recentes decretos”, como a proibição de corridas de cavalos e de brigas de galos, são representados como atos que ajudariam a educar a sociedade, com a finalidade de tornar o “povo moralizado”. Isso realça ainda mais a importância desses atos presidenciais para o jornal *A Cruz*, uma vez que auxiliariam a Igreja Católica a difundir a moral cristã na sociedade a partir da proibição da jogatina.

Em contrapartida, o Senado teria votado a favor de uma lei que liberaria os jogos, “unicamente para opor-se” às propostas de Jânio. Conforme visto com Felipe Loureiro, a configuração partidária do congresso era desfavorável a Jânio, pois 64,1% eram de partidos opositores (PSD, PTB e PSP), ocorrendo inúmeras divergências entre o Poder Executivo e o Legislativo. Deste modo, a proibição dos jogos por Jânio e a liberação pelo Legislativo gerariam, mais uma vez, conflitos entre ambos poderes.

Nesse período, o PCB estava na ilegalidade, mesmo assim, “os comunistas” são acusados de, através do legislativo, tentar derrubar uma lei que ajudaria a “melhorar o nível de nosso ensino”. Nesse contexto, havia duas principais Frentes Parlamentares: ADP e FPN. Tudo leva a crer que os parlamentares da FPN foram enxergados pelo padre Nonato Silva, como “os comunistas”, pois, de acordo com Rodrigo Motta, o nacionalismo era visto pelos tradicionalistas como sinônimo de comunismo. É possível deduzir que os parlamentares “comunistas” seriam um dos principais responsáveis pelo “Povo ineducado” e pelo “povo desmoralizado”, conseqüentemente, teriam votado a favor da lei que liberaria os jogos. Portanto, o tradicionalista jornal *A Cruz*, parecido com a revista *Mensageiro do Coração de*

⁴⁶⁶ *A Cruz*, nº 2314- 9 de julho de 1961, p.9.

Jesus, noticiava essas medidas de Jânio como uma forma de educar o povo, combatendo, ao mesmo tempo, a “ameaça comunista”.

Por outro lado, segundo Jefferson Queler, a censura moral também contribuiu para a renúncia de Jânio, visto que seus decretos moralistas foram interpretados, principalmente, pelos seus adversários como medidas ditatoriais. Hipoteticamente, a divergência entre Jânio e o Parlamento em torno da censura à jogatina também fomentou, em grande parte por seus opositores, as representações de Jânio como um ditador, uma vez que interferia nos comportamentos da sociedade. Nessa vertente, Maria Victória de Mesquita Benevides advoga que “o Império da vassoura preparou o caminho para o domínio da espada”, portanto, a censura de Jânio também teria preparado a população para o golpe civil-militar, em 1964.

O Decreto nº. 51.182- de 11 de agosto de 1961- que proibia o traje de banho nos concursos e desfiles de beleza também estava presente no *A Cruz*. A matéria *A Missão de Igreja e Sua Atividade na Terra*, no tópico *Contrabando*, traz informações que permitem identificar a correspondência entre esse decreto e a opinião setorial desses fiéis, que militavam em transformar em opinião geral:

Merecedor de aplausos, está o govêrno empenhado em coibir o contrabando. De que? Uísque, perfumes (...) Há, porém, outra espécie de contrabando que é livre, entra à vontade em nosso país, e até mesmo com autorização legal: livros imorais, folhetos obscenos, gravuras de autêntica pornografia, literatura de franca propaganda comunista, filmes indecentes, drogas anti-concepcionais, entorpecentes de todos os tipos, modelos de vestidos indignos e de uma infinidade de outras coisas que derrancam caracter, aviltam os costumes e nos rebaixam à humilhante posição de importadores de escória. (...) Ainda ninguém explicou porque se coíbe um contrabando e não se coíbe outro. Seria o caso de mandar um bilheteinho a S. excia.⁴⁶⁷

Conforme já assinalado, para o historiador Jorge Ferreira, Jânio implementou uma relevante lei contra o contrabando, demonstrando a importância dele ser levado mais “a sério” pela historiografia. Para o jornal *A Cruz*, essa lei de contrabando deveria ser mais rigorosa, abrangendo também o combate à “importação de escória” a partir de inúmeros produtos julgados “obscenos”. Portanto, esses religiosos levavam “a sério” também a censura às diversões públicas. É indispensável realçar, análogo ao Rodrigo Motta, como que as “gravuras pornográficas”, “drogas anti-concepcionais”, “filmes indecentes”, entre outras coisas, são equiparados à “propaganda comunista”. Sendo assim, *A Cruz* propagava representações dos decretos morais janistas como uma forma de guerrear contra a “ameaça vermelha”. Similarmente, as “modelos de vestidos indignos” são comparadas aos “indecentes”

⁴⁶⁷ *A Cruz*, nº 2303- 23 de abril de 1961, p.4.

comunistas, logo a proibição do traje de banho nos concursos foi considerada um ato “merecedor de aplausos”.

Para José Pereira, as mensagens de Jânio foram chamadas de “bilhetinhos” pela oposição com propósitos depreciativos, mas eram despachos e memorandos que abrangiam, em grande parte, as questões referentes à moralização administrativa e aos costumes. Esse noticiário é publicado, em abril de 1961, antes de todos os decretos morais de Jânio. Todavia, já há a solicitação à Jânio por medidas rigorosas em relação aos costumes, sendo essa lei contra o contrabando insuficiente. Talvez, por acreditar que Jânio estivesse demorando a criar medidas moralistas, *A Cruz* menciona, ironicamente, a possibilidade de utilizar os próprios meios de Jânio, conjecturando “mandar um bilhetinho a S. excia”.

Na edição de 2 de julho de 1961, *A Cruz* publicou uma reportagem sobre a Legião de Defesa Social (LEDESO). Essa instituição nasceu de um grupo de “chefes de famílias”, residentes na Tijuca, em agosto de 1960. No entanto, diversas legiões espalharam-se por “todo território nacional”, já 1961. Seria dever dessa Legião:

(...) campanha contra a corrupção moral e o ateísmo, em todo território nacional (...) através de faixas, panfletos e anúncios em jornais idôneos e cristãos (...) Competirá à Legião (...) orientar sobre a influência dos maus filmes, das representações teatrais, radiofônicas e televisionadas, bem assim das leituras nocivas, na formação moral dos filhos (...) Combaterá, tenazmente, as fontes divorcistas, vícios e sensualismo, que, publicamente, se manifestam de várias formas; mostrará a impropriedade dos **concursos de “misses”** e “rainhas” na formação da personalidade feminina, (...) e opor-se-á, finalmente, a tudo que implique na perversão dos bons costumes, defendendo a família e a sociedade⁴⁶⁸.

É evidente a equivalência entre as orientações morais da LEDESO e os decretos de Jânio a partir dos “concursos de misses”, “dos maus filmes”, da “formação moral dos filhos”, e assim em diante. Essa Legião, formada por ‘Chefes de famílias’, serve de exemplo para realçar que a “campanha contra a corrupção moral” era uma primazia de diversos grupos na sociedade. Sendo assim, a moral não era apenas uma proposta de Jânio Quadros e de tendências no interior da Igreja católica. Para Riolando Azzi, a Igreja interfere, significativamente, no contexto socioeconômico e cultural do Brasil, porém, essa influência é recíproca, já que também é marcada, dialeticamente, pelo meio social. Isto posto, havia uma parcela da sociedade, mesmo desvinculada à Igreja, favorável à censura aos costumes. Essa hipótese pode ser fortalecida através da obra de René Dreifuss. Segundo ele, o IPES e o IBAD também financiariam a LEDESO⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, nº 2313- 2 de julho de 1961, p.8. Grifo meu.

⁴⁶⁹ DREIFUSS, *Op. Cit.*, 1981, p. 295.

Para Felipe Magalhães, essas medidas ajudaram a criar um personagem moralista conservador, satisfazendo os interesses da classe média. No entanto, essa reportagem assinala que vários “Chefes de famílias” se manifestaram como guardiães dos “bons costumes, defendendo a família”. Tudo indica que diversas camadas sociais também compartilhavam das propostas moralistas de Jânio. Já Jefferson Queler, através da pesquisa de cartas de pessoas comuns, defende que a moralização janista visava a atender segmentos da classe média, mas também, dos trabalhadores, ou seja, dos “Chefes de famílias”. Isso significa que tais decretos aumentaram o raio de alcance de Jânio na estratificação social.

O anticomunismo também era uma bandeira levantada pela LEDESO, uma vez que a “corrupção moral” seria oriunda, em grande parte, do “ateísmo”, interpretado por muitos como sinônimo de comunismo. Dessa maneira, a LEDESO pretendia difundir, financiada pelo IPES e IBAD, o moralismo e o anticomunismo “através de faixas, panfletos e anúncios em jornais idôneos e cristãos”. Ou seja, tanto os “jornais idôneos” como os “cristãos” difundiriam as interferências aos comportamentos. Isso reforça a conjectura já levantada antes: a moralização aos usos e costumes não foi algo restrito à imprensa católica.

Na publicação subsequente, em 9 de julho, o escritor assíduo Alfredo Balthazar da Silva, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e congregado mariano, escreveu uma matéria com o título: *Concursos de Beleza*. Isso endossa a semelhança entre as propostas do Jornal *A Cruz* e a revista *Estrela do Mar*. O texto começa afirmando que:

Os concursos de beleza realizados, ultimamente, não diferem das luperciais, celebradas em Roma, porque em tais funções, o pudor feminino é, duramente sacrificado; e, somente, pais paganizados permitem que suas filhas sejam objetos de olhares pecaminosos (...) Pais, que residem em nações cristianizadas, admitem que suas filhas compareçam a tais folguedos e sejam medidas e pesadas como se fossem animais para o uso comercial (...) Oh vergonha inaudita ! (...) Nenhuma vantagem moral proporciona às misses (...) tem de ser proibidos (...).⁴⁷⁰

Alfredo Balthazar compara os concursos de beleza às festas pagãs, sustentando que era um absurdo pais, residentes em “nações cristianizadas”, admitirem suas filhas a essa “vergonha inaudita !”. É possível apostar que o termo “nações cristianizadas” refere-se aos países capitalistas, em oposição aos países do bloco socialista, considerados imorais, pagãos e ateus. No entanto, também ocorre o vínculo dos concursos de beleza ao “uso comercial” do “pudor feminino”. Sendo assim, tais decretos, por outro lado, contemplavam as perspectivas morais dos católicos contrários ao liberalismo, uma vez que essa vertente católica acreditava

⁴⁷⁰ *Ibidem*, nº 2314- 9 de julho de 1961, p.6.

que o sistema liberal geraria perversões morais por enfatizar à economia em detrimento do espiritual. Em suma, essas interferências nos comportamentos ajudaram Jânio Quadros a transpassar suas propostas a diversas camadas sociais e a distintas tendências ideológicas no interior da Igreja. Desse modo, como destacou Vera Chaia, o moralismo janista foi um elemento fundamental na homogeneização de diversos grupos sociais, aumentando sua força política.

Da mesma forma, a coluna *Um pouco de tudo* do ex-dirigente integralista Antônio Guedes de Holanda, colunista e “Gerente” do jornal *A Cruz*, segue um viés moralista no tópico *Mulheres*. Esse recorte reforça as representações dos concursos de beleza como algo “melancólico”, sendo uma “caricatura” que deveria ser censurado.

A jovem que se apresenta ao concurso de antemão (...) que vai apenas exibir sua plástica (...) e outras qualidades de nenhuma importância moral. Vaidade das vaidades... (...) “Miss Brasil”... “Miss Universo”... Há muito de melancólico (...) esse retrato que é antes uma caricatura ?⁴⁷¹

Para o gerente do *A Cruz*, os concursos de beleza não teriam “nenhuma importância moral”. Vimos que Antônio Guedes de Holanda propagava alguns princípios do integralismo, os quais também estavam presentes, em grande parte, no PRP e na TFP. Através desse moralismo exacerbado, é possível sublinhar novamente que *A Cruz* representava, em boa parte, os ideais dos católicos tradicionalistas. Sendo assim, esse jornal dialogava, principalmente, com ala conservadora integrista, estudada pelo padre Charles Antoine, já que empenhava-se em não deixar perder os valores tradicionais, advogando a ordem social cristã. Por esse ângulo, a censura aos costumes contemplaria as demandas integristas. Essa hipótese complementa a perspectiva de Moniz Bandeira, quando ele argumenta que Quadros “representou o maior perigo fascista”.

Mais uma vez na coluna *Tópicos*, no artigo *Só de Saiote*, aparece o interesse na censura aos concursos de beleza. Porém, agora se refere, especificamente, ao decreto de Quadros:

Os concursos nacionais e internacionais (...) grave inconveniente de exporem centenas de donzelas em público quase despidas (...) Vem agora o Sr. Jânio Quadros e em decreto proíbe formalmente (...) é uma medida que se aplaude fartamente. S. Excia. permite o uso de saiote. Presta assim homenagem ao reconhecido decoro da família brasileira. No decreto, refere-se ao grande número de reclamações que estava recebendo e salientou uma Liga das Senhoras Católicas do Paraná.⁴⁷²

⁴⁷¹ *Ibidem*, nº 2316- 23 de julho de 1961, p.3.

⁴⁷² *Ibidem*, nº 2320- 20 de agosto de 1961, p.2.

A aprovação à censura aos concursos de beleza é justificada, entre outras questões, por “exporem centenas de donzelas em público quase despidas”. Assim, o decreto de Jânio “é uma medida que se aplaude fartamente”, demonstrando que o Presidente reconhece o “decoro da família brasileira”. Nessa fonte há mais um exemplo de como a imprensa católica, concomitantemente aos atos de Jânio, militou pela formação de uma opinião pública favorável à censura às diversões públicas. Entretanto, diferente de Newton Molon, não se pretende aqui advogar que esses periódicos determinaram a postura dos fiéis leitores, pois como foi já foi mencionado por Queller, os fiéis têm a capacidade de reformular suas próprias propostas políticas. Dessa maneira, Queller defende, sucintamente, que houve a solicitação da própria população para a implementação dos decretos morais. Isso pode ser observado quando se afirma que Jânio recebera “grande número de reclamações”, solicitando essa proibição. Entretanto, vale ressaltar que por mais que houvesse solicitações ao Jânio, essas propostas moralizadoras, como já foi mencionado, já estavam presentes desde 1947. Com isso, não parece ser equivocado afirmar que “esse grande número de reclamações” não determinaram tais atos. Assim, é primordial que sejam realizadas pesquisas acerca desses pedidos moralizadores das pessoas comuns, verificando se realmente existiram, ou se não foi apenas uma estratégia utilizada por Jânio para combater possíveis reprovações.

3.4- PB- Paz e Bem: “Miss Esqueleto”

A revista ilustrada *Paz e Bem* era patrocinada pela Ordem Terceira Franciscana do Brasil, havendo representantes em diversos conventos espalhados pelo Brasil. Possuía 20 mil exemplares impressos, em 1960, à venda nas bancas de jornais. Seus leitores eram bem diversificados, já que a *PB* abordava temáticas variadas, podendo ser lida por toda a família, visto que abordava assuntos a partir da política, moda, futebol, filmes e costumes. Em relação à sua postura política: defendia o nacionalismo, a reforma agrária, o combate ao subdesenvolvimento, entre outros. Portanto, a *PB* dialogava, principalmente, com os progressistas.

Esse impresso, semelhante à *Estrela do Mar*, não chegou a mencionar, diretamente, os atos moralistas de Jânio, porém, existiam diversos textos e colunas relacionados à censura às diversões públicas. Na edição de outubro de 1960, Carlos Ferrário⁴⁷³ foi o autor da matéria intitulada *A psicose da inimizade*:

A vida, nos grandes centros urbanos (...) afasta o homem de deveres outros e costumes bons (...) damos aos deveres religiosos o menor tempo possível e os

⁴⁷³ Não encontramos informações a respeito desse autor.

cumprimos às pressas e mal (...) cada vez mais pelas dificuldades dos apertados orçamentos e da difícil condução, reduzindo-se geralmente a um mau cinema, um teatro de vez em quando e, para os mais moços, a um encontro de futebol ou uma **corrida de cavalos**, onde se perde uma parte do magro ordenado⁴⁷⁴.

Essa amostra realça a postura progressista da *Paz e Bem*, pois Carlos Ferrário questiona o valor do salário mínimo, afirmando a existência de um “magro ordenado”. Simultaneamente, critica o “mau cinema” e a “corrida de cavalos”, já que não eram “costumes bons”, diminuindo “uma parte do magro ordenado”. Portanto, essa revista interpretava essas diversões públicas como umas das responsáveis pelos “apertados orçamentos” da sociedade. Essa matéria foi publicada, em outubro de 1960, porém, é possível aferir que os decretos morais de Jânio, em 1961, que também condenavam o “mau cinema” e a “corrida de cavalos”, foram interpretados, por esses progressistas, como ações com o intuito de combater à exploração comercial da população. Essa representação sobre a interferência nos comportamentos assemelha-se à perspectiva de Mário Victor. Para Victor, o que estava nas entrelinhas desses decretos era a luta contra a exploração e a desigualdade do sistema capitalista.

Em contrapartida, os atos morais de Jânio estavam relacionados aos “deveres religiosos”, ajudando a fortalecer sua imagem moralista e religiosa. Para Silvana Walmsley, as propostas moralistas de Jânio eram, maquiavelicamente, copiadas dos candidatos da UDN. Já de acordo com Vera Chaia afirma que Jânio “soube fazer-se presente na imprensa, criando fatos”⁴⁷⁵ através do moralismo. No entanto, é fundamental salientar que a sua formação ginásial marista no Colégio Arquidiocesano também influenciou nessas ações moralistas, já que o acompanharam desde os primórdios da sua carreira política. Em suma, Jânio formou um personagem político moralista a partir de uma adequação entre a sua personalidade, influenciada pelo Colégio Arquidiocesano e as demandas de uma parcela da sociedade solicita à censura moral.

De acordo com Cândido Procópio, para o clero, os fiéis deveriam examinar os candidatos de acordo com suas posições perante a Igreja, isto é, verificar sua vida privada e pública para perceber suas ligações com os princípios cristãos⁴⁷⁶. Segundo Jefferson Queler, os opositores de JQ atacavam sua faceta moral, sugerindo o quanto este aspecto de sua imagem era importante para sua força política⁴⁷⁷. No entanto, Queler ressalta que essas

⁴⁷⁴ *Paz e Bem*- out. de 1960, n°: 22, p. 47. Grifo meu.

⁴⁷⁵ CHAIA, *Op. Cit.*, 1991, p.52.

⁴⁷⁶ CAMARGO, *Op. Cit.*, 1995, p.427.

⁴⁷⁷ QUELER, *Op. Cit.*, 2008, p. 69.

denúncias eram reelaboradas e apropriadas por muitos dos seus seguidores, reforçando a imagem de JQ como um líder que se matinha numa “linha de conduta reta”⁴⁷⁸. Ainda, segundo Queler, os partidos tinham uma credibilidade abalada no Brasil a partir da bipolarização, o que contribuiria para um maior enfoque nos comportamentos dos líderes⁴⁷⁹. Para Carlos Ferrário, a censura aos costumes era um dos “deveres religiosos” ligados aos princípios cristãos. Portanto, as medidas moralistas, provavelmente, auxiliaram na elaboração de uma representação de Jânio como um candidato que seguia os valores morais cristãos.

Por fim, Carlos Ferrário defende que a vida nos grandes centros urbanos afastaria o homem dos “costumes bons”. Essa afirmação aproxima-se do trabalho já mencionado da Ezilda Ferreira e do Valter Duarte. Para ambos, com o liberalismo ascendente, a sociedade brasileira afastava-se cada vez mais da moral cristã, logo os atos morais demonstrariam que JQ permaneceria “fora da História”. No entanto, para Silvia Martini, embora houvesse uma tendência que apontava para a superação dos costumes considerados arcaicos, através do processo de urbanização e de modernidade, a opinião pública ainda se mostrava conservadora em relação à moralidade. Nesse sentido, para Scott Mainwaring, é importante não subestimar a autonomia da religião e da Igreja frente às classes, já que as mudanças políticas e sociais não modificam inevitavelmente os valores religiosos, podendo isolarem-se dos conflitos da sociedade. Conforme destaca, mesmo com as mudanças estruturais a partir da urbanização e da industrialização, a moralidade permanece nesse novo cenário urbano brasileiro.

Ainda nessa publicação de outubro de 1960, a matéria *O capelão da alta costura*, de autoria desconhecida, entrelaça-se com a proibição do uso de maiôs nos concursos de beleza por Jânio, em 1961. Em Florença, ocorrera um desfile de modas:

(...) Quando terminou o desfile os “manequins”, entre exclamações alegres comentaram o sucesso, o público (...) se levantou assustado ao ver que subia ao palco ... um padre.

Seu semblante ascético, sua acentuada calvice e sua negra sotaina contrastavam com as delicadas figuras femininas que momentos antes desfilavam na passarela. Muita gente pensou tratar-se de um intruso, disposto a lançar raios e excomunhões contra a moda, os costureiros, os “manequins”.

Todavia, foi geral a surpresa quando o padre, com rosto alegre começou por dizer que aquele desfile havia sido organizado por ele (...) os novos desenhos (...) às virtudes cristãs (...).

O capelão (...) se deu conta da falta de absoluta preparação para o casamento na maioria das mulheres e os desastres que daí surgiram para a vida do lar. (...) Resolveu pois, uma vez ordenado sacerdote, trabalhar para a solução de semelhante problema (...) “Nossos modelos- disse o Padre Peyron- são moderníssimos, todavia

⁴⁷⁸ *Ibidem*, p. 72.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 70.

não perturbam a vista dos que os vêem. Nós oferecemos a linha da elegância cristã”.
 (...) “Com mulheres virtuosas não haveria homens maus” afirma⁴⁸⁰.

O padre, ao perceber a falta de “preparação para o casamento na maioria das mulheres”, começou organizar desfiles de modas, com as vestimentas de acordo com as “virtudes cristãs”. É bem provável que os atos ligados às vestimentas, elaborados por Jânio, também foram interpretados, semelhante à ação do capelão, como medidas benéficas à família e à “vida do lar”. Desse modo, os decretos de Jânio ajudaram, na concepção desses fiéis, a evitar que os homens fossem seduzidos pela “imoralidade” dos concursos de beleza. Conforme discutido com Silvia Martini, os valores oriundos de uma sociedade patriarcal ainda estavam presentes: o lugar da mulher como rainha do lar e a filha à espera de um bom casamento, tornando-se, desse jeito, “mulheres virtuosas”, logo a “imoralidade” seria culpa, exclusivamente, das mulheres.

Segundo Kenneth Serbin, os padres, mesmo submetidos a uma hierarquia, são fundamentais na organização da Igreja, já que os católicos enxergam-nos como o caminho para a salvação, assumindo a tarefa de mediador entre os vivos e os mortos. Isto posto, deduz-se que os modelos desenhados pelo padre Peyron, por seguirem “a linha da elegância cristã”, seriam os ideais para o caminho da salvação. Já os modelos que “perturbam a vista”, como, presumivelmente, o uso de maiôs nos concursos, o padre teria o poder de “lançar raios e excomunhões”. Esse capelão costureiro de vestidos de modas, em Florença, é um exemplo emblemático de como a Igreja tem uma capacidade e interesse de adequar-se às questões do seu tempo. Para Roberto Romano, a Igreja tem uma predisposição para criar sistemas de representações acerca das transformações sociais, estabelecendo alianças de cunho temporal, tendo vista a ideia de salvação espiritual do ser humano. Nesse sentido, as vestimentas produzidas pelo pároco divulgavam a moda conforme a moral cristã, ou seja, de acordo com uma lógica própria da Igreja, visto que essa instituição, segundo Roberto Romano, seria portadora de uma verdade transcendente a partir do ensinamento moral cristão.

Segundo Riolando Azzi, a Igreja considerava imprescindível contar com a colaboração do Estado, para levar avante o seu projeto de sacralização da sociedade⁴⁸¹. Nesse sentido, Jânio colaborava com a Igreja, uma vez que suas medidas estavam relacionadas às “virtudes cristãs”, contribuindo para sacralizar a sociedade. A última página da *PB* era ocupada pela coluna regular *PB Notícias*, sendo composta por diversos itens, com temas variados. Entre esses, havia o tópico *Miss Esqueleto*, que noticiava:

⁴⁸⁰ *Paz e Bem*- out. de 1960, n.º: 22, p. 41. Grifo meu.

⁴⁸¹ AZZI, *Op. Cit.*, 2008, p. 193.

Vinte e nove bonitas moças de Cingapura concorrem ao título de Miss Esqueleto. O Júri se compunha exclusivamente de médicos. Cada uma das candidatas passou pela tela de raio X e pôs à mostra a sua ossatura. A vencedora, isto é, a de esqueleto melhor constituído, recebeu como prêmio pílulas de cálcio e cápsulas de vitaminas⁴⁸².

Para Maria Victória Benevides, a moralização dos usos e costumes era uma decisão pessoal do Presidente da República, sendo questões “disparatadas e insólitas”, frutos de um político “psicologicamente instável”. No entanto, o tom irônico dessa notícia indica que havia uma desqualificação dos concursos de beleza pela *PB*. Da mesma forma, questionava-se a vestimenta das candidatas, uma vez que colocavam “à mostra a sua ossatura”. Em vista disso, tanto os setores progressistas como conservadores da Igreja Católica apoiavam a censura aos concursos de beleza, não sendo uma proposta solitária de Jânio. Já na coluna *O Redator Correspondente*, onde a *PB* dialogava com seus leitores, aceitando ou rejeitando sugestões, um artigo enviado de uma leitora à redação foi sintetizado:

PORTO ALEGRE- A Sra. Lygia de Almeida escreveu um pequeno artigo e nos remeteu, sob o título: TAMBÉM DEUS VÊ O FILME QUE ESCOLHES. Ela tem se preocupado muito com o problema do cinema nas massas. Acentua ser necessário que os católicos e as famílias em geral saibam escolher bem o filme que assistem, para que, principalmente as crianças não sejam prejudicadas por películas de péssima cotação moral⁴⁸³.

Para a religiosa, as famílias devem ser atenciosas nas escolhas dos filmes que assistem, pois as “películas de péssima cotação moral” prejudicam, principalmente, as crianças. Retornando o pensamento de Tânia de Luca, a imprensa seleciona, ordena e narra o que se elegeu digno de chegar até o público. Portanto, a *PB* concordava com a “cotação moral” dos filmes. Isso demonstra que esse impresso, mesmo sendo progressista, apoiava a classificação moral dos filmes realizada, especificamente, pela SIC, órgão sob a responsabilidade da Comissão Central da CNBB. Nesse sentido, a progressista *Paz e Bem* aproximava-se, em relação à censura moral, dos três periódicos tradicionalistas: a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, a revista *Estrela do Mar* e o jornal *A Cruz*, já que os quatro almejavam formar uma opinião pública a favor da interferência nos comportamentos.

De acordo com Marialva Barbosa, os periódicos visualizam os leitores como sujeitos quase passivos diante da notícia, cabendo à imprensa “o papel de induzi-los a

⁴⁸² *Paz e Bem*- dez. de 1960, n°: 24, p. 65.

⁴⁸³ *Ibidem* - out. de 1960, n°: 23, p. 70.

pensar”, não abrindo espaço ao diálogo. No entanto, a coluna *O Redator Correspondente*, onde a *PB* dialogava com seus leitores, endossa a ideia aqui compartilhada de Rodrigo Motta. Segundo Motta, o pensamento da sociedade não é um mero reflexo da manipulação da imprensa, isto é, o melhor seria considerar esse fenômeno como uma relação de mão dupla, visto que a opinião pública pode ser moldada pelas manchetes dos jornais, mas também consegue influenciar a imprensa. Nessa lógica, o “pequeno artigo”, adepto da censura aos filmes, enviado pela assinante Sra. Lygia de Almeida, é uma amostra sobre o diálogo entre os leitores e o impresso, demonstrando que a moralização dos costumes não foi uma proposta apenas da redação dessa revista ilustrada. Além disso, conforme destaca Tânia de Luca, os impressos não são obras solitárias, pois reúnem projetos coletivos por agregarem pessoas em torno de valores.

Quando analisamos a linha editorial da *PB*, percebemos que, por mais que ela fosse predominantemente progressista, o anticomunismo também estava presente em diversas edições. De acordo com Rodrigo Motta, a ameaça vermelha reuniu grupos políticos diversos. No entanto, diferente dos outros três periódicos, a *Paz e Bem* quase não associou à imoralidade ao comunismo. A coluna *A hora do evangelho*, do Frei Mateus Hoepers, Diretor-Superintendente da *Paz e Bem*, indica a postura moralista da revista em relação ao comunismo e ao capitalismo. Para Frei Hoepers, “a má imprensa, os filmes levianos, o rádio, o cinema, os maus exemplos, a sedução” faziam parte de uma “sinistra realidade” atual⁴⁸⁴. Na edição de julho, o Frei argumenta que:

(...) os comunistas não querem nada menos do que o império totalitário no mundo inteiro, em forma de um capitalismo açambarcador do Estado.

O capitalismo chamado liberalista que eles alegam combater, em verdade tem um denominador comum com eles: o materialismo sem Deus e sem consciência moral (...) Nem o liberalismo, nem o comunismo oferece esta salvação para os problemas de hoje⁴⁸⁵.

O capitalismo e o comunismo teriam “um denominador comum”: “o materialismo sem Deus e sem consciência moral”. Para Frei Hoepers, a censura aos costumes combatia a falta de “consciência moral” de ambas doutrinas ideológicas. Nesse sentido, Cândido Procópio afirma que, para muitos religiosos, a “miséria moral” não seria responsabilidade exclusiva do comunismo, visto que este encontraria um ambiente propício a partir das características do capitalismo. Assim, para Cândido Procópio, uma vertente do pensamento social da Igreja apresentaria a restauração da ordem social cristã como uma solução para essa bipolarização através de uma “terceira via”. De acordo com Jefferson Queler, JQ também

⁴⁸⁴ *Paz e Bem*- abril de 1961, nº: 27, p. 64.

⁴⁸⁵ *Ibidem* - julho de 1961, nº: 30, p. 66.

manteria essa posição. De forma semelhante, a análise dos textos dessa coluna *A hora do evangelho* indica que o Diretor- Superintendente Frei Mateus Hoeper seguia, em grande parte, uma terceira opção nesse ambiente bipolar. No entanto, a *Paz e Bem* foi identificada aqui como progressista, já que, de acordo com as matérias políticas já apresentadas, principalmente do redator Renato Rocha, suas propostas políticas estavam em conformidade com os ideais dos setores progressistas, a partir do combate ao subdesenvolvimento, da defesa da reforma agrária, do nacionalismo, entre outros, conforme salientado por Lucília de Almeida.

Conclusão

Verificamos que nos anos de 1950 e 1960 no Brasil, a comunidade cristã católica era expressiva, num contexto marcado por mudanças estruturais e da industrialização, intensificando-se o êxodo rural. Esse novo modo de vida na cidade industrial, moderna e consumista contrastava com a vida conservadora, católica e patriarcal. Hábitos e costumes mudavam, havendo uma “reação conservadora”, já que valores oriundos de uma sociedade patriarcal e rural ainda estavam presentes. Embora houvesse uma tendência que apontava para a superação destes costumes considerados arcaicos, a opinião pública mostrava-se conservadora. Por outro lado, as mudanças nos costumes, em decorrência do desenvolvimento urbano, constituíram certamente um dos aspectos mais sentidos pela Igreja, logo a imprensa católica manifestou-se a partir de uma orientação moralizante.

Percebemos que antes da posse de Jânio, já havia noticiários na imprensa católica favoráveis à censura moral, havendo a expectativa do novo presidente interferir nos comportamentos através da sua “vassoura”. Isso indica que a temática moral contribuiu com a vitória de Jânio, em outubro de 1960, evidenciando a importância das propostas moralistas dele, durante sua campanha presidencial, já que tanto a plataforma política de Quadros como os princípios do MPJQ apresentavam a moralização dos costumes como um dos seus planos de governo. Desse modo, as medidas moralistas de Jânio, em 1961, demonstrariam uma coerência entre suas ações e seus princípios, pois seriam um resultado confirmatório dos princípios morais levantados por ele já antes, logo, Quadros não teria ludibriado seus eleitores, que enxergavam a “vassoura” como o início da moralização do país.

Os decretos morais de Jânio correspondiam a 0,8% do total de 1.051 atos presidenciais, em 1961. Mesmo assim, tiveram um papel destacado no processo de construção da imagem de JQ como uma “gargalhada da História”, visto que foram interpretados por muitos autores como questões sem nenhuma importância, uma vez que seriam propostas solitárias de Quadros, oriundas de um político “psicologicamente instável”. Entretanto, salientamos que os tradicionalistas da Igreja Católica, representados aqui por meio da revista

Mensageiro do Coração de Jesus, da revista *Estrela do Mar* e do jornal *A Cruz*, apoiavam a censura às diversões públicas, interpretada como uma forma de reação a esse novo modo de vida na cidade industrial e moderna, que contrastava com a vida conservadora e patriarcal do campo. Por outro lado, a temática moral ocupou um papel destacado no imaginário anticomunista desses três periódicos, demonstrando a pertinência dos atos morais de Jânio para esses fiéis, visto que ajudaram na construção da imagem de um presidente provido de “coragem”, “destemor”, “inteligência” e “aptidão” para combater a “impunidade imoral”, diferente dos demais presidentes, ampliando o seu prestígio político.

A revista *Paz e Bem* noticiava as propostas políticas de setores progressistas da Igreja. O seu diretor Frei Mateus Hoeper seguia, em grande parte, uma terceira opção nesse ambiente bipolar. No entanto, a *Paz e Bem* foi identificada aqui como progressista, já que, de acordo com as matérias políticas já apresentadas, principalmente do redator Renato Rocha, suas propostas políticas estavam em conformidade com os ideais dos setores progressistas, a partir do combate ao subdesenvolvimento, da defesa da reforma agrária, do nacionalismo, entre outros. No entanto, aproximava-se, em relação à censura moral, dos três periódicos tradicionalistas. Com isso, os setores progressistas da Igreja Católica também propagavam a censura aos costumes, servindo João XXIII como um exemplo emblemático. Para os setores progressistas, a censura aos costumes era, em grande parte, um gesto simbólico contra o liberalismo e a exploração capitalista. Nessa lógica, os quatro periódicos católicos divulgavam, por exemplo, o serviço da SIC, classificando os filmes considerados prejudiciais em função da sua “imoralidade”. Vale lembrar, a SIC estava sob a responsabilidade da CNBB, organização que dialogava com setores progressistas. Portanto, esses decretos conseguiram homogeneizar múltiplas tendências do catolicismo nesse ambiente político bipolar.

Entretanto, a censura aos costumes não era uma demanda apenas da imprensa católica, visto que muitos dos seus textos e artigos eram preenchidos por meio, principalmente, de matérias de periódicos de grande circulação na época. Assim, havia a defesa da censura aos costumes pelo *Jornal do Comércio*, *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, *A Notícia* entre outros, e a ABI apoiava os jornais que se empenhavam na campanha de moralização dos costumes. Isso não quer dizer que a imprensa modelou uma opinião pública favorável à moralização dos usos e costumes, visto que existia uma “via de mão dupla”, uma vez que muitos fiéis e associações católicas eram favoráveis à censura aos costumes. Esse tipo de proibição também era primazia das associações católicas: Ordem Terceira Franciscana, Congregações Marianas, Apostolado da Oração e a Confederação Arquidiocese do Rio de

Janeiro, organizações vinculadas aos quatro periódicos católicos aqui pesquisados. As Congregações Marianas, por exemplo, eram consideradas pela revista *Estrela do Mar* “uma verdadeira elite moral”.

Através dos noticiários desses impressos, foi possível verificar que a LEDESO, a Cruzada do Rosário em Família e o Rearmamento Moral também almejavam a moralização aos usos e costumes. Essas três últimas tinham vínculos com a Igreja Católica e eram patrocinadas pelo IPES e IBAD. Isso mostra que, por mais que houvesse uma tendência modernizadora que apontava para a superação destes costumes considerados arcaicos, a censura às diversões públicas era reivindicada por grupos diversos.

Neste contexto, a Igreja tem uma predisposição para criar sistemas de representações acerca das transformações sociais por meio de uma lógica autônoma. Com isso, a interferência nos comportamentos por Jânio foi interpretada por setores da Igreja como ações condizentes com a moral cristã, visto que, segundo Roberto Romano, a Igreja seria portadora de uma verdade transcendente a partir do ensinamento moral cristão, havendo uma autonomia em relação às mudanças sociais.

Apenas dois decretos de Jânio não foram noticiados pela imprensa católica: o que proibia espetáculos ou números isolados de hipnotismo e letargia, presentes nos programas de televisão e o decreto que proibia o uso do lança-perfume. O primeiro, mesmo não sendo mencionado, é possível deduzir que também estava entrelaçado com as visões de mundo desses religiosos, visto que se condenavam os gestos considerados imorais nos programas de televisão. Já o segundo, existem indícios que apontam para uma decisão pessoal de Jânio. Durante o estudo sobre sua trajetória, vimos que aos 18 anos, JQ sofreu um acidente provocado por um lança-perfume, durante o carnaval, provocando nele uma gradual cegueira. Esse fato estará presente durante sua carreira política, pois quando era vereador, por exemplo, JQ apresentou um projeto propondo a proibição do lança-perfume. Por isso, talvez, a imprensa católica, diferente dos demais atos moralistas, não divulgou tal decreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base os capítulos anteriores, percebemos que diversas obras interpretam Jânio de formas distintas: o presidente herói, agente da burguesia para conter o movimento operário, esquerdista reformista, “populista da pior espécie”, “Napoleão moderno”, “psicologicamente instável”, “lado dos oprimidos”, “gargalhada da História”, “fora da História” e assim por diante. A grande maioria foi escrita por jornalistas e memorialistas, existindo poucos historiadores.

A lacuna em relação às questões que envolvem as proibições em torno dos costumes é ainda maior. Esses decretos continuam sendo vistos como atitudes sem explicações, ordens anacrônicas de JQ, num momento de uma acentuada bipolarização. A grande maioria desses autores não menciona tais decretos, ou então, os interpretam como um surto oriundo da sua personalidade “psicologicamente instável”. Nesse sentido, esses decretos contribuíram, em grande medida, na construção da imagem de JQ de um presidente insano, “fora da História” e “irritadiço presidente”. A grande maioria dos autores, que abordaram os decretos dos usos e costumes, não vinculou esses atos às propostas moralistas da Igreja Católica, logo essa instituição não aparece como uma força política afinada com essas medidas.

Os estudos sobre a história da imprensa do Rio de Janeiro quase não abordaram a imprensa católica da Guanabara. Essa dissertação tentou evidenciar a relevância desses impressos confessionais. Entre os 36 (trinta e seis) periódicos religiosos catalogados, os de maiores tiragens foram, justamente, os quatro utilizados aqui como fontes, sendo comparáveis a alguns jornais cariocas seculares de maior circulação na época. Todos tinham preços acessíveis de acordo com o custo de vida vigente e a maioria circulava em todo território nacional, exceto o jornal *A Cruz*. Os seus raios de alcance dilatavam-se ao alcançar um público iletrado por meio das leituras das suas matérias em reuniões entre os fiéis. Porém, é válido lembrar que 71,3% da população do Rio de Janeiro tinham como hábito, a leitura de jornais.

Em relação às peculiaridades dos periódicos confessionais, existia uma interação entre a imprensa religiosa e a secular. Tradicionalmente, a imprensa escrita dos grandes jornais da época acolhia os intelectuais católicos, publicando suas matérias. A sua equipe redacional e os seus leitores recebiam, muitas das vezes, as bênçãos do Papa, indicando o poder simbólico desses impressos confessionais. Muitos dos seus redatores eram padres.

Destacamos vários aspectos que podem ajudar a explicar o apoio da imprensa católica à censura moral de Jânio. Primeiramente, a temática moral ocupou um papel

destacado no imaginário anticomunista no Brasil nos anos de 1960. Nos noticiários desses quatro impressos, “os vermelhos” também foram tratados como os principais inimigos da Igreja. De acordo com Moniz Bandeira, quando Jânio se aproximava do bloco socialista, simultaneamente, baixava decretos morais para “neutralizar” as forças políticas da Igreja. Isto é, muitos cristãos condenavam a sua política externa, mas congratulavam-se com a sua censura aos costumes. Vera Chaia aponta uma ambiguidade de Jânio, já que defendia o liberalismo, mas interferia, ao mesmo tempo, nos comportamentos. No entanto, para a imprensa católica não haveria ambivalência, uma vez que a liberdade era, na verdade, um pretexto para as ações dos comunistas. Portanto, o combate à ameaça vermelha, a partir da moral, influenciou na aprovação desses atos presidenciais por esses fiéis, principalmente, entre os católicos conservadores, como a ala integrista vinculada à TFP, estudada pelo padre Charles Antoine.

Em segundo, para os católicos progressistas, representados aqui pela revista *PB*, os decretos auxiliaram na luta contra o liberalismo capitalista, visto como gerador de “perversões morais” por valorizar apenas o lucro em detrimento dos valores cristãos. Sendo assim, a progressista *Paz e Bem* aproximava-se, em relação à censura moral, dos três periódicos tradicionalistas: a revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, a revista *Estrela do Mar* e o jornal *A Cruz*, já que os quatro almejavam formar uma opinião pública a favor da interferência nos comportamentos. Portanto, as reações conservadoras também surgiram, paradoxalmente, de setores progressistas. Para os que seguiram uma terceira via, tanto o liberalismo como o comunismo eram responsáveis pela imoralidade, aquele mais pelo materialismo e esse, em grande parte, por ser “pagão e ateu”. Através dessas ações, Jânio conseguiu reforçar simbolicamente as representações do ensinamento moral cristão, as quais eram apropriadas de acordo com as posições políticas de cada tendência no interior da Igreja. Dessa maneira, como destacou Vera Chaia, o moralismo janista foi um elemento fundamental na homogeneização de diversos grupos sociais, aumentando sua força política e ajudando a transpassar suas propostas a diversas camadas sociais e a distintas tendências ideológicas no interior da Igreja.

Quadros não fazia uma distinção entre a “esfera pública e privada”, logo ambas deveriam ser contempladas. Num contexto em que a credibilidade dos partidos estava abalada observou-se um maior enfoque nos comportamentos dos líderes. Em meio a esse quadro, para o clero, os fiéis deveriam examinar os candidatos de acordo com suas posições perante a Igreja, isto é, verificar sua vida privada e pública para perceber suas ligações com os princípios cristãos. Verificamos que a censura aos costumes era um dos “deveres religiosos”

ligados aos princípios cristãos. Portanto, as medidas moralistas, provavelmente, auxiliaram na elaboração de uma representação de Jânio como um presidente que seguia os valores morais cristãos.

Para Maria Victória Benevides, Jânio mantinha uma postura tradicionalmente suprapartidária. No entanto, os noticiários da imprensa católica perceberam a censura aos costumes como ações que demonstrariam que Jânio, mesmo se tornando presidente, continuava seguindo os valores morais cristãos presentes quando ainda era vereador, em 1947. Para Jefferson Queller, a mudança de Jânio do PDC para o PTN, em 1954, não implicaria a renúncia dos princípios e práticas da democracia cristã, visto que continuariam existindo determinadas afinidades programáticas.

Sob outra perspectiva, Riolando Azzi salienta que, nesse período estudado, os enfoques da Igreja transformaram-se, passando paulatinamente da defesa da moral para uma maior preocupação com os problemas sociais, ampliando a participação católica na esfera política. Todavia, aferimos que a defesa da moral estava intrinsecamente relacionada ao âmbito político, pois a “imoralidade” seria oriunda do comunismo e do liberalismo. Da mesma forma, os setores progressistas vinculados à revista *PB* passaram a se preocupar cada vez mais com os problemas sociais, mas ao mesmo tempo, permaneceram defendendo a censura aos costumes. Por isso, pode ser arriscado perceber esse período, desassociando a esfera pública da privada. Nesse sentido, as medidas moralistas estavam em sincronia com as visões de mundo da Igreja, pois Quadros também não fazia uma distinção entre a esfera pública e privada.

Por fim, o quarto motivo gira em torno da postura da Igreja em relação à modernidade. Para Mainwaring, as mudanças políticas e sociais não modificam inevitavelmente os valores religiosos, visto que estes podem isolar-se dos conflitos da sociedade. Conforme foi visto, as mudanças estruturais a partir da urbanização e da industrialização, a moralidade permaneceu no ideário da Igreja, existindo uma imprensa católica engajada na orientação moralizante, justamente, durante o processo de modernização no início de 1960. Em um viés teórico similar, Roberto Romano acredita que a Igreja tem uma predisposição para criar sistemas de representações acerca das transformações sociais, estabelecendo alianças de cunho temporal de acordo com uma lógica própria da Igreja. Nesse sentido, a censura aos costumes de Jânio contemplava as demandas moralistas dessa instituição, uma vez que a Igreja é portadora de uma verdade transcendente autônoma a partir do ensinamento moral cristão.

A retórica moralista de Jânio foi fundamental durante toda a sua carreira política, visto que na retórica, ao contrário do argumento exclusivamente racional, a qualidade moral do orador é tão importante quanto a qualidade de seus argumentos, conforme salientado por José Murilo de Carvalho. Por outro lado, as práticas e a retórica moralista de Jânio coincidiam com os valores morais defendidos por uma parcela abrangente da sociedade brasileira. Retomando o trabalho de Silvia Martini, embora houvesse uma tendência que apontava para a superação destes costumes considerados arcaicos, a opinião pública mostrava-se conservadora. Desse jeito, muitos fiéis apoiavam Jânio, não simplesmente em função do carisma e da retórica do líder, conforme visto com Weffort. Portanto, o viés moral também pode contribuir para se pensar as relações entre o Estado e a sociedade.

Salientamos que diversas associações católicas eram defensoras das tradições morais. Portanto, o pensamento desses fiéis não era um mero reflexo da manipulação da imprensa, já que havia uma relação de mão dupla. Existia uma margem de autonomia nas recepções dessas mensagens, condizentes com os costumes, os valores, os comportamentos e as ideias desses grupos católicos. O empenho da imprensa católica para formar uma opinião pública simpática à censura aos costumes influenciava o pensamento dos seus assinantes, mas estes, também interferiam nas escolhas dos noticiários moralistas por esses periódicos. Essa análise fornece pistas a respeito dos vínculos estreitos entre os decretos dos usos e costumes de Jânio Quadros e os noticiários da imprensa católica, visto que esses impressos desejavam formar uma opinião pública favorável à censura às diversões públicas.

Sobre os motivos da elaboração dos atos moralistas por Jânio, analisamos que existem inúmeras interpretações: o anticomunismo, o crescimento do liberalismo, a interação entre a esfera pública e a privada, as demandas moralistas da Igreja, a opinião pública conservadora, as cartas enviadas por pessoas comuns e ligas católicas, a imprensa secular e católica moralista, o seu personalismo, a criação de fatos, a cópia dos candidatos da UDN e a sua psicologia instável. No entanto, acreditamos que esses aspectos não determinaram tais ações moralistas, já que essas propostas o acompanharam por toda sua carreira política, durante 43 anos, desde vereador, em 1947, até a sua gestão municipal em São Paulo, em 1990. Por isso, é fundamental salientar que a sua formação ginásial marista no Colégio Arquidiocesano também influenciou nessas medidas. Nesse sentido, Jânio formou um personagem político moralista a partir de uma adequação entre a sua personalidade, influenciada pelo Colégio Arquidiocesano, e as demandas de uma parcela da sociedade solicita à censura moral.

A revista *Mensageiro do Coração de Jesus*, a revista *Estrela do Mar* e o jornal *A Cruz*, surgidos antes das mudanças políticas e sociais ocorridas na postura da Igreja, optaram pelo lado conservador. Posicionavam-se ao lado dos latifundiários, setores do empresariado nacional, IBAD, IPES, UDN, segmentos da classe média, isto é, estavam alinhados aos tradicionalistas. Esses periódicos, órgãos de organizações católicas e movimentos leigos, continuavam fechados à doutrina social, mesmo perante a efervescência dos movimentos sociais e das encíclicas progressistas de João XXIII. Portanto, a opção da revista *Paz e Bem* pelo chamado bloco progressista não foi uma simples resposta ao crescimento da esquerda, já que tinha autonomia para se posicionar ao lado dos conservadores.

As três publicações, fundadas desde a Primeira República, eram justamente os periódicos que mantinham um posicionamento conservador. Essas gozavam de maior tiragem em relação à *Paz e Bem*, representante aqui dos católicos progressistas. Talvez, isso nos permita sustentar que os conservadores católicos tinham um número expressivo de seguidores na Guanabara. Quem sabe seja uma pista para compreender que na ex-capital federal, semelhante a São Paulo com a Marcha de Deus com a Família pela Liberdade, em 1964, houve convocações para uma mobilização conservadora católica uma semana depois da paulista, porém, uma vez derrubado João Goulart, perdeu-se o interesse.⁴⁸⁶ Assim, é intrigante verificar, por exemplo, que todas as associações filiadas à Confederação Católica do Arcebispo do Rio de Janeiro foram responsáveis por essa convocação, abortada devido o golpe de 1964⁴⁸⁷.

Essas deduções fogem do recorte temporal aqui estabelecido, mas tudo indica que a imprensa católica teve um papel fundamental na articulação dessa mobilização católica na Guanabara contra Jango, que acabou sendo cancelada por causa do golpe civil-militar de 1964. Basta lembrar que o jornal *A Cruz*, por exemplo, era um órgão oficial, justamente, da Confederação Católica do Arcebispo do Rio de Janeiro. Em todo seu conteúdo existiam informações sobre inúmeras associações católicas: as Filhas de Maria, os Legionários de Maria, o Apostolado da Oração, as Congregações Marianas, a Legião de Maria, as Carmelitas, as Irmãs Dominicanas, os Capuchinhos, os Vicentinos, os colégios católicos entre outros. De modo igual, a LEDESO, a Cruzada do Rosário em Família e o Rearmamento Moral também foram noticiadas pela imprensa católica. Segundo René Dreifuss, o complexo IPES/IBAD, financiado por empresários brasileiros e estrangeiros, auxiliou financeiramente essas três últimas organizações.

⁴⁸⁶ ALVES, *Op. Cit.*, 1979, p.113.

⁴⁸⁷ *Ibidem*, p. 113.

Da mesma forma, diversas lideranças entrelaçadas a essa concentração católica, que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, também ocuparam as manchetes desses impressos: o governador da Guanabara Carlos Lacerda, o deputado Eurípides Cardoso de Menezes (Vice-Presidente da UDN carioca) e presidente da Confederação Católica do Arcebispado do Rio de Janeiro, o arcebispo Dom Jaime Câmara, diretor da Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil e o padre Patrick Peyton. Para exemplificar, percebemos que o padre Peyton foi um dos principais personagens na mobilização dessas associações católicas com o intuito de combater o comunismo e derrubar Jango. É importante relembrar que antes da sua vinda ao Brasil, padre Peyton já era noticiado, pela revista *Estrela do Mar*, em 1961, como um líder religioso empenhado na moralização do rádio, da televisão e do cinema. Provavelmente, isso facilitou a mobilização dos fiéis por ele nas cidades contra o governo de João Goulart, visto que padre Peyton já era conhecido por suas ações favoráveis à censura moral. Portanto, semelhante ao anticomunismo, a moralidade reuniu grupos sociais e políticos diversos, auxiliando no golpe civil-militar, em 1964.

De acordo com Jefferson Queler, a censura moral também contribuiu para a renúncia de Jânio, visto que seus decretos moralistas foram interpretados, principalmente, pelos seus adversários como medidas ditatoriais. Para Queler, Jânio, ao ser acusado de levar o país rumo a uma ditadura, acabou optando de forma calculada realmente por um golpe, ou seja, seria como se os próprios inimigos oferecessem um caminho a partir dessas fortes pressões. Por outro lado, a divergência entre Jânio e o Parlamento em torno da censura à jogatina também fomentou, para seus opositores, as representações de Jânio como um ditador, uma vez que interferia nos comportamentos da sociedade. Segundo Felipe Loureiro, a divergência entre JQ e o Legislativo, ajudou a “varrer a democracia”. Nessa vertente, Maria Victória de Mesquita Benevides advoga que “o Império da vassoura preparou o caminho para o domínio da espada”, portanto, a censura de Jânio também teria ajudado a preparar a população para o golpe civil-militar, em 1964.

Os decretos morais dos usos e costumes de Jânio foram interpretados por muitos como “frutos da insanidade” de Jânio, uma vez que estariam “fora da História”. Isso evidencia que tais atos foram protagonistas na construção da imagem de Quadros como um presidente sem crédito para uma investigação científica. Na contramão dessa vertente, essa investigação buscou chamar a atenção para a importância de tentar contextualizar tais medidas, fazendo uma relação entre esses decretos e a opinião pública favorável à censura às diversões públicas propagadas pela imprensa católica.

Esse trabalho não esgotou de forma alguma o tema proposto, apenas tentou evidenciar que existem inúmeras questões acerca desses decretos que merecem ser trabalhadas mais profundamente. Assim, por exemplo, é fundamental tentar investigar se havia vínculos diretos de Jânio com esses redatores a partir de associações, de institutos religiosos, de filiação partidária, de movimentos sociais entre outros. É imprescindível também analisar o conteúdo das demais impressos católicos disponíveis na BN, estudando suas representações sobre a censura das diversões públicas. Em outras palavras, ainda existe uma ampla agenda de pesquisas sobre o tema aqui trabalhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias:

Decreto nº 50.578, de 10 de Maio de 1961;

Decreto nº: 50.620 - de 18 de Maio de 1961;

Decreto nº. 50.766, de 9 de junho de 1961;

Decreto nº. 50.812, de 17 de junho de 1961;

Decreto nº. 51.009, de 22 de julho de 1961;

Decreto nº. 51.134, de 3 agosto de 1961;

Decreto nº. 51.182, de 11 de agosto de 1961;

Decreto nº. 51.211, de 18 de agosto de 1961.

Consultar:

<<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/publicacoes/republica/Colecao8.html>> Acesso em: 19 abr. 2014.

Sítios eletrônicos utilizados para a pesquisa:

Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP:

<http://www.pucsp.br/cedic/fundos/acao_catolica_brasileira.html> Acesso em: 10 dez.2014.

Dicionário Histórico - Biográfico Brasileiro do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas:

<<http://www.fgv.br/cpdoc>> Acesso em: 06 ago. 2014.

Sites relacionados à Igreja Católica e a Jânio Quadros:

<<http://cleofas.com.br/historia-da-igreja-de-leao-xiii-a-pio-xii-1878-1939/>> Acesso em: 10 dez. 2014.

<<http://www.mensageirosagradocoracao.com.br/revista.asp>>. Acesso em 18 de maio de 2015.

<<http://www.apostoladodaoracao.com.br/o-que-e.asp>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

<<file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/17-27-1-SM.pdf>> Acesso em 19 de junho de 2015.

<<http://www.loyola.com.br/mej/noticias-detalle.asp?n=23&tit=A%20comunh%E3o%20reparadora%20em%20devo%E7%E3o%20ao%20Sagrado%20Cora%E7%E3o%20de%20Jesus>>. Acesso em 19 de maio de 2015.

<<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/janio-e-jango-os-mitos-e-o-golpe>>Acesso em: 03 de abril de 2016.

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>>. Acesso em: 01 de julho de 2015.

<<http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/um-dos-maiores-simbolos-sexuais-do-cinema-brigitte-bardot-completa-80-anos>>. Acesso em: 24 de maio de 2016.

<http://www.jesuitasbrasil.com/jst/conteudo/visualiza_lo12A.php?pag=;portaljesuitas;paginas;visualizaFixo&cod=2801&secao=32>. Acesso em: 17 de março de 2016.

< <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf> >. Acesso em: 01 de julho de 2015.

<<http://cncmb.org.br/quem-somos>>. Acesso em 19 de maio de 2015.

<<http://cncmb.org.br/vida-mariana-parte-1.html>>. Acesso 19 de maio de 2015.

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4205237/4101461/quartas_angela_moulin_2006.pdf> . Acesso em: 01 de julho de 2015.

<www.franciscanos.org.br> Acesso em: 26 ago. 2014.

<<http://www.diocessedacampanha.org.br/portal/a-diocese/os-antigos-bispos-e-administradores/76.html>>Acesso em: 06 ago. 2014.

Periódico:

Anuário Católico 1960. Boletim informativo/ CNBB. Biblioteca Nacional (BN), Loc: 6-393-1-2 b: 6230-8.

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil. nº 75, 01 de Setembro de 1961. Biblioteca Nacional (BN), 4, 503, 01, 13. Col: 7 (73-78).

Revista Mensageiro do Coração de Jesus- janeiro de 1897, nº 8. Biblioteca Nacional (BN), cód. 4, 080, 01, 29.

Revista Mensageiro do Coração de Jesus- outubro de 1960 até setembro de 1961, nº 757/767. Biblioteca Nacional (BN), cód. 4, 084, 01, 01.

Revista Estrela do Mar- outubro de 1960 até setembro de 1961, nº 590/ 599. Biblioteca Nacional (BN), cód. 4, 043, 02, 22.

Jornal A Cruz – 2 de outubro de 1960 até 28 de setembro, nº 2.274/ 2.590. Biblioteca Nacional (BN), cód. 5-340-5,14.

Revista PB: Paz e Bem- outubro de 1960 até setembro de 1961, nº 22/ 32. Biblioteca Nacional (BN), cód. 1, 223, 04, 25.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de. Revisitando os anos 1950 através da imprensa. In: BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; BÔAS, G. V. *O Moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANTOINE, Pe. Charles. *O Integrismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil*. Terceira Época- 1930-1964. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BANDEIRA, Moniz. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré 64*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BARBOZA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BASILE, Marcello. O radicalismo exaltado: definições e controvérsias. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, e FERREIRA, Tânia Bessone da C. (org). *Dimensões políticas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 7.ed. 2011.

BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: UNESP, 2002.

CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; “Igreja Católica: 1945-1970”. In: FAUSTO, Boris (org.). *HGCB. Tomo III – O Brasil Republicano. 4o Volume – Economia e Cultura (1930-1964)*. 3. ed. RJ: Bertrand Brasil, 1995.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

CARLI, Dé Carli. *Os tempos de Jânio Quadros*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1982.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*. 2. ed. São Paulo, editado pelo próprio autor, 1959.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Rio de Janeiro: Unicamp, 2005.

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. Rio de Janeiro, 1990.

CHEVITARESE, Leandro. *Filosofia e Ética nas organizações*. Apostila interna do professor de filosofia da UFRRJ. Instituto Multidisciplinar Departamento de Educação e Sociedade, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*, livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armans. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Valter; FERREIRA. *A história da renúncia de Jânio Quadros: componentes históricos e institucionais*. Curitiba: CRV, 2011.

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HIPPÓLITO, Lúcia. *De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octávio. Globalização e nova ordem internacional. In: REIS FILHO, D; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.). *O século XX – o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KWAK, Gabriel. *O trevo e a vassoura: Os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros*. São Paulo: A Girafa, 2006.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. A vida como ela é ...: moralidade e cotidiano na década de 1950. In: BOTELHO, André, BASTOS Elide Rugai & BÔAS Gláucia Villas (org.). *O moderno em questão: A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbook, 2008, p. 237.

LAMOUNIER, Bolívar. *Partidos e utopias - O Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Organizadora) *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Cotexto, 2006.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Manual do Coração de Jesus. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 85. edição, 2011.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MAYER, Jorge Miguel e XAVIER, Libânia Nacif. Verbete sobre Jânio Quadros. In: ABREU, Alzira Alves de (coord) et al. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2 ed. RJ: FGV;CPDOC, p. 4.819-4.829, 2001.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O Demolidor de Presidentes*. 2.ed. São Paulo: Códex, 2002.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos, e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

NASSER, David. *Jânio a face cruel*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1996.

NETO, Mellão João. *Jânio Quadros - 3 estórias para 1 história*. São Paulo: Renovação, 1982.

NETO, Jânio Quadros; GUALAZZI, Eduardo Lobo Botelho. *Jânio Quadros: memorial à história do Brasil*. São Paulo: Rideel, 1996.

OLIVEIRA, Cláudia de, VELLOSO, Mônica Pimenta, e LINS, Vera. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, José. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Eliyahu Behar, Musa, 1959.

REIS, Daniel Aarão & FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil vol:2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n.14, p.23, 1994.

_____. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina, e FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (org). *Linguagens e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

SERBIN, Kenneth p. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhias Das Letras, 2008.

SILVA, Hélio. *Jânio Quadros – 20º - presidente do Brasil- 1961-* São Paulo: Grupo de comunicação três, 1983.

SILVEIRA, Joel. *Viagem com o Presidente eleito*. São Paulo: Mauad, 1996.

SOUSA, Jessie Jane Vieira. *A Igreja Católica latino-americana*. In: e ARAÚJO, Maria Paula (orgs). Fico, Carlos. *1968 40 anos depois história e memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

TAVARES, Maria Hermínia de Almeida e WEIS, Luiz. *História da Vida Privada no Brasil*, v. 4 - Carro Zero e Pau de Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar, Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2004.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Modernização e concentração: a imprensa carioca nos anos 1950-1970. In: NEVES, L. M. B. P.; FERREIRA, T. M. B. da C. (Orgs). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SILVEIRA, Joel. *Viagem com o Presidente eleito*. São Paulo: Mauad, 1996.

SODRÉ, Nelson Wernack. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUSA, Pompeu de. *Bilhetinhos a Jânio*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1987.

VALENTE, Nelson. *Jânio de fio a pavio*. 2. ed. São Paulo: Edicon, 1997.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

YAMASHIRO, José. *Jânio: vida e carreira política do presidente*. Porto Alegre: Livraria Lima, 1961.

Teses, Dissertações e Artigos:

AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *O Catolicismo Brasileiro no Golpe Militar de 1964*. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Carlos%20Roberto%20Cunha%20Amorim.pdf>. Acesso em: 15/03/2016, às 23:07h.

AZEVEDO, Marcelo Botelho de. *Entre a doutrina da Igreja e o anticomunismo: Os decretos moralistas de Jânio Quadros em 1961*. Monografia (licenciatura em História)- UFRRJ, Rio de Janeiro, 2013.

BACZKO, B. “*Imaginação Social*”. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Vol. 5., 1989. pp. 296-332.

BASILE, Marcello. *Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos*. In: CARVALHO, José Murilo de, NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). *Dimensões e Fronteiras do Estado brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BOURDIEU, Pierre - “*A opinião pública não existe*”. in: Thiollent, Michel J. M. – *Crítica metodológica e investigação social e enquête operária*, São Paulo: Editora Polis, 1982.

CARLONI, Karla. *A espera do salvador: as biografias do marechal Henrique Teixeira Lott*. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007, p. 4. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0683.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. In: *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 letras, setembro de 2000.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas*. Brasília, EdUnB, 1981, pp. 385- 392.

DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo R. *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953*. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 11, p. 87-122, 2004.

FICO, Carlos. “*Prezada Censura*”: *cartas ao regime militar*. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro: vol 5, p. 251-286, 2002.

GONÇALVES, Marcos. *Missionários da “boa imprensa”: a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2008, v.28, nº 55.

GROSSI, Eduardo. *Aspectos folkcomunicacionais da propaganda política de Jânio quadros na campanha presidencial de 1960*. Anais do 24. Campo Grande/MS, setembro 2001 [cd-rom]. São Paulo: Intercom, 2001.

JUNIOR, José Pereira de Sousa. *O Processo de restauração católica no Brasil na Primeira República*. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/1604-4618-1-SM.pdf>. Acesso em: 21 de março de 2016.

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.57, pp. 187-208.

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Varrendo Jânio: trajetória parlamentar (1947-1953)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARTINI, Silvia Rosana Moderna. *O ibope, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos (RJ e SP)*. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MOLON, Newton Duarte. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros*. (Dissertação em comunicação). Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2006.

MORAES, Letícia Nunes de Góes. 1964: *COTIDIANO E POLÍTICA*. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1334.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2016.

NEVES, Flávio Rodrigues. *A voz e a pena a serviço da Igreja: A imprensa católica e a ampliação da esfera pública no Rio de Janeiro no final do século XIX*. Trabalho apresentado no GT de História da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. PPGHS-UERJ.

NICOLAU, Jairo. *Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados*. *Revista Scielo Brasil*. vol. 47 n°:1. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003. Acesso em: 28 de março de 2016.

NUNES, Iran de Maria Leitão. *Os irmãos maristas na educação do Maranhão (1908-1920)*. Universidade Federal do Maranhão, p.3. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0419.pdf>. Acesso em: 31 de março de 2016.

OLIVEIRA, Ariane Bayer de. *O Desenvolvimento econômico da Finlândia*. Porto Alegre. UFRGS, 2011(monografia).

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Em favor da virtude: romanização e as Filhas de Maria*. *Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol.1, n°2, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/02p246.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

PEREIRA, Herivaldo Alves. *O periódico católico o Mensageiro Diocesano (1937-1948) no Estado Novo: práticas da imprensa católica no Oeste Paulista*. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2015/04/com60.htm>. Acesso: 19/06/2015, 23:50h.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso*. *Novos estud. - CEBRAP* no.89, São Paulo, Mar. 2011.

QUELER, Jefferson José. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. 2008. Tese (Doutorado em História)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RISSO, Carla de Araújo. *O ato da sociedade paulista*. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As várias fâceis da Igreja Católica*. Rev. Bras. Hist. v. 18, n. 52, São Paulo, 2004.

WALMSLEY, Silvana Maria de Moura. *Origens do janismo. São Paulo - 1948-1953*, IFCH-UNICAMP, 1992 (dissertação de mestrado).